



# RELAÇÕES DE PODER, SOCIEDADES E AMBIENTES

*Discursos e práticas no Brasil Império e na República*

José Marcelo Marques Ferreira Filho

Suzana Cavani Rosas

Cláudia Freitas de Oliveira

ORGANIZAÇÃO

# RELAÇÕES DE PODER, SOCIEDADES E AMBIENTES

*Discursos e práticas no  
Brasil Império e na República*

**José Marcelo Marques Ferreira Filho**

**Suzana Cavani Rosas**

**Cláudia Freitas de Oliveira**

ORGANIZAÇÃO



RECIFE  
2024

## Universidade Federal de Pernambuco

Reitor: Alfredo Macedo Gomes

Vice-Reitor: Moacyr Cunha de Araújo Filho

EDITORA ASSOCIADA À



Associação Brasileira  
das Editoras Universitárias

### Editora UFPE

Diretor: Junot Cornélio Matos

Vice-Diretor: Diogo Cesar Fernandes

Editor: Artur Almeida de Ataíde

### Conselho Editorial (Coned)

Alex Sandro Gomes (CIN)

Carlos Newton Júnior (CAC)

Katharine Raquel Pereira dos Santos (CAV)

Marília de Azambuja R. Machel (CFCH)

Raylane Andreza Dias Navarro Barreto (CE)

### Editoração

Revisão de texto: Lácio Revisão LTDA.

Projeto gráfico: Adele Pereira

Diagramação: Lucas Xavier de Aguiar

Imagem da capa: Cidade do Recife, por ocasião das demolições e transformações, de G.S. Fellows. Recife, PE, 1911-1912. Acervo da Fundação *Biblioteca Nacional – Brasil*.

### Catálogo na fonte

Bibliotecário Jorge Luiz de Albuquerque Barros, CRB4-2008

---

R382 Relações de poder, sociedades e ambientes [recurso eletrônico] : discursos e práticas no Brasil Império e na República / organizadores : José Marcelo Marques Ferreira Filho, Suzana Cavani Rosas, Cláudia Freitas de Oliveira. – Recife : Ed. UFPE, 2024.  
1 recurso online (321 p.). – (Série Ars Historica).

Vários autores.

Inclui referências.

ISBN 978-65-5962-293-1 (online)

1. Brasil – História – Período (1822-1889).
2. Brasil – República – História.
3. Brasil (1822-1889) – Discursos e práticas. I. Ferreira Filho, José Marcelo Marques (Org.). II. Rosas, Suzana Cavani (Org.). III. Oliveira, Cláudia Freitas de (Org.). IV. Título da série.

907.2

CDD (23.ed.)

UFPE (BC2024-074)

---

Esta obra está licenciada sob uma Licença Creative Commons  
Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional.



## **Série *Ars Historica***

A Série *Ars Historica* foi concebida com o intuito de promover uma mais ampla divulgação da produção científica na área da História junto à sociedade, ao disponibilizar para estudantes, professores e pesquisadores obras de consistente valor acadêmico, resultado de recentes pesquisas realizadas no campo historiográfico, e textos clássicos já esgotados repropostos em edições revisadas e atualizadas. Todos os volumes da Série são produzidos em formato digital e disponibilizados gratuitamente.

**Marília de Azambuja Ribeiro Machel**

Diretora da Série *Ars Historica*

## Obras publicadas

### **O desconforto da governabilidade**

*Rômulo Luiz Xavier do Nascimento*

### **Os Escravos do Santo**

*Robson Pedrosa Costa*

### **Tratos & mofatras**

*George F. Cabral de Souza*

### **Política e sociedade no Brasil oitocentista**

*Cristiano Luís Christillino*

### **Movimentos sociais negros em Pernambuco**

*Ivaldo Marciano de França Lima*

*Isabel Cristina Martins Guillen*

### **A lenda do ouro verde**

*Regina Beatriz Guimarães Neto*

### **Entre sobrados e mucambos**

*Wellington Barbosa da Silva*

## **Arquitetura espacial da *plantation* açucareira no Nordeste do Brasil**

*José Marcelo Marques Ferreira Filho*

## **Cultura letrada no espaço euro-atlântico**

*Luís Filipe Silvério Lima*

*Marília de Azambuja Ribeiro Machel*

## **A narrativa como combate**

*Kleber Clementino*

## **Fora do(s) eixo(s)**

*Flávio Weinstein Teixeira*

*Paulo Marcondes Ferreira Soares*

## **Saúde e sociedade no Brasil**

*Carlos Miranda*

*Serioja Mariano*

## **A palavra e a imagem**

*Luísa Ximenes Santos*

## **Historiografia**

*Antonio Torres Montenegro*

*Karlene Sayanne Ferreira Araújo*

## **Para além do ocidente cristão**

*Bruno Uchoa Borgongino*

## **Um continente, vários mundos**

*Gustavo Acioli*

*Kleber Clementino*

## **História oral, tempo presente e narrativas de trabalhadoras e trabalhadores**

*Regina Beatriz Guimarães Neto*

## **Lideranças protestantes imigrantes no Brasil**

*Paulo Julião da Silva*

*Carlos André Silva de Moura*

*José Roberto de Souza*

## **O mundo das embaixadas**

*Daniel Pimenta Oliveira de Carvalho*

*Marília de Azambuja Ribeiro Machel*

*Thiago Groh*

## **O tráfico de escravizados para Pernambuco**

*Marcus J. M. de Carvalho*

## **Festa de pretos**

*Mário Ribeiro*

*Valéria Costa*

## **Os estranhos da terra**

*Cristiano Luís Christillino*

## **O estado de exceção permanente no Brasil contemporâneo**

*Carlos Henrique Aguiar Serra*

*Luís Antônio Francisco de Souza*

*Raphael Guazzelli Valerio*

# Sumário

## **Apresentação 11**

### **CAPÍTULO I**

**Entre a prática senhorial cotidiana**

**e a teoria dos manuais escravistas:**

**João Francisco Vieira Braga e a administração  
dos cativos no sul do Brasil (RS, c. 1820-1850) 21**

*Jonas Moreira Vargas*

### **CAPÍTULO II**

**Mais paisano ou mais militar?**

**A organização das forças policiais em Pernambuco  
ao longo do século XIX (1830-1889) 52**

*Wellington Barbosa da Silva*

CAPÍTULO III

**O legislativo provincial e sua autonomia  
como instância política de defesa  
dos interesses regionais no Império 76**

*Suzana Cavani Rosas*

CAPÍTULO IV

**Trajétoria pessoal e imagem pública:  
algumas questões a partir da experiência do médico  
José Netto de Campos Carneiro (1857-1921) 106**

*Leicy Francisca da Silva 107*

CAPÍTULO V

**“Grave prejuízo para o desenvolvimento  
physico e para o ensino escolar”:  
as condições de saúde na Escola de Aprendizes  
Marinheiros da Paraíba no começo do século xx 133**

*Azemar dos Santos Soares Júnior*

*Chrislaine Thuany Vieira Ferreira*

*Luiz Felipe Soares de Lima*

CAPÍTULO VI

**Doenças crônicas e suas histórias:  
biomedicina, saúde pública  
e a experiência do adoecimento 153**

*Luiz Alves Araújo Neto*

CAPÍTULO VII

**Por uma história ambiental da *plantation*  
açucareira no Nordeste do Brasil 175**

*José Marcelo Marques Ferreira Filho*

CAPÍTULO VIII

**Horto Florestal de Dois Irmãos:  
a cultura do eucalipto e a arborização da cidade  
do Recife entre as décadas de 1920 e 1930 197**

*Patrícia Pinheiro de Melo*

*Raimundo Pereira Alencar Arrais*

CAPÍTULO IX

**Tomando a medida do trabalho:  
racionalização rural no Brasil do século xx 245**

*Thomas D. Rogers*

**Referências 289**

**Sobre as autoras e os autores 318**

## Apresentação

Ao longo de muitos anos, a linha Relações de Poder, Sociedade e Ambiente, do Programa de Pós-Graduação em História da UFPE, procurou articular temas da história social, política, econômica e cultural, além da temática ambiental e da saúde, nas épocas moderna e contemporânea. Prezando pela pluralidade de enfoques e diversidade dos aparatos conceituais, a linha sempre promoveu a incursão por espaços geográficos diversos. As relações de poder compreendem condutas de agentes históricos individuais e coletivos, humanos e não humanos, e os contextos nos quais estão imersos, tanto no âmbito mais geral das lutas quanto no espaço do cotidiano.

A presente coletânea é a materialização do esforço coletivo de pesquisadores de sete universidades (incluindo uma estrangeira) e uma fundação que desenvolve pesquisas de ponta na área da saúde, educação e desenvolvimento científico e tecnológico, a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). Ela reúne textos que se debruçam sobre a complexidade do mundo real a partir de múltiplos enfoques teóricos e metodológicos.

Os ensaios que compõem *Relações de poder, sociedades e ambientes: discursos e práticas no Brasil Império e na República* se articulam com

base na premissa de que o poder e as múltiplas formas de exercê-lo são compartilhados por diversas sociedades. Aqui, reunimos textos que abordam relações de poder em múltiplas dimensões, espaços e temporalidades. Ainda que pareça paradoxal, a diversidade de concepções teóricas e historiográficas é justamente o que une todos os textos, que dialogam com epistemes de matrizes distintas e produzem entendimentos e chaves de leitura sobre as questões sociais e ambientais do nosso tempo. Assim, os leitores notarão que não houve qualquer esforço por parte dos organizadores no sentido de harmonizar interpretações, evitar o contraditório ou aproximar estilos de escrita.

Os três capítulos que abrem esta obra dedicam-se ao estudo do Oitocentos e estão em sintonia com as temáticas e perspectivas metodológicas da historiografia na atualidade. O texto de Jonas Moreira Vargas, “Entre a prática senhorial cotidiana e a teoria dos manuais escravistas: João Francisco Vieira Braga e a administração dos cativos no sul do Brasil (RS, c. 1820-1850)”, analisa o comportamento do referido senhor, que residia a léguas de distância de suas terras, em relação aos seus escravos, a partir das *instruções* por ele deixadas para o capataz de sua propriedade na região da Campanha, no extremo sul do país, na fronteira entre o Brasil e o Uruguai. Através dessa escrita, o historiador passa a investigar as estratégias utilizadas por esse grande estancieiro para garantir a eficiência e o controle do trabalho dos seus escravizados, além de constatar o emprego deles em todas as atividades desenvolvidas na sua fazenda, seja na atividade agropastoril, seja na doméstica. Destaca, assim, o capítulo a tese hoje dominante na historiografia, da compatibilidade entre escravidão e pecuária, com base ainda nos inventários *post mortem* dos produtores da região e dos processos-crimes, entre outros documentos.

Todavia, o ponto alto do capítulo encontra-se na análise do tratamento reservado aos cativos por Vieira Braga e também por outro dono de currais, o charqueador Gonçalves Chaves, expresso

nos escritos que ambos deixaram. A respeito dessa documentação, embora o autor afirme que os dois pecuaristas recorreram à violência no intuito de garantir o controle social e o bom andamento do trabalho dos escravizados, observa da parte do primeiro uma atitude paternalista para com os cativos, destoante do segundo, marcada principalmente pelo uso da violência, conforme consta de suas *Memórias*. Essa escrita senhorial é rica em informações sobre o cotidiano dos escravizados e a respeito dos espaços de liberdade conquistados por eles no cativeiro e aceitos pelos senhores, como a constituição de famílias, as alforrias conseguidas com seus próprios recursos e a possibilidade de terem roças próprias. Entre a postura diferenciada e a extremada dos dois senhores em questão, o artigo considera que, em graduações diversas, a atitude dos demais escravocratas naquela província meridional provavelmente comportou tanto o paternalismo quanto o recurso à violência em relação aos cativos. Porém, os escritos deixados pelos referidos senhores revelam também suas inquietações em relação à disparidade numérica entre a população escravizada e a livre, que poderia favorecer um grande levante de cativos e a haitianização do Brasil.

Por sua vez, a metodologia da pesquisa parte da redução de escala de observação do universo social. O historiador não se propõe meramente a produzir uma história local ou regional ensejada nela mesma. Pelo contrário, ele busca o entendimento da relação entre senhor e escravizado articulando a compreensão da realidade local daqueles proprietários com outra mais ampla, a do Estado brasileiro em construção, que, nas primeiras décadas do século XIX, precisou pôr fim ao comércio atlântico de escravizados. O capítulo ainda compara o comportamento dos escravocratas gaúchos com o dos cafeicultores fluminenses, com base no *Manual do agricultor brasileiro*, de autoria Carlos Taunay, datado de 1839. Revela igualmente que essa obra e a de José Bonifácio sobre a escravidão são citadas nas *Memórias* de Vieira Braga. As conclusões do capítulo apontam para

muitas semelhanças entre os produtores de províncias tão distantes (Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro) e a respeito do cativo e do fim do comércio internacional negreiro, embora existissem também entre eles diferenças advindas, inclusive, do tipo de atividade principal em que os escravizados achavam-se empregados.

No capítulo de Wellington Barbosa da Silva, “Mais paisano ou mais militar? A organização das forças policiais em Pernambuco ao longo do século XIX (1830-1889)”, contamos com a análise de uma instituição que cada vez mais vem ganhando projeção nos trabalhos sobre o Estado imperial e que durante muito tempo não despertou a atenção dos pesquisadores: a polícia. Trata-se do surgimento de uma instituição concebida e organizada sob a atenção da elite construtora do Estado nacional, que viveu o dilema de pensar numa polícia militarizada ou essencialmente civil, uma questão que permanece ainda bastante atual no país. Inicialmente, o autor procede a um balanço da historiografia sobre o tema, nacional e internacional, para depois se deter em como os estadistas no Império pensaram e construíram o aparato policial. Nessa direção, o capítulo discute a perspectiva de autores como Foucault e Hespanha, que entenderam a polícia, desde o Antigo Regime até a formação dos Estados modernos, não apenas como uma instituição com fins meramente ligados à segurança pública, comportando também atribuições administrativas, como as de construção de obras públicas e alimentação da população, assim como de difusão da moralidade e dos bons costumes.

A pesquisa do autor, respaldada em fontes diversas, como a imprensa, os anais parlamentares e do Conselho de Estado, entre outras, revela que uma das preocupações dos estadistas estava em conceber uma polícia com seu contingente não militarizado, à paisana, embora a tendência militarizante tenha sido uma constante no Império. Entre os motivos para a preferência pelo efetivo civil por alguns, o autor aponta o comportamento insurgente da tropa no exército durante o Primeiro Reinado e a Regência, de triste

memória para a classe dominante e dirigente no período. Doutro lado, estudando o que se passou para a institucionalização da polícia, o capítulo acompanha as dificuldades para implantá-la no país, que demorou a ter um contingente policial próprio e permanente, recorrendo-se por muito tempo à tropa de linha e ainda à Guarda Nacional para garantir seu efetivo. Não foi diferente o cenário do que se passou em Pernambuco, tema que, particularmente, se dedica Wellington Barbosa da Silva a esmiuçar e comparar com outras partes do Império.

O terceiro capítulo, de Suzana Cavani Rosas, “O legislativo provincial e sua autonomia como instância política de defesa dos interesses regionais no Império”, se propõe a fazer um balanço da historiografia contemporânea sobre a Assembleia Provincial, que a autora identifica como a produzida na maior parte do século passado e a que ganhou desenvoltura a partir dos anos 1990, em busca de suas diferenças e similitudes no tratamento desse objeto de pesquisa. Ao proceder ao balanço de ambas as produções, conclui a autora que, na atualidade, as pesquisas sobre o legislativo provincial, em sua maioria, sem negar o caráter centralizado ou unitário do Estado monárquico, consideram que, mesmo após a revisão do Ato Adicional, essa instituição continuou a ser um espaço importante de representação dos interesses regionais e locais. Ademais, o capítulo aponta que trabalhos recentes ressaltam a ascensão de diversas lideranças das Assembleias ao Parlamento Imperial, tornando-se elas mediadoras entre os interesses provinciais e o geral, especialmente na Câmara dos Deputados. Quanto às articulações aludidas entre os deputados provinciais e os gerais, a autora explora sua própria pesquisa que tratou dessa problemática, tomando como exemplo o que ocorreu na Câmara em 1853, quando os deputados eleitos para a nova legislatura tomaram para si a tarefa de representar as insatisfações dos seus pares provinciais com os presidentes de Pernambuco escolhidos pelos gabinetes. Entre o aporte teórico e a metodologia

utilizada pelas pesquisas a respeito desse legislativo na atualidade, a autora indica a micro-história, com sua abordagem das trajetórias de vida, mediadores sociais e metodologia prosopográfica, além dos trabalhos que, no campo da História Política, consideram que o Estado no Antigo Regime, na Europa ou nos trópicos, não pode ser concebido como uma estrutura centralizada monolítica. Para a historiadora, o mesmo se passava com o Estado nacional brasileiro no século XIX, que era distinto do colonial, mas estruturalmente unitário como ele.

O campo de pesquisa História da Saúde e das Doenças, consolidado nas discussões históricas e historiográficas brasileiras, está contemplado na obra com as instigantes análises levantadas por uma promissora geração de historiadores, em três capítulos.

O capítulo “Trajetória pessoal e imagem pública: algumas questões a partir da experiência do médico José Netto de Campos Carneiro (1857-1921)”, de Leicy Francisca da Silva, versa sobre a figura atuante e controvertida do médico José Netto de Campos Carneiro, cuja vida foi marcada pela exposição pública e pelo desempenho na defesa de interesses profissionais médicos, em disputa contra os “charlatães, práticos, farmacêuticos e terapeutas alternativos”, em um cenário de constituição e regulação do exercício profissional médico no Brasil.

Em perspectiva teórico-metodológica, a autora faz uma interlocução com a micro-história ao analisar os discursos e as ações de José Netto Carneiro, no sertão goiano do período, em articulação com os elementos macro e o microscópicos historiográficos, ou seja, relacionando a trajetória de vida profissional e pública do médico, em suas ações, escolhas e decisões individuais, com os elementos sociais, os jogos de interesse e as disputas de poder. Em diálogo documental com os periódicos, a autora possibilita a compreensão dos embates em torno do médico que buscou construir uma imagem pública de si.

O capítulo “‘Grave prejuízo para o desenvolvimento físico e para o ensino escolar’: as condições de saúde na Escola de

Aprendizes Marinheiros da Paraíba no começo do século xx”, dos autores Azemar Soares Júnior, Chrislaine Ferreira e Luiz Felipe Lima, estabelece uma relação entre discursos médicos paraibanos e os problemas de ordem médica e sanitária da Escola de Aprendizes Marinheiros no que tange à estrutura física, ao abastecimento de água, à proliferação de doenças e aos eventos epidêmicos, entre outros.

Os saberes médicos, sob o argumento da promoção da melhoria da educação e saúde dos estudantes, buscavam contribuir para a realização de ações do poder público no espaço escolar. Em uma perspectiva foucaultiana, os autores trabalham elementos das estratégias biopolíticas e dos dispositivos e procedimentos disciplinares, promovidos pelos saberes e poderes médicos no ambiente educacional, que visavam à formação de corpos dóceis, robustos e saudáveis para a proteção do país.

O capítulo “Doenças crônicas e suas histórias: biomedicina, saúde pública e a experiência do adoecimento”, de Luiz Alves Araújo Neto, traz um percurso histórico sobre o campo de pesquisa História da Saúde e das Doenças no que diz respeito às enfermidades crônicas que ganham espaço na contemporaneidade, tanto no âmbito da saúde pública como da sociedade civil. Na historiografia da saúde brasileira, gradualmente, as doenças crônicas tornam-se objetos e temas de investigação.

Em diálogo com as produções internacionais, o autor inicia sua análise na primeira metade do século xx, ao destacar autores e teorias da história das doenças crônicas que se debruçaram sobre seus processos e conceituação. Problematisa ainda eixos, questões e dimensões da agenda historiográfica, a saber: a produção do conhecimento biomédico, a organização e prática da saúde pública e a experiência do adoecimento. Nas três dimensões, são analisados elementos distintos, como a definição da cronicidade, os processos de envelhecimento e de saúde-doença, o crescimento da indústria

farmacêutica no campo da biomedicina, o debate sobre ética médica, entre outros; todos importantes para o fazer historiográfico.

As grandes áreas da História Ambiental e da História Social do Trabalho são destaques da terceira parte da coletânea. Amparado numa análise que cruza referenciais das ciências biológicas, ambientais e humanas e firmemente empenhado em compreender processos, dinâmicas e interações multiespécies, o capítulo de José Marcelo M. Ferreira Filho, “Por uma história ambiental da *plantation* açucareira no Nordeste do Brasil”, propõe uma radical virada ecológica nos estudos sobre a história do açúcar no Brasil e uma nova forma de interpretar a *plantation*. Para o autor, a arquitetura da *plantation* açucareira não era apenas a materialização das relações entre a classe capitalista economicamente dominante dos *senhores de engenho* e usineiros e os trabalhadores expropriados (como a história social e econômica tradicional tende a ver), mas fruto das interações entre esses dois grupos e diversas outras espécies de sujeitos não humanos (animais e vegetais), relações das quais eles não podiam escapar.

A partir do estudo da própria biologia da cana-de-açúcar e suas diversas formas de interação com outras plantas e animais, além dos humanos, José Marcelo defende que é necessário colocar a cana na história do açúcar, pois “a história (qualquer história) que não considera os elementos não humanos é quase sempre parcial e incompleta”. Seu objetivo central é propor uma nova maneira de pensar a história do Nordeste.

Seguindo nessa mesma direção, o ensaio intitulado “Horto Florestal de Dois Irmãos: a cultura do eucalipto e a arborização da cidade do Recife entre as décadas de 1920 e 1930”, escrito por Patrícia Pinheiro de Melo e Raimundo Pereira Alencar Arrais, argumenta que “a história das plantas está entranhada na história humana, e particularmente na história urbana”. Ao longo do texto, os autores procuram demonstrar como, no Recife, algumas espécies vegetais, sobretudo o eucalipto, revestiram-se de múltiplos significados por parte de

diversos grupos sociais e movimentos culturais. Inseridos no que se convencionou chamar de terceiro nível da História Ambiental – que se encarrega de compreender diversas percepções, ideologias, ética, leis etc. –, Patrícia Pinheiro e Raimundo Arrais dedicam esforços para mergulhar na disputa de narrativas acerca das ideias de natureza que grassavam na terra dos altos coqueiros no período em tela.

O contexto de vastos melhoramentos urbanos na capital pernambucana (materializado em parques, praças, jardins e ruas) serve como pano de fundo para discutir ao mesmo tempo a gestão da cidade, os anos iniciais do Horto Dois Irmãos e as ideias de natureza que marcaram os discursos literários e científicos do início do século xx. O texto é um convite para ler a cidade do Recife a partir de uma perspectiva inovadora.

O capítulo “Tomando a medida do trabalho: racionalização rural no Brasil do século xx”, do brasilianista Thomas D. Rogers, professor da Emory University e profundo conhecedor da história ambiental e do trabalho no Nordeste do Brasil, encerra a coletânea. Tendo como pano de fundo a grande greve dos canavieiros em 1963 e a promulgação do Acordo do Campo sob o governo Miguel Arraes, o texto faz uma análise minuciosa da chamada Tabela de Tarefas, instrumento que regulamentava as relações e a medição do esforço de trabalho no setor sucroalcooleiro.

A Tabela, segundo Rogers, fez parte da grande história do desenvolvimento capitalista e da racionalização da produção na zona canavieira do Nordeste. Ao lado de outras instituições criadas para regulamentar as relações de trabalho, como as Juntas de Conciliação e Julgamento, esse documento ao mesmo tempo interferiu nas visões de ambiente e na consciência dos trabalhadores na zona canavieira. Em um contexto de violência e coerção, a possibilidade de mensurar o trabalho de maneira precisa e ser remunerado de acordo com o esforço empregado em cada tarefa, sob os cuidados do Estado, significou uma conquista sem precedentes na história republicana.

Em síntese, *Relações de poder, sociedades e ambientes* deve ser compreendido como parte de um esforço para tornar a História uma disciplina mais aberta e inclusiva. Esperamos que os leitores – estudantes de graduação e pós-graduação, além de colegas de trabalho – encontrem nas páginas que se seguem não só aportes teóricos e historiográficos, mas inspiração para repensar a história sob múltiplos ângulos.

**José Marcelo Marques Ferreira Filho**

**Suzana Cavani Rosas**

**Cláudia Freitas de Oliveira**

*Organização*

## CAPÍTULO I

### **Entre a prática senhorial cotidiana e a teoria dos manuais escravistas**

João Francisco Vieira Braga e a administração  
dos cativos no sul do Brasil (RS, c. 1820-1850)

*Jonas Moreira Vargas*

#### **Introdução**

Ao longo do século XIX, a pecuária foi a principal atividade econômica do Rio Grande do Sul. Embora a criação de cavalos, ovelhas e mulas também tivesse destaque, a criação de gado *vacum* foi o carro-chefe do setor. Os seus derivados, como o charque e os couros, lideravam as exportações da província. Tal matriz produtiva fez da fronteira oeste e sudoeste do Rio Grande do Sul uma extensa região pontilhada por pequenas, médias e grandes propriedades dedicadas à criação de gado. É possível estimar que elas reuniam mais de 5 milhões de bovinos no meado do Oitocentos. Todos os anos, parte desses animais era destinada para o abastecimento da população local e outra parte para as charqueadas do litoral. As charqueadas da cidade de Pelotas eram as mais ricas e conhecidas. A cada ano, em média, elas abatiam entre 300 e 350 mil bovinos, exportando

milhares de toneladas de charque para o Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco.<sup>1</sup>

O Rio Grande do Sul foi o maior produtor de charque do Império do Brasil, e em todas as etapas de sua cadeia mercantil a escravidão negra esteve presente. Escravizados eram os trabalhadores que fabricavam a carne-seca nas charqueadas, que realizavam o trabalho nos navios mercantes, que conduziam as tropas de novilhos de uma propriedade para a outra, mas a maior parte deles estava empregada diretamente nos trabalhos das estâncias, cuidando do gado. Assim, os cativos denominados “campeiros” eram fundamentais nessa economia regional e a sua utilização como mão de obra na pecuária foi estrutural. Contudo, essa importante presença cativa na pecuária nem sempre foi aceita pelos historiadores. Por muito tempo acreditou-se que o serviço nas estâncias era residual, basicamente realizado por peões livres, uma vez que colocar cativos a cavalo para cuidar do gado seria um convite à fuga. De fato, as fugas ocorriam, mas as políticas de domínio senhorial e a vigilância sobre os escravizados era tão grande que esse “perigo” não evitou os proprietários de continuarem investindo na mão de obra cativa. Nesse sentido, desde os anos 1980 a historiografia tem evidenciado cada vez mais a importância da escravidão na pecuária rio-grandense.<sup>2</sup>

---

1 Existe uma vasta bibliografia sobre a história dessas atividades econômicas no Rio Grande do Sul. Para uma análise aprofundada de alguns desses aspectos, ver: VARGAS, Jonas M. *Pelas margens do Atlântico: um estudo sobre elites locais e regionais no Brasil a partir das famílias proprietárias de Charqueadas em Pelotas (século XIX)*. 2013. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

2 Para uma análise dessa historiografia, ver: ZARTH, Paulo. *História Agrária do Planalto Gaúcho*. Ijuí: Editora da UNIJUÍ, 1997, OSÓRIO, Helen. *Escravos da fronteira: trabalho e produção no Rio Grande do Sul, 1765-1825*. San Martín de los Andes: *Anales de las XIX Jornadas de Historia Económica. Asociación Argentina de Historia Económica*. CD-ROM, 2004, e FARINATTI, Luís A. *Escravos do pastoreio: pecuária e escravidão na fronteira meridional do Brasil (Alegrete, 1831-1850)*. *Revista Ciência & Ambiente*, v. 1, p. 135-156, 2006.

Posteriormente, um grande número de pesquisas veio a reforçar ainda mais essa presença cativa na pecuária sulina, ressaltando sua diversidade geográfica e trazendo novas fontes para o seu estudo, além de outros problemas de pesquisa relacionados ao tema.<sup>3</sup>

O presente capítulo se insere nessas perspectivas e traz a análise de um documento que serve para pensar a administração dos trabalhadores escravizados de uma estância (fazenda de criação de gado) a partir do ponto de vista de seu proprietário.<sup>4</sup> João Francisco Vieira Braga era um rico comerciante que residia na cidade portuária de Rio Grande, mas que havia comprado uma estância a centenas de quilômetros dali. Como mantinha-se muitos meses distante dessa propriedade, ele remetia instruções ao seu capataz de como deveria administrar o estabelecimento. São essas instruções, escritas em 1832, que utilizarei como ponto de partida para analisar a forma como ele administrava seus trabalhadores escravizados.<sup>5</sup>

- 
- 3 Ver, por exemplo, ARAÚJO, Thiago L. de. *Escravidão, fronteira e liberdade: políticas de domínio, trabalho e luta em um contexto produtivo agropecuário (vila de Cruz Alta, província do Rio Grande do Sul, 1834- 1884)*. 2008. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008, ALADREN, Gabriel. *Sem respeitar fé nem tratados: escravidão e Guerra na formação histórica da fronteira sul do Brasil (Rio Grande de São Pedro, c. 1777-1835)*. 2012. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012, MATHEUS, Marcelo S. *Fronteiras da liberdade: escravidão, hierarquia social e alforria no extremo sul do Império do Brasil*. São Leopoldo: Oikos/Unisinos, 2012 e FONTELLA, Leandro G. *Sobre as ruínas dos Sete Povos: estrutura produtiva, escravidão e distintos modos de trabalho no Espaço Oriental Missioneiro (Vila de São Borja, Rio Grande de São Pedro, 1828- 1858)*. 2013. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.
- 4 Parte das análises deste capítulo foi realizada em VARGAS, Jonas M. *Pelas margens do Atlântico*. op. cit. As estâncias, no período colonial, também dedicavam parte de suas terras à agricultura, prática que foi lentamente diminuindo ao longo do século XIX. Cf. OSÓRIO, Helen. *O império português no sul da fronteira: estancieiros, lavradores e comerciantes*. Porto Alegre: UFRGS, 2007.
- 5 O documento se chama “Instruções para o Sr. João Fernandes da Silva, capataz da Estância da Música, escritas por João Francisco Vieira Braga, 20.07.1832”.

Ela será confrontada com outros documentos que explicitam maneiras distintas do cuidado com os cativos naquele mesmo contexto, evidenciando uma variedade de formas de administração desses trabalhadores.

Outro aspecto importante a ser destacado inicialmente é que datam dessa mesma época os primeiros manuais de administração escravista escritos no Brasil Imperial. Estudados por Rafael Marquese, esses documentos esboçam a existência de uma preocupação cada vez maior com a gestão de grandes escravarias nas fazendas de café e engenhos de açúcar, em um contexto de crescimento do tráfico transatlântico e de maior incidência de revoltas escravas.<sup>6</sup> Nesse sentido, o capítulo defende que as orientações recomendadas nos manuais reuniam práticas que também eram comuns em regiões fora das áreas agroexportadoras e em fronteiras geograficamente mais periféricas, ou seja, eram compartilhadas por grupos de elites regionais que possuíam vasta experiência no tratamento dos cativos e as aplicavam sem conhecimento dos mencionados manuais.

### **João Francisco Vieira Braga e as “Instruções” para o capataz da Estância da Música**

Filho de um rico comerciante, Vieira Braga nasceu em Piratini em 1793, e cresceu entre estancieiros escravistas e negociantes de couros e de charque. Desde cedo, acostumou-se com o ambiente belicoso daquela fronteira, encontrando-se em idade adulta quando, na década de 1810, a política joanina de intervenção na Banda Oriental

---

*In: CÉSAR, Guilhermino. O Conde de Piratini e a Estância da Música: administração de um latifúndio rio-grandense em 1832. Porto Alegre: EST; Caxias do Sul: IEL, 1978. Doravante o chamarei apenas Instruções ao capataz.*

6 MARQUESE, Rafael de B. *Feitores do corpo, missionários da mente: senhores, letrados e o controle dos escravos nas Américas (1660-1860)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

foi colocada em prática. As guerras contra Artigas e a expansão agrária dos fazendeiros luso-brasileiros sobre o território vizinho atingiu o máximo nível político e administrativo com a incorporação da Província Cisplatina ao novo Império do Brasil. Nesse contexto, Vieira Braga seguiu os passos de outros tantos estancieiros luso-brasileiros, mirando seus investimentos para a fronteira oeste/sudoeste do Rio Grande do Sul, também conhecida como região da campanha. Reunindo as melhores pastagens da província, ela era a base territorial das principais fazendas de criação de gado do Rio Grande do Sul.<sup>7</sup>

Na vida adulta, Vieira Braga possuiu uma charqueada, mas destacou-se mesmo como comerciante em Rio Grande e Pelotas, intermediando negociações de diversas mercadorias e fechando vários contratos com o Estado, vendendo inclusive provisões para os exércitos estacionados na região. A Estância da Música, que ficava a cerca de 375 km da cidade de Rio Grande, seu local de residência e sede do porto marítimo da Província, fora herdada de seu pai e serviu a Vieira Braga como ponto estratégico para criação e compra de gado naquela fronteira. A propriedade estava localizada próxima às margens do rio Upamorati, entre os municípios de Santana do Livramento e Bagé, na linha divisória com o Uruguai (Figura 1).<sup>8</sup> Como foi dito, tratava-se de uma região rica em pastagens e bastante propícia à criação de gado. No início da década de 1830, como permanecia residindo em Rio Grande, Vieira Braga também se dedicava a administrar as propriedades de sua mãe em Pelotas, próximas ao

---

7 Sobre a região da campanha e a pecuária bovina na época aqui trabalhada, ver: FARINATTI, Luís A. *Confins meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na fronteira sul do Brasil (1825-1865)*. Santa Maria: Ed. UFSM, 2010. Sobre a política joanina na fronteira sul, ver: MIRANDA, Márcia E. *A estalagem e o império: crise do Antigo Regime, fiscalidade e fronteira na Província de São Pedro (1808-1831)*. São Paulo: Editora Hucitec, 2009.

8 CÉSAR, Guilhermino. *O Conde de Piratini. op. cit.*



de 1832, quando as “Instruções” foram escritas, mas em 1852, cinco anos antes de ser elevada à condição de Vila, ela possuía cerca de 4 mil habitantes.<sup>9</sup> Portanto, nos anos 1830 tratava-se de uma diminuta freguesia. Os primeiros assentos batismais da paróquia de Livramento datam de 1830, ou seja, a fazenda estava localizada em uma fronteira agrária com poucas famílias luso-brasileiras e com forte presença indígena.<sup>10</sup>

Embora as “Instruções” não evidenciem quantos cativos Vieira Braga possuía na Estância da Música, é possível supor que ele estivesse entre os médios ou grandes escravistas da localidade, uma vez que os proprietários de grandes estâncias eram os maiores escravistas da região.<sup>11</sup> Realizando uma estrutura de posse de cativos para a freguesia de Livramento por intermédio da análise dos inventários *post-mortem*, pode-se verificar o perfil dos escravistas da freguesia. Entre 1830 e 1860, foram localizados 66 inventários que somavam 462 escravizados.<sup>12</sup> A maior parte dos inventariados era proprietária de 10 ou menos cativos. Eles somavam 55 indivíduos, ou 83% dos inventários, mas concentravam 53% dos escravizados (28 deles tinham de 1 a 4 cativos). É provável que a estância de Vieira Braga estivesse no grupo superior a essa faixa, entre os médios e grandes escravistas. Os escravistas com 11 ou mais cativos reuniam 11 inventários (16% dos proprietários), mas detinham 47% da escravaria (somente dois deles ultrapassavam os 40 cativos). Como veremos

---

9 PANIAGUA, Edson. *A construção da ordem fronteiriça: grupos de poder e estratégias eleitorais na campanha sul-rio-grandense (1852-1867)*. 2012. Tese (Doutorado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, p. 111, 2012.

10 Das 679 mães livres que levaram seus filhos para serem batizados entre 1830 e 1847, 358 tiveram sua naturalidade anotada pelo padre. Dessas, 91 (25,4%) eram mulheres indígenas provenientes da região missioneira, território das antigas reduções e estâncias jesuíticas, pertencentes a diferentes povos guaranis.

11 FARINATTI, Luís A. *Confins meridionais*. *op. cit.*

12 Inventários *post-mortem* de Santana do Livramento, 1830-1860. Catálogo Documentos da Escravidão. Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERES).

adiante, grande parte da escravaria da família Vieira Braga estava em Pelotas. Só as estâncias de sua mãe detinham mais de 130 cativos.

De acordo com as “Instruções”, Vieira Braga empregava seus escravizados em praticamente todos os serviços da propriedade, tanto na pecuária e na agricultura, quanto no conserto e na construção de benfeitorias. Os escravizados também eram emprestados ao afilhado e ao cunhado, além de serem encaminhados aos postos da estância para auxiliarem na guarda e no plantio de alimentos para sua subsistência. De acordo com Guilhermino César, para alimentar o posteiro,<sup>13</sup> sua família e o seu escravo também havia quatro vacas. Neste sentido, Vieira Braga era bastante diligente. Uma das medidas mais importantes era fazer plantar bastante milho, feijão, abóbora, hortaliças e algum trigo, “para que haja tudo de fartura, a fim de poupar-se as muitas carneações”.<sup>14</sup> Sobre a alimentação dos cativos, ele ordenava: “a comida para os escravos deverá ser feita por um deles, para que cada um [não] se veja na necessidade de ir fazer, do que resultaria perda de serviço, e andarem mal comidos”. Para complementar a dieta e estimular os cativos a produzirem, ele permitia que eles possuíssem roças próprias e criassem animais: “Os escravos podem plantar e criar galinhas tendo milho para as sustentar”.<sup>15</sup>

Observa-se, portanto, um cuidado com a alimentação dos cativos e o incentivo para que plantassem. Essa margem de autonomia para que criassem animais e possuíssem suas próprias lavouras,

---

13 Os postos eram localizados nos limites da estância e estavam providos de casas de moradia, mangueiras e outras benfeitorias, onde o proprietário colocava um “posteiro”, geralmente um agregado, para lhe reparar o gado e as benfeitorias. CÉSAR, Guilhermino. *O Conde de Piratini. op. cit.*, p. 39.

14 Os escravos também eram empregados no plantio de outros ramos. Uma das ordens de Vieira Braga dizia: “Plantar-se também muitos pessegueiros, alamos, vimes e salsos, para que venha a haver lenha com fartura, e aumentar-se o arvoredo de Espinhos na quinta” (*Instruções ao capataz...*, p. 40).

15 *Instruções ao capataz...*, p. 42-43.

antigamente denominada “brecha camponesa”,<sup>16</sup> já não é mais nenhuma novidade para a historiografia e estava amplamente disseminada pelas sociedades escravistas das Américas. Contudo, nas “Instruções” fica evidente que um dos objetivos dessa política senhorial era economizar nos gastos com a alimentação dos cativos, aumentando assim os rendimentos financeiros da estância. Nesse sentido, a mesma preocupação com a alimentação também era dispensada às vestimentas dos escravizados. Em uma das ordens, Vieira Braga escreveu: “A roupa que se der aos escravos será lançada em assento para saber-se, e deverá um deles lavar a roupa de todos para que andem limpos, assim como as chergas dos arreios serão lavadas todas as vezes que se possa para que não venham a maltratar os cavalos”. Em outra ordenação, o senhor detalhou melhor como deveriam ser distribuídas outras vestimentas, demonstrando uma diferenciação para as crianças e roupas especiais para alguns cativos: “Dará uma muda de roupa de algodão a cada um dos escravos que lá estão, advertindo que as três mudas dos mais pequenos que vão para os moleques Claudino, Evaristo e Moisés, e vão também 4 ponches para serem dados aos negros Domingos Pernambuco, José Bolieiro, Manoel Aguiar e Matheus campeiro, sendo o deste forrado de baeta”.<sup>17</sup> Observa-se, portanto, que entre os escravizados que receberam ponches está um boleeiro, que devia ter mais contato pessoal com Vieira Braga, e que Matheus recebia um ponche reforçado de baeta, certamente para protegê-lo melhor do frio e da chuva. De todos os campeiros, ele foi o único que recebeu tal distinção.

Outra preocupação de Vieira Braga dizia respeito à saúde física e espiritual dos cativos. Sobre a primeira, ele recomendou ao capataz “prestar todo o bom tratamento aos escravos e muito especialmente

---

16 REIS, João José; SILVA, Eduardo. *Negociação e conflito*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

17 *Instruções ao capataz...*, p. 46.

nas ocasiões em que estejam doentes”. Para isto, disse que o seu afilhado iria entregá-lo um papel de como fazer alguns remédios. Com relação à segunda, Vieira Braga mandou que ele fizesse “os negros rezarem o terço todas as noites e ensinar a doutrina aos que a não souberem”. Por fim, ele concedia certas “regalias” aos cativos, mas sempre pensando em economizar as rendas da estância: “Dar mensalmente aos escravos três palmos de fumo em quanto o houver no rolo que deixei, pois não se deve comprar pelo alto preço que se vende. Em dias de muito frio e chuva também se lhes dará um ponche de água quente com aguardente e açúcar”.<sup>18</sup> Portanto, o cuidado com a saúde dos escravizados também deve ser visto pela lógica econômica de preservação da mão de obra da estância, pois ela também era um ativo do proprietário. Os cativos das fazendas de Livramento provavelmente eram comprados de comerciantes de Pelotas e Rio Grande, intermediários das redes do tráfico transatlântico no sul do Brasil.

As “Instruções” constituem-se num documento com características diferentes, por exemplo, dos conhecidos *manuals escravistas* mencionados anteriormente. Sua intenção não era “educar” os senhores a realizarem uma boa gestão administrativa da escravaria. Nesse sentido, as “Instruções” revelam mais a prática de administração cotidiana dos trabalhadores escravizados do seu autor do que uma teoria sobre o governo dos escravos, por exemplo.<sup>19</sup> A análise de outros três documentos envolvendo a escravaria de Vieira Braga pode ajudar a compreender melhor a forma como ele administrava seus cativos e os de sua família. O primeiro caso data de 1855, quando seu escravizado de nome José foi levado ao Tribunal do Júri de Pelotas após ser acusado de matar seu companheiro de cativeiro, João Raimundo.

---

18 *Instruções ao capataz...*, p. 43-46.

19 Para uma análise destes manuais, ver: MARQUESE, Rafael de B. *Feitores do corpo. op. cit.*

No interrogatório feito pelo Juiz, José esclareceu algumas questões sobre o acontecido:

Juiz: Como te chamas?

Réu: José

J: Escravo de quem?

R: De João Francisco Vieira Braga

J: Que idade tens?

R: Não estou certo (parecia ter mais de setenta anos)

J: Qual teu estado e profissão?

R: Solteiro e carpinteiro

J: Donde nascestes?

R: Na Ilha de San Thomé

J: Quem foi que matou o teu parceiro João Raimundo?

R: Não foi ninguém. Ele tinha uma casa alugada em que costumava trabalhar. Eu estava com ele, pois era meu companheiro no mesmo cativeiro a cinquenta e um anos e era meu amigo. Estava muito bêbado e para evitar que ele fosse castigado peguei-lhe pelo braço para o levar para casa. Não podendo ter-se em pé caiu para trás e eu não podendo com ele deixei-o. No dia seguinte o fui encontrar já morto. Nunca puxei faca contra ninguém, nem fugi. Tenho vivido cinquenta e um anos com o mesmo senhor, de certo não seria eu que mataria o meu companheiro e amigo [...].<sup>20</sup>

José foi absolvido. Além de outro cativo, testemunha no processo, a vítima e o réu também eram carpinteiros. Destaco o fato de João Raimundo possuir certa autonomia para alugar uma casa, onde devia morar e guardar suas ferramentas. É provável que a longa amizade dos cativos carpinteiros favorecesse o empréstimo de utensílios necessários ao ofício e o uso comum de ferramentas, além do trabalho em parceria. Mas apesar de João Raimundo parecer ter o hábito de sair à noite, essa permissão tinha limites, pois José demonstrou

---

20 APERS. Processo-crime, n. 459, ano 1855, fundo 005, Tribunal do Júri, Pelotas.

preocupação com o fato do amigo ser castigado caso o pegassem embriagado. Mesmo assim, nas respostas dadas por José ao longo do processo evidenciam que, na relação com seu proprietário, os espaços de autonomia dos cativos eram respeitados, provavelmente como resultado de uma negociação entre as partes.

Os dois documentos analisados agora dizem respeito à presença de famílias escravas e do incentivo dado por Vieira Braga a estas uniões entre seus cativos. No inventário de sua mãe, no qual ele era o testamenteiro e inventariante, fica nítida a gestão que ele exercia sobre os negócios da família.<sup>21</sup> Na avaliação do patrimônio, ocorrida em 1847, foram arrolados 136 trabalhadores escravizados – a terceira maior escravaria inventariada em Pelotas entre 1800 e 1850. O que deve ser destacado de início é o grande equilíbrio entre homens e mulheres, se comparado às maiores escravarias de Pelotas, na qual havia um número muito maior de homens. Os 19 inventários (14 de charqueadores e 5 de estancieiros) que detinham escravarias com 50 cativos ou mais somavam 1.612 escravizados, 1.234 deles homens. Estes números evidenciam uma razão de sexo de 327 homens para cada 100 mulheres. Este índice elevado de Pelotas deve-se ao caráter fabril das charqueadas, onde os proprietários compravam homens escravizados quase que exclusivamente para os trabalhos nos galpões de charquear.<sup>22</sup>

---

21 Inventário de Maria Angélica Barbosa, n. 286, m. 20, Ano 1847, Pelotas, 1º Cartório de órfãos e provedoria (APERS). Trabalhando com as dezenas de cartas trocadas entre Vieira Braga e seus familiares, Karl Monsma considerou o mesmo. Cf. MONSMA, Karl. Repensando a escolha racional e a teoria da agência: fazendeiros de gado e capatazes no século XIX. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 15, n. 43, p. 83-113, 2000.

22 Inventários *post-mortem* dos cartórios de Pelotas (APERS). Para uma análise mais aprofundada, ver: VARGAS, Jonas M. *Os barões do charque e suas fortunas: um estudo sobre as elites regionais brasileiras a partir de uma análise dos charqueadores de Pelotas (Rio Grande do Sul, século XIX)*. São Leopoldo: OIKOS, 2016.

Destoando do padrão geral, as senzalas administradas por Vieira Braga e sua mãe, onde figuravam 70 homens e 66 mulheres, possuíam uma razão de sexo de 106, revelando um grande equilíbrio, comparável a algumas *plantations* escravistas após o fim do tráfico atlântico. O inventário felizmente apresenta uma minúcia na descrição da filiação de todos os cativos. Analisando o documento, é possível perceber que 64 dos 136 escravizados eram filhos de cativas da mesma escravaria, ou seja, 47% deles. Trata-se de um alto índice de reprodução natural no interior da própria escravaria, que ao longo do tempo, possibilitou a Vieira Braga dobrar o seu número de cativos, somente com as chamadas “crias da casa”. A relação apresenta 28 mães diferentes. Florinda Rosa foi a que “deu” mais filhos cativos ao seu proprietário, somando 7 rebentos. Rosa Catarina teve 6, Rosa Antônia e Simpliciana tiveram 5 filhos cada uma, Ana, Rosa, Eva e Rosa Camundá tiveram 3 filhos cada, Eleutéria, Felizarda, Justina, Lucrécia e Mandú tiveram 2 filhos cada, e outras 14 cativas tiveram somente 1 filho.

Conforme Manolo Florentino, os inventários não são as melhores fontes para localizar as famílias escravas,<sup>23</sup> mas cruzando o número de homens adultos com as mulheres adultas verifica-se um nítido equilíbrio entre os sexos. Entre os homens, tem-se 36 adultos com 18 anos ou mais (23 deles africanos) e com uma média de idade de 41,5 anos. Entre as mulheres, verifica-se 34 adultas com 16 anos ou mais (14 africanas) e uma média de idade de 33,9 anos. Com 15 anos ou menos, verificou-se 35 escravizados (média de 7,4 anos). Somente 2 meninos de 12 anos não eram filhos de cativas do proprietário. A partir destes números, acredito que existiam muitos casais nas senzalas administradas por Vieira Braga, e que além da vontade dos cativos em formarem essas famílias, também devia haver um

---

23 FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro*. São Paulo: Companhia das Letras, p. 55, 1997.

incentivo e empenho por parte do senhor para este fim, podendo ele comprar algumas escravizadas, visando o equilíbrio entre homens e mulheres nas senzalas.<sup>24</sup>

Um dos incentivos à formação de famílias e à reprodução natural no interior da escravaria podia ser a concessão de liberdade às cativas que oferecessem mais rebentos ao patrimônio de seu proprietário. Neste sentido, examinando as cartas de alforria passadas por Vieira Braga foi possível perceber que Florinda Rosa foi liberta após pagar 600\$000 ao seu senhor, dos quais 250\$000 foram pagos pela mãe da cativa, a preta forra Rosa Camundá (ex-escravizada da família Vieira Braga) e o restante pelos irmãos de Vieira Braga.<sup>25</sup> Destaco esta carta, pois Florinda Rosa foi a cativa que mais contribuiu com o aumento da escravaria, ao ter 7 filhos, como já mencionei. Mas a preta forra Rosa Camundá não pararia por aí. Cerca de seis anos depois, pagou 1:100\$000 a Vieira Braga pela liberdade de seu filho Manoel José. O senhor aceitou a oferta, “com a condição, porém, de viver sempre em companhia de sua mãe, para fazer-lhe todo o serviço que ela precise, tratando-a com toda a caridade que requer a sua avançada idade, e se assim o não fizer ficará de nenhum efeito esta carta”.<sup>26</sup> Rosa tivera 3 filhos que foram cativos de Vieira Braga, e por intermédio da mencionada Florinda, outros 7 netos. Florinda foi a única escravizada liberta em cartório por Vieira Braga no período, o que reforça a ideia de “recompensa” pelos filhos e netos que também se tornaram cativos de seu senhor.

Além do mais, é possível que Rosa Camundá e Florinda, assim como o campeiro Matheus, fossem especiais aos olhos da família

---

24 Para uma análise da família escrava em Pelotas, e em particular deste mesmo plantel, ver: PINTO, Natália Garcia. *A bênção compadre: experiências de parentesco, escravidão e liberdade em Pelotas (1830-1850)*. 2012. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2012.

25 Livro de Registros Diversos, 2º Tabelionato, Pelotas, 1852, Livro 4, p. 12v (APERS).

26 Livro de Registros Diversos, 2º Tabelionato, Pelotas, 1852, Livro 5, p. 32v (APERS).

Vieira Braga, o que lhe fez aceitar a oferta da preta forra. Com relação a esta hierarquia no interior da senzala, ainda é possível fazer outra inferência a partir do inventário. Dos 136 cativos elencados, somente um foi libertado no testamento passado pela falecida mãe de Vieira Braga. Era a escrava Clara, de cor parda e de 35 anos. Das 66 mulheres, Clara foi uma das duas únicas cativas descritas como “de serviço doméstico”. Portanto, Clara havia recebido a liberdade de sua proprietária provavelmente por serviços prestados ao longo de sua vida e por estar presente em sua casa, muito próxima, cuidando-a. O mais interessante é que a outra escravizada de “serviço doméstico” era a filha de Clara, aliás, a única filha da cativa, chamada Arminda, parda, de 17 anos. Penso que isto demonstra que o serviço doméstico realizado por Clara se sustentava numa relação de maior intimidade e confiança para com a senhora, atributos que foram passados para a filha da cativa por meio de sua própria mãe. Portanto, creio que esses aspectos extraídos de outras fontes documentais ajudam a entender um pouco mais a forma como Vieira Braga buscava administrar a sua escravaria. Contudo, é importante que se diga que nem todos os proprietários agiam dessa maneira, conforme trato a seguir.

### **Aspectos da administração dos cativos em outra propriedade escravista**

Com tudo o que foi descrito sobre a forma como Vieira Braga administrava seus trabalhadores cativos, é possível verificar uma administração bastante diversa da analisada no caso de Antônio José Gonçalves Chaves. Chaves era um português que se estabeleceu em Pelotas ainda jovem e tornou-se comerciante e charqueador. Proprietário de uma grande escravaria, podemos acessar alguns aspectos a respeito da forma como ele administrava seus trabalhadores por meio de testemunhos da época, algumas fontes documentais

e do que ele próprio escreveu a respeito disso, entre os anos 1817 e 1822. Nessa obra, Chaves buscou defender a extinção do comércio de africanos escravizados para o Brasil sob a luz das novas ideias da economia política. Para ele, a escravidão era um mal tanto para a economia do Brasil quanto para o desenvolvimento político do Estado.<sup>27</sup> Para não provocar uma crise econômica, Chaves defendeu que o tráfico fosse extinto em 18 meses, mas que só fossem considerados libertos os filhos dos cativos nascidos a partir de então, quando completassem 25 anos. Chaves argumentou que a abolição total só seria possível quando a “nossa força física” exceder a da “raça preta”. Uma de suas preocupações era que o Brasil virasse outro São Domingos, argumento manifesto por outras elites senhoriais da época.<sup>28</sup>

A visão de mundo de Chaves e o tipo de negócios que ele possuía certamente influenciavam na forma como ele administrava a sua escravaria. Chaves faleceu em Montevidéu, no ano de 1837, para onde migrou com sua família e cativos após a eclosão da Guerra dos Farrapos, em 1835. Como aderira ao lado rebelde, Chaves preferiu retirar-se do país para tentar seguir com seus negócios, desta vez no país vizinho. Estabelecido em Montevidéu, Chaves alugou 30 de seus cativos para um charqueador uruguaio chamado Francisco Nieto. Segundo Nieto, terminado o contrato, os cativos não quiseram mais retornar para a fábrica de Chaves, preferindo continuar na charqueada (*saladero*) do proprietário uruguaio, o que ele comunicou ao alcaide ordinário de Montevidéu:

---

27 CHAVES, Antônio José Gonçalves. *Memórias econômico-políticas sobre a administração pública do Brasil*. Porto Alegre: Cia. União de Seguros Gerais, p. 53-77, 1978.

28 *Idem*, p. 72-73. Sobre o haitianismo no Brasil, MOREL, Marco. *A Revolução do Haiti e o Brasil escravista: o que não deve ser dito*. Jundiá: Paco Editorial, 2017. Para uma análise sobre a retórica do perigo do haitianismo entre as elites brasileiras da época, ver: MARQUESE de Bivar Rafael; PARRON, Tâmis. *Revolta Escrava e política da escravidão: Brasil e Cuba, 1791-1825*. *Revista de Índias*, v. LXXI, n. 251, p. 20-52, 2011.

Havendo contratado em meu Saladeiro, pelo tempo de cinco meses, trinta escravos do Sr. Chaves, estes infelizes adquiriram por mim um certo carinho, talvez consequência dos bons tratos que lhes dispensei e, ao devolvê-los a seu Amo ao final deste tempo, alguns deles me suplicaram que os comprasse; porém, crendo que eles não pudessem ser vendidos, me neguei às suas reiteradas e comoventes solicitações. Sem mais, Sr. Alcaide, se passou desde então; no entanto, não há uma única semana na qual alguns deles não venham à minha casa, movidos pelo mesmo intento; acrescentando-se a isto, todavia, as crueldades de que eram vítimas em seus sofrimentos, não somente pelos castigos que devem infligir-lhes, como também pelo incessante trabalho; e contrariando a disposição de nossas leis, não têm eles um momento próprio, nem mesmo o Domingo – diziam alguns, acrescentando que à noite, os encerravam à chave, o que se há provado pelas circunstâncias de suas fugas; e, para dar a última mão a este quadro, asseguraram que seu Senhor os obriga a se converterem em verdugos de seus próprios irmãos, seus companheiros de desgraça, açoitando-se reciprocamente quando lhes cabia o castigo, até o enterro; pois que, nos últimos dias, deram quatrocentos açoites em um companheiro, deixando-o por morto.<sup>29</sup>

Nieto informava ainda que pediu às autoridades que encontrassem um meio legal de obrigar Chaves a alforriar os cativos. Neste ínterim, Chaves veio a falecer num naufrágio.<sup>30</sup> O processo não teve desfecho e não se sabe do destino dos escravos. É possível que muitos permaneceram com os herdeiros de Chaves. Certamente Nieto

---

29 MONQUELAT, A. F. *Charqueadores, saladeristas y esclavistas*. Pelotas: UFPel, p. 32-33, 2010.

30 *Idem*, p. 32-33. Não foi a única vez que um charqueador pelotense, emigrado em Montevidéu, deu problemas às autoridades uruguaias por conta de seus excessos no tratamento dos cativos. Em 1837, José P. de Sá Peixoto espancou um escravo de sua charqueada até a morte, fazendo com que cerca de 9 de seus cativos fossem denunciá-lo para a polícia local. Cf. MONQUELAT, A. F. *Charqueadores, saladeristas y esclavistas. op. cit.*, p. 38-39.

estava exagerando ao dizer que os cativos tinham certo “carinho” por ele, pois tinha interesse em usufruir do trabalho dos cativos de Chaves. Contudo, como outras fontes sugerem, é provável que parte de suas declarações fossem verdadeiras. Nesse sentido, escrevendo de Montevidéu para seu sócio, o próprio Chaves enfatizou o rigor disciplinar com que administrava a sua escravaria e a do destinatário:

[...] Os seus escravos vão bem: somente o Manuel carpinteiro se portou turbulentamente e danificou um dos outros, por isso o mandei pôr em ferros. O meu estabelecimento vai progredindo e penso que em maio poderei matar gado nele: ali tenho o Nicolau, aonde me vale bem a pena de pagar o que ele poderia ganhar na cidade e subúrbios onde se perderia com bebida. Desde hoje por diante me servirá como de presídio, tanto para os meus como para os seus escravos, por ser lugar bastante isolado [...] pus um homem à testa deles, como fiz aos meus; visito-os, premio-os ou castigo, como aos meus; aluguei as pretas em casas particulares e separei-as dos outros porque o dono do saladeiro não quis por excitarem brigas entre os pretos [...].<sup>31</sup>

Portanto, sem o uso de um capataz, Chaves administrava diretamente sua escravaria, castigando-os e utilizando sua propriedade provisoriamente como um “presídio”. A partir de outros indícios, é possível perceber que os cativos de Chaves realmente seriam capazes de qualquer coisa para fugir das suas senzalas. Mais de 15 anos antes da carta descrita acima, em outubro de 1821, o escravizado Chico campista, que trabalhava na charqueada de Chaves, foi condenado à prisão por ter assassinado com uma facada o capataz do estabelecimento. As justificativas do réu, confirmadas pelas testemunhas, eram de que o capataz lhe havia xingado, pois o charque estendido por ele estava tocando as pontas no chão. Chico argumentou

---

31 Anais do Arquivo História do Rio Grande do Sul, Coleção Varela, n. 3901, Carta de Chaves para Domingos José de Almeida, Montevidéu, 26 fev. 1837.

que o varal era muito baixo e não tinha como evitar. O capataz lhe bateu com o chicote e Chico revidou com uma faca. O réu também mencionou os excessos do capataz e que ele teve que estender as mantas de charque sozinho, quando o certo seria trabalhar em dupla com outro cativo. Mas a principal queixa do réu foi que tudo isto aconteceu num dia de domingo, ou seja, no dia de descanso, nas palavras de Chico, ou no dia “de guarda em honra de Deus pela Igreja e pela Lei”, de acordo com o advogado de defesa.<sup>32</sup> A partir deste caso, é possível verificar algumas reclamações que lembram muito as dos cativos de Chaves no Uruguai. O excesso de trabalho imposto aos escravizados, a execução de tarefas aos domingos, os castigos exagerados, a proibição das saídas noturnas, ou seja, uma rígida disciplina combinada com uma excessiva exploração da mão de obra. Isto fica evidente no juízo que eles fizeram ao escolherem Francisco Nieto como um “bom” senhor, dentro dos critérios que os próprios cativos valorizavam.

A forma como Chaves administrava sua escravaria extrapolou a senzala, tornando-se pública. De acordo com Auguste de Saint-Hilaire, “ele e sua mulher só falam a seus escravos com extrema severidade, e estes parecem tremer diante dos seus patrões”.<sup>33</sup> Nas *Memórias* redigidas por Chaves, ele mesmo expõe sua visão sobre os cativos, fornecendo pistas sobre a gestão escravista que realizava. Sobre a possibilidade de casamento e constituição de família, Chaves foi claro: “O senhor não quer que o escravo case porque o incomoda com isso e acontece também não ter fundos para comprar-lhe mulher, ao mesmo tempo que é inconciliável casá-lo fora de casa”. O casamento, para Chaves, seria uma forma de atingir a “procriação tardia”, mas ela não era economicamente vantajosa. Em sua

---

32 Processo-crime, n. 174, m. 07, Ano 1824, Tribunal do Júri, Porto Alegre (APERS).

33 SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem ao Rio Grande do Sul*. Brasília: Senado Federal, p. 119, 2002.

opinião, os grandes fazendeiros conseguiam escravos robustos por preço baixo e, portanto, não investiam na procriação, pois não “vale (segundo a frase de muitos) a pena de cuidar de crianças”. Taxativo, Chaves concluiu: “É certamente claríssimo que a procriação desta classe [escrava] é em si mesma inoperável” e “se chegam a consentir alguns casais, não prestam às ditas crianças os necessários socorros, pelo que morrem à míngua”.<sup>34</sup> Sobre o tratamento das crianças, cabe aqui citar algo que chamou a atenção de Saint-Hilaire quando esteve na casa de Chaves:

Há sempre na sala um negrinho de dez a doze anos, que permanece de pé, pronto a ir chamar os outros escravos, a oferecer um copo de água e a prestar pequenos serviços caseiros. Não conheço criatura mais infeliz do que esta criança. Não se assenta, nunca sorri, jamais se diverte, passa a vida tristemente apoiado à parede e é, frequentemente, martirizado pelos filhos do patrão.<sup>35</sup>

Sobre isto, Chaves comentou: “Um menino é desde seus primeiros dias acostumado a horrolosos castigos feitos aos escravos (com que se encaminha à ferocidade) e palavras pouco edificantes das suas famílias para com seus domésticos”.<sup>36</sup> Portanto, as opiniões que Chaves possuía sobre os escravizados convergiam com as afirmações de Saint-Hilaire e com as declarações do uruguaio Francisco Nieto. Ainda sobre o tratamento dos cativos, Chaves afirmou com ênfase

---

34 CHAVES, Antônio José Gonçalves. *Memória ecônomo-políticas... op. cit.*, p. 61. A ampla produção historiográfica sobre a família escrava no Brasil demonstra que Chaves estava completamente equivocado no que diz respeito aos demais senhores de grandes plantéis. Ver, por exemplo, FLORENTINO, Manolo; GÓES, José R. *A paz nas senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico* (Rio de Janeiro c.1790 – c.1850). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997, e SLENES, Robert. *Na senzala uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava* (Brasil. Sudeste, século XIX). Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

35 SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem ao Rio Grande do Sul. op. cit.*, p. 119-120.

36 CHAVES, Antônio José Gonçalves. *Memória ecônomo-políticas... op. cit.*, p. 66.

não apenas sua posição, mas, na opinião dele, a dos luso-brasileiros em geral: “nós tratamos mal os escravos”, pois eles são nossos “inimigos internos” ou “inimigos domésticos”. Para Chaves, a excessiva presença deles na população brasileira, que segundo ele chegava a  $\frac{3}{4}$  do total, era uma grave ameaça. Chaves complementou seu raciocínio dizendo “que enquanto não melhorarmos em proporção de forças físicas, não podem nossas leis outorgar-lhes as beneficências que sua desgraçada condição tão imperiosamente reclama”. Só quando a classe livre ultrapassar a classe escrava em número de habitantes “que as leis podem conceder todos os bens até concluir a sua emancipação”. Para comprovar suas ideias, ele cita o caso da Bahia que “na imprudência de consentir entre si tão extraordinário número de escravos” vem constituindo-se num grande foco de revoltas. Daí a necessidade de cessar com o tráfico, pois só assim, dizia Chaves, “escaparemos ao iminente risco da desastrosa e tremenda catástrofe dos franceses na Ilha de São Domingos”.<sup>37</sup>

Chaves era mais um entre os muitos membros das elites escravistas no Brasil oitocentista atraídos pelas teses da economia política. Adaptando-as às peculiaridades brasileiras, ele buscou aplicá-las em seus estabelecimentos, combinando-as com uma violenta disciplina. No entanto, na opinião de Chaves, o emprego de uma racionalidade econômica por meio do uso do trabalho cativo não era possível. Citando uma frase de Adam Smith, ele afirmava: “o escravo – diz um economista – consome o mais que pode e trabalha o menos que pode”. Por sua “indigência corporal e espiritual”, o escravo “jamais pode ter faculdades para dirigir bem o trabalho de que é encarregado”. Seguindo esta lógica, creio que Chaves também devesse considerar que os cativos não poderiam ter roças próprias, pois seriam incapazes de geri-las de forma autônoma. Ainda sobre esta questão, Chaves afirmou: “Nada pode cooperar mais eficazmente para os

---

37 *Idem*, p. 62-63; 66; 71.

trabalhos produtivos de uma nação do que a subdivisão do mesmo trabalho” e, portanto, o Brasil estava em condições desvantajosas, pois não poderia haver subdivisão do trabalho no uso de mão de obra escravizada. Por tudo isso, afirmava Chaves: “mais vale um casal de gente livre do que mil negros cativos”.<sup>38</sup>

Em suas *Memórias*, o recurso narrativo de Chaves tendia, em muitos parágrafos, a converter suas opiniões individuais em opiniões de todos os luso-brasileiros, onde o “nós” torna-se o sujeito escritor da obra. Mesmo que suas opiniões fossem compartilhadas por outros senhores escravistas, algumas delas não eram. Muitos senhores deviam compartilhar do perigo do *haitianismo*, mas nem por isso desejavam a extinção total do tráfico e da escravidão. Outros, como José Bonifácio, eram anti-escravistas, mas não achavam que a melhor solução fosse direcionar o governo dos escravos com uma rigorosa disciplina, castigos excessivos e alta vigilância. Como notou Roberto Guedes, Bonifácio projetava, com a extinção do tráfico, que os escravos servissem aos seus senhores “com fidelidade e amor” e “de inimigos se tornariam amigos e clientes”. Para Bonifácio, “a situação mais deliciosa” seria ver um senhor viver sem medo entre seus cativos, como se pertencessem a uma mesma família.<sup>39</sup> Analisando os escritos de Bonifácio, Guedes percebeu que para o autor “o casamento entre escravos e suas economias próprias – suas terrinhas, suas caças e suas pescas – eram de fundamental importância e transformariam escravos em amigos e clientes, evitando um São Domingo abaixo da linha do Equador”.<sup>40</sup> Para evitar o perigoso São Domingo, Chaves e Bonifácio concordavam na extinção do

---

38 *Idem*, p. 60-61; 69.

39 SILVA, José Bonifácio de Andrada e. Representando à Assembleia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil sobre a escravatura. In: *Obra política de José Bonifácio*. Brasília: Senado Federal, p. 94-97, 1973.

40 GUEDES, Roberto. Autonomia escrava e (des)governo senhorial na cidade do Rio de Janeiro da primeira metade do século XIX. In: FLORENTINO, Manolo (org.).

tráfico. No entanto, o primeiro não romantizava uma vivência em harmonia entre senhores e seus cativos, não via com bons olhos a família escrava e não permitia grandes espaços de autonomia no interior do cativo. Entre tratar bem dos cativos para aproveitar melhor sua força de trabalho ou explorá-los economicamente sem conter os exageros, Chaves aproximou-se mais do segundo comportamento, impondo ritmos de trabalho bastante excessivos, sob rigorosa disciplina e castigos em demasia.

Portanto, enquanto Chaves não oferecia um bom tratamento aos seus cativos adultos e crianças, exagerava nos castigos, cerceava sua autonomia e inviabilizava a formação de famílias, Vieira Braga permitia aos seus escravizados possuírem roças próprias e criarem animais, dedicava grande importância à alimentação, às vestimentas e ao cuidado da saúde dos escravos. Além disso, ele também concedeu alguma autonomia aos carpinteiros, regulares saídas à noite, encorajou a formação de famílias e estimulou a hierarquia entre os cativos, premiando-os com distinções no uso de roupas, com cartas de alforrias e com ocupações distintas, como a de escrava doméstica. Outra notável medida foi encaminhar os cativos na prática da religião católica, buscando consolidar a harmonia na senzala, além de cumprir as suas obrigações para com a legislação eclesiástica.<sup>41</sup> Portanto, se não devemos esquecer que ambos eram escravizadores e exerciam o seu poder cotidiano sobre esses trabalhadores, também não se pode negar que tratavam-se de gestões escravistas distintas e que os cativos, diante de tais contextos, também possuíam o seu julgamento a respeito dos dois.

---

*Tráfico, cativo e liberdade*: Rio de Janeiro, séculos XVII-XIX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 247, 2005.

41 Conforme as Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, “os pais, mestres, amos e senhores” tinham o dever de “ensinar ou fazer ensinar a doutrina cristã aos filhos, discípulos, criados e *escravos*”. Ver: VIDE, Sebastião Monteiro da. *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahi*. Livro 1, título 2 (11), Brasília: Senado Federal, p. 2-3, 2007.

É provável que Vieira Braga e Gonçalves Chaves materializassem dois polos de um mosaico de modelos e formas de administrar os escravizados, pendendo o primeiro para um lado que incorporava certo paternalismo e o outro para um lado de maior violência e rigor disciplinar. Entre esses polos deviam existir formas mais semelhantes ou menos semelhantes, variando de acordo com inúmeras características, como o tamanho da escravaria, a localização e o tipo de trabalho realizado pelos cativos, o equilíbrio dos sexos, a presença de africanos, o comportamento dos capatazes, as margens de autonomia dadas pelo senhor, entre muitos outros fatores. É possível dizer que os cativos de Vieira Braga trabalhavam em uma estância e os de Chaves em uma charqueada, o que poderia exigir dos proprietários formas distintas de lidar com os escravizados. Contudo, também localizei charqueadores com alguns traços de atitudes mais paternalistas, o que talvez ajude a evitar um determinismo por meio desses critérios.<sup>42</sup>

A imposição ou proibição de práticas religiosas também podia compor um dos elementos que caracterizavam a forma de administração da escravaria. Nesse sentido, é importante considerar a religiosidade dos proprietários. Estudando as escravarias de Pelotas entre 1830 e 1850, Natália Pinto verificou a importância dos sacramentos católicos na vida dos cativos e senhores. Dentre as contribuições de sua pesquisa, menciono o papel do batismo e do compadrio entre os cativos dos charqueadores. Selecionando os cativos de dois grandes charqueadores do período, os comendadores João Simões Lopes e Boaventura Rodrigues Barcellos, Pinto percebeu como alguns deles constituíam-se em *padrinhos* e *madrinhas de prestígio*, concentrando um grande número de afilhados.<sup>43</sup>

---

42 VARGAS, Jonas. *Pelas margens do Atlântico. op. cit.*

43 PINTO, Natália. *A benção compadre. op. cit.*

O crioulo José, por exemplo, batizou 12 africanos adultos e uma criança, filha legítima de um casal de africanos. Conforme Pinto, ele era o cativo mais antigo da senzala de Simões Lopes. “Quiçá ele fosse elemento importante no processo de socialização dos escravos adultos recém-chegados na propriedade, ensinando-lhes os ditames e as normas do rotineiro trabalho nas charqueadas”. Além disso, ele deveria ser um “importante conector entre o mundo dos escravos e o mundo senhorial, podendo apaziguar os possíveis conflitos e tensões existentes dentro da comunidade escrava”, negociando “por direitos ou costumes que possivelmente trouxessem mais ‘sossego’ ao mundo senzalesco”.<sup>44</sup> Segundo a autora, “os escravos também procuravam estreitar laços de compadrio com pessoas livres, e algumas dessas eram familiares de seus proprietários”. No caso de Boaventura Barcellos, dois de seus escravos foram batizados por um casal de filhos seus. Nesse sentido:

A decisão de tornar-se um compadre ou comadre de um familiar do senhor, livre, escravo ou forro, poderia ser barganhada em um campo de *sucesso* ou de *fracassos*. Tudo dependia da margem negociada entre as forças envolvidas nesse jogo. Ou melhor, ressaltamos que não deveria ser apenas uma escolha dos escravos o apadrinhamento com o senhor. Deveria ser uma *distinção* feita pelo senhor e, ao mesmo tempo, um indicativo do reconhecimento que o senhor tinha da importância daqueles cativos no pleno funcionamento da senzala.<sup>45</sup>

De acordo com Pinto, “os escravos ao escolherem um círculo de relações se hierarquizavam”, pois “os laços que ligavam alguns escravos, excluíam outros, marcando ainda mais uma hierarquia entre eles”. Portanto, os cativos que concentravam um grande número de afilhados entre os cativos africanos “poderiam ter sido um elo

---

44 *Idem*, p. 127-128.

45 *Idem*, p. 131-134.

no processo de socialização na comunidade escrava via o ritual do batismo”, ao mesmo tempo em que os cativos que se tornavam compadres de homens livres, forros e parentes próximos do senhor podiam servir como mediadores de conflitos entre a casa senhorial e a senzala.<sup>46</sup> Tratava-se de um fenômeno sociocultural no qual os escravizados podiam utilizar-se das práticas religiosas de seus senhores para obterem ganhos no cativeiro, e assim impor limites a escravistas como o charqueador Gonçalves Chaves. Conforme Carlos Engemann, “tanto a comunidade modelava o senhor, quanto o senhor definia a comunidade, ainda que o fizessem em graus e intensidades diferentes”.<sup>47</sup>

### **Os manuais escravistas e um mosaico de formas de administração cativa**

Estudando as teorias de gestão escravista entre os séculos XVII e XIX, Rafael Marquese dedicou um espaço importante ao *Manual do agricultor brasileiro*, cuja primeira edição, escrita por Carlos Taunay, datava de 1839.<sup>48</sup> Nesse sentido, é possível verificar nos escritos de Taunay elementos característicos tanto da forma como Chaves administrava a sua escravaria, quanto da forma como Vieira Braga o fazia, que deviam ser comuns a outros senhores de grandes escravarias espalhadas pelo Brasil. As semelhanças com Chaves se iniciam na não aceitação do que Rafael Marquese chamou de “tese do bem positivo”, ou seja, a ideia de que a instituição escravista era essencialmente benéfica para os africanos. Para Taunay, o cativeiro representava uma “violação do direito natural”, mas mesmo assim ele defendia a escravidão, devido à sua importância econômica para

---

46 *Idem.*

47 ENGEMANN, Carlos. *De laços e de nós*. Rio de Janeiro: Apicuri, p. 149, 2008.

48 MARQUESE, Rafael. *Feitores do corpo*. *op. cit.*

o Império. Embora Chaves não defendesse a escravidão de forma tão nítida, ambos eram contrários a uma abolição abrupta, pois ela poderia acarretar num novo São Domingos. Outro ponto de contato entre ambos era a consideração da inferioridade racial dos negros. Os via como adolescentes brancos, incapazes de atingir a maturidade necessária para seu autogoverno.<sup>49</sup>

Concordando com Adam Smith, como Chaves já fizera duas décadas antes, Taunay considerava que os cativos eram inimigos de toda ocupação regular e trabalho. Para que os objetivos do senhor fossem alcançados era necessário sujeitar os escravos a uma rigorosa disciplina e mostrar-lhes o castigo inevitável. “Coação e medo, portanto, conformavam o eixo da administração dos escravos no entender de Taunay, pois só assim seria possível forcejar os cativos a cumprirem as determinações laborais do senhor”. Daí Taunay defender uma “vigilância de todos os momentos”, uma “disciplina semelhante à militar” e “feitores que não o percam de vista um só minuto”. O meio de obter a coação e interiorizar o medo era a aplicação dos castigos à vista de toda a escravatura, com a finalidade de ensinar e intimidar os demais negros. Mas em uma ressalva que se distanciava de Chaves, ele defendia que o excesso de castigo e sua repetição embrutecia o cativo ao invés de corrigi-lo. Portanto, o senhor deveria ser justo e os castigos deveriam ser moderados e variados de acordo com a culpa.<sup>50</sup>

Conforme Marquese, Taunay reconhecia que o nível de tensão na propriedade se elevaria a patamares alarmantes caso o proprietário fundamentasse seu governo somente na coação e no medo. Como

---

49 MARQUESE, Rafael. Paternalismo e governo dos escravos nas sociedades escravistas oitocentistas: Brasil, Cuba e Estados Unidos. In: FLORENTINO, Manolo; MACHADO, Cacilda (org.). *Ensaio sobre escravidão*. Belo Horizonte: Editora da Universidade Federal de Minas Gerais, p. 123-124, 2003.

50 MARQUESE, Rafael. Paternalismo e governo dos escravos. *op. cit.*, p. 124-125.

o cativo era visto por essa lógica senhorial como um *homem-criança*, havia a necessidade de conjugar a disciplina com o paternalismo e a orientação católica. É neste ponto que Taunay começa a se afastar de Chaves e se aproximar de Vieira Braga: segundo Taunay, um dos principais fatores para evitar a tensão nas senzalas era “inculcar nos negros a doutrina do catolicismo romano”. Esta era a melhor forma para conservar a obediência ao senhor, boa ordem e subordinação. O objetivo da direção religiosa e moral dos cativos era deixá-los parecidos com as propriedades inicianas do século XVIII.<sup>51</sup> Demonstrei anteriormente que Vieira Braga também insistia em inculcar o catolicismo entre os escravizados, ao contrário de Chaves, que não guardava nem os domingos aos cativos.

Outra recomendação de Taunay era premiar cativos de boa conduta e os diligentes em suas tarefas. Seu deslocamento para a função de feitores inferiores seria uma das medidas possíveis. A promoção seria evidenciada por insígnias de pequena monta, tais como vestimentas ou bonés mais brilhantes. Taunay também era partidário dos métodos de administração escravista empregados pelos jesuítas, daí a importância que dava às famílias escravas. A proteção às grávidas, o cuidado com as crianças, a não obrigatoriedade do casamento religioso foram alguns destes traços.<sup>52</sup> Ora, Vieira Braga também investiu em distinções no interior da escravaria, alimentando a hierarquia entre os cativos, e deu importância notável às famílias escravas. Em suma, Taunay delineou um conjunto de regras básicas que cuidavam da alimentação, das vestimentas, da habitação, do trabalho diário, dos castigos, da direção religiosa e moral e das relações entre cativos e cativas. Ele também advogou a elevação da quantidade e qualidade de vestimentas e alimentos fornecidos aos cativos e a melhoria do estado sanitário da moradia escrava.

---

51 *Idem*, p. 125.

52 *Idem*, p. 125-126.

Para Taunay, saber dosar o paternalismo com disciplina rigorosa era a chave da gestão escravista. A obrigação do catolicismo dominical seria compensada com a liberdade para a realização dos seus folguedos africanos após o jantar. Nesta ocasião, o senhor deveria distribuir a cachaça entre os cativos, pois a comunicação dos escravizados com as tavernas deveria ser fortemente proibida, sob pena de severos castigos. Como demonstrei anteriormente, Vieira Braga também distribuía fumo e ponche com aguardente aos seus cativos, e os que andassem embriagados à noite também deveriam ser punidos. Outro ponto de convergência entre o Manual de Taunay e as “Instruções” de Vieira Braga diz respeito à concessão de alforrias para as escravizadas que contribuíssem com o aumento da escravaria de seu proprietário. Taunay aconselhava que as cativas que tivessem 6 filhos ou mais deveriam ser libertadas, tanto por terem fornecido um grande número de rebentos ao seu senhor, como para servirem de exemplo às outras companheiras de cativeiro.

A presença do castigo aos escravizados de Vieira Braga fica evidente no processo que envolveu os cativos carpinteiros, pois havia a possibilidade de José ser castigado por estar embriagado. Além do mais, dos 136 escravizados arrolados no inventário de sua mãe, pelo menos 7 estavam fugidos, dois escaparam para o Uruguai e outros dois para Pernambuco. Portanto, o cuidado que ele demonstrou ter com seus cativos tinha como fim seu melhor aproveitamento no trabalho. Nesse sentido, ele demonstrou ser muito diligente com as finanças da estância e não poupou esforços para defender sua propriedade. Nas instruções ao seu capataz, ele ordenou não permitir em hipótese alguma que alguém se arranchasse em seus campos ou tentasse medir suas terras sem seu consentimento. Com relação aos animais, se alguém lhe roubasse algum gado era para chamar o filho do Sr. Garcez para “fazer-se tudo o mais que for necessário contra o ladrão”.<sup>53</sup>

---

53 *Instruções ao capataz...*, p. 42-43.

Portanto, a combinação de certa dose de paternalismo com uma rigorosa disciplina também era praticada por Vieira Braga, alguns anos antes da publicação do Manual escrito por Taunay, evidenciando uma convergência de formas de pensar a administração escrava entre um membro de uma elite regional e fazendeiros de café do centro do País. Vieira Braga vivenciava o mesmo contexto socioeconômico e político dos primeiros anos da Regência e devia temer as tentativas de revoltas e rebeliões que se iniciavam. Em 1835, colocou-se contra a Guerra dos Farrapos, combatendo os rebeldes, e por conta disso, teve sua fazenda confiscada pelos farroupilhas. Nas fileiras do Partido Conservador, ocupou cargos políticos e administrativos locais, e por conta de sua fidelidade e apoio à Monarquia, tornou-se Barão, Visconde, e finalmente Conde de Piratini, tendo sido um dos comerciantes e capitalistas mais ricos e prestigiados naquela sociedade escravista do sul do Brasil.

## **Conclusão**

Investigar as formas como os grandes escravistas administravam os seus cativos é importante, pois os limites e possibilidades da(s) agência(s) escrava(s) também eram conformados pela política de domínio senhorial imposta pelos proprietários, ao mesmo tempo em que essas formas de administração também eram moldadas, tensionadas e reelaboradas de acordo com as negociações e conflitos cotidianos com esses mesmos trabalhadores escravizados. Tratavam-se, portanto, de relações de dominação e resistência que também eram fruto do caráter relacional da escravidão. Nesse sentido, diversos fatores afetavam essas relações, como o tamanho da escravaria, o tipo de trabalho realizado na propriedade, sua localização, a presença de africanos e de famílias cativas, o equilíbrio entre os sexos, a personalidade dos proprietários e capatazes, entre muitos outros.

Nesse sentido, Vieira Braga tinha que lidar com problemas que nenhum cafeicultor conhecia, pois sua estância ficava encravada na fronteira com o Uruguai. Ele viu sua propriedade ser saqueada por rebeldes, sua escravaria ser cobiçada para compor as fileiras de exércitos castelhanos, experimentou um contexto de belicosidade quase endêmica. O Rio Grande do Sul reunia os maiores rebanhos bovinos do Brasil, e administrar cativos campeiros acostumados com o trabalho a cavalo era bem diferente de administrar cativos em grandes plantações. Tudo isso influenciava a maneira como ele planejava a administração da escravaria e ajudava a conformar os limites da política de domínio senhorial contra a qual os cativos resistiam cotidianamente, a partir de suas práticas individuais e coletivas.

No entanto, apesar das diferenças regionais, havia algo que aproximava Vieira Braga de Taunay. A combinação de certa dose de paternalismo com uma rigorosa disciplina estava presente tanto nos escritos de Taunay quanto nas “Instruções” de Vieira Braga, e ambos apresentam uma forma de administrar a escravaria diferente de Gonçalves Chaves. Isso evidencia que alguns dos grandes escravistas de províncias mais afastadas também poderiam estar convergindo em pensamento e formas de agir com parte da classe senhorial agroexportadora do sudeste do Brasil, representada ideologicamente pelos escritos de Taunay. Nesse sentido, o “Manual do Agricultor” também pode ser lido como uma materialização da preocupação de grandes escravistas de todo o Brasil, em uma conjuntura de pressão antitráfico de receio de revoltas escravas, de rebeliões regenciais e de necessidade de manutenção da lucratividade diante das restrições do comércio negreiro, após 1831.

## CAPÍTULO II

### **Mais paisano ou mais militar?**

### **A organização das forças policiais em Pernambuco ao longo do século XIX (1830-1889)**

*Wellington Barbosa da Silva*

Hoje em dia, a atuação arbitrária e quase sempre truculenta (e não raramente letal) dos aparatos policiais de vertente militar, no seu fazer diário, algo verificável principalmente contra as populações negras e periféricas, tem levado a sociedade (ou parte dela) a questioná-los enfaticamente. Várias proposições surgem desses questionamentos – que vão da extinção pura e simplesmente das polícias militarizadas a sua desmilitarização e/ou unificação com os aparatos policiais de vertente civil. No entanto, a formatação militar ou não das instituições policiais não é assunto recente. Muito pelo contrário, ela se encontra presente na história da polícia militar em Pernambuco desde o seu surgimento, em meados do decênio de 1830 - embora nos dias atuais isso se faça de forma muito mais amplificada por conta do crescimento da esfera pública e da correspondente profusão de mídias sociais e digitais existentes no mundo contemporâneo.

Em Pernambuco, nosso recorte espacial, as discussões sobre a militarização ou não da polícia se iniciaram com a criação dos aparatos de policiamento em moldes modernos e burocráticos, na primeira metade do século XIX. Esse é o tema basilar deste capítulo. Partimos, portanto, de um recorte cronológico (o século XIX) onde a semântica da palavra polícia era outra, bem mais ampla, e a instituição assim denominada englobava inicialmente diversas funções inexistentes na posteridade. O nosso *locus*, ou seja, o lugar de onde seguiremos ao longo dessa centúria os avanços e retrocessos evidenciados no fazer-se cotidiano e contínuo, é a província de Pernambuco. Mas antes de prosseguirmos faz-se necessário delimitar nosso objeto de estudo, ou seja, saber o que (ou como) era a polícia em fins do século XVIII e princípios do século seguinte.

Ressaltemos, igualmente, que não buscamos os marcos fundantes da polícia, ou seja, não pretendemos escavar as diversas camadas de um passado longínquo para encontrar as suas marcas primeiras – não obstante citarmos neste capítulo alguns embrionários aparatos de policiamento verificáveis ao longo da história. Até mesmo porque a função policial, como hoje é compreendida, nem sempre existiu. Tampouco, como específica Jean-Claude Monet, há uma história “natural” da polícia:

Ela é mais o produto de uma sucessão de rupturas do que a consequência de um desenvolvimento que teria existido em germe desde as origens. Mesmo quando se começa a discernir seus vestígios nas sociedades do passado, nem por isso ela era composta por corpos de agentes profissionais, recrutados, nomeados e remunerados por uma autoridade pública.<sup>1</sup>

Um elemento decisivo que levou a função policial a se distinguir de outras funções (sociais, militares ou judiciais), como acentua esse

---

1 MONET, Jean-Claude. *Polícias e sociedades na Europa*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, p. 31, 2001.

mesmo autor, foi a “emergência do Estado, mesmo que embrionário e circunscrito ao quadro estreito da cidade antiga”<sup>2</sup>. É assim que se explica o surgimento de aparatos policiais na Grécia Antiga, compostos por agentes dotados de poder coercitivo e encarregados de fazer respeitar as leis em espaços específicos da cidade. Contudo, eram polícias múltiplas (uma polícia dos mercados, uma das águas, outra dos reservatórios de cereais etc.), e como acentua Jean-Claude Monet, “pouco profissionalizadas, provavelmente pouco coordenadas entre si”<sup>3</sup>.

Na Antiguidade, de modo geral, os aparatos com função policial não estavam relacionados propriamente com a segurança pública, as modalidades de defesa dos interesses públicos e dos interesses privados ainda eram distintas. Na Roma Antiga, por exemplo, onde a violência social e as desordens eram rotineiras, a segurança individual era uma atribuição de cada cidadão. Para termos uma ideia disso, basta dizer que o político e escritor Cícero possuía uma guarda pessoal de trezentos homens para garantir sua integridade física.<sup>4</sup>

Contudo, a ausência de polícia não significava ausência de policiamento. Um e outro são conceitos diferentes. E embora se completamente, um pode existir sem o outro. Como explica Robert Reiner, o policiamento é “um conjunto de atividades cujo objetivo é preservar a segurança de uma ordem social particular ou da ordem social em geral”. Como tal, ele pode ser executado por um sem-número “de pessoas e técnicas, em que a ideia moderna de polícia é apenas *uma delas*” (grifos nossos).<sup>5</sup>

---

2 *Idem*, p. 32.

3 *Idem*.

4 *Idem*, p. 34.

5 REINER, Robert. *A política da polícia*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, p. 22-23, 2004.

## A polícia na Europa do Antigo Regime

Do ponto de vista etimológico, há comum acordo de que a palavra polícia deriva do grego *politeia*, aqui compreendido como um termo que, com algumas variações, remetia à Cidade [*polis*] enquanto comunidade política distinta das outras, mas também relacionava-se com a arte de governar. Conforme Jean-Claude Monet, a partir de Platão e de Aristóteles o conceito mudou de conteúdo, remetendo mais enfaticamente a duas ordens de realidade, distintas, mas complementares:

[...] primeiramente designa esse conjunto de leis e de regras que concerne à administração geral da Cidade, isto é, a ordem pública, a moralidade, a salubridade, os abastecimentos; além disso, remete a esses “guardiães da lei” de que fala Platão em *A República*, encarregados de fazer respeitar essa regulamentação.<sup>6</sup>

Assim, desde aquela época podemos notar uma distinção entre as autoridades de polícia que ditavam as regras e as forças policiais que faziam respeitar tais regulamentos, e se fosse preciso recorriam à força física.

Na Europa ocidental, entre os séculos XVI-XVIII, alcançando o século XIX, a polícia possuía uma carga conceitual semelhante, como nos mostram alguns dicionários coevos. Como definiu Rafael Bluteau, em 1728 essa instituição era responsável por uma ampla gama de funções administrativas (construção de obras públicas, fornecimento de água e alimentos para a população, aformoseamento dos espaços citadinos etc.) e outras relacionadas com a civilização dos costumes – como o cuidado pessoal (“asseio, limpeza, alinho”) e o trato com as pessoas (“brandura no conversar, a polícia no vestir, a cortesia no tratar”), e só secundariamente pela segurança

---

6 MONET, Jean-Claude. *Polícias e sociedades na Europa*. op. cit., p. 20.

pública.<sup>7</sup> Outros dicionaristas da época apontam, geralmente de forma mais enxuta, para as mesmas multifacetadas funções.

Os dicionaristas não estavam equivocados. Na prática, nas sociedades do Antigo Regime, e de certa forma também nas do século XIX, o conceito de polícia estava relacionado com o aumento da riqueza do reino e o bem-estar da população. Esse conceito estava em sintonia com a emergência de uma nova racionalidade política, desenvolvida pelo Estado moderno no bojo do chamado reformismo ilustrado. Nesse contexto, a polícia deveria estimular, determinar e orientar o trabalho dos homens com o intuito de transformá-lo em algo útil ao Estado. Em contrapartida, ela também deveria se preocupar com a produção e circulação dos alimentos, com as questões relativas à saúde e com a comodidade, isto é, o bem-viver dos homens. Em síntese, como escreveu Michel Foucault: “Consolidar e aumentar a força do Estado, fazer bom uso das forças do Estado, proporcionar a felicidade dos súditos, é essa articulação que é específica da polícia”.<sup>8</sup>

Foi assim, seguindo a cartilha do reformismo ilustrado, que o reino de Portugal criou em 25 de junho de 1760 a Intendência Geral da Polícia, com a função de interferir “em assuntos de ‘polícia’, como o combate à criminalidade”, mas igualmente em diversos outros temas da administração pública. Entre eles:

[...] incremento do fomento social e econômico, elaboração de censos de nascimentos, casamentos e óbitos para promover a demografia, o controle da saúde pública e do estado sanitário, a vigilância e a segurança do movimento de pessoas e bens, o recolhimento de mendigos, o combate à prostituição,

---

7 BLUTEAU, Raphael. *Vocabulário português & latino*: aulico, anatomico, architectonico... Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1728. Disponível em: [www.brasiliana.usp.br/dicionario/edicao/1](http://www.brasiliana.usp.br/dicionario/edicao/1). Acesso em: 10 jul. 2022.

8 FOUCAULT, Michel. *Segurança, território, população*: Curso no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, p. 440, 2008.

isto é, em matérias ligadas ao bem-estar e a segurança das populações.<sup>9</sup>

Ao transmigrar sua corte para a América portuguesa, em 1808, o regente D. João trouxe consigo as mesmas ideias, e por meio do alvará de 5 de abril de 1808, logo implantou no Rio de Janeiro a homônima instituição criada anos antes em Portugal. Da mesma maneira, a Intendência Geral da Polícia da Corte e do Estado do Brasil ficou responsável por uma série de funções administrativas: a construção de obras públicas, plantio de árvores, drenagem de pântanos, limpeza, iluminação e abastecimento (de água e de alimentos) da Corte, além das atividades relacionadas com a manutenção da segurança pública por intermédio da sua subordinada Divisão Militar da Guarda Real de Polícia (criada em 13 de maio de 1809).

Apesar de ter a responsabilidade pela manutenção da ordem nas ruas da Corte e perseguir criminosos, ou seja, de fazer o serviço ostensivo de polícia como nós entendemos atualmente, a Guarda Real de Polícia não era ainda uma força de polícia moderna, organizada em moldes burocráticos. Como salienta Thomas Holloway, seus oficiais e soldados eram egressos do Exército, e como ocorria com as tropas militares, eles “recebiam apenas um estipêndio simbólico, além de alojamento e comida nos quartéis e do uniforme”.<sup>10</sup> Mas essa corporação era organizada segundo um modelo que permaneceu ao longo do século XIX, ou seja, um modelo baseado na crença de que uma força policial estruturada em padrões militares era a mais adequada para policiar as vilas e cidades do Brasil Império.

---

9 HESPANHA, António Manuel; SUBTIL, José Manuel. Corporativismo e Estado de polícia como modelos de governo das sociedades euro-americanas do Antigo Regime. In: FRAGOSO, João Fragoso; GOUVÊA, Maria de Fátima (org.). *O Brasil colonial, 1443-1580*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 1, p. 151, 2014.

10 HOLLOWAY, Thomas H. *Polícia no Rio de Janeiro: repressão e resistência numa cidade do século XIX*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, p. 48, 1997.

No entanto, não foi a Guarda Real de Polícia da Corte quem introduziu na América portuguesa esse modelo organizacional de polícia. Antes de sua criação no Rio de Janeiro, a região das Minas Gerais vivenciou, ainda no século XVIII, uma experiência semelhante. Conforme Francis Cotta, a necessidade de vigilância sobre a sociedade e as atividades de mineração ensejou o envio, a pedido do Conde de Assumar, dos Dragões Del Rey – um efetivo composto inicialmente por “dois capitães com sessenta soldados”, cujas atividades “estavam diretamente vinculadas ao processo de imposição do poder da Coroa portuguesa sobre os poderosos locais, manutenção da arrecadação dos impostos e conservação da ordem e sossego públicos”.<sup>11</sup> Essa teria sido a origem da Polícia Militar de Minas Gerais, o que a torna a polícia mais antiga do Brasil.

Independente de uma possível polêmica em torno de quem surgiu primeiro, pois essa é uma questão de somenos importância, podemos afirmar que os Dragões Del Rey e a Guarda Real de Polícia apenas reproduziram em suas formatações algo existente na América portuguesa desde o início da colonização: o *ethos* militar. A organização militar, como apontou Raymundo Faoro, era “a espinha dorsal da colônia, elemento de ordem e disciplina, auxiliar na garantia da cobrança dos tributos e dos privilégios reais”.<sup>12</sup> Ao lado dos soldados das tropas de linha, ou seja, do exército, todos os moradores livres, organizados em companhias de milícias e de ordenanças, tinham a obrigação de servir militarmente em tempo de guerra – tanto nos casos de agressões externas como nos conflitos internos.<sup>13</sup> E como

---

11 COTTA, Francis Albert. *Breve história da Polícia Militar de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Fino traço, p. 69-70, 2014.

12 FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 9. ed. São Paulo: Globo, v. 1, p. 196, 1991.

13 Para uma melhor compreensão da formação dos corpos de milícias e de ordenanças, bem como das suas funções, ver: PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. 22. ed. São Paulo: Brasiliense, p. 310-313, 1992.

era de se esperar, eram elas que garantiam um mínimo de tranquilidade e/ou de moralidade pública em suas localidades, auxiliando os operadores da Justiça quando assim se fizesse necessário.

### **O espírito anticastrense da sociedade brasileira no Império**

Em que pese a organização militar da colonização da América portuguesa, conforme apontaram Raymundo Faoro e Caio Prado Júnior, a historiografia mostra que no Brasil independente, evidenciou-se certo espírito anticastrense na sociedade. Ou pelo menos entre pessoas letradas e politizadas. O posicionamento de Evaristo da Veiga sobre o assunto reflete bem esse estado de coisas: esse jornalista e político carioca, de intensa atuação nas duas primeiras décadas do Brasil independente, ponderava que os exércitos permanentes eram “um obstáculo aos progressos da civilização” e um risco à ordem constitucional, pois onde eles existem “o governo tem um meio eficaz, para se soltar das leis, que lhe não agradam.” Por isso, na sua acepção, não se devia dar “extrema confiança a esses instrumentos de morte; mudam a cada passo de mãos. Soberbos primeiro por executarem as ordens do Poder absoluto, os exércitos permanentes acabam por fazerem aliança com a anarquia”.<sup>14</sup>

O espírito anticastrense era de tal monta que segundo Joaquim Nabuco, “ninguém levou a mal sinceramente o malogro das armas brasileiras no Prata [durante a Guerra da Cisplatina], a série de insucessos ligados aos nomes de cada um dos generais para lá mandados”.<sup>15</sup> John Armitage alguns anos antes já havia apontado nessa direção. Para ele, o “constante mau fado das armas brasileiras” nessa guerra teve um legado positivo, qual seja o de contribuir para

---

14 *A Aurora Fluminense*, 5 de abril de 1828.

15 NABUCO, Joaquim. *Um estadista do Império*. 5. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, v. 1, p. 54, 1997.

“aniquilar a ambição das distinções militares”, e, por conseguinte, salvar a Constituição e “suas mais valiosas instituições”. Ainda segundo ele, graças à derrota brasileira (entenda-se o fiasco dos generais enviados para o teatro de operações) a “energia da geração nascente [...] inclinou-se mais para a carreira civil do que para a militar; e os aperfeiçoamentos sociais que resultaram desta posição preservaram o Brasil de uma completa anarquia”.<sup>16</sup>

As tropas de linha, por serem associadas a D. Pedro I, eram vistas com desconfiança, como se fossem uma guarda pretoriana do imperador, e, portanto, relacionava-se o seu fortalecimento ao prenúncio de um golpe de estado. Como explicitou Evaristo da Veiga, as “diferentes maneiras que há, de pôr a civilização em perigo, estão todas ao alcance da força militar”.<sup>17</sup> Da forma como foram estruturadas por D. Pedro I, escreveu Raymundo Faoro, as tropas militares não seriam somente um elemento propício à anarquia, elas também imprimiram na atividade política “uma tutela sem mandato popular”<sup>18</sup> validada pela intimidação das armas. Em suma, nesse contexto, a existência de um exército numeroso, deliberante e político, capaz de tutelar o governo ou ditar-lhe os rumos, colocava em risco a construção da ordem civil. Era um malefício a ser esconjurado pela sociedade.

Não foi à toa que, após a abdicação de D. Pedro I, os políticos promoveram um grande licenciamento do exército. Estima-se que durante os três ou quatro primeiros meses da Regência, praticamente dois terços das tropas de linha foram desmobilizadas. De um efetivo estimado de 30.000 homens, nesse trimestre 20.000 soldados foram dispensados. O efetivo restante, ou seja, 10.000 praças, foi direcionado prioritariamente para as regiões de fronteira.<sup>19</sup> Para

---

16 ARMITAGE, John. *História do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, p. 167, 1981.

17 *A Aurora Fluminense*, 5 de abril de 1828.

18 FAORO, Raymundo. *Os donos do poder. op. cit.*, p. 302.

19 *Idem*.

Joaquim Nabuco, a primeira decepção com a chamada Revolução do 7 de abril foi “a do exército, condenado, licenciado pelo partido que ele tinha posto no poder”.<sup>20</sup>

Para contrabalançar o enfraquecimento das tropas de linha, o governo regencial criou em 18 de agosto de 1831 uma milícia cidadã, a Guarda Nacional. Mesmo fardada, armada, aquartelada, organizada em batalhões e companhias e comandada por oficiais com patentes militares etc., ou seja, mesmo possuindo uma formatação militar, a Guarda Nacional era uma instituição cívica, composta por “cidadãos ativos”. Ou seja, eram eleitores, aptos a prestarem serviços litúrgicos (sem remuneração) ao Estado. Diferentemente das tropas de linhas, subordinadas ao Ministério da Guerra, a “milícia cidadã” era subordinada ao Ministério da Justiça e somente as autoridades civis podiam requisitar seus efetivos. A essa nova instituição caberia internamente a manutenção da ordem pública, ficando as tropas de linha responsáveis pela defesa do país contra ameaças e agressões externas.

Embora a manutenção da ordem pública não significasse necessariamente realizar o serviço de policiamento do cotidiano, foi a Guarda Nacional que, devido aos diminutos efetivos dos corpos de polícia criados nos decênio de 1830, desempenhou em larga escala as atividades de policiamento – notadamente nas vilas e cidades interioranas, onde os destacamentos da polícia eram escassos, ou até mesmo inexistentes.

### **A polícia em Pernambuco: da América portuguesa ao Império brasileiro**

Em linhas gerais, não existiu uma polícia regular em Pernambuco durante a colonização portuguesa. Henry Koster, um inglês que se radicou em terras pernambucanas, inicialmente para se tratar

---

20 NABUCO, Joaquim. *Um estadista do Império. op. cit.*, p. 55.

de uma tuberculose, nos deixou um taxativo testemunho sobre o assunto no seu diário de viagens:

Não existe polícia regular. Quando se faz uma prisão no Recife ou arredores, dois oficiais de justiça são acompanhados por soldados de um ou outro regimento de linha, para esse fim. A ronda, ou patrulha, composta de soldados, passeia pelas ruas, em tempos certos e não é de muita utilidade para a cidade (grifos nossos).<sup>21</sup>

Durante um bom tempo, o responsável pelo policiamento do cotidiano no Recife colonial foi um homem cuja história real se confunde um pouco com a ficção: José Correia da Silva, ou como era chamado pela população, “o Onça”. Utilizando métodos discricionários, era ele, segundo relatos coevos, quem garantia a ordem pública e a segurança dos cidadãos na capital pernambucana.<sup>22</sup> Seu *modus operandi* trazia semelhanças com o de outro agente policial, seu contemporâneo não menos temível: o Major Miguel Nunes Vidigal, ou simplesmente o Vidigal – que como afirma Thomas Holloway era o “terror dos vadios e ociosos”<sup>23</sup> do Rio de Janeiro. Ambos, por meios diferentes, ganharam notoriedade no século XIX. José Correia ficou marcado no imaginário social como o generante de uma fase idílica da segurança pública no Recife oitocentista, o major Vidigal, por sua vez, foi imortalizado pela pena de um literato, ao ser inserido em um consagrado romance da literatura nacional.<sup>24</sup>

---

21 KOSTER, Henry. *Viagens ao Nordeste do Brasil*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco/ Editora Massangana, v. 1, p. 112, 2002.

22 ARRAIS, Raimundo. *O pântano e o riacho: a formação do espaço público no Recife do século XIX*. São Paulo: Humanitas; FFLCH; USP, p. 97, 2004.

23 HOLLOWAY, Thomas H. *Polícia no Rio de Janeiro: repressão e resistência numa cidade do século XIX*. *op. cit.*, p. 48.

24 ALMEIDA, Manoel Antônio de. *Memórias de um sargento de milícias*. Porto Alegre: L&PM, 1997.

A primeira força policial de tempo integral de Pernambuco, no Império, foi criada por D. Pedro I através do Decreto de 11 de junho de 1825 (um decreto de que a Polícia Militar de Pernambuco se apropriou e preserva como sua pomposa certidão de nascimento). Assim como acontecia com a Guarda Real de Polícia da Corte, essa nova corporação foi organizada com soldados retirados das fileiras do Exército, mais especificamente com o contingente do Corpo de Cavalaria de 1.<sup>a</sup> Linha, que foi extinto pelo decreto supracitado.

Ela era, portanto, uma força policial de vertente militar *par excellence*. No entanto, sua abrangência era local. Concentrada no Recife, sua constituição deixa entrever a preocupação do imperador com o espírito de rebeldia dos pernambucanos. Afinal, um ano antes, a província fora sacudida pela Confederação do Equador (1824). Apesar da dura e sangrenta repressão aos revolucionários, os ânimos ainda estavam acirrados e o perigo de uma nova conflagração política e social ainda rondava o imaginário das elites governantes.

A desconfiança relacionada às forças militares também acompanhou a formação desse corpo de polícia – ele próprio uma extensão do exército, visto que seu efetivo era composto por soldados egressos das tropas de linha. O nível de suspeição com a força policial pode ser aferido com o fato ocorrido na época da abdicação de D. Pedro I, no dia 7 de abril de 1831: a “tão fausta notícia” desse acontecimento somente chegou a Pernambuco quase um mês depois, no dia 6 de maio de 1831, por meio de ofícios trazidos pelo pacote imperial Pedro. Um dia antes, preocupado com a manutenção da tranquilidade e da segurança pública, o Conselho do Governo resolveu desmobilizar o corpo de polícia existente e reorganizar outro, nos mesmos moldes, mas com soldados que “mais aptos fossem por seu comportamento civil e político”.<sup>25</sup>

---

25 Pernambuco, Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano. *Atas do Conselho de Governo de Pernambuco (1821-1834)*. Recife: Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco, CEPE, v. 2, p. 125-126, 1997.

Forças policiais de tempo integral e abrangência provincial, com uma estrutura moderna, em moldes burocráticos, somente começaram a ser gestadas durante o período regencial (1831-1840) – que, na feliz definição de Ricardo Salles, funcionou como o “laboratório da nação”. Nesse recorte cronológico, o estado nacional brasileiro começou a ser construído e, *pari passu*, diversos projetos políticos foram apresentados, discutidos, combatidos. Uns foram vitoriosos, outros foram derrotados. Foi um momento decisivo para a demarcação da estrutura jurídico-política do país independente, o que também ensejou discussões e a formulação de propostas para a formação dos aparatos de policiamento necessários à manutenção da ordem pública.

Nesse contexto, não faltou quem propusesse outro desenho institucional, mais paisano do que militar, para os corpos policiais de atuação ostensiva/preventiva. Em 1831, quase dois meses depois da abdicação de D. Pedro I, o padre Lopes Gama utilizou as páginas do seu jornal *O Popular* justamente para defender uma nova estrutura organizacional para a polícia em Pernambuco – acentuando “a urgência da organização *provisória* de uma guarda cívica, ou *nacional*; que nesta capital, na cidade de Olinda, e nas vilas da província, [velasse] no sossego e segurança pública”.<sup>26</sup>

Para ele, o Corpo de Polícia criado por Dom Pedro I deveria estender seu raio de ação para além da capital pernambucana, e dessa maneira alcançar as localidades mais distantes do litoral. Em outras palavras, ele defendia que a referida instituição possuísse uma abrangência provincial e não apenas local, concentrada nas freguesias do Recife e nos seus arrabaldes – como era feito naquela época.

No seu ponto de vista, acima de tudo era necessário que o policiamento fosse realizado por “*cidadãos-soldados*”, devidamente interessados na “conservação da boa ordem”, atuando no local de

---

26 *O Popular*, 30 mai. 1831.

suas residências, e não por soldados egressos do exército – uma instituição que além de ser associada ao imperador abdicatário, era constituída em sua maior parte por homens recrutados à força entre a população pobre livre. Lopes Gama sugeria, pois, a criação de aparatos policiais de vertente civil, e acima de tudo, de caráter municipalista: “Esteja a polícia de Pernambuco entregue a pernambucanos, a de Olinda a olindenses, ou estudantes do Curso Jurídico”, etc.<sup>27</sup>

Alguém pode objetar que esse tipo de policiamento era realizado, embora de maneira episódica, pelos corpos de milícias e de ordenanças desde longa data. No entanto, para Lopes Gama essas instituições coloniais não podiam suprir a falta de uma polícia regular. Para ele, entre outras reclamações, seus arrogantes capitães-mores de triste lembrança para os segmentos populares, cheiravam “ao despotismo colonial” e, portanto, não havia mais espaço para eles continuarem “encarregados da polícia das vilas e povoações n’um país livre e culto”. Além disso, na sua percepção, as ordenanças e milícias camponesas se mostravam inúteis para a perseguição e prisão dos “numerosos bandoleiros e salteadores” que infestavam a província.<sup>28</sup>

Apesar do desenho institucional delineado por Lopes Gama para a força policial, semelhante ao que pouco tempo depois ganharia materialidade, com a criação da Guarda Nacional, a polícia imaginada por ele tinha uma diferença substancial se comparada com a “milícia cidadoa”. Sem dúvidas, ele defendia a constituição de uma polícia de caráter civil, mas não realizada de maneira litúrgica pelos próprios cidadãos – como se fazia, inclusive, com os corpos de milícia e ordenanças desde o início da colonização portuguesa. Em sua acepção, o corpo policial deveria ser entregue “a homens, para

---

27 *O Popular*, 30 mai. 1831.

28 *Idem*.

quem isto [fosse um] ofício, ou modo de viver, e enriquecer”.<sup>29</sup> Nesse sentido, ele professava a criação de uma força policial de caráter civil, mas profissionalizada – onde seus integrantes pudessem fazer carreira e até prosperar com o seu trabalho.

As premissas de Lopes Gama acabaram sendo realizadas em curto espaço de tempo, com a extinção das milícias e ordenanças em 1831, pela mesma lei instituinte da Guarda Nacional.<sup>30</sup> Mas antes mesmo da milícia cidadã entrar em cena, no âmbito da lei de 6 de junho de 1831, o governo regencial criou na Corte do Rio de Janeiro uma Guarda Municipal – colocando em cada distrito, sob o comando do respectivo juiz de paz, um efetivo de 25 a 50 homens. Essa corporação, formada por cidadãos eleitores prestando serviços litúrgicos, dava materialidade ao pressuposto de que a ordem pública somente seria mantida se o policiamento fosse feito por cidadãos ativos e industriais, ou seja, por pessoas que tivessem interesse material na sua manutenção.

Essa instituição teve vida efêmera. O regente Feijó, argumentando que não bastava o patriotismo dos guardas municipais civis para policiar de forma regular a cidade, resolveu substituí-los por um aparato policial permanente, militarizado e profissional, ou seja, devidamente remunerado pelos serviços prestados. Assim, a lei de 10 de outubro de 1831 criou, com esse desenho institucional, o Corpo de Guardas Municipais Permanentes. Pela primeira vez, o Estado brasileiro investia na criação de uma instituição voltada exclusivamente para o serviço de polícia – inaugurando, assim, a

---

29 *O Popular*, 9 out. 1830.

30 A Guarda Nacional não era um aparato policial literalmente, mas desempenhou ao longo do século XIX um importante trabalho de policiamento (prisão de desordeiros e criminosos, guarda das cadeias, realização de rondas noturnas, etc.). Cf. SILVA, Wellington Barbosa da. Sob o império da necessidade: Guarda Nacional e policiamento no Recife oitocentista (1830-1850). *Clio - Revista de Pesquisa Histórica*, n. 28-2, p. 91-111, 2010.

atividade policial como uma profissão. Contudo, o princípio de que os cidadãos podiam (e deviam) contribuir para a manutenção da tranquilidade pública por meio de serviços não-remunerados permanecia vivo, de certa forma, na Guarda Nacional, criada dois meses antes, em 18 de agosto de 1831.

Não obstante a continuidade de uma estrutura militar, o Corpo de Guardas Municipais Permanentes do Rio de Janeiro trouxe consigo importantes mudanças. Uma delas foi a conscrição voluntária dos cidadãos que quisessem ingressar na corporação – excetuando-se os postos mais altos de sua hierarquia, que continuavam a ser ocupados por indicação política. Diferentemente das forças policiais existentes até então, como ocorria com o Corpo de Polícia do Recife, criado por D. Pedro I, cujos praças eram escolhidos nas fileiras do Exército, o grosso dos seus efetivos era composto por recrutas alistados voluntariamente. Outra mudança significativa foi a abolição de castigos corporais como métodos disciplinares – uma prática comum e ainda vigente nas tropas de linha naquela época.

As mudanças acima referidas foram logo reproduzidas pelas demais províncias do Império. Em 14 de junho de 1831, por exemplo, o Conselho do Governo de Pernambuco formou esquadras de “guardas municipais”, compostas por 25 a 50 homens a cavalo cada uma delas, com o fito de garantir a tranquilidade pública somente nos distritos de paz do Recife e de Olinda – bem como das “circunvizinhanças de ambas as cidades”.<sup>31</sup> Em 20 de dezembro desse mesmo ano, criou ainda um Corpo de Guardas Municipais Voluntárias Permanentes, composto por “quatro companhias a pé com 350 praças e duas a cavalo com 75 cada uma”.

Para o comando geral das esquadras de guardas municipais foi escolhido o Sargento-mor Francisco Antônio Pereira dos Santos, um cidadão que na percepção dos conselheiros possuía os “requisitos

---

31 *Atas do Conselho do Governo de Pernambuco (1821-1834)*. *op. cit.*, p. 134.

necessários” para “o desempenho de tão importante Comissão”.<sup>32</sup> De modo semelhante, a chefia do Corpo de Guardas Municipais Permanentes ficou com outro oficial de milícias, o Sargento-Mor Antônio Pedro de Sá Barreto, auxiliado por dois subordinados militares: o capitão Antônio Fernandes Padilha e o tenente Pedro Alexandrino de Barros Falcão, respectivamente como 1º e 2º comandantes.

Em ambas, os conselheiros escolheram um oficial de milícias para comandá-las. Porém, a formação do Corpo de Guardas Municipais Permanentes ensejou uma longa discussão entre os conselheiros sobre quem deveria comandar as quatro companhias previstas no seu desenho organizacional. Alguns conselheiros eram favoráveis à escolha de civis para ocupar esses postos, como foi o caso de Manoel Zefirino dos Santos. Para ele e como demonstrava a lei de sua criação, o novo aparato de polícia era “um corpo mais civil que militar”. Portanto, os seus comandantes deveriam ser “tirados da classe dos paisanos ou ainda de oficiais da 2ª Linha.”<sup>33</sup>

Outros conselheiros, porém, pensavam de maneira diferente. Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque mostrou-se receoso com a proposta de Manoel Zefirino. Defendeu que, em primeiro lugar, fossem nomeados para tais postos os “oficiais de 1ª linha que merecessem a confiança do Conselho, e na falta destes se recorresse então à 2ª Linha e [só em último caso] aos paisanos”.<sup>34</sup> Ele e outro conselheiro, Tomás Antônio Maciel Monteiro, foram bem pragmáticos ao justificarem a proposição acima: segundo eles, a nomeação de paisanos para esses postos, preterindo os militares, podia

produzir maus resultados nos ânimos dos oficiais de 1.ª Linha, a qual de alguma maneira lhes parecia impolítica por

---

32 *Idem*, p. 141.

33 *Idem*, p. 144.

34 *Idem*.

apresentar a exclusão de uma classe, fazendo descontentes a 300 e tantos indivíduos, entre os quais alguns [que] eram [considerados] capazes de ser empregados no dito Corpo.<sup>35</sup>

Em uma época em que as casernas eram atravessadas pelas ferrenhas disputas políticas e se tornavam focos de possíveis quarteladas, como as que ocorreram na capital pernambucana uma após outra, justamente nos primeiros anos do período regencial,<sup>36</sup> parecia mesmo uma decisão bem impolítica (e nada prudente) atizar o ressentimento dos militares.

Por fim, durante a sessão extraordinária de 19 de janeiro de 1832, o conselheiro Manoel Zefirino dos Santos voltou a defender enfaticamente sua proposição “de que a Lei teve em vista criar um Corpo meramente cívico”,<sup>37</sup> e não militar. A maior parte dos conselheiros concordou com seus argumentos, e depois de “larga discussão”, ficou decidido que os comandantes de companhia do Corpo de Guardas Municipais Voluntárias Permanentes deveriam ser escolhidos preferencialmente entre os cidadãos que gozassem da confiança do Conselho. A concepção de uma força policial de vertente mais civil que militar ganhou certa materialidade. No entanto, ela não conseguiu se consolidar nos anos seguintes, quando foram criados novos aparatos de polícia.

De fato, em meados do decênio de 1830 quando as assembleias legislativas provinciais, escudadas nas alterações políticas propiciadas pelo Ato Adicional de 1834, criaram seus primeiros corpos de polícia, o fizeram com a preeminência do modelo castrense – considerado então mais adequado para uma instituição destinada

---

35 *Idem*, p. 145.

36 Para ter uma ideia da eclosão de rebeliões e quarteladas em Pernambuco nesse período ver, por exemplo, ANDRADE, Manuel Correia de. *Movimentos nativistas em Pernambuco: Setembrizada e Novembrada*. Recife: Editora UFPE, 1998.

37 *Atas do Conselho do Governo de Pernambuco (1821-1834)*. *op. cit.*, p. 146.

ao policiamento ostensivo, de caráter preventivo. O fardamento, o aquartelamento, a organização hierárquica, com comandantes invariavelmente escolhidos no oficialato do Exército, além da rígida disciplina de cariz militar que tentavam implantar na instituição, distanciavam-na cada vez mais de uma formatação civil.

Paulino José Soares de Souza, o visconde do Uruguai, fez ácidas críticas aos novos corpos de polícia surgidos nessa época no Brasil. No seu entendimento, eles deveriam ter uma estrutura mais “cidadã e paisana do que militar propriamente dita, por isso mais própria para a polícia”, como eram, exemplificou ele, as forças policiais inglesa e francesa. No entanto, em vez de criarem uma “força civil, quase paisana”, as assembleias provinciais instituíram “exercitozinhos” e corpos policiais nas capitais de províncias, aparatosos, com estados-maiores, músicas, reformas e muito dispendiosos apesar de serem os soldados mesquinamente pagos.<sup>38</sup>

Para Paulino Soares de Souza, esses corpos policiais eram não apenas aparatosos e dispendiosos, mas igualmente improfícuos, pois grande parte dos seus contingentes era conservada “nas capitais, às vezes para aparato, e [faltava] em muitos municípios a indispensável para a guarda das cadeias, prisão de criminosos, serviços que [acabavam recaindo] sobre a Guarda Nacional”.<sup>39</sup> Uma situação recorrente, diga-se de passagem, que perdurou até os anos iniciais da década de 1870, quando a Lei n.º 2.395 de 10 de setembro de 1873 finalmente proibiu a milícia cidadã de exercer funções policiais.

Foi justamente por causa dessa proibição que os legisladores pernambucanos resolveram, em 30 de abril de 1874, instituir a Guarda Local. Por essa época havia uma percepção quase generalizada, expressa tanto em denúncias e críticas da população publicadas nos

---

38 SOUZA, Paulino José Soares de. *Estudos práticos sobre a administração das províncias no Brasil*. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, Livreiro Editor, t. 11, p. 184, 1865.

39 *Idem*, p. 186.

jornais quanto em relatórios e outros documentos oficiais coetâneos, de que a criminalidade se avolumava na província. O que era verificável tanto na capital e nos seus subúrbios quanto na vastidão dos sertões, onde grupos de salteadores, de acordo com esses mesmos relatos, faziam um festim dos diabos. E a situação tendia a piorar sem o costumeiro auxílio da milícia cidadã.

Alguns meses antes, em 31 de dezembro de 1873, o Ministério dos Negócios da Justiça divulgara uma circular por meio da qual sugeria aos governantes provinciais duas opções para suprir a ausência da Guarda Nacional no serviço de policiamento, eram elas: 1) aumentar o contingente do Corpo de Polícia, se ele fosse considerado insuficiente, ou 2) criar uma força policial em cada município ou em cada paróquia. Mesmo admitindo que não podia indicar “a forma da força policial das províncias”, pois essa era uma prerrogativa das respectivas assembleias legislativas, o ministro defendeu a criação de uma guarda local, circunscrita aos municípios, por considerá-la “de mais fácil alistamento, mais própria para o serviço de polícia, e a que melhor se [podia] denominar força policial, do que de corpos organizados com aparato e disciplina militar à semelhança dos do exército”.<sup>40</sup>

As ideias de Lopes Gama e do visconde do Uruguai difundidas ainda na década de 1830 conservavam seu vigor, influenciando as decisões políticas sobre a formação de novas instituições policiais – embora essa influência possuísse suas limitações. Em Pernambuco, não obstante a assembleia legislativa ter seguido as diretrizes apontadas pelo Ministro dos Negócios da Justiça, o surgimento da Guarda Local não significou um triunfo conclusivo do princípio municipalista e civil sobre o militar na organização dos corpos policiais. O pensamento das elites políticas sobre a questão era oscilante, embora o princípio militar possuísse certa preeminência sobre o

---

40 *A Província*, 25 de janeiro de 1874.

civil quando o assunto era a organização da força policial. Não nos esqueçamos que o Corpo de Polícia de Pernambuco mantinha o mesmo desenho institucional desde seu surgimento, em meados de 1830. As mudanças episódicas na sua estrutura, evidenciadas aqui e acolá ao longo do século XIX, não alteraram em nada o seu perfil castrense.

A oscilação acima referida pode ser igualmente notada na criação da Guarda Local (1874-1878). Embora ela fosse definida como uma força policial de vertente civil, sem “organização e aparato militar”, seus legisladores não descartaram a disciplina militar como elemento fulcral para a formação dos seus integrantes. Para muitos deputados provinciais, como ponderou Clarissa Nunes Maia,<sup>41</sup> uma força policial de vertente civil tendia a ser menos repressiva e disciplinada do que uma de vertente militar. Por isso, eles recorreram ao meio-termo e dotaram o novo aparato policial de um comando bicéfalo, ou, dito de outra forma, a Guarda Local seria comandada por uma autoridade civil (comissário de polícia) e por um militar com a patente de sargento. Sua estrutura foi erguida com o respeito à disciplina e à hierarquia como seus pilares de sustentação, tal como acontecia com as tropas de linha.

No entanto, desde o seu surgimento a Guarda Local foi alvo de críticas relacionadas com o seu desempenho – demonstrando que a sua continuidade como força policial estava sempre por um fio. No alvorecer de 1876, no discurso de abertura dos trabalhos legislativos daquele ano, o presidente João Pedro de Moraes já se revelava propenso a suprimi-la, com o argumento de que o Corpo de Polícia, devido à sua organização militar, possuía mais mobilidade e prestava melhores serviços, pois nos casos de necessidade ou de interesse

---

41 MAIA, Clarissa Nunes. *Policiados: controle e disciplina das classes populares na cidade do Recife, 1865-1915*. 2001. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, p. 112, 2001.

público, seu contingente podia ser deslocado na forma de destacamentos para qualquer ponto da província.<sup>42</sup>

Em meados de fevereiro de 1878, o presidente Francisco de Assis Oliveira Maciel, com a justificativa de que a Guarda Local “estava longe de atingir o fim para que foi instituída” resolveu extingui-la e incorporar seu efetivo ao Corpo de Polícia. Apesar de ter sido criada com a “melhor das intenções”, ponderou Oliveira Maciel, ela não podia “sem disciplina e regime militares desempenhar bem a [sua] missão”.<sup>43</sup> A convicção da superioridade operacional de corpos policiais de vertente militar sobre os de vertente civil continuava prevalecente nos debates políticos sobre o assunto.

Outro aparato de policiamento de vertente civil, a Guarda Cívica, criada por lei provincial de 3 de junho de 1876, aproximadamente dois anos após o surgimento da Guarda Local, apontava justamente na direção oposta desse discurso presidencial. Essa certamente foi a tentativa mais ousada de instituir uma força policial de vertente civil na província pernambucana, não apenas na sua denominação. Sua criação foi fundamentada em uma série de críticas à organização militarizada do Corpo de Polícia. Para os críticos, a disciplina militar e o cotidiano dos quartéis, com suas rotineiras e improdutivas práticas intramuros, eram contraproducentes, pois desviavam continuamente os praças de polícia de suas atribuições institucionais, relacionadas com a manutenção da tranquilidade pública.

A importância da Guarda Cívica não se restringiu ao seu modelo organizacional, de vertente civil, mas ao seu próprio *ethos* funcional. Ela inaugurou, pelo menos no âmbito discursivo, uma atuação

---

42 SILVA, Wellington Barbosa da; NASCIMENTO, Anderson Linaldo de Lima. “Eis o que é a polícia aqui”: a Guarda Local de Pernambuco (1874-1878). In: CESAR, Tiago da Silva; SILVA, Wellington Barbosa da; ALBUQUERQUE NETO, Flávio de Sá (org.). *Crime, justiça e sistemas punitivos*. Porto Alegre: Editora Fi, p. 420, 2021.

43 *Idem*, p. 422.

policial pautada no respeito aos cidadãos desviantes ou reputados como “criminosos”. Segundo seu regulamento, os guardas cívicos deviam atuar com polidez e cortesia, evitando “com o maior cuidado disputa ou altercação com que quer que [fosse], portando-se com prudência, ainda mesmo para com aqueles que [fossem] desatenciosos ou provocadores”. Para acomodar desordeiros, eles deviam usar “meios brandos e suasórios” e quando fizessem prisões, era-lhes proibido “maltratar de qualquer maneira os presos, ou por palavras ou por gritos e, sobretudo, fisicamente”.<sup>44</sup>

O desenho institucional da Guarda Cívica era incongruente com o meio social no qual ela foi implantada. Uma sociedade escravocrata, de mentalidade punitivista e acostumada com o uso recorrente da violência de forma latente ou manifesta, para oprimir uma parcela considerável da população urbana (dos escravizados aos livres e libertos pobres) ou até mesmo para resolver as pendências e conflitos interpessoais, não se coadunava com a utopia de uma força policial cidadã, baseada na polidez e na cortesia. Ou no respeito ao que convencionamos chamar de direitos humanos.

Os próprios componentes da Guarda Cívica evidentemente eram egressos desse mesmo meio social, e, portanto, traziam consigo velhas práticas e renitentes formas de pensamento, impossíveis de serem erradicadas da noite para o dia. Variados documentos coetâneos (de jornais a relatórios oficiais) mostram que a violência e a arbitrariedade também fizeram parte do cotidiano dos guardas cívicos recifenses – que repetiam, dessa maneira, o truculento *modus operandi* dos soldados do Corpo de Polícia. Uma situação também perceptível em polícias similares de outras províncias, como demonstra a ainda incipiente historiografia sobre o assunto.

---

44 SILVA, Wellington Barbosa da. A Guarda Cívica do Recife: a utopia de uma força policial guiada pela cortesia nas décadas finais do Brasil império (1876-1889). *Saeculum – Revista de História*. João Pessoa, n. 33, p. 140-141, 2015.

As questões acima apontadas demonstram que historicamente, as narrativas defensoras da criação no Brasil de forças policiais civis sem aparato militar não são exclusivas dos tempos hodiernos. E que pelo menos desde a primeira metade do século XIX foram feitas algumas tentativas, embora frustradas ou de êxito apenas parcial, de criação de polícias com esse desenho institucional. Na década de 1870, a criação da Guarda Local e principalmente da Guarda Cívica na província de Pernambuco foram os exemplos mais notórios dessas tentativas.

Apesar de muitos políticos e cidadãos terem defendido o modelo de uma polícia cidadã, o que se evidenciou na formação dos aparatos policiais do Brasil Império foi, como bem acentuou Francis Cotta, a continuidade “de duas características que transcenderam o tempo e o espaço no contexto luso-brasileiro: a ideia de *ordem* e a utilização da estrutura, funcionamento e lógicas dos corpo militares em atividades relacionadas à *polícia*.”<sup>45</sup> Duas características que inclusive suplantaram o século XIX e tornaram-se hegemônicas nas centúrias seguintes, norteando a organização dos aparatos de policiamento ostensivo no Brasil republicano – desde 1889 até os dias atuais.

---

45 COTTA, Francis Albert. *Matrizes do sistema policial brasileiro*. Belo Horizonte: Crisálida, p. 26, 2012.

CAPÍTULO III

**O legislativo provincial e sua autonomia  
como instância política de defesa  
dos interesses regionais no Império**

*Suzana Cavani Rosas*

A historiografia contemporânea sobre o Estado imperial<sup>1</sup> dedicou pouca atenção, durante muito tempo, a uma importante instituição política: a Assembleia Provincial. Por volta de meados do século xx, quando a política ainda mantinha a sua “majestade” no campo da história no Brasil, a única exceção de pesquisa que dedicou atenção

---

1 Estamos considerando aqui a historiografia contemporânea como aquela produzida tanto no século passado quanto no atual. Das obras gerais e de abrangência mais ampla da história política do período, que se dedicaram a elucidar o caráter centralizado do Estado Imperial, a ausência ou relevância da autonomia provincial e das elites regionais na política nacional, citamos apenas as referidas no capítulo: CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo saquarema: a formação do Estado Imperial*. 2. ed. São Paulo: Ed. HUCITEC, 1990, FAORO, Raimundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 9. ed. São Paulo: Globo, v. 1, 1991 e IGLESIAS, Francisco. *Política econômica do governo provincial mineiro (1835 - 1889)*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro (INL), 1958.

às instâncias de poder e administração das províncias, entre elas o legislativo, foi a de Francisco Iglesias, que tratou da economia mineira.<sup>2</sup> Depois dele, Kátia Queirós Mattoso, em fins do século passado, investigou a mesma instituição na Bahia e fez um pioneiro trabalho prosopográfico dos seus deputados.<sup>3</sup> A constatação, do desinteresse pelo tema do legislativo provincial reflete, certamente, a visão consagrada pela historiografia do triunfo do projeto centralizador de Estado sobre o federalista, que limitava ou mesmo inviabilizava a autonomia política das províncias.

Porém, desde os anos 90 do século passado, a produção histórica sobre a política Imperial cada vez mais vem voltando seu olhar para as esferas regionais de poder, como as presidências de províncias, seus órgãos administrativos e o legislativo.<sup>4</sup> Na perspectiva de análise desses trabalhos, geralmente teses e dissertações, as elites políticas

---

2 IGLESIAS, Francisco. *Política econômica do governo provincial mineiro (1835–1889)*. *op. cit.* Quem observou ser a obra de Iglesias a única do tipo nos anos 50 foi OLIVEIRA TORRE, Camilo de. *A democracia coroada*. Rio de Janeiro: José Olympio, p. 420, 1958.

3 MATTOSO, Kátia. *Bahia no século XIX: uma província no Império*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, p. 266, 1992.

4 Da historiografia atual que trata do tema da Assembleia Provincial, selecionamos os seguintes trabalhos: GOUVÊA, Maria de Fátima. *O Império da Província: Rio de Janeiro (1822-1899)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008; DOLHNIKOFF, Miriam. *O pacto imperial: origens do federalismo no Brasil*. São Paulo: Globo, 2005; OLIVEIRA, Kelly Eleutério Machado. *A Assembleia Provincial de Minas Gerais e a formação do Estado Nacional Brasileiro, 1835-1845*. 2018. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2018; SEGAL, Miyraí Araújo. *Espaço de autonomia e negociação: a atuação dos deputados provinciais paraibanos no cenário político Imperial (1855-1875)*. 2010. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2010; VARGAS, Jonas Moreira. *Entre a paróquia e a Corte: os mediadores e as estratégias familiares da elite política do Rio Grande do Sul (1850-1889)*. Santa Maria: Ed. da USM, 2010; e BASILE, Marcello. *O laboratório da nação: a era regencial (1831-1840)*. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (org.). *O Brasil Imperial (1831 – 1870)*. V. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

regionais emergem como protagonistas da construção do Estado e do poder ao longo do Império, atuando na condição de mandatárias dos interesses de suas províncias, principalmente no legislativo provincial e no Parlamento Imperial, mesmo após o *Regresso*. Em contrapartida, cabe elucidar, já faz um bom tempo que uma instância regional de poder, as *juntas governativas*, atraiu os pesquisadores que investigaram o processo de Independência.<sup>5</sup>

As províncias, com as presidências e o seu legislativo, mais que unidades administrativas foram também políticas, mas foi com a criação da Assembleia Provincial que um passo importante em direção à descentralização do poder ocorreu no país. Afinal as presidências, por serem cargos de escolha do governo central, não poderiam expressar a autonomia das províncias almejada por uma parcela das elites regionais que não cogitou de pegar em armas em sua defesa em diversos momentos, desde o processo de emancipação até 1848.<sup>6</sup>

No caso das Assembleias Provinciais, não são poucos os trabalhos que há algum tempo vêm demonstrando interesse pela atuação dessa instância legislativa regional, chegando certas abordagens a considerá-las uma instituição-chave do arranjo institucional federalista vitorioso no Império. Esta tendência dos estudos sobre a política Imperial, designamos de *nova historiografia*, enquanto a que vê a autonomia das províncias e a representatividade de sua elite política como improvável ou pouco expressiva na política nacional, em razão do Estado unitário (centralizado) vigente no país, denominamos

---

5 No caso de Pernambuco podemos citar, entre outras, as obras de BARBOSA, Maria do Socorro Ferraz. *Liberais e liberais: guerras civis em Pernambuco no século XIX*. Recife: Editora UFPE, 1996; BERNARDES, Antônio de Mendonça. *O patriotismo constitucional: Pernambuco, 1820-1822*, 2001. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001 e MELLO, Evaldo Cabral de. *A outra independência: o federalismo Pernambuco de 1817 a 1824*. São Paulo: Editora 34, 2004.

6 OLIVEIRA, Kelly E. Machado. *A Assembleia Provincial de Minas Gerais e a formação do Estado Nacional Brasileiro, 1835-1845*. *op. cit.*, p. 37.

de perspectiva *clássica*. Na atualidade destacam-se como principais representantes desta última linha José Murilo de Carvalho e Ilmar de Mattos.<sup>7</sup> De acordo com Miriam Dolhnikoff, na visão destes autores consagrados, e tomando como referência o primeiro deles, “a unidade de todo o território da ex-colônia portuguesa, sob um único governo, teria sido obra de uma elite cuja perspectiva ideológica a diferenciava das elites provinciais, comprometidas com seus interesses materiais e locais”.<sup>8</sup>

Em conformidade com a finalidade deste capítulo que é a de discutir a historiografia sobre a assembleia provincial, ele foi dividido em duas partes. A primeira está centrada no balanço da historiografia referente ao aparato legal que criou esse legislativo e depois reformulou os seus poderes, e a segunda direcionada para os inúmeros trabalhos hoje existentes sobre a atuação da Instituição. Nesta última parte, apresentamos também os resultados da nossa pesquisa relativa ao legislativo de Pernambuco, destacadamente para o conflito que envolveu os presidentes de província e seus correligionários de partido, entre 1852 e 1853. Tal contenda mobilizou não apenas os deputados provinciais, mas alcançou também o Parlamento imperial, onde a maioria da bancada pernambucana fez reverberar as insatisfações de seus conterrâneos de província.

### **As abordagens sobre o Ato Adicional e sua revisão**

De modo geral, entre as particularidades da nova historiografia política sobre o Império destacaríamos a relativização da estrutura centralizada do Estado Imperial, a conseqüente valorização das esferas

---

7 CARVALHO, José Murilo. *A construção da ordem. op. cit.*; MATTOS, Ilmar. *O tempo saquarema. op. cit.*

8 DOLHNIKOFF, Miriam. *O pacto imperial: origens do federalismo no Brasil. op. cit.*, p. 13.

de poder regional e da participação das elites provinciais na definição e construção do Estado nacional e na política Imperial. De acordo com essa abordagem, a historiadora Maria de Fátima Gouvêa, pioneira neste tipo de enfoque e interessada em investigar a dinâmica das relações entre a política central e a provincial, considerou que apesar do *Regresso*<sup>9</sup> ter restringido “a autonomia regional e local em todo o país [...] a teia de interesses e de instituições regionais que articularam a trama política e administrativa era bastante ampla e complexa” e estava longe de representar simplesmente o “favoritismo e clientelismo geridos a partir da cidade do Rio de Janeiro”.<sup>10</sup>

Miriam Dolhnikoff, uma expoente e precursora desses novos estudos, como Fátima Gouvêa, destacou com muita propriedade o papel das elites regionais na política Imperial e discutiu a problemática da autonomia provincial em sua principal obra. Entretanto, ela se diferenciou daquela historiadora ao defender a tese da vitória do projeto de Estado federal sobre o unitário no Brasil oitocentista:

[...] O projeto federalista tal qual foi concebido por parte da elite brasileira na primeira metade do século XIX não morreu em 1824, tampouco em 1840. O projeto federalista saiu vencedor, embora tenha que ter feito, no bojo da negociação política, algumas concessões. Se a opção pela monarquia tornava o Brasil uma exceção no continente, a escolha de um modelo de tipo federalista denunciava sua inapelável vocação americana.<sup>11</sup>

Todavia, ela não se descuidou de ponderar o federalismo adotado no país, ao ressaltar a sua incompletude devido a diversos fatores, tais

---

9 *Regresso*, entendido como o processo político que assinala o fim da hegemonia dos liberais moderados na Regência, a reversão do reformismo descentralizador do poder por eles criados e a ascensão da orientação política do futuro Partido Conservador à direção do governo Imperial.

10 GOUVÊA, Maria de Fátima. A política provincial na formação da monarquia constitucional brasileira. *Almanack brasileiro*. São Paulo: USP, n. 7, p. 120, maio 2008.

11 DOLHNIKOFF, Miriam. *O pacto Imperial*. *op. cit.*, p. 14.

como: a existência de um Judiciário centralizado, a forma de escolha dos presidentes de província e a permanência do Senado vitalício.<sup>12</sup> Quanto ao Ato Adicional, ela não o considerou como o fez Fátima Gouveia, como significativamente afetado pela lei regressista que o reformou, a *Lei de Interpretação do Ato Adicional*, como veremos mais adiante.<sup>13</sup> Esses trabalhos e pesquisas carregam a influência das novas abordagens no campo da história política e igualmente da micro-história italiana. Da primeira, destacaríamos os estudos sobre a história das Instituições, como os de Antonio Manoel Hespanha e em particular sua compreensão do Antigo Regime, que para ele estava longe de ter uma estrutura político-administrativa monolítica, inclusive nos trópicos. Não querendo afirmar com isso que os historiadores do Estado Imperial o vejam como similar ao da Colônia, muito pelo contrário: a questão diz mais respeito à construção de um Estado unitário, mas que abrigou algumas instâncias descentralizadas de poder. A influência da história da cultura política também se faz presente nestes novos estudos. Da micro-história, podemos destacar a investigação sobre os mediadores sociais e políticos entre as comunidades locais, a dimensão mais ampla da sociedade e do poder, a investigação das trajetórias individuais de vida e a observação da relevância das redes sociais e familiares para compreensão das esferas de poder.<sup>14</sup>

---

12 *Idem*, p. 14; 292.

13 GOUVÊA, Maria de Fátima. *O império das províncias. op. cit.*, p. 23.

14 LEVI, Giovanni. *A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte no século XVII*. Tradução de Cynthia Marques de Oliveira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000 e BICALHO, Maria Fernanda; FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima (org.). *O antigo regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. Neste último livro encontra-se um capítulo de Manoel Espanha e de Maria de Fátima Gouvêa sobre o Antigo Regime nos trópicos, lembrando que esta autora produziu também uma obra sobre o Estado Imperial, com atenção para as instâncias regionais de poder: as províncias.

Ambas as abordagens que apontamos estão de comum acordo de que o *Ato Adicional* foi um marco de um arrojo político descentralizado do poder e de tendência federalista, embora tanto numa como na outra se relativize o significado dessa reforma e lei, ao apontar os seus limites no que tocava justamente ao federalismo. Por outro lado, do ponto de vista da maioria dos representantes dessa nova historiografia política, a *Lei de Interpretação do Ato Adicional* não implicou na inviabilização da autonomia da Assembleia Provincial, embora tenha infringido novos limites a ela. Dessa perspectiva não compartilha a historiografia que os antecedeu no assunto.

A respeito das limitações do Ato Adicional (Lei nº 16, de 12 de agosto de 1834) em relação ao federalismo, ambas as historiografias cuidaram de observá-las. Como no caso do representante da historiografia clássica, Nelson Werneck Sodré, que afirmou tratar-se a Lei de um arranjo político, resultado de uma conciliação entre liberais moderados e radicais, que acordaram “mútuas concessões: ficou abolido o Conselho de Estado, conseguiu-se uma centralização relativa, nem despojando o centro [...] de todos os seus poderes sobre as províncias, nem entregando a estas o governo regional, como alguns pretendiam”. Do mesmo modo se manifestou Raimundo Faoro, enquanto Oliveira Lima viu na Reforma “um paliativo contra a federação”.<sup>15</sup>

Aprovado em agosto de 1834 por uma legislatura nova, de quem se esperava continuidade no reformismo em curso, com a presença significativa de liberais em seu meio, o Ato Adicional deu prosseguimento a um projeto de emenda constitucional que não tratava apenas da autonomia provincial, mas cuidava igualmente de atingir instituições de peso do Estado central. Embora depurado em alguns

---

15 SODRÉ, Nelson Werneck. *As razões da independência. op. cit.*, p. 211 e 213; FAORO, Raimundo. *Os donos do poder. op. cit.*, p. 309; Oliveira Lima citado por BASILE, Marcelo. *O laboratório da nação. op. cit.*, p. 82.

pontos da proposta inicial, o Ato extinguiu o Conselho de Estado e substituiu a Regência Trina pela Una, a ser eleita pela “vontade das urnas”, com duração de quatro anos. Porém, sua mais importante deliberação foi a criação de um legislativo nas províncias, ausente da Constituição de 1824, apesar de bastante reivindicado pelos constituintes de 1823 e pelos liberais federalistas em todo país, a exemplo de Frei Caneca. Antes de 1834, o que existia era o Conselho das Províncias, que embora atuasse em favor dos interesses regionais, não tinha atribuição legislativa, conforme têm ressaltado muitos interessantes trabalhos na atualidade.<sup>16</sup>

Segundo a reforma de 1834, o legislativo provincial tinha as atribuições de legislar a respeito de empregos, tributos, força pública (polícia), obras públicas, instrução pública (com exceção do ensino superior), além de fiscalizar as rendas e despesas provinciais e municipais. Por outro lado, a contrapelo, o Ato Adicional determinou o poder dos presidentes de províncias sobre as Assembleias, como assinalou Andréa Slemian.<sup>17</sup> Assim, em vista das limitações dessa reforma, a maioria dos historiadores na atualidade tem relativizado também o seu o significado político:

[...] Se não estabelecia propriamente uma federação, já que continuavam os presidentes a ser escolhidos pelo poder central

---

16 Ver, em particular, o artigo de FERNANDES, Renata Silva. A organização dos governos das províncias do Império do Brasil: o Conselho da Presidência e o Conselho Geral de Província (1823-1834). *Anais do xxvi Simpósio Nacional de História: conhecimento histórico e diálogo social*. Natal, 2013.

17 “Ao presidente foi dado o direito de sancionar todas as leis e resoluções providas das assembleias locais, o qual também tinha a função de enviá-las ao Rio de Janeiro para a sua aprovação definitiva pelo Imperador (artigo 13). Se o presidente julgasse que deveria negar a sanção, esta seria derrubada se a matéria fosse novamente a plenário provincial por mais de dois terços dos votos”. SLEMIAN, Andréa. *Sob o império das leis: constituição e unidade nacional na formação do Brasil (1822-1834)*. 2006. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, p. 301, 2006.

e as províncias impedidas de ter constituições próprias, o ato adicional descentralizou a administração e conferiu mais autonomia às províncias.<sup>18</sup>

Por outro lado, embora a historiografia clássica vislumbrasse as restrições impostas pelo Ato adicional ao poder da vereança, lhe escapou geralmente os prejuízos advindos dessa reforma ao judiciário local (municipal). Assunto que, na atualidade, Ivo Coser se esmerou em tratar. Segundo ele, com o Ato Adicional o juiz de paz perdeu a atribuição de formação da culpa, que foi transferida para o juiz de direito, além dos promotores e juizes municipais passarem a ser escolhidos pela Assembleia Provincial e não mais pelas Câmaras Municipais. Portanto, a perda da autonomia municipal não se fez pequena ainda antes do Regresso. Todavia, ele, aponta que, diferente da legislação regressista, com o Ato Adicional a instância municipal legislativa e a judiciária foram submetidas ao controle das Assembleias provinciais e não ao governo central.<sup>19</sup>

Outra distinção entre a historiografia clássica e a nova diz respeito ao entendimento desta última de que a revisão do Ato Adicional não implicou no término da experiência em curso da autonomia provincial. As novas abordagens reconhecem que a Lei de Interpretação do Ato Adicional (A lei n.105, promulgada em 12 de maio de 1840) não inviabilizou o poder do legislativo provincial, mas apenas o estreitou. Primeiro, por retirar da sua alçada legislar sobre a polícia judiciária, permanecendo sob sua jurisdição a polícia administrativa. Segundo, por não mais lhe caber interferir na natureza e competência dos empregos municipais e provinciais criados por lei geral, podendo apenas alterar o número desses cargos em conformidade com as necessidades provinciais. Entre esses cargos estavam

---

18 BASILE, Marcelo. *O laboratório da nação. op. cit.*, p. 81.

19 COSER, Ivo. *Visconde do Uruguai: centralização e federalismo no Brasil (1823–1866)*. Belo Horizonte/Rio de Janeiro: Editora UFMG/Luperj, p. 133, 2009.

os do Judiciário, constantes no Código do processo Criminal de 1832, contribuindo a Lei de Interpretação também para a centralização do Judiciário. Terceiro, por tirar-lhe a faculdade de proibir, suspender e demitir magistrados. Por fim, com ela ampliou-se o veto do presidente de província sobre as leis aprovadas pelo legislativo, incluindo também aquelas consideradas inconstitucionais. Até então só duas situações comportavam o veto do executivo: os casos de uma lei que prejudicasse outra província ou que envolvesse um tratado internacional.<sup>20</sup>

Depois procedeu-se a reforma do próprio Código do Processo Criminal (*Lei de 3 de dezembro de 1841*), que “estabelecia rígida hierarquia de cargos e funções, centralizando toda a estrutura judiciária e policial do Império”.<sup>21</sup> Neste sentido, o legislativo provincial foi atingido de novo: deixou de escolher promotores e juizes municipais. Para júri, aumentaram-se as exigências para os seus membros e extinguiu-se o júri de acusação (“o grande júri”), transferindo suas atribuições ao chefe de polícia de indicação do governo. Além do mais, deixava o juiz de paz de ser uma das autoridades que selecionava os jurados e reforçava-se o poder do juiz de direito indicado pelo governo central. A reforma atingia em cheio a bandeira liberal da Justiça eleita localmente.<sup>22</sup>

Somente o juiz de paz continuou eletivo, mas suas atribuições encolheram e foram transferidas a outras autoridades judiciais e do executivo, embora seu poder eleitoral permanecesse incontestável e enorme, a ponto dele ser reconhecido como a “chave das eleições”. Porém, apesar de tudo isso, Miriam Dolhnikoff lembra que a autonomia tributária das Assembleias não foi alterada por aquela reforma e nem por nenhuma outra ao longo do Segundo Reinado. Ademais,

---

20 DOLHNIKOFF, Miriam. *O pacto imperial. op. cit.*, p. 137.

21 BASILE, Marcelo. *O laboratório da nação. op. cit.*, p. 95.

22 COSER, Ivo. *O visconde de Uruguai. op. cit.*, p. 259.

muitos buscaram empreender novas restrições à autonomia provincial, sem sucesso. Isso indica, no entender da referida historiadora, que os defensores da centralização política não se satisfizeram com a reformulação do Ato Adicional.

Mas as reformas centralizadoras não pararam na Lei de Interpretação e na revisão do Código do Processo Criminal. Ainda nos anos 1840, instituiu-se novamente o Conselho de Estado, e uma resolução estabeleceu que os vice-presidentes de província passassem a ser escolhidos pelo Imperador, sem consulta à Assembleia. Na década de 1850, reformou-se a Guarda Nacional, cujos oficiais, antes eleitos pela corporação, passaram a depender da indicação do governo central. Em 1853 foi a vez da centralização monetária e do crédito, efetivada pela criação do Banco do Brasil (terceiro com esse nome), cujos privilégios puseram fim a diversos bancos regionais.<sup>23</sup>

### **As assembleias províncias: seus quadros, atuação e a relação de seus deputados com a elite do centro do poder**

Para tratar da contribuição da historiografia política sobre o Império para a temática da Assembleia Provincial, cabe ressaltar que nem todas as obras aqui citadas tiveram como objetivo específico a investigação deste legislativo, mas dele cuidaram em parte significativa de seu trabalho. Estão, nesse caso, Evaldo Cabral de Melo, no seu livro a respeito das desigualdades regionais no Império, uma referência no assunto, que reservou em um capítulo para a questão dos impostos provinciais, e Jonas Vargas, que na sua dissertação de mestrado, sobre a elite política gaúcha em todas as instâncias de poder no Império, dedicou uma parte da pesquisa prosopográfica ao grupo

---

23 Sobre o Banco do Brasil, ver: GAMBI, Thiago Fontelas. Centralização política e desenvolvimento financeiro no Brasil império (1853-66). *Varia História*, Belo Horizonte, v. 28, n. 48, p. 819, jul/dez 2012.

dos deputados provinciais, revelando muito em relação ao seu perfil e suas relações com a Corte.<sup>24</sup>

De maneira geral, a historiografia recente tem chegado a diversas conclusões semelhantes sobre os integrantes das Assembleias Provinciais. Em primeiro lugar, ela tem revelado que a formação superior foi significativa entre os deputados, além de relevante para projetá-los mais alto na política. Kátia Mattoso detectou isso em seu trabalho pioneiro, revelando que 68,5% dos deputados baianos possuíam diploma de direito, sem falar dos que detinham outras formações, lembrando que Salvador abrigava a primeira faculdade de Medicina do país.<sup>25</sup> Quanto à ocupação, a autora informa que os deputados estariam distribuídos entre magistrados, funcionários e eclesiásticos entre 1835 e 1860, não dispondo ela condições de aferir sobre o assunto para períodos posteriores, dada a documentação escassa.<sup>26</sup> À mesma conclusão chegou Myraí Araújo Segal no seu estudo sobre a Assembleia da Paraíba, onde apontou que aproximadamente 50% dos 147 deputados provinciais entre 1855 e 1875 eram bacharéis em Direito, mesmo não contando em seu levantamento com os formados em Direito por São Paulo e os em Medicina pela Bahia.<sup>27</sup> A autora também nos informa que em pesquisa sobre o Ceará, Maria Pinto Paiva, ao analisar 27 legislaturas da Assembleia Provincial, apontou ser o número de deputados diplomados superior a 53,4%.<sup>28</sup> Ambas as autoras vão ao encontro do perfil ocupacional dos deputados indicados para Bahia.

---

24 MELLO, Evaldo Cabral de. *O norte agrário e o império 1871-1889*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984; VARGAS, Jonas. *Entre a paróquia e a corte*. *op. cit.*

25 MATTOSO, Kátia Queirós. *Bahia no século XIX*. *op. cit.*, p. 279.

26 *Idem*, p. 280.

27 SEGAL, Myraí Araújo. *Espaço de autonomia e negociação: a atuação dos deputados provinciais paraibanos no cenário político Imperial (1855-1875)*. *op. cit.*, p. 85.

28 *Idem*, p. 86. Infelizmente não tivemos acesso ao referido livro de PAIVA, Maria Araújo Pinto. *A elite política do Ceará provincial*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1979.

Já para o Rio Grande do Sul, os resultados de Jonas Vargas vão na mesma direção dos acima descritos em termos de formação profissional e educação superior dos deputados, embora sua porcentagem entre 323 deputados ao longo de seis décadas (entre 1831 e 1889) seja menor no que se refere aos que cursaram faculdades: metade deles não possuía formação superior.<sup>29</sup> Ainda segundo o autor, algumas profissões que exigissem trabalho intelectual favoreceriam, em menor grau, o ingresso de indivíduos sem diplomas na Assembleia Provincial, como professores e rábulas. Porém, outros fatores como carreira militar, família e parentela, bons casamentos, riqueza e boas relações políticas mantidas pelos indivíduos localmente e na capital da província abriam também o caminho para ingresso naquele legislativo. Porém, em todos os estudos, quem não tinha formação superior seguia o padrão comum de outras províncias, ou seja, raramente sustentavam mais de dois mandatos e não alcançavam projeção na política nacional.<sup>30</sup>

Para Pernambuco, chegamos a identificar que 171 deputados (29%) eram bacharéis de Direito, contra 426 (71%) que não eram para todo o século XIX.<sup>31</sup> Todavia, os números dos deputados com cursos superiores certamente foi bem maior, já que não contamos com informações sobre os que cursaram Direito em Coimbra e tiveram formação superior em outras áreas do conhecimento. Verificamos igualmente que a formação superior era fundamental para acesso de muitos ao legislativo provincial e também alavanca a carreira política.<sup>32</sup>

---

29 VARGAS, Jonas. *Entre a paróquia e a corte. op. cit.*, p. 90.

30 *Idem*, p. 97.

31 Nossos dados sobre os deputados de Pernambuco bacharéis em Direito foram extraídos de MARTINS, Henrique. *Listas dos doutores e bacharéis que têm obtido o respectivo grau na Faculdade de Direito de Recife*. Desde a sua fundação em Olinda, no ano de 1928, até o ano de 1931. 2. ed. Recife: Typografia do Diário da Manhã, 1931.

32 VARGAS, Jonas. *Entre a paróquia e a corte. op. cit.*, p. 119; MATTOSO, Kátia Queirós. *Bahia no século XIX. op. cit.*, p. 281; SEGAL, Miyraí Araújo. *Espaço de autonomia e negociação. op. cit.*, p. 78.

Diferenças regionais também foram verificadas nos quadros da Assembleia dependendo da peculiaridade de algumas províncias. No Rio Grande do Sul, por exemplo, que era uma região assinalada por guerras em suas fronteiras, a carreira militar tinha um peso a mais na projeção de alguém na vida política.<sup>33</sup> Já o trabalho de Fátima Gouvêa que tratou de uma província com a particularidade de abrigar a própria sede do Governo central, onde a presença de muitos políticos de proeminência nacional na Assembleia foi significativa, principalmente entre 1836-1849, embora nos períodos seguintes esse número tenha diminuído.<sup>34</sup> Em Pernambuco, onde o chefe do Partido Conservador, o Visconde de Camaragibe, dirigiu por muito tempo a Faculdade de Direito, comentava-se que ele selecionava na instituição “os moços de mais robustas inteligências” para o ingresso na vida política.<sup>35</sup>

Em suma, a constatação da existência de um grupo mais seletivo e diminuto de deputados provinciais com formação superior e que acumularam várias legislaturas apareceu em todos os trabalhos. Na Paraíba, entre 1854 e 1875, o número de deputados com mais de quatro legislaturas era de 19,04 %, no Rio Grande do Sul, com seis mandatos ou mais, apenas 6% entre 1868 e 1889, e em Pernambuco, os com seis ou mais legislaturas também chegaram a 6%. Na Bahia, os deputados os com seis ou mais mandatos não passavam de 7%.<sup>36</sup> Era este grupo restrito que ocupava os postos mais importantes do legislativo provincial, como a presidência da casa e suas diversas comissões. Na pesquisa que realizamos constatamos essa relação sendo

---

33 VARGAS, Jonas. *Entre a paróquia e a corte. op. cit.*, p. 55.

34 GOUVÊA, Maria de Fátima. *O império das províncias. op. cit.* p. 294 e 317.

35 *O Conservador Vermelho*, 17 set. 1862, p. 1-2. Hemeroteca da Fundação Biblioteca Nacional.

36 SANTOS, Jerlyane Dayse Monteiro dos. *Da província à corte. op. cit.*, p. 73; VARGAS, Jonas. *Entre a paróquia e a corte. op. cit.*, p. 95; MATTOSO, Kátia Queirós. *Bahia no século XIX. op. cit.*, p. 273.

dois dos presidentes da Assembleia de Pernambuco, Pedro Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque (visconde de Camaragibe) e Manoel Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque (Barão de Muribeca), os campeões imbatíveis na acumulação de legislaturas, o primeiro participou de treze e o segundo de onze delas!<sup>37</sup> Não é de se estranhar tamanho domínio dos Cavalcanti de Albuquerque naquela casa legislativa, pois já na primeira legislatura a família já marcava sua presença ali, ao eleger três deputados e um suplente. Porém, segundo Nabuco de Araújo mais de um terço dos eleitos eram aparentados desta família!<sup>38</sup>

Um ponto bastante discutido sobre as províncias é o da sua autonomia financeira, assunto que divide os especialistas até hoje. Evaldo Cabral de Melo, que escreveu uma obra sobre as desigualdades regionais no Império, considerou que as rendas provinciais apertadas, se não chegavam a produzir déficit nos orçamentos, as impediam de investirem em obras fundamentais para o desenvolvimento da região, como a reforma do Porto do Recife e um programa ferroviário ligando as regiões produtoras à zona portuária. Para ele, o Ato Adicional tão enaltecido pelos liberais “foi bastante cauteloso e, o que é mais, cioso dos interesses do Governo Central, a quem destinou a ‘parte do leão’ da matéria tributária”. Indo mais longe, dirá que no Império “negou-se às províncias os meios com que viverem autonomamente”.<sup>39</sup>

---

37 MARTINS, Henrique. *Listas dos doutores e bacharéis que têm obtido o respectivo grau na Faculdade de Direito de Recife*. Desde a sua fundação em Olinda, no anno de 1928, até o anno de 1931. *op. cit.*, p. 136-137, 1931.

38 CAVALCANTI JUNIOR, Manoel Nunes. “*O egoísmo, a degradante vingança e o espírito de partido*”: a história do predomínio liberal ao movimento regressista (Pernambuco, 1834-1837). 2015. Tese (doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, p. 162-163, 2015.

39 MELLO, Evaldo Cabral de. *O norte agrário e o império*. *op. cit.*, p. 247 e 249.

O problema estava no que estabelecia a legislação a respeito da matéria tributária, tanto o Ato Adicional quanto a Lei Orçamentária de 1835, que classificou as rendas em provinciais e gerais. Nesta divisão ficaram as províncias vetadas de legislar sobre impostos de importação, que eram reservados ao Governo Central, e por outro lado elas só poderiam criar novas taxas desde que estas não prejudicassem a tributação Geral. Em consequência dessas determinações, o orçamento provincial terminava bem apertado, numa economia tão dependente da exportação de produtos primários, com um mercado interno limitado e com os impostos de exportação e importação respondendo por 67% das rendas geral. Mas no caso das despesas de que necessitava a província e que não exigiam capital vultoso, o orçamento mostrou-se relativamente adequado.<sup>40</sup>

Ao estudar a economia mineira no século XIX, também Francisco Iglesias ressaltou os limites orçamentários do governo provincial para auxiliar (modernizar) a produção. No que dizia respeito à modernização dos transportes, principalmente em dotá-la de vias férreas para o escoamento da produção, o governo provincial sempre precisava contar com o auxílio do governo central para seu financiamento. Já para o transporte fluvial, que demandava custo menor, o problema era outro e passava pela lei que determinava que quando a navegação nos rios envolvesse mais de uma província, países estrangeiros ou desaguasse no mar, o assunto ficava na alçada do Parlamento Imperial e não do provincial.<sup>41</sup> Mesmo com relação às estradas, o historiador mineiro viu dificuldades para as províncias construí-las, levando-o a concluir que a centralização política prejudicava o desenvolvimento de Minas.<sup>42</sup>

---

40 *Idem*, p. 248-249.

41 IGLESIAS, FRANCISCO. *Política econômica do governo provincial mineiro (1835-1889)*. *op. cit.*, p. 171-172.

42 *Idem*, p. 43; 158-159.

Entretanto, novos estudos têm apresentado uma visão menos negativa da arrecadação e do orçamento provincial. É isso o que afirma Miriam Dolhnikoff para os casos das províncias de São Paulo, Rio Grande do Sul e Pernambuco, onde a receita existente para determinados períodos cobriu bem suas despesas, embora ela reconheça “que nem todas as demandas podiam ser atendidas em virtude da insuficiência de recurso”. No seu entender, quando isso acontecia era devido mais às condições nem sempre favoráveis da economia de algumas regiões do que da centralização política. Neste sentido, toma o exemplo de Pernambuco e São Paulo, observando que a modernização tecnológica da economia açucareira em uma situação de mercado internacional pouco favorável aos preços do produto é que inviabilizou o investimento público no setor naquela provincial do Norte, e não a política tributária do Império. Situação oposta à de São Paulo, onde a prosperidade da economia cafeeira contribuiu para que a própria província subsidiasse um programa de imigração estrangeira conforme desejavam os cafeicultores.<sup>43</sup>

Quanto à constatação tantas vezes aludida pela historiografia e os contemporâneos do Império de que as rendas gerais chegavam a um montante aproximado de quatro vezes mais do que o total das rendas provinciais e municipais, Dolhnikoff não a considera um indicador da inexistência da autonomia das províncias. Para ela, esta se mede por outro parâmetro, ou seja, pela capacidade atribuída aos poderes regionais de criarem tributos e deles se valerem para atender às suas necessidades.<sup>44</sup> Parte desta receita, ressalta-se, era de alçada do governo geral, mas foi transferida para as províncias pela Lei n. 58 de 1834, “como a dízima sobre os gêneros [açúcar, café, etc.], a décima urbana, a meia sisa dos escravos ladinos, e a décima

---

43 DOLHNIKOFF, Miriam. *O pacto imperial*. Ver o capítulo 3, item “competência tributária”, p. 156-171.

44 *Idem*.

de heranças e legado”, que vale ressaltar, não representavam pouco em termos de arrecadação.<sup>45</sup>

A autora também analisou nas três províncias que pesquisou as despesas com obras públicas, onde a construção de estradas e pontes foram dois dos principais investimentos em infraestrutura viária dos governos, o que demandou a criação para sua execução de um braço da administração pública local, que empregava muita gente. Os demais trabalhos que pesquisamos igualmente informam que parte do orçamento era dedicada aos melhoramentos materiais da principal atividade econômica e das vias para escoamento de sua produção, embora as estradas também atendessem ao deslocamento da população.<sup>46</sup> Em Pernambuco na década de 1850 as despesas com obras públicas, segurança e instrução pública correspondiam à principal fatia das despesas do orçamento.<sup>47</sup> Na Paraíba, as despesas com a instrução pública só ficaram atrás das relativas à força policial em 1865.<sup>48</sup>

Outro aspecto importante ligado às Assembleias são as representações ou petições que elas recebiam de diversos setores e instituições da sociedade reivindicando fim de impostos, melhorias nas localidades, aposentadorias e aumento salarial, no caso de funcionários públicos, entre outros. Nas coletividades destacaríamos as irmandades e no funcionalismo, individualmente ou em pequenos grupos, os docentes. Para Pernambuco, nas décadas de 1850 e 1870, verificamos uma profusão de representações, ao todo 486. Este assunto

---

45 *Idem*.

46 GOUVÊA, Maria de Fátima. *O império das províncias. op. cit.*, p. 165; OLIVEIRA, Kelly Eleutério Machado. *A Assembleia Provincial de Minas Gerais e a formação do Estado Nacional Brasileiro, 1835-1845. op. cit.*, p. 131.

47 Fundo: *Leis de Pernambuco*, série: *Leis Provinciais*. Arquivo público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE). Recife/PE.

48 OLIVEIRA, Kelly Eleutério Machado. *A Assembleia Provincial de Minas Gerais e a formação do Estado Nacional Brasileiro, 1835-184. op. cit.*, p. 159.

também mereceu a atenção de Miyraí Araújo Segal em sua dissertação sobre a Paraíba.<sup>49</sup>

Por fim, novos trabalhos vêm demonstrando que os deputados provinciais não apenas cuidavam da política regional. Tinham articulação e preocupação com a política nacional, o que os levava a enviarem petições e representações para o Parlamento neste sentido, como a que os mineiros contrários à revisão do Código do Processo e favoráveis a maioria do Imperador expediram para a Corte.<sup>50</sup> Por outro lado, havia ainda uma minoria de deputados provinciais que chegavam ao Parlamento ou mesmo acumulavam duplo mandato na Câmara dos Deputados e no legislativo regional. Ademais, eles também às vezes eram vereadores ou atinavam para os problemas da municipalidade, inclusive porque aprovavam seu orçamento. Em outros momentos, eles entravam em conflito com a vereança.<sup>51</sup> Na realidade estes deputados provinciais que atuavam também no Parlamento Imperial eram mediadores, conforme considerou Jonas Vargas, entre os interesses regionais e o poder Central, assim como eram na Assembleia mediadores dos interesses municipais ou de outras localidades.<sup>52</sup>

No que diz respeito aos partidos, aos quais todos os pretendentes a ingressar na Assembleia tinham de se ligar, não eram questões programáticas que os moviam na política, na maioria das vezes. Queriam participar do poder para garantir o quinhão de benefício para sua província e também para sua clientela. Quanto ao predomínio de um partido ou outro no legislativo provincial, as pesquisas geralmente indicam que isso dependia muito de fatores políticos conjunturais que moviam a gangorra da política. Assim, mesmo a

---

49 SEGAL, Miyraí Araújo. *Espaço de autonomia e negociação*. op. cit., p. 129.

50 OLIVEIRA, Kelly Eleutério Machado. *A Assembleia Provincial de Minas Gerais e a formação do Estado Nacional Brasileiro, 1835-184*. op. cit., p. 224.

51 SEGAL, Miyraí Araújo. *Espaço de autonomia e negociação*. op. cit., p. 143-147.

52 VARGAS, Jonas. *Entre a paróquia e a Corte*. op. cit., p. 42.

Assembleia do Rio de Janeiro, província por excelência de predomínio dos conservadores, viu seu recinto encher-se de deputados progressistas quando o partido chegou ao poder.<sup>53</sup>

Em defesa tanto dos interesses comuns quanto dos regionais, uniam-se diversas bancadas no Parlamento Imperial. Às vezes, elas se confrontavam entre si, como no caso da aprovação de um tributo que penalizasse uma província em benefício de outra, ocasião em que ocorria a propalada “guerra fiscal”.<sup>54</sup> Geralmente tratava-se da criação de tributo sobre a entrada de mercadorias vindas de outras províncias. Porém, no caso da comunhão de interesses a unir bancadas, sem dúvida uma das mais afamadas frentes parlamentares contra um ministério foi a formada em 1853 sob a liderança dos deputados pernambucanos. Ela expressou muito bem a articulação existente entre os políticos da Corte e seus pares de província, um assunto que é central na nova historiografia sobre a política imperial e que iremos explorar a seguir.

O caminho para a compreensão dos motivos que levaram os conservadores de Pernambuco a arregimentar uma frente oposicionista no Parlamento contra um Gabinete de seu próprio partido teve como seu principal motivo o nome dos escolhidos para o cargo de Presidente e sua política para a província, como bem assinalou Joaquim Nabuco na biografia de seu pai.<sup>55</sup> Como a presidência era um cargo dos mais cobiçados pela elite imperial e de uma importância ímpar para a boa articulação dos ministérios com suas bases políticas por todo o Império, era de se esperar que fosse em torno

---

53 GOUVÊA, Maria de Fátima da Silva. *O império das províncias. op. cit.*, p. 179.

54 DOLHNIKOFF, Miriam. *O pacto imperial. op. cit.*, p. 262.

55 “As presidências conservadoras tinham-se sucedido desde 1848 sem contentar o Partido na Província. Apenas Manoel Tosta, por causa da defesa do Recife, despertou entusiasmo; as outras foram todas sustentadas, quando não francamente combatidas por ele”. NABUCO, Joaquim. *Um estadista do Império*. São Paulo, IPÊ-Instituto e Progresso editorial, v. 1, p. 142, 1949.

delas que os conservadores de Pernambuco viessem a se desentender com o governo, tanto na Assembleia Provincial quanto no Parlamento, principalmente na Câmara dos Deputados.

Após a Praieira, a indicação dos presidentes de Pernambuco pelo gabinete desagradou aos conservadores pernambucanos por não contemplar nenhuma de suas lideranças, nem as de expressão nacional e muito menos as de brilho meramente local. Pode-se argumentar que esse fato era corriqueiro no Império, onde parte dos presidentes sequer conhecia as províncias entregues a sua responsabilidade, preferindo os ministérios, fiéis aos seus princípios e à vontade do Imperador, evitar a escolha de presidentes enraizados na política das províncias sob sua responsabilidade. Desse modo, buscava o governo central evitar o comprometimento e o envolvimento dos seus delegados nas províncias com as facções e mazelas políticas locais.

Na verdade, entretanto, havia vários pesos e medidas para a indicação dos titulares às presidências pelos gabinetes. No caso das províncias de maior quilate político e econômico, cuidava o governo central de agraciá-las com presidentes escolhidos entre as lideranças locais do seu partido. O caso de Pernambuco é exemplar neste sentido, pois teve à frente de sua administração entre 1839 e 1844 o Barão da Boa Vista, que era natural da província. A Bahia também, na década de 1850, pôde ser governada por políticos baianos, como João Maurício Wanderley e Gonçalves Martins. Vale a pena dizer que no horizonte político dos guabirus, como eram designados os conservadores de Pernambuco à época, a questão das presidências não se resumia à mera indicação de um conterrâneo para o posto. Para eles, o fundamental sempre foi a certeza de um presidente identificado com os seus interesses na província.

Mas no período aqui tratado (1851 a 1853), indubitavelmente os presidentes de Pernambuco em comum com os guabirus só tinham

a filiação partidária, pois suas administrações foram condenadas e hostilizadas implacavelmente por essa facção conservadora na Assembleia, no Parlamento Imperial, na imprensa recifense e até mesmo dentro dos próprios aparelhos de Estado da província. Assim, num curto espaço de tempo as presidências de Pernambuco começaram a deteriorar suas relações com os guabirus. Esta situação existiu desde 1849, mas aqui vamos tratar apenas de duas presidências durante as quais as relações entre o governo e seu partido agravaram-se de vez e não tiveram mais volta. Foram elas a do baiano Victor de Oliveira (1851-1852) e a do mineiro Francisco Antônio Ribeiro (1852-1853).

Os aliados do gabinete Rodrigues Torres, sobre os quais recaíram as principais queixas dos guabirus contra seus delegados nas províncias (os presidentes), de pronto tinham uma explicação razoável para justificar a indicação daqueles tidos pelos guabirus como políticos “estranhos” ao seu partido em Pernambuco. Segundo diziam eles, os ministros não agiam de forma aleatória com relação à escolha dos presidentes de Pernambuco, mas com muita habilidade e cuidado, procurando não entregar o governo dessa província a administradores diretamente envolvidos na guerra civil de 1848, ou excessivamente identificados com as lideranças do partido guabiru. Desse modo, ao isolarem os conservadores pernambucanos do executivo local de sua província, tentavam evitar a ação revanchista do partido vitorioso em 1848 contra o derrotado, a reação deste contra aquele e o retorno à desordem na recém-pacificada província.<sup>56</sup>

O presidente Victor de Oliveira, mal pisou no Recife teve de enfrentar dois problemas: a criação da Sociedade Liberal Pernambucana e a Revolta do Marimbondo. Dessa prova de fogo ele não sairia ileso, devido mesmo à interferência dos guabirus nesses acontecimentos.

---

56 *O Correio do Brasil* do Rio de Janeiro. Artigo transcrito nas páginas da folha governista de Pernambuco, *A Justiça*, p. 2-3, 02 mar. 1853 (APEJE).

A fundação dessa associação, no final do ano de 1851 deixou os guabirus desconfiados do presidente da província, que nada fez contra uma organização política oposicionista e “subversiva”. Para a maioria deles, essa postura do governo era inadmissível, já que a referida instituição defendia uma causa considerada perigosa à manutenção do Trono: a convocação de uma assembleia constituinte.

Assim, enquanto Victor de Oliveira ia permitindo as reuniões liberais por toda a província, os guabirus começaram a mobilizar-se no sentido contrário. Para tanto, contavam com o apoio velado do chefe de polícia, na ocasião Figueira de Melo. A repressão dos guabirus a reuniões da Sociedade Liberal Pernambucana teve como palco a cidade do Rio Formoso. Ali, em fevereiro de 1852, os conservadores dissolveram a bala o encontro promovido pelos praieiros. Informado do ocorrido, o presidente foi enérgico e não hesitou em afastar da chefia da polícia Figueira de Melo, o que muito repercutiu no Senado, onde o Marquês de Olinda dirigiu ao governo central o seguinte desabafo e repreensão: “Atente ao estado de Pernambuco, veja que consequência pode ter a mudança de um funcionário tão importante que tem figurado nos negócios daquela província”.<sup>57</sup>

Na verdade, a permanência de um chefe de polícia tão ligado aos guabirus num posto estratégico como aquele indicava que o governo central não podia isolar ou neutralizar por completo a facção local do seu partido do governo provincial, mesmo no caso de uma província que havia atravessado uma guerra civil. Afinal, o ministério não poderia agir com seus correligionários como fazia quando tomava o poder dos seus adversários políticos nas províncias, simplesmente mudando de cabo a rabo todas as autoridades do governo de então.

---

57 *Anais do Senado do Império do Brasil*, sessão em 13/08/1852. Disponível em: [https://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/asp/ip\\_anaisimperio\\_digitalizados.asp](https://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/asp/ip_anaisimperio_digitalizados.asp). Acesso em: 10 out. 2022.

Os problemas com o chefe de polícia, Figueira de Melo, vinham atormentando o presidente desde a eclosão da Revolta do Marimbondo, quando aquela autoridade tudo fez para convencê-lo do envolvimento dos praieiros nessa insurreição camponesa contra a realização do censo e a introdução do registro civil de nascimento e óbito. Tal acusação tinha um único objetivo: inaugurar uma nova fase de perseguição e retaliação aos liberais por parte do governo. Os praieiros, ao perceberem o perigo que os rondava, trataram logo de eximir-se de qualquer compromisso com a Revolta na imprensa, lembrando o papel desempenhado por alguns dos membros do seu partido para conter e controlar aquele protesto desesperado do povo do interior contra os decretos imperiais que lhes pareciam querer controlá-los cercear a sua liberdade.<sup>58</sup>

Debelada a rebelião, o presidente pronunciou-se na Assembleia Provincial para apresentar o tradicional relatório que sempre o chefe do executivo submetia à apreciação do legislativo, confirmando nele a colaboração dos liberais na contenção da revolta em algumas cidades do interior. Finalizando seu discurso, sob a observação atenta de uma plateia de deputados provinciais guabirus, lembrou o ocorrido no Rio Formoso por ocasião da reunião da Sociedade Liberal Pernambucana, fazendo questão de recriminar as pessoas que em nome do governo reprimiram violentamente aquele evento. E o tempo fechou no recinto.<sup>59</sup>

Depois desse relatório totalmente favorável aos liberais, os guabirus não deram mais trégua ao Presidente. Passada aquela sessão tumultuada da Assembleia Provincial, solicitaram aos deputados conservadores a divulgação de toda a documentação oficial sobre a Revolta dos Marimbondos e o caso do Rio Formoso. De posse desses papéis, tramavam os guabirus provavelmente tirar subsídios para

---

58 *A Imprensa*, 07 jan. 1852 (APEJE).

59 *Diário de Pernambuco*, 02 mar. 1852, Seção Assembleia Provincial (APEJE).

contestar as declarações contidas no relatório do presidente. Com a divulgação dessa documentação, entretanto, lucrariam os liberais e não os conservadores. Publicados com grande alarde e satisfação inclusive pela imprensa praieira, esses papéis revelaram duas coisas: a demora das autoridades policiais para reprimir os rebeldes da Revolta dos Marimbondos e a culpa dos guabirus na confusão do Rio Formoso.<sup>60</sup>

Vitor de Oliveira deixou o cargo logo em seguida ao desfecho do seu discurso na Assembleia Provincial, mas seu substituto no governo, Antônio Ribeiro, não teve na sua chegada uma recepção muito calorosa do seu partido. Ele mal desembarcou em terra firme e já ouviu de um deputado provincial guabiru o seguinte conselho, seguido de uma dura crítica aos seus antecessores no cargo: “Sua excelência [...] compreenderá melhor a situação da província do que os seus antecessores, cuja administração indecifrável e híbrida deixou a província em situação melindrosa”.<sup>61</sup>

A eleição de 1852 para a Câmara dos Deputados reanimou as velhas rixas entre os presidentes e as lideranças do seu partido em Pernambuco. Naquele pleito, por usar e abusar de seu poder para fazer valer a sua vontade ou a do gabinete nas urnas, o presidente desagradou a todos os partidos, inclusive ao seu, que não mediu esforços para combater certas candidaturas advogadas pelo governo de Pernambuco.

Naquela eleição tão aguardada pelos guabirus, o governo não foi nada tolerante com o partido de oposição. Nesse sentido sua política conseguiu agradar aos conservadores pernambucanos, noutra questão não. O novo presidente, logo que assumiu o cargo ao querer

---

60 Essa documentação foi publicada pelo presidente em *A Imprensa* entre 15 e 18 mar. 1852 (APEJE). Um trecho de uma das cartas dirigidas ao chefe de polícia pelo presidente Victor de Oliveira foi citado em páginas anteriores a este capítulo.

61 *A Imprensa*, 26 mar. /1852, p. 1 (APEJE).

interferir na definição da chapa do seu partido para a Câmara dos Deputados entrou em desacordo com ele. Além disso, terminada a eleição ele encravou na imprensa pernambucana um jornal ministerialista, *A Justiça*, para combater toda e qualquer possível crítica ao governo, inclusive a vinda de seu próprio partido.

Nas urnas, o governo não conseguiu obter sucesso, o que parece sugerir que nem tudo se resolvia segundo a orientação do presidente para o seu partido, conforme tem considerado a nova historiografia política do Império. Pelo menos no caso do confronto envolvendo as facções do mesmo partido no poder, a eleição de 1852, em Pernambuco, de triste lembrança para os liberais, foi marcada também por uma contenda eleitoral dentro do próprio partido conservador, cujo desfecho deu ganho de causa muito mais aos candidatos do partido guabiru que aos do presidente.

Na imprensa do Recife os ataques ao governo da província eram cada vez mais frequentes e duros antes da aguardada eleição. O jornal *A União*, por exemplo, já exigia da bancada pernambucana na Câmara, no fim de seu mandato, comunhão de forças em defesa dos interesses da sua província: “Já não se trata de ter na redação do orçamento, de obter ou pedir nele algum quinhãozinho, alguma esmola [...]. Trata-se hoje de atender em todas as localidades ao mérito que germina e trazê-lo e aproveitá-lo ao consumo geral”.<sup>62</sup>

Durante a eleição, o desentendimento entre o presidente e os guabirus começou logo cedo, com o órgão oficial do partido conservador de Pernambuco publicamente descredenciado para esse posto pelo presidente da província. Esse ato prontamente recebeu a devida réplica dos redatores da *União*, que lembrou ser um periódico ordeiro que sempre defendeu os governos que compartilhavam dos seus princípios, “porém nem por isso deixou em um só momento

---

62 *A União*, 04 jan. 1852, p. 1 (APEJE).

de ser folha e órgão do partido a que representa, para trocar esse honroso caráter pelo pomposo e vão título de órgão oficial”.<sup>63</sup>

Na imprensa não faltavam indícios da ausência de unidade dos conservadores na eleição de Pernambuco, e o mesmo aconteceria na freguesia do Rio Formoso à medida que se aproximava o dia de seu eleitorado comparecer às urnas. Velho reduto político dos guabirus, ali tudo sugeria momentos difíceis para o presidente da província e seus aliados na eleição. Naquela localidade, na região da mata sul, tudo começou na eleição primária, quando duas facções conservadoras em luta acabaram realizando cada qual a sua própria eleição, uma na matriz e outra na casa de uma autoridade local. A partir de então não houve acordo entre as duas partes em litígio, optando o governo da província e os guabirus por travarem combate também na imprensa e romperem definitivamente suas relações, especialmente depois da publicação nas páginas do jornal *A União* do resultado da eleição primária contrária à clientela política do presidente da província.

Ao final daquele pleito, a vitória eleitoral ficou mesmo com os candidatos guabirus da gema, conseguindo os de indicação do governo apenas suplência.<sup>64</sup> A briga interminável entre o presidente e seu partido prosseguiu na província, sem que Antonio Ribeiro alcançasse uma vitória sequer sobre seus adversários. Pouco antes de regressar à Corte ele sofreria um novo revés, agora na Assembleia Provincial, ao ver seu pedido de aumento do contingente militar vetado pela deputação guabiru por 17 votos contra 11.<sup>65</sup> Note-se que

---

63 O editorial do jornal *A União* pode ser encontrado nas páginas da gazeta *O Liberal Pernambucano*, 02 dez. 1852, p. 1 (APEJE).

64 Cabe destacar que o 2º deputado guabiru mais votado em Pernambuco foi justamente Figueira de Melo, o ex-chefe de polícia destituído de seu cargo pela presidência de Vitor de Oliveira.

65 *A União*, 16 mar. 1853, p. 1-2; *Liberal Pernambucano*, 18 mar. 1853, p. 1 (APEJE).

entre os que votaram contra na Assembleia, havia cerca de quatro deputados recém-eleitos para a Câmara dos deputados: Augusto de Oliveira, Monsenhor Pinto de Campos, Francisco Xavier Paes Barreto, Paula Batista e Ferreira Aguiar.

Assim, vitoriosos em sua província na contenda com o presidente, já cansados de tantos desentendimentos com essa autoridade delegada do governo central, os guabirus já começaram a se mobilizar para enfrentar na nova legislatura o governo, agora em uma esfera mais elevada, a do gabinete, com o apoio de bancadas de outras províncias, também descontentes com o ministério Rodrigues Torres. Diante deste cenário político e “colocando mais lenha na fogueira”, indagaram os praieiros às vésperas do início da nova legislatura: “Qual será o procedimento do governo geral com a nova deputação de Pernambuco? Aguentará a albarda<sup>66</sup> que lhe querem impor? Ou mandá-la-á às favas fechando-lhes as portas do Parlamento?”<sup>67</sup> De fato, o governo teria de enfrentar no Parlamento não apenas a bancada dos pernambucanos,<sup>68</sup> mas uma frente oposicionista formada principalmente pelos deputados da atual região Nordeste, denominada “Partido Parlamentar” e disposta não a mediar o conflito entre os presidentes e seu partido nas províncias, mas sim em guerrear o ministério do qual aquela autoridade era agente.<sup>69</sup>

---

66 Albarda: “sela grosseira, enchumaçada de palha, para bestas de carga”. FERREIRA, Aurélio Buarque de HOLANDA. *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. 2. ed. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1986.

67 *O Liberal Pernambucano*, 13 dez. 1852, p. 1 (APEJE).

68 Além das presidências, os guabirus reclamavam a atualização da lista dos vice-presidentes de sua província pelo gabinete, de modo a contemplar em primeiro lugar nela o chefe do seu partido em Pernambuco.

69 Para a trajetória do Partido parlamentar, ver: ROSAS, Suzana Cavani. Executivo versus Legislativo: o conflito parlamentar entre o Gabinete Rodrigues Torres e seu partido em 1853. *Revista de História da USP*. São Paulo, n. 180, 2021.

## Considerações finais

Apesar de toda importância da criação da Assembleia Provincial, pouco sabíamos até o fim do século passado sobre o teor da legislação que ela aprovava e a que interesses atendia, seus conflitos internos e com o executivo, o orçamento da província que ela sancionava e até quem eram seus deputados. Do mesmo modo desconhecíamos as relações dos deputados da província com os seus conterrâneos no Parlamento Imperial. Porém, na atualidade, como demonstramos, muitas dessas questões foram ou estão sendo esclarecidas por diversas pesquisas que a cada dia vão surgindo sobre essa instituição legislativa. Suas conclusões revelam o quanto esta instituição almejada por muitos liberais, que até perderam a vida por esta causa, revelou-se ativa, combatida e representativa dos interesses de uma sociedade escravista, incluído nela a classe senhorial dominante e os homens livres menos afortunados, que dela se valeram como cidadãos em defesa de seus interesses.

Com limitações orçamentárias inegáveis, com reuniões previstas apenas para dois meses por ano e tendo de lidar com um executivo forte, mas não a ponto de poder dissolvê-la, como ocorria com Câmara dos deputados, a Assembleia pôde muito: conseguiu, ainda que não para tudo, gerar uma arrecadação capaz de atender às despesas básicas da província, legislar sobre diversas matérias, enviar petições ao Parlamento em favor de assuntos de foro regional e nacional, além de ver alguns dos seus deputados ascenderem à política nacional. Quanto à historiografia, acertaram os autores clássicos que identificaram o Estado Imperial como centralizado, mas também atuais, que sem negarem esta tese constataram no bojo dessa estrutura política unitária a presença de um legislativo com relativa autonomia nas províncias, sem a qual a governança seria pouco viável. Assim, cabe aqui a assertiva de Jurandir Malerba a respeito produção histórica ao longo do tempo: “a fonte geradora

da historiografia é a necessária retificação das versões do passado histórico, operada por cada geração”.<sup>70</sup>

---

70 MALERBA, Jurandir (org.). *A História escrita: teoria e história da historiografia*. São Paulo: Ed. Contexto, p. 17, 2006.

#### CAPÍTULO IV

### Trajetória pessoal e imagem pública

Algumas questões a partir da experiência do médico  
José Netto de Campos Carneiro (1857-1921)

*Leicy Francisca da Silva*

#### Introdução

Qual o lugar do sujeito na análise histórica? A resposta a essa questão direciona o pesquisador para o ambiente microdimensional da produção historiográfica. Corrente nascida do movimento de revisão da historiografia dos anos 1970, a *Nova História*, e fruto do movimento de renovação da historiografia que encaminha “uma descrição mais realista do comportamento humano”.<sup>1</sup> A micro-história assente o reconhecimento da liberdade relativa do sujeito, uma autonomia situada dentro “das limitações dos sistemas normativos prescritivos e opressivos” da sociedade. Uma perspectiva que observa a existência de um espaço com a possibilidade de ação, negociação, manipulação, escolhas e decisões individuais, um ambiente que

---

1 LEVI, Giovanni. Sobre a micro-história. In: BURKE, Peter (org.). *A Escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, p. 135, 1992.

emerge das “possibilidades de interpretações e liberdades pessoais”. Espaço e possibilidades que conferem legitimidade aos diferentes relacionamentos dos indivíduos e sua reação frente às estruturas sociais, jogos de interesse e as disputas de poder.<sup>2</sup>

Essas premissas inerentes à micro-história nos direcionam a pensar a trajetória profissional e pessoal de um sujeito, médico, que atuava no sertão goiano no século XIX. Um enquadramento que nos fez avaliar o significado de ser médico na sociedade brasileira, condição profissional que passa pela construção de inter-relações, relações de poder, entre os níveis institucionais e no âmbito da vida cotidiana.<sup>3</sup> Porque se trata de perceber uma profissão que transita nestes dois mundos: o macro e o microscópico. Circula no mundo da política e no espaço da cabeceira do doente, nas instituições (escola, hospital, prisão), nos jornais, nas ruas, nos eventos científicos, etc. Através dos procedimentos da micro-história, o sujeito, sua luta e modo de manejar recursos simbólicos e materiais ganham importância, sem perder de vista as estruturas sociais complexas. É na dimensão microscópica da análise histórica e nesta relação de escala e número, que trazemos à tona um personagem: o médico José Netto de Campos Carneiro.

Nascido em Catalão (Goiás) em 1857, realizou seus estudos em humanidades nesta província, e em 1879 enviou requerimento à Comissão de instrução pública “pedindo para ser matriculado e admitido a exame nos cursos superiores do Império”.<sup>4</sup> Tomou parte da lista dos que faziam os Exames preparatórios e de latim<sup>5</sup> e ingressou na Faculdade de Medicina da Bahia, para formação

---

2 *Idem.*

3 PEREIRA NETO, André de Faria. *Ser médico no Brasil: o presente no passado*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2001.

4 *Jornal do Commercio*. Câmara dos Deputados. Sessão de 24 de janeiro de 1879. Rio de Janeiro, 25 jan. 1879, p. 1.

5 *O Monitor*. Notícias diversas. Bahia, 4 dez. 1879, p. 1.

acadêmica. Em novembro de 1885, apresentou as provas escritas na sexta série clínica, obtendo aprovação e título.<sup>6</sup> Voltou a Goiás em 1886, ocupando-se como clínico na capital. Exerceu seu ofício medicando os corpos e os espaços entre 1886 e 1921, ocupando cargos na burocracia e na administração pública e protagonizando importantes querelas nos jornais locais.

Sua vida é demarcada pela exposição pública e desempenho na defesa de interesses profissionais que às vezes se conflitavam com interesses de outros componentes da classe médica. Procedia como numa missão social, difundindo o saber, operando com consciência de seu poder e impondo sua autoridade. Parecia se perceber interpretando um papel com finalidade de comungar e reproduzir suas ideias em âmbito e em prol da sociedade.<sup>7</sup>

A linha tênue que delimita a atuação pública e a vida privada de José Netto de Campos Carneiro se descortina através de sua biografia e do uso que fez da imprensa. Esse limite delicado reforça a possibilidade de através da sua trajetória de vida singular acessarmos e traduzirmos o pessoal em concomitância com o social, o coletivo e o histórico.<sup>8</sup> O compreendemos como alguém que assume na representação pública os embates relativos aos profissionais da medicina à época, na luta contra os charlatães, na disputa do mercado de atuação profissional contra os práticos, os farmacêuticos e os terapeutas alternativos (curadores, benzedores, dentre outros), na defesa da higiene pública e do papel do médico na luta contra as epidemias, na defesa da vacinação etc. Outras vezes, protagonizava altercações contra autoridades políticas, relacionadas com questões de âmbito privado e da atuação clínica, disputas que exprimem uma ambiguidade do

---

6 *Gazeta da Bahia*. 18 nov. 1885, p. 1.

7 SÁ, Dominichi Miranda de. *A ciência como profissão: médicos, bacharéis e cientistas no Brasil (1895-1935)*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006.

8 LORIGA, Sabina. A biografia como problema. In: REVEL, Jacques (org.). *Jogos de escala: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998.

processo de constituição da profissão médica no país. Os médicos estavam preocupados com a regulação do exercício profissional e o resguardo de seu campo de atuação. Nessa situação, dependiam da intervenção legisladora do Estado, mas ao mesmo tempo atuavam na defesa dos interesses da clínica privada e da liberdade na relação com a clientela.<sup>9</sup> É uma contradição no que concerne a ética médica na defesa da saúde pública e da higiene (acedendo a postos burocráticos e operando na esfera política) e na sua atuação filantrópica e humanista, ao mesmo tempo que na defesa de seu mercado de atuação e na busca pelo sucesso pessoal.

A conquista da base de saber/poder, do vasto mercado de trabalho e credibilidade social alcançada pelos médicos, resultado do projeto bem-sucedido de aliança da corporação e do apoio estatal,<sup>10</sup> por vezes nos tira a capacidade de pensar os interesses do sujeito nesse processo. Como a trajetória de um médico pode auxiliar na compreensão das relações de poder que se estabelecem entre o indivíduo e a sociedade? Nesse contexto, problematizamos a perspectiva da escrita biográfica para perceber os elementos amplos da experiência histórica, em consonância com o individual e o coletivo.

### **A atuação do médico: relações de poder e imagem heroica**

José Netto estreou na carreira médica em Goiás em 1886, quando assumiu postos na administração pública, “engajado para o serviço da guarnição”<sup>11</sup> e acumulou, nomeado por despacho imperial,

---

9 COELHO, Edmundo Campos. *As profissões imperiais: a medicina, engenharia e advocacia no Rio de Janeiro 1822-1930*. Rio de Janeiro e São Paulo: Editora Record, 1999.

10 MACHADO, Maria Helena. *Os médicos no Brasil: um retrato da realidade*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1997.

11 *O publicador Goyano*, 28 ago. 1886, p. 3.

a *Inspetoria de Higiene e da Saúde Pública da Província*,<sup>12</sup> o serviço clínico da cadeia e do Hospital de Caridade São Pedro de Alcântara<sup>13</sup> e o posto de membro da *Comissão Médica do Montepio Provincial*.<sup>14</sup> Sua trajetória profissional se finda com sua morte em 1921. A notificação de seu falecimento pelos jornais relacionava o homem ao seu trabalho, informando que o doutor Netto exercia “sua profissão com inteiro desprendimento de vantagens materiais”, “fora tratar de um irmão e morreu em caminho”.<sup>15</sup> O falecido foi sepultado “com extraordinário acompanhamento de pessoas amigas”, pois era “o mais velho e o mais estimado dos médicos”, baluarte daquela “nobre profissão, por espaço de trinta anos”.<sup>16</sup> O velório e enterro foi um evento social marcante, pelo reconhecimento que amelhara.<sup>17</sup>

José Netto defendeu tese sobre o *Mal de Bright*. Seus estudos se ampliam com a escrita de artigos sobre assuntos sanitários de interesse social e conselhos sobre os cuidados com a saúde, que foram condensados no livro *Febres de Goiás*, publicado em 1897. Os periódicos difundiram suas produções sobre o *Saneamento da Capital*,<sup>18</sup>

---

12 *Gazeta de Notícias* (RJ). 29 jun. 1886, p. 1.

13 *O publicador Goyano*, 18 set. 1886, p. 3.

14 *Jornal do Commercio* (RJ). 17 nov. 1887, p. 1.

15 *Jornal A Noite* (RJ). 26, nov. 1921, p. 3.

16 *Correio Oficial* (GO), 26 nov. 1921.

17 COSTA, Lara A. Tavares. *Pela moral e os bons costumes: um asylo para órfãs desvalidas* (Cidade de Goiás 1808-1958). 2017. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, p. 54, 2017.

18 Advoga em favor dos princípios de higiene para evitar enfermidades e epidemias: construção de obras públicas (esgoto, canalização de água, drenagem dos espaços pantanosos para evitar acúmulo de água e matérias deletérias à saúde em ambiente urbano), adoção de princípios higiênicos na construção de cemitérios e na localização do hospital São Pedro de Alcântara e preconiza à administração empenho na exigência do cumprimento das posturas relativas ao asseio público. *Saneamento da Capital*. *Goyaz*, 11 out. 1889, p. 1-2.

sobre a *influenza* após o episódio de um surto da enfermidade<sup>19</sup> e sobre a *varíola*, respondendo demanda do Governo estadual.<sup>20</sup> Foi presença constante nos jornais como médico e intelectual, abordando temas gerais e de interesse social, e através de informes que expunham um sujeito reconhecido pelo poder econômico.

Advindo de família abastada,<sup>21</sup> Netto era proprietário de terras e fazendas de produção agrícola na cidade de Goiás,<sup>22</sup> prédios urbanos que alugava e era o primeiro citado na lista dos quinze maiores contribuintes do imposto predial no exercício de 1911 na capital.<sup>23</sup> Fez empréstimos ao governo do Estado<sup>24</sup> e possivelmente a particulares.<sup>25</sup> Investiu na indústria e manufatura de fumo e de tecido,<sup>26</sup> compondo o seletto grupo formado pelos capitalistas locais.<sup>27</sup>

---

19 Explica a história da enfermidade e sua ocorrência localmente. José Netto de Campos Carneiro. Relatório apresentado ao cidadão governador pela Inspectoria de Hygiene do Estado de Goyaz em 28 ago. 1890; *Goyaz*, 4 set. 1890, p. 3-4; *Goyaz*, 12 set. 1890, p. 3.

20 Expunha as características, sintomas e tratamento da doença, de modo que fosse útil aos habitantes em caso de invasão da epidemia na província e foi enviado aos intendentos municipais para ampla divulgação. *Semanário Oficial*, 8 mar. 1899, p. 2.

21 Proprietária da Fazenda do Rio do Peixe, cuja divisão era requerida em 1912. *Correio Oficial*, 17 jul. 1912, p. 4.

22 Paga altos impostos (13\$200) na *Relação dos contribuintes do imposto rural do município da capital* de 1920. *Correio oficial*, 17 abr. 1920. É proprietário de fazenda de produção agrícola – coletoria da capital. *Correio Oficial*, 23 mai. 1912, p. 3.

23 *Correio Oficial*, 26 dez. 1912, p. 4.

24 No valor de 11:000\$000 em abril de 1910, “a juros de 7% ao ano, “pagos em dia” e liquidado em 1917”. *Correio Oficial*, 29 jan. 1911, p. 3; 01 jun. 1911, p. 1; e 6 dez. 1917, p. 4. Para uma ideia da representação do valor, o Relatório do Presidente do Estado informava que a dívida passiva do Estado em 1914 consistia em 440:000\$000 ao Banco *Crédit Foncier du Brésil*.

25 Foi “credor hipotecário” de uma “casa de dois laços” e “pertencente à herança de [...], avaliada por cinco contos de reis” posta em leilão público possivelmente para pagamento da dívida. *Correio Oficial*, 13 dez. 1913, p. 4.

26 *Goyaz*, 19 out. 1890, p. 2. A Industrial Goyana tinha liberação para explorar uma fábrica de fiação e tecidos de algodão, com privilégio de 15 anos e capital de 200 contos de reis. Possuía também licença para expor e vender fumo na cidade de Goiás.

27 Como o definia o *Almanak Laemmert*, 1924, p. 4322.

As fronteiras de Goiás não foram os limites espaciais da sua vida. Fez especialização na França,<sup>28</sup> que foi durante todo o século XIX um centro de “importação pelo Brasil de filosofia e tecnologias médicas”.<sup>29</sup> Esteve na Rússia como representante do Estado de Goiás em congresso médico internacional, onde foi o único brasileiro citado entre os membros do certame que agrupava pesquisadores de renome mundial.<sup>30</sup> Seu livro foi editado na cidade do Porto, durante sua estadia em Portugal.<sup>31</sup> Em 1889, integrou o comitê goiano para a *Exposição Internacional de Paris*, em 1904, foi presidente da Comissão de Goiás na *Exposição Internacional de Saint Louis*, nos Estados Unidos,<sup>32</sup> em 1911, atuou como presidente da Comissão Goiana e delegado da Seção Brasileira na *Exposição Internacional de Turim*, na Itália.<sup>33</sup> Nestes eventos se imbuíu do protótipo de conhecimento e atuação científica, cultural e social eurocêntrica, expôs as riquezas naturais, a produção e manufatura goianas e empreendeu contato com pessoas, tecnologia e ciência produzidas no mundo. Estas exposições fundam um padrão hierarquizado e universalizado do conhecimento científico e da vida social global, em que a comunidade europeia se postulava o lugar de modelo, apontava o dever e permitia trocas de conhecimento e comportamentos aos de outros espaços.<sup>34</sup> Elas deram novo sopro à produção e vulgarização científica

---

28 BUENO, Jerônimo Carvalho. *História da medicina em Goiás*. Goiânia: Edição do autor, 1979.

29 CORANDINI, Odaci Luiz. A formação da elite médica, a Academia Nacional de Medicina e a França como centro de importação. *Estudos*, n. 35, p. 3, 2005.

30 *Comptes-rendus du XII<sup>e</sup> Congrès international de médecine*. Moscou, 7 [19]-14 [26], 1897, p. IX.

31 MORAES, Maria Augusta de Sant'Anna. *Dos primeiros tempos da saúde pública em Goiás à Faculdade de Medicina*. Goiânia: Editora Canone, p. 108, 2012.

32 *O pharol*, 25 out. 1905, p. 1.

33 *Jornal do Brasil*, 23 jun. 1911, p. 7.

34 PETITJEAN, Patrick. Ciências, impérios, relações científicas franco-brasileiras. In: HAMBURGUER, Amélia Império et al. (org.). *As ciências nas relações Brasil-França (1850-1950)*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo/ Fapesp, 1996.

em ampla escala, pois elaboravam na cadeia de participação uma dinâmica do local ao global,<sup>35</sup> permitiam a “difusão das ciências em seus aspectos aplicados”<sup>36</sup> e introjetavam o espírito de progresso. Em 1914, José Netto intermediou em nome do Hospital São Pedro de Alcântara da cidade de Goiás junto a empresas europeias a compra de materiais e instrumentos cirúrgicos.<sup>37</sup> Sua atuação no processo de circulação da ciência e da tecnologia coaduna com a afirmação de que as Exposições Universais tinham o papel de articular diferentes esferas da vida social e cotidiana ao progresso material.<sup>38</sup> Pessoalmente, foi “imortalizado pela população de Goiás como o inesquecível”,<sup>39</sup> o benfeitor, uma imagem que se cristaliza inclusive nos estudos históricos.<sup>40</sup>

### As querelas contra um prático e a opinião pública

Os periódicos e seus articulistas, a partir das primeiras décadas do século XIX, passam a ordenar a cena pública através de textos e

---

35 As *Exposições Universais* incentivaram a organização das *Exposições provinciais e exposições nacionais* (ocorridas em 1860, 62, 67, 73, 76 e 89). Eram financiadas, facilitadas e incentivadas pelo Estado brasileiro e possibilitavam a construção de uma consciência política de valorização da produção e das potencialidades da manufatura e da indústria local.

36 MOREIRA, Ildeu de Castro; MASSARANI, Luísa. Aspectos históricos da divulgação científica no Brasil. In: MASSARANI, Luísa *et al.* (org.). *Ciência e público: caminhos da divulgação científica no Brasil*. Rio de Janeiro: Casa da Ciência - Centro Cultural de Ciência e Tecnologia da UFRJ, p. 47, 2002.

37 O governador agradece e explica ter “uma dívida” com ele “pelos serviços prestados” em Goiás e na Europa, “encarregando-se da compra de instrumentos cirúrgicos” com economia e isenção de impostos e tarifas. Mensagem do Governador de Goiás para a Assembleia, 1914, p. 20.

38 NEVES, Margarida de Souza. *As vitrines do progresso*. Rio de Janeiro: PUC, 1986.

39 MORAES, Maria Augusta de Sant’Anna. *Dos primeiros tempos da saúde pública em Goiás à Faculdade de Medicina*. *op. cit.*, p. 105.

40 COSTA, Lara A. Tavares. *Pela moral e os bons costumes: um asylo para órfãs desvalidas* (Cidade de Goiás 1808-1958). *op. cit.*

posicionamentos. Constroem uma projeção em um corpo social “que passava por transformações nas relações de poder”. Estas mudanças demarcavam as associações “que diziam respeito a amplos setores da hierarquia da sociedade, em suas dimensões políticas e sociais”.<sup>41</sup> Eles ultrapassavam e circulavam além do restrito mundo letrado, e alcançavam setores, com destacado papel no processo de construção de uma *opinião pública* que se intensifica no começo do xx; “a opinião pública era um recurso para legitimar posições políticas e um instrumento simbólico que visava transformar algumas demandas setoriais numa vontade geral”.<sup>42</sup>

José Netto de Campos Carneiro parecia um sujeito ciente de sua localização social e poder, atuando racionalmente na construção de uma imagem de si e utilizando os jornais como meio para a elaboração de sua personalidade pública.<sup>43</sup> Ademais, no Brasil, a imprensa foi um importante espaço de luta dos médicos no resguardo da profissão, na construção de um perfil na carreira e na defesa de sua honra pessoal. Processos se desenvolvem em concomitância e marcam a constituição de uma esfera de atuação pública. Esse amálgama do coletivo e do biográfico expressa o indivíduo no tecido social e cultural ampliado, sua localização no público é demarcada através da justificativa de sua ação profissional.<sup>44</sup>

José Netto, através de seus escritos e fundado em normas morais da época, estabeleceu legitimidade política e reforçou positivamente a opinião pública em relação à sua imagem e a do grupo ao qual pertencia. Dava vida a sua *personalidade* ou às impressões imediatas produzidas sobre sua pessoa, tomadas “como a própria base da existência social”. O fenômeno de elaboração da personalidade aparece

---

41 MOREL, Marco. Os primeiros passos da palavra impressa. In: MARTINS, Ana Luiza et al. (org.). *História da imprensa no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Contexto, p. 27, 2015.

42 *Idem*, p. 33.

43 SENNET, Richard. *O declínio do homem público*. Rio de Janeiro: Record, 2014.

44 LORIGA, Sabina. A biografia como problema. *op. cit.*

no domínio público relacionada com o poder e a visão secular de mundo na sociedade.<sup>45</sup> Nesse “contexto, a personalidade adentrou o domínio público” e as pessoas consideravam conhecer umas às outras na medida em que sabiam algumas particularidades de seu comportamento.<sup>46</sup> Netto explicita na sua trajetória de homem público<sup>47</sup> e identidade profissional imagens que se perpetuam nas análises históricas sobre ele constituídas.

José Netto escreveu tanto em jornais cuja opinião política coadunava com a sua quanto nos espaços do pensamento político opositor. Em cada um deles a estratégia de escrita dava-se na defesa de um perfil pessoal que ressoava no coletivo (conjunto profissional, partido que representa ou instituições que compunha), processo que observaremos a partir das querelas que protagoniza. A primeira, ocorrida em 1886, quando o recém-nomeado Inspetor de Higiene da província empreende uma caça ao capitão Joaquim Martins Xavier Serradourada,<sup>48</sup> que aviava receitas e prestava serviços médicos à população da capital da província e proximidades, inclusive no Hospital de Caridade São Pedro de Alcântara, com conhecimento dos médicos Francisco Antônio Azeredo, Vicente Moretti Fóggia<sup>49</sup> e Francisco de Paula Alvellos.<sup>50</sup>

---

45 SENNET, Richard. *O declínio do homem público*. op. cit., p. 221.

46 *Idem*.

47 Foi deputado estadual (1892-1894), secretário de Estado de Instrução e Obras Públicas (1895), Intendente Municipal (1899-1909), secretário do Interior e Justiça (1913-1914).

48 O Capitão Joaquim Martins Xavier Serradourada era de família influente e com importante cabedal econômico, cultural e social em Goiás. Foi juiz de direito e do comércio interino da comarca da capital de Goiás. Em 1887, foi nomeado “coletor do mercado” (*O publicador Goyano*, 20 ago. 1887, p. 3).

49 Explicitado nas informações sobre o trabalho de atendimento e curativo por ele prestado no Hospital. In: *Ofensas físicas*. *Correio Oficial*. ed. 49, 1882, p. 4.

50 Agradecimento publicado “aos médicos que trataram do finado, os Sr. Dr Francisco de Paula Alvellos e capitão M. X. Serradourada”. *O Publicador Goyano*, ed. 10. Agradecimento, 02 mai. 1885, p. 4.

Em âmbito coletivo, a disputa aponta de um lado a “cruzada anti-charlatanismo” empreendida por profissionais formados nas faculdades de Medicina imperiais nas últimas décadas do século XIX, de outro a subsistência e a força dos profissionais de cura empíricas.<sup>51</sup> Traduzia – no processo de afirmação, legitimação e defesa da profissão médica – o fato de que não era o conhecimento científico ou a técnica que manifestava o perfil e avaliação do profissional, mas a relação subjetiva com o paciente, demarcada por altruísmo e abnegação.<sup>52</sup> Pois Serradourada criticava que Netto o perseguia por interesse em proteger sua clientela, e não pela caridade e humanidade de seu *métier*.<sup>53</sup> Em abaixo-assinado, diversas pessoas declaravam sob juramento que

O sr. Capitão Joaquim Martins Xavier Serradourada tem tratado com permissão dos respectivos facultativos na falta absoluta dos mesmos, e com grande aproveitamento, de enfermidades em suas pessoas e de pessoas de suas famílias, nunca recebendo o mais insignificante estipendio nem pelos rezeituários, nem pelos cuidados e visitas.<sup>54</sup>

Havia aproximações entre as concepções médicas acadêmicas e as de cura popular e os próprios médicos discordavam entre si acerca da proibição desses profissionais, dificultando a ação conjunta no seu combate.<sup>55</sup> José Netto destoava de seus colegas, que aceitavam a existência e trabalho do capitão e curador.<sup>56</sup> Provavelmente sua postura

---

51 SAMPAIO, Gabriela dos Reis. *Nas Trincheiras da Cura: as diferentes medicinas no Rio de Janeiro Imperial*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2001.

52 PEREIRA NETO, André de Faria. *Ser médico no Brasil: o presente no passado*. *op. cit.*

53 *Correio Oficial*, 12 nov. 1886, p. 3.

54 *O Publicador Goyano*. Negócios de Goyaz, 11 set. 1886, p. 4.

55 DANTAS, Rodrigo Aragão. A trajetória de médicos e barbeiros no Rio de Janeiro da segunda metade do século XIX. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, v. 22, n. 3, p. 1043-1050, 2015.

56 Serradourada não era o único. Em 1889, José Netto agiu contra Antônio Martins Mundim, que operava curando e receitando remédios em Entre Rios. Ver:

se devia ao aumento da competição pela clientela privada, decorrente da permanência e competitividade gerada pela atuação crescente e livre dos curadores, mesmo com a busca de monopolização do campo pelos médicos.<sup>57</sup>

Em âmbito subjetivo, devemos considerar o interesse individual e pecuniário do médico, pontuado na defesa de Serradourada? Numa sociedade demarcada pelo personalismo político e clientelismo, até onde elementos sinalizados como pessoais caracterizariam o próprio perfil de constituição do médico como profissão liberal?

### A defesa de um grupo profissional ou de um perfil pessoal?

A segunda querela apresenta a competição por cargos públicos entre os médicos Francisco de Paula Alvellos e José Neto de Campos Carneiro. Exprime a complexidade e os conflitos internos à corporação médica, que disputava com práticos e outros agentes de cura e também entre si,<sup>58</sup> e nessa concorrência, o interesse e projeção pessoal se exprimem. Em 1890, o Ministério da Guerra pede informações ao governador do estado, se

Com efeito o dr. José Neto de Campos Carneiro, não cumpre com os deveres de seu cargo, porque, além das funções que tem de desempenhar como contratado, serve também como inspetor de higiene e médico do hospital de Caridade e da

---

MAGALHÃES, Sônia Maria de. Batalha contra o charlatanismo: institucionalização da medicina científica na província de Goiás. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, v. 18, n. 4, 2011.

57 EDLER, Flávio. *As reformas do ensino médico e a profissionalização da medicina na corte do Rio de Janeiro, 1854-1884*. 1992. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1992.

58 SILVA, Wuendissy Fortunato da. *Artes de curar em confronto? Disputas, ofícios e práticas de cura na Paraíba imperial (1870-1880)*. 2020. Dissertação (mestrado em História) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2020.

Cadeia Pública, conforme participou o 1º cirurgião encarregado do serviço médico dr. Francisco de Paula Alvellos.<sup>59</sup>

Netto responde prontamente à “acusação”, argumentando que “para vingar-se seria bastante que deixasse o dr. Alvellos entregue a si mesmo”, pois era personagem negativamente conhecida na capital federal e no estado.<sup>60</sup> Portanto, para ele não era disso que se tratava, e faz sua defesa na afirmação de sua personalidade, divulgando diversos escritos elogiosos sobre sua pessoa e atuação profissional. Publica o reconhecimento do seu trabalho pelos presidentes de província Elyσιο Firmo Martins e Felicíssimo do Espírito Santo. Elyσιο afirmava que “desvanecia-se de ter encontrado tão distintos auxiliares” em Goiás, “com exclusão do nome do dr. Francisco de Paula Alvellos (o encarregado do serviço médico)”. Já Felicíssimo, que era “insuspeito” pois “aparentado com o dr. Alvellos (tio afim)” – os laços familiares eram importantes na dinâmica das relações, incluso em âmbito político – o definiu no Relatório dirigido à Assembleia Provincial em agosto de 1888 como “hábil, ativo e distinto funcionário”.<sup>61</sup>

Ostenta relatório escrito pelo próprio Alvellos em 1889, onde “representa contra a dispensa” de José Netto e Moretti Fóggia, pois lhe cumpria “louvar os médicos” que com ele serviam “não só pela irrepreensível dedicação como pela lealdade” expressa “entre si” e para com ele.<sup>62</sup> Questiona “como se pode explicar a súbita mudança do dr. Alvellos e a sua acusação” de que não cumpria “com os seus deveres?” Passa a questionar a competência de seu opositor. Afirma que como delegado interino do cirurgião mor do exército frente ao Batalhão do 20, “O dr. Alvellos [...] só fez uma visita nos anos de 1887

---

59 Segundo informado posteriormente, os ofícios foram enviados por Alvellos em 20 dez. 1889. *Goyaz*, ed. 239. Última Hora, 18 abr. 1890, p. 4.

60 *Goyaz*. Comunicado, 02 mai. 1890, p. 2.

61 *Idem*.

62 *Idem*.

a 1889” e como médico do hospital de caridade “não cumpria os seus deveres fazendo as visitas diárias e até preceituadas em regulamento”.<sup>63</sup> Argumenta que Francisco Alvellos havia também acumulado cargos civis e militares quando chegara à província, como “médico do hospital de caridade” e enfermaria da cadeia, que “estava a cargo de um licenciado em farmácia pois que aquele dr., não se prestava a visitá-la sem condições bem onerosas”.<sup>64</sup> Explicita questões subjetivas e ressentimentos como justificativas da peleja.

A má vontade do dr. Alvellos contra o peticionário originou-se no facto de não ter este pedido exoneração de médico do hospital para ser ele reintegrado depois da 1ª demissão; foi se desenvolvendo com a diminuição de sua clínica e chegou ao auge depois de sua 2ª demissão em 4 de setembro de 1889, como tudo é público e notório nesta capital. Foi então ele exaltado, arrogante como é, e vingativo, mas nem sempre sensato, procurou vingar-se do peticionário daquela maneira, nesse ofício de 22 de dezembro de 1889, época esta, em que insurgia-se ele, todo cheio de sua vaidade pessoal, contra o primeiro governo provisório da republica neste Estado, resultando achar-se hoje sujeito, de ordem do Ministério da Guerra, a conselho de investigação e de guerra”.<sup>65</sup>

Interesses pessoais, questões profissionais e motivos políticos são apontados. As tensões entre a estrutura das relações sociais e da ação humana, tão próprias da perspectiva biográfica em que o interesse pelo individual não se esgota em si mesmo nem muito menos despreza o caráter difuso, descontínuo da existência,<sup>66</sup> são nesse evento expostos. Inclusive a compreensão mais aprofundada

---

63 *Idem.*

64 *Idem.*

65 *Idem.*

66 AVELAR, Alexandre de Sá. A biografia como escrita da história: possibilidades, limites e tensões. *Dimensões*, v. 24, p. 157-172, 2010.

desta contenda exige retomar a trajetória de Francisco Alvellos e sua relação com Netto.

Francisco de Paula Alvellos<sup>67</sup> foi demitido do Hospital de Caridade São Pedro de Alcântara em 1887, por ordem do presidente da Província, Luiz Silvério Alves Cruz, e “deixou o exercício para apresentar-se ao Ministério da Guerra”.<sup>68</sup> Para substituí-lo foi nomeado José Netto de Campos Carneiro.<sup>69</sup> Justificando o afastamento do militar, o presidente de província explicou que ele “querendo alijar-se dos partidos locais, e estabelecer a ordem na administração, está encontrando alguma oposição”<sup>70</sup> e reagiu modificando o Regulamento do Hospital de Caridade, acrescentando “disposições sobre as obrigações do respectivo médico”. Alvellos retorna a Goiás retomando suas funções, em 17 de fevereiro de 1888,<sup>71</sup> após apresentação às autoridades do Ministério da Guerra. É renomeado pelo presidente de província Fulgêncio Firmino Simões, do Partido Conservador (governou de 20/10/1887 a 3/01/1888), que dispensa seus substitutos, José Netto de Campos Carneiro e Vicente Moretti Fóggia (membros do Partido Liberal). Os jornais divulgam denúncias de que o afastamento era fruto de perseguição política e divergência ideológica<sup>72</sup> e “um atentado”, fruto de injustiça, já que “exerciam com toda a dedicação e assiduidade” seu ofício.<sup>73</sup>

A permanência de Alvellos no Hospital de Caridade se faz em contraposição à Junta responsável pela instituição, que a partir de

---

67 Formado na Faculdade de Medicina da Bahia, chegou em Goiás em 1884, assumindo cargos militares e civis. Assume o hospital de Caridade em setembro de 1884.

68 *Goyaz*. ed. 241. Comunicado, 02, mai. 1890, p. 2-3.

69 Netto fica no cargo até fevereiro de 1888, e para substituição no cargo militar, junto ao Batalhão do 20, nomeou-se a Vicente Moretti Fóggia.

70 *Correio Oficial* (Go). ed. 012(1), 26 mar. 1887, p. 1.

71 Até 04 set. 1889.

72 *Goyaz*. Notícias, 16 mar. 1888, p. 4.

73 *Goyaz*. Mais um escândalo, 24 fev. 1888, p. 2.

1889 reclama publicamente do presidente de Província, o Capitão Felicíssimo do Espírito Santo, que era tio do médico e o mantinha no cargo.<sup>74</sup> Denuncia que sua administração era prejudicial ao serviço público, pois tomava partido dos interesses de seu parente contra os do decoro, do dinheiro público, da justiça e dos direitos do cidadão, pois “mais de uma vez” queixara “contra o dr. Alvellos” em função das faltas “cometidas em detrimento da saúde dos enfermos, que ali buscam alívio a seus males”. Pontua que José Netto “bem como os seus antecessores, diariamente procedia ao exame dos doentes sem imposição regulamentar”, mas que ele fora “demitido dessas funções para se dar a ganhar ao dr. Alvellos”.<sup>75</sup> Como resultado desta discussão, em setembro de 1889 Alvellos era reexonerado e substituído por José Netto de Campos Carneiro, dando início à rivalidade entre eles.<sup>76</sup>

A contenda poderia representar a defesa do bom funcionamento do serviço público ou a disputa entre representantes de partidos opostos. Alvellos concorria por espaço político e médico em Goiás e em decorrência da disputa política havia quebrado a hierarquia militar e era subordinado ao Conselho de Investigação de Guerra. Já concernente à disputa médica, perdia cargos públicos e clientela na clínica. Mas anos antes deste desentendimento, os dois profissionais e o também médico Joaquim Santos Franco trabalharam juntos em uma cirurgia no Hospital de Caridade.<sup>77</sup> Quanto ao pedido de retratação, o que Netto demanda é que as calúnias contra a sua

---

74 Que segundo ele mantinha o pagamento dos vencimentos e encobria as ausências de seu parente que só visitava o hospital “em intervalos longos de dias”, atuando “contra a formal disposição do regulamento. *Goyaz*. ed. 181. O vice-presidente e a junta do hospital, 8 mar. 1889, p. 1.

75 Pontua que o Regulamento do Hospital era de 1849 e não exigia visitas diárias do médico, mas essa exigência foi estabelecida pelo ato da presidência de 18 de janeiro de 1887. *Idem*.

76 *Goyaz*. ed. 207. Notícias, 7 set. 1889, p. 2.

77 *Goyaz*. ed. 162. Importante operação cirúrgica, 26 out. 1888, p. 4.

pessoa sejam banidas, pois considerava como responsabilidade sua enquanto cidadão “zelar de sua estima, não deixando à mercê da maledicência, intencional ou não” de outrem.<sup>78</sup> Pedia ao poder público justiça, que definia:

Isto é, que examineis os vários documentos que apresenta respeitosamente; que mandeis proceder às investigações necessárias, se não bastarem; afinal declareis, como se espera, que foi injustamente violado o direito que tem a sua reputação de funcionário público e o seu caráter individual, julgando provada a defesa do peticionário, e que este como 2º cirurgião contratado tem cumprido com seus deveres [...]. Pede deferimento, Goyaz, 30 de abril de 1890, Dr. José Netto de Campos Carneiro.<sup>79</sup>

A trajetória de um indivíduo permite, por vezes, generalizar e perceber marcos sociais de seu coletivo profissional, mas também intuir incoerências que enfatizam o subjetivo, o unívoco e pessoal, entremeando suas relações com outros de modo conflituoso,<sup>80</sup> como neste caso. Haja vista que no século XIX havia um padrão da atuação médica,<sup>81</sup> estavam vinculados a instituições militares, atuavam na carreira política, ocupavam cargos diversos na administração pública e compunham uma trajetória na clínica privada, fortemente demarcada pela autonomia e autorregulação. Essa ampla área de atuação, em contraste com o pequeno número de profissionais, gerava disputas pelos cargos de maior projeção social. Quanto ao perfil pessoal, “fatores de diferenciação econômica, social e política,

---

78 Goyaz. Comunicado, 02 mai. 1890, p. 2.

79 *Idem*.

80 AVELAR, Alexandre de Sá. *A biografia como escrita da História: possibilidades, limites e tensões*. *op. cit.*

81 FERREIRA, Luiz Otávio. João Vicente Torres Homem: descrição da carreira médica no século XIX. *Physis - Revista de Saúde Coletiva*, v. 4, n. 1, 1994.

origem familiar, a fortuna e o poder têm um papel decisivo” e distinguem o médico.<sup>82</sup>

### Atuação profissional e relações políticas personalistas

A terceira disputa ocorre em 1892, quando os jornais são utilizados para atacar José Netto, questionando-o sobre o cumprimento de suas funções nos postos de capitão cirúrgico da Companhia e médico responsável pela cadeia pública.<sup>83</sup> Em carta, Netto aponta estar recebendo incriminações constantes no jornal opositor que o acusam “de não visitar diariamente a cadeia, da falta de asseio, pouca roupa aos presos”.<sup>84</sup> Defende-se mostrando as reclamações apresentadas aos administradores sobre as condições da instituição e a necessidade de melhoramentos.<sup>85</sup> Quanto às demais cobranças, justifica não ser sua responsabilidade.<sup>86</sup>

Faz publicar diversos documentos: cartas dos magistrados e de outras autoridades que chefiaram a polícia ou eram reconhecidas em Goiás, atestando seu trabalho.<sup>87</sup> Acresce recortes do *Goyaz*, com

---

82 *Idem*, p. 72.

83 *Estado de Goyaz*, 02 jan. 1892, p. 3.

84 José Netto de Campos Carneiro. Carta aos ilustres redatores do Estado. *Estado de Goyaz*, 27 ago. 1892, p. 4.

85 *Idem*. Fez o mesmo no relatório de 1887, apresentado ao presidente Silvério Cruz, com o pedido de providências por parte das autoridades. Ainda expôs o problema em ofício a Fulgêncio Simões (1887) e em relatório ao Dr. Eduardo Montandon (1889), concordando “com as medidas que então propus”. Posteriormente informa ao governo provisório de Gustavo da Paixão (1890/1891) que se esforçou para obter reparos na instituição e a Urbano de Gouveia, em 1890, escreve indicando os melhoramentos necessários.

86 Pontua que “nenhum médico fez ali visitas diárias não havendo necessidade disso e nem há lei que obrigue a fazê-las; quanto ao mais é obrigação do carcereiro e não do médico”.

87 Antônio Jose Pereira – chefe de polícia; Joaquim Fernandes de Carvalho – presidente da câmara municipal; Bernardo A. de Faria Albernaz – presidente da Intendência

notas dos articulistas ou de autoridades que agora o caluniavam, fazendo louvores a sua pessoa, e “atestados de diversos cavalheiros que afirmam ter [...], quer como funcionário público, quer como médico particular, sempre cumprido satisfatoriamente os [...] deveres”; e declarações positivas dos cidadãos<sup>88</sup> “insuspeitos ao Goyaz”, pois “membros proeminentes do Centro”.<sup>89</sup> Questiona os acusadores:

As informações ministradas ao Goyaz relativamente ao ex-médico da cadeia provavelmente o fora pelo atual chefe de polícia ou pelo médico. Ora, o chefe de polícia não faria uma acusação que recai sobre si mesmo, por isso que na lei há meios de punir o empregado relapso, portanto, se não cumpri as minhas obrigações, competia a s.s. promover os meios de punir-me o que não conta ter feito. Se falta houve s.s. foi conivente. Se tais informações partiram do atual médico (dr. Cortes) são suspeitas, porque não só s.s. é interessado, como por não ser meu afeiçoado em virtude da celeberrima questão do major Alexandre.<sup>90</sup>

A “questão do Major Alexandre” tratava da impugnação de uma conta apresentada pelo médico Arthur Cortes Guimarães (que cobrava 800\$000 reis), relativa ao tratamento do finado Major. O doutor José Netto fora um dos julgadores no processo, reavaliando as quatorze receitas prescritas. Ele arbitrou a conta “em 300\$000”, pois considerava “repugnante” a fatura e explicou que “jamais pelo tratamento de quem quer que seja levei a 3ª parte de semelhante quantia”. Pontua que “acima do coleguismo esta[va] o dever e a sua

---

municipal de Goiás; Ramiro Pereira de Abreu – ex-chefe de polícia; Salustino Gomes da Silveira – chefe de polícia do Estado. José Netto de Campos Carneiro. Carta aos ilustres redatores do Estado. *Estado de Goyaz*, 27 ago. 1892, p. 4.

88 Destaca os nomes do Dr. Pereira, tenentes coronéis Caiado, Joaquim Fernandes e Bernardo Antônio.

89 *Idem*.

90 *Idem*.

dignidade”. Ele fora “por tempos médico do falecido” e discordara do diagnóstico do colega. A antipatia entre os esculápios se dava em razão da atuação profissional, do questionamento do diagnóstico e do valor cobrado pelo tratamento, pois “acima do coleguismo” ou do sentimento de pertencimento à classe, estava a justiça.<sup>91</sup> A argumentação se funda na retomada de sua trajetória profissional, revisando-a a partir de dados que alicerçavam seu trabalho para o bem coletivo, e na atividade filantrópica e humanitária.

Pontua que em 1886, quando chegou à província, foi procurado pelo presidente, que lhe ofereceu “por intermédio de um amigo” o cargo de médico da cadeia, que pagava um vencimento mesquinho (33\$333).<sup>92</sup> O administrador pediu-lhe “que aceitasse por caridade aquele lugar, porque achava-se ocupando-o um homem leigo”, pois o “único médico que aqui existia não quer[ia] aceitá-lo” e só fazia “as visitas a 10\$000 esgotando-se em poucos dias a respectiva verba”.<sup>93</sup>

Deixava entrever que o caráter caritativo era um contínuo em seu percurso, pois naquele momento havia “na cadeia dois operados, um de um olho, operação que demanda conhecimentos especiais, feita em minha casa com meus medicamentos, outro (amputação da coxa) feita na enfermaria militar, ambos sem auxílio de colega”.<sup>94</sup> Fora “médico contratado” na guarnição por quatro anos, atendendo com o “fiel cumprimento” seus deveres no Batalhão 20, Esquadrão, Companhia de Aprendizes Militares. Como médico particular, “apesar do acúmulo de trabalho e ser o único, jamais neg[ou] a quem quer que seja, mesmo aos desafetos os mais diminutos préstimos”,

---

91 José Netto de Campos Carneiro. Carta aos ilustres redatores do Estado. *Estado de Goyaz*, 27 ago. 1892, p. 4.

92 Percebe-se a discrepância quando comparado ao valor cobrado ao major Alexandre.

93 *Idem*.

94 *Idem*.

o que redundava em menções elogiosas “nas colunas dos jornais de todas as cores políticas”. Mesmo o “ex-governador, quando era simplesmente o capitão Braz” o agradecera publicamente por “ter tratado por mais de ano a viúva sua mãe” e de toda a sua família. Mostra certo ressentimento, afirmando: “se algum de nós faltou ao cumprimento de dever para com o outro certamente não fui eu”.

Acrescenta que auxiliou a polícia com a produção de “corpos de delito, autópsias” a qualquer hora e sempre que chamado, que procurou “por todos os modos satisfazer as exigências” de sua profissão e não era “pela intriga mesquinha e politicagem” que alcançava a “manifestação de simpatia” de seus conterrâneos, como denunciava o jornal *Goyaz*.<sup>95</sup> Acusa que não foi o “interesse público [...] que moveu o ex-governador a substituir o médico da cadeia elevando os vencimentos de 33\$333 a 100\$000 mensais”<sup>96</sup> e que tanto sua substituição quanto o artigo calunioso “fizeram-no porque tornava-se necessário justificar aquela elevação de vencimento”, pois ele tinha se prontificado a continuar a trabalhar para o corpo policial gratuitamente até que se organizasse as finanças públicas, estimulando o dr. Cortes a fazer a mesma oferta.<sup>97</sup>

No entanto, posteriormente “noticiavam o contrato do mesmo dr., para médico do corpo policial, mediante a gratificação mensal de 150\$000!”, quando a autorização era para a contratação de “um médico que maior vantagem oferecesse”.<sup>98</sup> Ironiza que o governo empreendia “mais uma sangria no anêmico tesouro para ser *agradável* a um dos *fiéis, amigo dedicado, dos que trabalham para a comunidade...*”, e diante da impossibilidade de explicar o gasto, o justifica

---

95 *Idem*.

96 *Idem*.

97 *Idem*.

98 *Idem*.

através da crítica aos seus serviços, mas que provara que fora “sempre cumpridor de seus deveres”.<sup>99</sup>

Cabe problematizar se a base desta contenda não se trataria da construção de rede de convivência de intelectuais localmente,<sup>100</sup> da qual Netto, Fóggia, e outros faziam parte, e que Francisco Alvellos ou Arthur Cortes, que advinham de fora, não poderiam compor. Revela-se aí a necessidade de submeter a noção abstrata da vida individual e sua relação com o geral e coletivo à experiência de estudo de situação particular e de um indivíduo concreto para a análise histórica: o homem cede lugar ao personagem partícula.<sup>101</sup> A história é o campo privilegiado nessa tarefa, capaz de construir uma pesquisa biográfica anti-anedótica, compreender as articulações, as correlações, “a ausência de sentido unitário da vida” e “a multiplicidade da experiência”,<sup>102</sup> fazer o indivíduo emergir da desordem de ações cujo sentido não existe à priori, senão naquilo que a moral individual, os desejos, os projetos e a consciência fragmentada de uma representação pública direcionam.

A quarta disputa está relacionada com a principal figura da administração pública local e decorre da menção, no artigo anteriormente analisado, ao serviço médico prestado à mãe do tenente coronel e ex-governador Braz Abrantes.<sup>103</sup> O administrador cobra retratação, considerando que o atendimento não fora particular, já que o médico atendia aos servidores militares.<sup>104</sup> Netto contesta ao político que “pelo regulamento do corpo de saúde do exército então em vigor”,

---

99 *Idem*.

100 Essa construção a partir da trajetória do médico Octávio de Freitas no Recife é apontada por GOUVEIA, Bruno Márcio. *Escritos e práticas na trajetória do médico Octávio de Freitas no Recife*. 2017. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2017.

101 LORIGA, Sabina. A biografia como problema. *op. cit.*, p. 241.

102 *Idem*, p. 244.

103 Governa no período de fevereiro a julho de 1892.

104 José Netto de Campos Carneiro. A pedidos. *Estado de Goyaz*, 12 set. 1892, p. 4.

“sua mãe não tinha direito a médico e nem a medicamentos por conta do Estado”, pois constava como parte de outra família e professora jubilada. O serviço médico seria, portanto, um préstimo pessoal à família do político.

Tanto assim que as prescrições que fiz à mesma foram com a particular, por conta de s.s., e não com aquelas formalidades indispensáveis às que deviam ser por conta do Ministério da Guerra. Por conseguinte, se não lhe assistia o direito aos serviços médicos e nem a medicamentos, claro está que não era de minha obrigação medicá-la, o que fiz, entretanto, porque era, ainda que interinamente, companheiro de s.s., assim como o fiz em idênticas circunstâncias a outros militares.<sup>105</sup>

Acrescenta que não era o pagamento da dívida que cobrava, mas “justiça, lealdade, cavalheirismo”, relações personalistas, já que “entre nós não existiam laços de estreita amizade, pelo menos havia aquela cordialidade que só é possível entre médico e cliente quando há mútua confiança”.<sup>106</sup> Seu objetivo era de defender sua *fé de officio*, o que fez expondo publicamente que “nenhum motivo justificável, público ou particular, teve o ex-governador de proceder para comigo como fez”.<sup>107</sup> Mostrava-se aí algo no mínimo próximo da mágoa.

### **Autoridade científica ou interesse em conflito?**

A quinta questão protagonizada é a disputa contra o farmacêutico e boticário Francisco Perillo Júnior (1866-1956)<sup>108</sup> e parecia se circunscrever à disputa pela autoridade científica entre conhecimentos

---

105 *Idem.*

106 *Idem.*

107 *Idem.*

108 Foi o primeiro farmacêutico formado da província, professor no Lyceu e na Escola de Farmácia da capital, atuou deputado e senador por Goiás. *Cidade de Goiás*. Falecimento: Dr. Francisco Perillo Junior, 14 out. 1956, p. 1.

distintos no campo da saúde. José Netto queixa-se publicamente da qualidade dos “medicamentos fornecidos pela farmácia” – que era impossível verificar se os medicamentos aviados seguiam as prescrições por ele ditadas – e demanda o aprimoramento em defesa de seus clientes. Justifica não manter relações de amizade com o farmacêutico, o que o impedia de reclamar pessoalmente.<sup>109</sup>

Em âmbito coletivo, a disputa mostra a conflituosa relação entre os farmacêuticos e os médicos. Havia uma hierarquia implícita na relação profissional, a medicina era vista como atividade nobre (arte liberal) e os farmacêuticos como responsáveis pelo trabalho manual de preparação dos medicamentos (arte mecânica). Mas o farmacêutico formado apresentava, assim como o médico, um prestígio e um diploma, condição que fazia com que tal separação profissional pudesse ser facilmente confundida e burlada na prática cotidiana, gerando conflitos.<sup>110</sup> Para o sucesso importava “a posição social ocupada pelo sujeito” em sua profissão, que dependia “dos contatos ou apadrinhamentos a começar pela titulação pelos meios oficiais e depois, colocação”.<sup>111</sup> No caso, Perillo exige, sustentando seus argumentos publicamente no conhecimento científico, o respeito que amealhara pelo título. Recrimina a José Netto por intenções privadas, afirmando que ele

[...] resolveu entender-se comigo por escrito por não entretermos relações de amizade desde a celebre questão do hospital, tem muita razão quando a denomina de celebre porque realmente ela serviu para celebrar o inspetor de higiene de então que, contra a lei, procurava por todos os meios abrir nesta capital uma farmácia de sociedade com um meu contra

---

109 *Estado de Goyaz*. Ao público. A pedidos, 11 fev. 1894, p. 2.

110 VELOSO, Verônica Pimenta. *Farmácia na Corte Imperial (1851-1887): práticas e saberes*. Tese (doutorado em História das Ciências da Saúde) – Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, p. 108, 2007.

111 *Idem*, p. 109.

parente, já falecido, o qual em discussão que teve com s.s. em minha presença, isso mesmo lhe lançou no rosto e s.s. teve de suportar sem repelir.<sup>112</sup>

Contrariamente ao que exigia sua função de inspetor sanitário, de fazer cumprir o Regulamento Sanitário, Netto o desobedecia em relação à proibição da associação entre “médico e farmacêutico para a exploração de indústria farmacêutica”.<sup>113</sup>

O farmacêutico, na transição da botica à farmácia, precisou delimitar seu espaço de atuação, defendendo-o de profissionais que tinham o mesmo status, como os médicos.<sup>114</sup> Por outro lado, os farmacêuticos com muita facilidade ofertavam cuidados que estavam além de sua alçada. Nas farmácias, se constituíam relações de sociabilidade e vivências importantes no cotidiano da população, que davam ao profissional que ali atuava importância e status.<sup>115</sup> A distinção do campo de atuação de médicos e farmacêuticos não tinha os limites definidos, e a proteção do mercado de serviços médicos se reforça especificamente na década de 80 do século XIX, quando o Estado Brasileiro estabeleceu legislação regulatória para a prática profissional.<sup>116</sup> Sobre a atuação de farmacêuticos, era o Código Penal de 1890 que normatizava as punições para aqueles que não respeitassem as determinações respectivas ao exercício da profissão.

---

112 Goyaz, 23 fev. 1894, p. 4.

113 *Idem*.

114 EDLER, Flavio Coelho. *Boticas & Pharmacias: uma história ilustrada da farmácia no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Casa da Palavra, 2006.

115 REZENDE, Irene Nogueira de. Literatura, história e farmácia: um diálogo possível. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 3, p. 814, 2015.

116 Decreto n. 9.554, de 03 de fevereiro de 1886, artigo 72, parágrafo 10 e 64, reorganizava o Serviço Sanitário do Império. MAGALHÃES, Sônia Maria de. Batalha contra o charlatanismo: institucionalização da medicina científica na província de Goiás. *op. cit.*, p. 1096.

## Considerações finais

Em síntese, nosso intento foi mostrar que José Netto soube estabelecer por meio de seus escritos uma legitimidade política e um posicionamento fundado em normas morais da época, reforçando a opinião pública em relação à sua própria imagem. Acompanhando José Netto, percebemos o espaço público e as páginas dos jornais diários como arena da atuação e luta cotidiana, onde sua autodefesa se confundia com os interesses de um grupo e expunha questões relevantes da luta dos médicos, mas também elementos de cunho privado e subjetivo: amizades, mágoas, ressentimento, interesses pessoais. Daí a repercussão de sua escrita ganhar contornos sociais, apreendidos por projetos de uma classe profissional e intelectual de importância indiscutível em âmbito local. No entanto, mais que o contraste, é a complementaridade entre interesses coletivos e individuais ou subjetivos que se explicitam nas querelas que protagoniza.

Da leitura e análise, concluímos a possibilidade de apontarmos tanto elementos sociais quanto pessoais para responder as questões a que nos propomos. Não consideramos prudente desassociar as disputas pelo processo de profissionalização, na atuação contra práticos e charlatães, ou os interesses pecuniários da clínica privada. No conflito contra os colegas de classe, podem ser complementares o interesse pelo bom funcionamento do serviço público, o posicionamento político divergente, a disputa por clientela, a construção de amizade entre os médicos locais contra os adventícios, as relações personalistas e/ou familiares para com a administração, a caridade e humanismo no trato pessoal cotidiano dos assistidos. De modo geral, talvez no período não possamos separar o jogo de imposição da autoridade científica e da delimitação de limites entre profissionais do mesmo campo do saber, dos ressentimentos pela perda de oportunidade de expansão dos negócios, que geravam inimizades pessoais.

Nesse processo em que trajetória profissional, exposição pública e biografia se complementam, se justapõem e às vezes se contrapõem, mostram-se elementos dos âmbitos subjetivo e coletivo no processo de constituição do sujeito ou figura pública. Nos salta de um lado a construção da imagem de um médico humanitário, ativo, filantropo, bem-sucedido, quase uma imagem heroica e de outro, um profissional ciente de seu poder e capaz de instrumentalizá-lo na constituição de seu perfil. A apresentação de sua personalidade privada, a partir de referências e de espaços de exposição costumeiras da vida pública, nos indicam um processo de mistificação do caráter. Ao observarmos as denúncias expostas e as defesas de seus contendores, há uma imagem que podemos colocar como contraposição àquela por ele constituída, pois notamos para além do grande profissional uma figura mais humanizada do sujeito (ressentimento, interesses pessoais, mágoas, que mostram o humano e diverso).

## CAPÍTULO V

### **“Grave prejuízo para o desenvolvimento físico e para o ensino escolar”**

As condições de saúde na Escola de Aprendizizes Marinheiros da Paraíba no começo do século xx

*Azemar dos Santos Soares Júnior*

*Chrislaine Thuany Vieira Ferreira*

*Luiz Felipe Soares de Lima*

### **Introdução**

Desde pelo menos o início do século xx, o discurso médico brasileiro observou com forte preocupação as estruturas físicas escolares. O motivo para isso? Construções inadequadas e pouco higiênicas, salvo raras exceções, poderiam comprometer a educação e saúde dos estudantes. Com frequência, esses espaços que deveriam ser vistos como símbolo de uniformidade e limpeza foram reconhecidos como locais de proliferação massiva de doenças, algo que repercutiu fortemente nas ações do poder público. Desse modo, a ordem do dia passou a ser cada vez mais a adoção de um discurso reformador da educação. No estado da Paraíba, por exemplo, a Escola de Aprendizizes Marinheiros sofreu largamente com esse problema nas primeiras décadas do século xx. Assentada em terrenos ditos inóspitos e cercada de pântanos, o adoecimento frequente dos alunos colocava

sob ameaça o principal objetivo daquela unidade: formar corpos vigorosos, resistentes e úteis à armada.

Assim, este trabalho tem por objetivo investigar como a Escola de Aprendizes Marinheiros da Paraíba, diante de ambientes tão adversos, lidava com os problemas médicos e sanitários que cercavam os corpos militares em seu interior. É válido ressaltar que tal unidade fez parte de uma rede de instituições que emergiram no país a partir de 1840, com a missão de recolher a juventude considerada “pobre” e “desvalida” daquela sociedade e dar-lhe formação elementar e náutica, produzindo assim profissionais marinheiros. Entre essas escolas, a maior parte foi fundada no correr da segunda metade do século XIX. A instituição paraibana, por exemplo, só foi instalada por meio do *Decreto n. 4.680*, de 17 de janeiro de 1871, primeiro como *Companhia*. O *Decreto n. 9.371*, de 14 de fevereiro de 1885, que traria novas reformulações às até então chamadas Companhias de Aprendizes Marinheiros, determinou que passariam a se chamar *Escolas*, além de que nas províncias de parco aproveitamento as unidades seriam extintas. Preservada desse destino, a Escola de Aprendizes Marinheiros nº 5, como ficou conhecida, passou a compor desde então um seletivo grupo de recintos cuja responsabilidade era formar marujos na extensão da costa brasileira.

Contudo, assim como para uma parte considerável de estabelecimentos de mesmo perfil, o desafio, mesmo após a reestruturação promovida pela Marinha, seguiu sendo o mesmo: arregimentar aprendizes e conquistar um prédio próprio. Essa foi uma tarefa difícil, dada a resistência das famílias, especialmente as mais pobres, que embora fossem o principal público-alvo desse tipo de instrução, expressavam uma memória negativa acerca da forma arbitrária com que a Marinha tratava a população. Assim, as primeiras décadas de funcionamento foram marcadas por matrículas aquém do esperado. Na concepção do comando da escola, esse problema só poderia ser

resolvido com o “[...] aumento no orçamento e atenção mais efetiva das autoridades para melhorar o prestígio da repartição perante a sociedade”.<sup>1</sup> No tocante às instalações, a ausência quase completa de prédios para um aquartelamento satisfatório também foi um obstáculo aos planos da instituição.

Desse modo, a unidade chegou a ocupar diversos espaços até dar início ao processo de mudança para um edifício próprio, construído na praia de Tambaú, em 1908. Foi nesse momento que identificamos alguns surtos epidêmicos na instituição, pois tanto o *impaludismo* quanto a *varíola* passaram a ocupar inúmeras páginas do *Livro de Copiador de Offício (1908-1912)*,<sup>2</sup> fonte que avoluma o acervo documental da escola. Desse modo, nos propomos a analisar o estado sanitário das instalações escolares, as principais doenças que acometiam os menores e as atitudes biopolíticas<sup>3</sup> que foram adotadas para a prevenção e combate às enfermidades, à medida que se revelavam uma preocupação para a Marinha. Para tanto, priorizamos nos aproximar do conceito de disciplina de Michel Foucault,<sup>4</sup> delimitado como as formas de poder exercidas sobre o corpo dos indivíduos que implicam em sua vigilância constante. Do ponto de vista metodológico, nos apropriamos da *análise do discurso* proposta também por Michel Foucault,<sup>5</sup> a fim de observarmos a produção dos enunciados e os interesses responsáveis por gestar a escrita de uma história. Em suma, realizamos o exercício de contato, compreensão e elaboração de enunciados acerca das principais doenças que

---

1 DOLINSK, João Pedro. Saúde e cotidiano na Companhia de Menores Aprendizes Marinheiros de Paranaguá na segunda metade do século XIX. *Revista de História Social*, n. 24, p. 114, 2013.

2 *Livro de Copiador de Offício*. Arquivo da Marinha do Brasil. Rio de Janeiro, 1908-1912.

3 Entendemos por Biopolítica aquilo que o Estado promove para preservar a saúde das populações.

4 FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 2018.

5 FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. Rio de Janeiro: Forense, 2014.

acometeram os aprendizes durante sua estadia na esquálida praia de Tambaú.

### **As epidemias de impaludismo e varíola na Escola de Aprendizes Marinheiros da Paraíba nas primeiras décadas do vigésimo século**

Em primeiro de janeiro de 1911, o comando da *Escola de Aprendizes Marinheiros da Paraíba* encaminhou ao Contra Almirante Inspetor da Marinha mais um relatório semestral. O interesse, como de praxe, era relatar as ocorrências praticadas naquele estabelecimento durante o ano findo. Entretanto, igualmente habituais não foram as mãos que redigiram o documento. Na ocasião, quem se dirigia aos superiores com palavras de “elevada estima e consideração” era o recém-empossado Tenente Comandante Alberto Rodrigues, que muito provavelmente pela primeira vez discursava ao almirantado na condição de Comandante escolar.

Já nas primeiras palavras, Rodrigues relatou que ao substituir seu antecessor no cargo, o Sr. Benjamim Rodrigues da Costa encontrou-o empenhado na realização de obras internas ao edifício. Reconstruindo diversas paredes que ameaçavam sucumbir pela ruína, o até então comandante fez questão de registrar nos oficiais as origens do problema: a precária encanação das privadas, arrebatada há tempos, permitiu com que a água circulante se infiltrasse cada vez mais nas paredes. Nesse mote, em frequente contato com a umidade advinda das chuvas torrenciais que atingiam o local no inverno, o comprometimento da infraestrutura se tornou praticamente inevitável. Isso fazia com que o prédio, que pouca ou nenhuma verba recebia do Ministério da Guerra para manutenção, adquirisse um aspecto enfermo e desolador com o passar do tempo.

Já em tom assumidamente insatisfeito, o novo comandante ressaltou o que considerava sintomático: todos concordavam que a escolha de Tambaú como assentamento para a sede própria era uma

“infelicidade brutal”. Desse modo, era uma espécie de consenso que a localidade se revelava um enorme empecilho ao desenvolvimento físico e moral dos sujeitos. Isso porque mais do que cercados dos chamados *maceiós* (pântanos) que imputavam ao ambiente um aspecto feio e imundo, o local guardava os “[...] germens das terríveis febres palustres” que atingiam a região anualmente, gerando constantes transtornos à educação e vigor físico dos aprendizes marinheiros.

Por este ângulo, a unidade paraibana não poderia estar menos sintonizada com as tendências que ditavam o “como” e “onde” deveriam ser instalados os edifícios escolares. Nas primeiras décadas do século xx, conforme os apontamentos de Azemar Soares Junior,<sup>6</sup> que investigou a incorporação dos saberes médico-pedagógicos nos ambientes educacionais paraibanos, o edifício escolar deveria achar-se situado em meio a um terreno amplo, de preferência alto, enxuto, arborizado, onde as condições topográficas, climáticas, sanitárias, atmosféricas, de ventilação, iluminação, salubridade e recursos hídricos fossem ideais, a fim de que os espaços efetivamente protegessem e estimulassem tanto a saúde quanto a educação dos pequenos. Dessa forma, nas palavras do autor, “[...] o prédio escolar não possuía tão somente uma função simbólica, mas estética, despertando nas crianças uma modelagem nos sentidos”.<sup>7</sup>

É válido ressaltar que as epidemias que assolaram essa unidade podem ter sido reflexo do ambiente pós-Guerra do Paraguai (1864-1870), um conflito que envolveu o Paraguai e uma aliança formada pelo Brasil, Argentina e Uruguai. Ao fazer leituras sobre o tema, percebemos que os motivos para essa proliferação foram diversos: a migração em massa de pessoas, o aumento do comércio

---

6 SOARES JÚNIOR, Azemar dos Santos. *Physicalmente vigorosos: medicalização escolar e modelação dos corpos na Paraíba (1913-1942)*. São Paulo: e-Manuscrito, p. 100-101, 2019.

7 *Idem*, p. 103.

internacional e a concentração de muitos homens nos acampamentos militares possibilitavam um contágio maior.

De volta à Escola de Aprendizes Marinheiros da Paraíba e à comparação entre o ideal exposto e as atuais circunstâncias da sede, ao que parece tudo era desequilíbrio. Além dos espaços impróprios, o abastecimento de água também era insuficiente. Embora todos “[...] devessem assegurar o cuidado com a água que alimentava a escola”,<sup>8</sup> de início, assim que chegaram àquela praia, o recurso hídrico utilizado para consumo, banho e lavagem de roupa, ou seja, para a higiene e sobrevivência, eram as suspeitas águas do rio Jaguaribe, braço d’água mais próximo dali. Contudo, logo que relatado entre os internos “[...] casos de enterite com cólicas terríveis e rebeldes a toda medicação”,<sup>9</sup> trazendo levas de menores para a modesta enfermaria escolar, um processo de investigação se iniciou. O comando, “[...] desconfiando d’água [fez] com o Pharmaceutico Antonio José Rabello um pequeno exame, do qual [concluiu-se] ser ella de péssima qualidade, pois alem do excesso em saes, continha muita materia organica”,<sup>10</sup> forçando-os a expedir novos gastos com a instalação de um poço, cata-vento e construção de uma caixa d’água.

Na mesma linha de desalentos andava a enfermaria, que nada mais era que alguns compartimentos adaptados e com pouca circulação de ar. Visto o péssimo planejamento do edifício e sua pequenez, os vãos que antes poderiam servir aos oficiais inferiores daquela repartição acabaram por se tornar o espaço de acolhimento e tratamento dos adoentados. Em ofício de 3 de fevereiro de 1910, o Capitão Tenente Comandante Benjamin Costa denunciou à Inspeção da Marinha os transtornos gerados pela falta de uma enfermaria minimamente adequada. Segundo ele, além das dificuldades de se instalar

---

8 *Idem*, p. 108.

9 *Livro de Copiador de Officio. op. cit.*

10 *Idem*.

os inferiores que sequer tinham onde descansar, não eram raras as baixas de aprendizes, principalmente nas épocas mais chuvosas, acometidos por doenças como o impaludismo e varíola. Chegou “[...] durante o inverno a média mensal dos enfermos atingir até 60% e a máxima chegou a 90%”,<sup>11</sup> o que significava um adoecimento quase geral dos aquartelados, e conseqüentemente um enorme amontoado de pessoas em cômodos pouco propícios aos cuidados médicos.

No entanto, o aspecto desolador do prédio parecia alinhado aos efeitos das epidemias sobre os aprendizes. Por volta de fevereiro de 1911, uma nova comunicação foi estabelecida entre o Capitão Tenente Comandante Alberto Rodrigues e a Inspetoria da Marinha. No tom de descontentamento usual, o comandante enfatizou:

[...] é facto do conhecimento geral, entre nós, que Tambaú é uma praia doentia e muito sujeita ao impaludismo, e eu, com as provas convincentes que tenho, não posso deixar de aderir a esta opinião, principalmente em relação a última moléstia; e é sobre tudo, afirmo, durante os mezes invernosos que ella toma seu auge, minando toda a população praeira, o que, em parte, muito bem se pode apreciar em as nossas estatisticas nosologicas, as quaes dão um total em trez annos, de cento e dezoito impaludados, afora os não baixados a enfermaria em número muito grande, inclusive [ilegível], principalmente o *nosso actual enfermeiro que estando morando perto da escola, foi forçado a vir para a cidade seriamente doente com toda família em iguaes condições* (grifos nossos).<sup>12</sup>

Perceba que o Tenente chamou atenção para uma das principais doenças que acometeram os aprendizes naquela localidade. O impaludismo, como bem relata, aparece principalmente nos meses mais úmidos e chuvosos, chegando a atingir uma quantidade considerável de menores. Só naquele estabelecimento, identificou-se a ocorrência

---

<sup>11</sup> *Idem.*

<sup>12</sup> *Idem.*

de cento e dezoito aprendizes impaludados durante os três últimos anos, contando apenas aqueles que baixaram à enfermaria, além do próprio enfermeiro, que junto a sua família, na última emergência epidêmica, fora acometido pela infecção e teve que se deslocar à capital com o objetivo de obter o tratamento necessário.

No recorte, ao menos dois pontos merecem atenção. O primeiro diz respeito ao apelo simbólico usado pelo comandante em sua fala. As pressões do estabelecimento pela assistência da Marinha Nacional já não eram novidade. A estética impaciente e dramática como o discurso foi construído, tanto quanto seu registro num livro oficial, nos leva a crer que o comando desejava sensibilizar a cúpula dos superiores quanto às condições precárias da unidade. Problemas como a velocidade com que o prédio se degradava, somada à falta de verbas e impasses na substituição da sede muito provavelmente fizeram com que as comunicações oficiais se tornassem cada vez mais apelativas. Assim, a descrição de centenas de jovens adoecidos e de uma família forçada à procura de tratamento médico fora daquela localidade que pudesse salvar seus corpos abatidos parece oferecer, mesmo que de forma imprecisa, a carga simbólica necessária ao convencimento. Dessa forma, esperava-se que dali em diante o comando nacional passasse a intervir de forma mais comprometida na escola, atendendo ao menos parte das solicitações mais frequentes.

O segundo ponto diz respeito às desigualdades e ao acesso à assistência. Em um momento em que o poder público apenas começava a se responsabilizar pelos serviços de saúde no país,<sup>13</sup> é fácil deduzir que o que havia de assistência a enfermos, alguns poucos hospitais reduzidos a certas localidades, não superava sequer as barreiras dos centros urbanos e do sectarismo social. Diante disso,

---

13 HOCHMAN, Gilberto; Cristina Fonseca. O que há de novo? Política de saúde pública e previdência, 1937-1945. In: PANDOLFI, Dulce (org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

aqueles que desejassem acesso a certos serviços deveriam estar cientes de que, no geral, léguas os separavam de qualquer atenção básica. Essa foi uma realidade com a qual certamente a população paraibana teve que conviver. Com uma frágil enfermaria escolar e hospitais reduzidos à capital, por exemplo, o enfermeiro da escola junto à sua família não viu uma alternativa senão atravessar a distância que separava Tambaú da Cidade de Parahyba em busca da assistência especializada. Esse era um problema que tornava ainda mais perigosas as epidemias no local, pois muitas eram de doenças que necessitavam de rápido atendimento e medicalização para que os casos não evoluíssem de complexidade. Mas, afinal, do que se trata essa enfermidade específica?

Segundo o médico Erney Camargo,<sup>14</sup> tal doença, que hoje é conhecida como malária, é causada por protozoários que se multiplicam nos glóbulos vermelhos do sangue humano. As espécies causadoras dessa doença são quatro: *Plasmodium vivax*, *P. falciparum*, *P. malariae* e *P. ovale* e sua ocorrência está intimamente associada à presença e proliferação de mosquitos do gênero *Anopheles*. É relevante dizer que todos eles põem seus ovos em coleções d'água, mas alguns preferem águas paradas, outros limpas e de fluxo lento, sujas ou de fluxo rápido. De modo geral, a doença apresenta sintomatologia típica e quase inconfundível, pois manifesta-se por episódios de calafrios, seguidos de febre alta que podem durar horas, dias ou semanas. Esses episódios comumente são acompanhados de profundo mal-estar, náuseas e dores articulares. Ao fim, o pesquisador recorda que só excepcionalmente se vem a óbito por impaludismo, mas caso o paciente não venha a ser tratado, dois são os prováveis resultados: pode curar-se espontaneamente ou morrer como consequência de complicações renais, pulmonares e coma cerebral. No Brasil do

---

14 CAMARGO, Erney Plessmann. Malária, maleita, paludismo. *Ciência e cultura*, v. 55, n. 1, p. 26-29, 2003.

início do século xx, aponta Camargo, a infecção estava presente na totalidade das capitais brasileiras, e era endêmica em todo o país.

Depois do impaludismo, outra doença bastante corriqueira entre os aprendizes foi a varíola. Embora menos notificada, a enfermidade também se tornou alvo de relatos do comando, geralmente apresentada como um mal do inverno que levava à baixa dezenas de educandos. Conforme o virologista Hermann Schatzmayr,<sup>15</sup> a varíola é uma enfermidade muito antiga, surgida na Índia e descrita também na Ásia e na África desde antes da era cristã. No Brasil, foi referida pela primeira vez em 1563, na Ilha baiana de Itaparica. Disseminou-se para Salvador e causou uma enorme mortandade, principalmente entre os indígenas. É relevante dizer que essa doença é efeito do vírus *Orthopoxvirus variolae* no organismo. Transmitida pelo contato com pessoas ou objetos infectados, a varíola causa sintomas similares ao de uma gripe comum, incluindo febre, dor de cabeça, mal-estar e dores musculares, até que se espalha pelo corpo por meio do sistema linfático, e surgem manchas avermelhadas por toda parte. Atualmente, como fruto de intensas campanhas de vacinação espalhadas pelo globo, a varíola é considerada erradicada do mundo pela Organização Mundial da Saúde (oms), mas no início do xx ainda causava enormes contágios.

Nesse sentido, encontramos na fonte em análise apenas um relato direto acerca da doença, o que não impede que outros registros resguardem rastros de sua passagem pela escola. Há indícios de surtos de varíola na instituição em outros contextos, mas pelo fato desta pesquisa não utilizar fontes que contenham esses relatos, decidimos não os incorporá-los ao estudo. Dito isso, no dia 7 de agosto de 1908, quando ainda ocupavam um prédio alugado na mesma praia, em aguardo ansioso pela prontidão do edifício próprio,

---

15 SCHATZMAYR, Hermann G. A varíola, uma antiga inimiga. *Caderno de Saúde Pública*, p. 1525-1530, nov-dez 2001.

o Capitão à época, o Sr. Raul Quadros, alegava que havia “[...] urgência na prontificação do edifício por se aproximar a época epidêmica da varíola”.<sup>16</sup> Com o risco de não ocuparem a sede própria a tempo, e sabendo do vencimento do contrato com as instalações atuais, Raul Quadros afirmou à Inspetoria que gostaria de “[...] evitar o desgosto de ver atacado n’aquelle local”. Ora, era evidente a preocupação do comandante com uma epidemia que poderia atingi-los em situação de despreparo, algo que poderia significar altos custos para a saúde dos aprendizes.

Diante de cenários tão adversos, decerto a escola observava com atenção o cumprimento de suas funções. Geralmente em um tom incisivo, cada comunicação retomava as mesmas premissas, associando o estado higiênico da localidade à impossibilidade de se extrair o máximo de eficácia daqueles corpos. É nessa perspectiva que o Tenente Comandante, Sr. Nelson Peixoto Jurema, expediu um relatório e o enviou para Sr. Vice-almirante Superintendente de Pessoal, em primeiro de janeiro de 1912, afirmando que a Escola, enquanto esteve em Tambaú, “[...] jamais deixou de vêr a quasi totalidade de seus alunos passar pela Enfermaria, com grave prejuízo para o desenvolvimento physico e para o ensino escolar”.<sup>17</sup> Como visto, o fragmento aponta que o comando, além de se manter a par dos problemas gerados pelas doenças, estava atento à forma como as infecções regulares minavam seu objetivo mais importante: formar corpos dóceis, robustos e saudáveis para a proteção do país.

Michel Foucault<sup>18</sup> chamou de corpos dóceis aqueles que podem ser “submetidos, utilizados, transformados e aperfeiçoados”. Mesmo que os dispositivos disciplinares existissem desde a antiguidade, o autor defendeu que somente na segunda metade do século XVIII o

---

16 *Livro de Copiador de Officio. op. cit.*

17 *Idem.*

18 FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão. op. cit.*, p. 134.

corpo, a partir de certo treinamento, tornou-se algo que se fabricava. O poder disciplinador, portanto, “[...] caracteriza-se por um certo número de técnicas de coerção que exercem um esquadramento sistemático do tempo, do espaço e do movimento dos indivíduos”,<sup>19</sup> atingindo particularmente o corpo, atitudes e gestos. Diante disso, nos hospitais, fábricas e escolas, tal como a instituição abordada, vê-se a constante preocupação na distribuição espacial, regulação normativa, vigilância e registro minucioso da vida dos sujeitos.

Conforme o exposto e com base nas fontes, foi possível perceber que o interesse em modelar corpos era confrontado com doenças que se abatiam sobre os menores na escola, subtraindo-os a saúde e vigor que deveria caracterizar o semblante dos futuros homens do mar. Ciente disso, a Escola de Aprendizes Marinheiros da Paraíba, durante o aquartelamento na pálida Tambaú, via sua função impreterante ameaçada pelo desfavorável terreno, que adoecia os indivíduos e comprometia sua formação. Entretanto, ao passo que identificados, os desafios passavam a ser combatidos, com o objetivo de que o perigo iminente da moléstia e indisciplina fosse eliminado. Adiante, serão apresentadas algumas estratégias biopolíticas adotadas pela unidade, a fim de que a saúde e educação dos internos fossem preservadas em sua totalidade.

### **Prevenção e tratamento de enfermos na unidade paraibana**

Azemar Soares Júnior,<sup>20</sup> analisando os discursos médico-pedagógicos em voga no sistema educacional paraibano na primeira metade do século xx, compreendeu que a principal preocupação da medicina

---

19 REVEL, Judith. *Foucault: conceitos essenciais*. São Carlos: Claraluz, p. 35, 2005.

20 SOARES JÚNIOR, Azemar dos Santos. *Physicamente vigorosos: medicalização escolar e modelação dos corpos na Paraíba (1913-1942)*. *op. cit.*, p. 113.

naquele momento foi a propagação de doenças contagiosas dentro das escolas. Isso fez com que diversas medidas de proteção e combate às patologias fossem incorporadas enquanto modelo para uma sociedade que se desejava saudável e robusta. Os saberes médicos, portanto, lançavam mão de estratégias *biopolíticas*<sup>21</sup> no intuito de governar não somente os indivíduos, por meio de certo número de dispositivos e procedimentos disciplinares, mas também um conjunto de vidas, uma população.<sup>22</sup>

Desse modo, segundo Rafael Araújo,<sup>23</sup> os poderes médico e político deveriam se apropriar dos processos biológicos, controlando-os e modificando-os a fim de defender a vida e afastar os seres da morte. Essa influência também perpassou o seio da Escola de Aprendizizes Marinheiros da Paraíba, que se empenhava cada vez mais em aproximar as condições materiais de que dispunha ao que se tinha de mais moderno no tocante aos modelos de educação da saúde e do corpo, a começar pelo rigoroso processo de admissão na escola, no qual muitos dos dispositivos institucionais possuíam assumidamente vínculos estreitos com essa lógica disciplinar.

Na tentativa de evitar que os candidatos, tanto os menores quanto os funcionários, tornassem-se vetores proliferantes de quaisquer moléstias, a matrícula só seria efetivada mediante um atestado de saúde física e mental. O Regulamento escolar<sup>24</sup> em voga, por meio

---

21 FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

22 REVEL, Judith. *Foucault: conceitos essenciais*. *op. cit.*

23 ARAÚJO, Rafael Nóbrega. Educação pela saúde: os discursos higiênicos no combate a endemia da sífilis na imprensa paraibana na primeira metade do vigésimo século. In: SOARES JÚNIOR, Azemar dos Santos; ANDRADE, Vivian Galdino (org.). *A escrita do sensível: experiência, história cultural e práticas educativas*. João Pessoa: Ideia, p. 242, 2019.

24 BRASIL. *Collecção das Leis da República dos Estados Unidos do Brazil de 1907*. v. 11. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1908.

do *Decreto n° 6.582*, de 1º de agosto de 1907,<sup>25</sup> que diz respeito à admissão de menores, em seu artigo número 25, afirma que “[...] ninguém será admittido nas escolas de aprendizes sem provas [...] que dispõe de robustez physica para o serviço da armada, e que está isento de defeitos physicos que o inhabilitem para esse serviço”<sup>26</sup>. Para isso, o artigo número 27 confirmou que “[...] a aptidão physica será provada por laudo sanitário proferido pelo médico da escola e em sua falta por um da Armada, do serviço activo ou reformado; e finalmente na ausencia destes por um do exército ou civil”.<sup>27</sup> Estratégias como estas visavam não só proteger os aquartelados de doenças contagiosas, algumas delas já citadas, como também garantir que tão somente corpos saudáveis e capazes fisicamente fossem assimilados, conforme o ideário positivo-evolucionista, conforme indica Lilia Schwarcz,<sup>28</sup> que vinha se instaurando no país, sobretudo nos meios militares.

Outro mecanismo legal que disserta quanto à higiene é o artigo número 46. Esse dispositivo determinava que todas as escolas da marinha, fossem primárias ou secundárias, e a instituição de formação de marinheiros da Paraíba correspondia ao primeiro formato, possuíssem a sua disposição ao menos um médico e um enfermeiro no estabelecimento. A estes profissionais cabia zelar pela saúde dos educandos e demais pessoal, prestando serviços de sua profissão, como: fazer estatísticas mensais e anuais de enfermos, examinar mensalmente os aprendizes e visitar diariamente aqueles que se

---

25 Este regulamento atribuiu novos sentidos às Escolas, mostrando com mais detalhes como deveriam funcionar suas práticas educativas, seus critérios de admissão, tempo de permanência nas instituições, a parte administrativa, as funções do comandante, bem como as inspeções que precisavam serem feitas anualmente no interior das instituições.

26 *Collecção das Leis da República dos Estados Unidos do Brazil de 1907. op. cit.*

27 *Idem.*

28 SCHWARCZ, Lilia M. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras, p. 3, 1993.

dessem parte de doenças, visitar e inspecionar a enfermaria sempre que fosse necessário, oferecendo instruções quanto à aplicação de remédios, dieta ou qualquer outro serviço do feitiço, informar ao comandante qualquer indício de moléstia contagiosa ou epidêmica que se manifestasse no estabelecimento, vacinar e revacinar os aprendizes e praças quando fosse conveniente e empregar todos os esforços para manter a higiene e salubridade da instituição. O resgate das ações desses dois profissionais nas fontes é aspecto que confirma a segura obediência aos preceitos regimentares, que exigia um acompanhamento atento pelo saber médico de cada parcela da vida de quem ocupava o estabelecimento.

As principais provas dessa presença são evidenciadas nos termos gerados pelos *Exames de Inspeção de Saúde*, por exemplo. De caráter obrigatório, tais procedimentos se resumiam a uma bateria de testes físicos aos quais os menores tinham que se sujeitar com regularidade, principalmente quando recolhidos ao estabelecimento ou antes de sua promoção para a Marinha Nacional, ao completarem os estudos. Nesses testes, o médico fixado nos quadros da dita instituição nos anos estudados, o Dr. Walfredo Guedes Pereira,<sup>29</sup> registrava a data do exame, número e nome do aprendiz, sua aptidão física e a assinatura de todos os profissionais envolvidos na ocasião. Serve bem para ilustrar o ritual, por exemplo, o Termo de Inspeção Número 93, de 15 de fevereiro 1910, na qual treze candidatos veteranos foram avaliados e reconhecidos como prontos para o serviço na armada, e assim enviados à capital da República, o Rio de Janeiro. No momento, as assinaturas das autoridades em saúde marcaram a presença tanto do Dr. Guedes quanto do Dr. Manoel Guedes Correia

---

29 Atuou por doze anos (de 1908 a 1920) na Escola de Aprendizes Marinheiros da Paraíba, conhecendo os menores aprendizes como ninguém. Nascido no Engenho Gamela, no município de Bananeiras, localizada no brejo paraibano, foi o precursor em terras paraibanas na especialização do curso de medicina. Antes, a medicina era resumida em clínico geral ou cirurgião de parto no estado.

Gondim, Primeiro Tenente Médico do Exército, e do Dr. Teixeira de Vasconcellos, Inspetor de Higiene do Estado, o que demonstra a seriedade com que os exames de saúde eram encarados, visto o absoluto interesse que somente corpos sadios ganhassem lugar no honroso serviço naval.

No entanto, como já é possível presumir, nem todos obtinham aprovação. Submetidos ao mesmo exame em fevereiro de 1910, os aprendizes n. 53, José João da Silva, n. 71, Ivan Franciscano e n. 152, José Alves de Oliveira, foram julgados incapazes para o serviço da Marinha por sofrerem “[...] o primeiro de myopia; e segundo por ser tuberculoso pulmonar e o terceiro por epilepsia”.<sup>30</sup> Ao que se sabe, quando assim considerados, os menores eram formalmente desligados, em obediência ao artigo de número 34 do Regulamento, que diz que “[...] o aprendiz só será desligado da escola mediante ordem do Ministro da Marinha, por incorrigível ou por incapacidade *physica* ou mental, provada em inspecção de saúde”.<sup>31</sup> Numa eventual confirmação do último quadro, os rapazes eram entregues aos seus responsáveis, fossem seus pais/familiares, ou na condição de órfãos, aos juízes de órfãos das Comarcas de seus municípios de origem, e cabia ao governo indenizar as despesas com o transporte.

Doravante, ainda é sintomático destacar que os mapas de movimentação da escola apontavam que não só os novos marinheiros eram enviados para o Rio de Janeiro, por exemplo, mas também havia transferências de aprendizes enfermos para que recebessem tratamento especializado em outras unidades da federação. Logo no início de fevereiro de 1910, o Capitão Sr. Benjamim Rodrigues da Costa comunicou à Inspetoria da Marinha que transferiu, após uma intensa epidemia de impaludismo, 21 aprendizes para tratamento de doenças crônicas, 15 deles para a Escola do Ceará e 6 para a Escola

---

30 *Livro de Copiador de Officio. op. cit.*

31 *Collecção das Leis da República dos Estados Unidos do Brazil de 1907. op. cit.*

Modelo da capital federal. O ofício não se estende sobre a questão, impossibilitando que soubéssemos mais detalhes, por exemplo, de quais doenças se buscava tratamento e se as condições foram anteriores ou posteriores ao contato com as cruéis febres palustres. Se há o impedimento de responder a questão por hora, devido à limitação das fontes, somente com o aprofundar das pesquisas se tornará possível deduzir algo mais assertivo.

De acordo com as dificuldades evidenciadas até o momento, e como última e urgente providência, a grande prioridade da administração passou a ser a transferência de sede. Como reivindicação assídua desde pelo menos os primeiros meses de ocupação do prédio em Tambaú, cuja ruína era evidenciada relatório após relatório, quase todas as comunicações firmadas entre a unidade e autoridades competentes reiterava a impossibilidade de manter a ocupação daquela praia. Mas é somente em 1911 que uma proposta razoável aparece: o Capitão Tenente Comandante, o Sr. Nelson Peixoto Jurema, no relatório enviado para a Inspetoria da Marinha em 25 de fevereiro de 1911, chegou a dizer que na procura por um prédio ideal, visitou o Antigo Quartel das Forças Policiais do estado. Embora lamente uma parte de sua estrutura estar repleta de infiltrações, por exemplo, o Capitão parece reconhecer que por meio de uma reforma seria possível a restauração do lugar para os internos que “[...] pallidos sem uma gota de sangue”, estavam “[...] exaustos devido ao terrível impaludismo”<sup>32</sup> que os abatia naquela praia.

Ao que tudo indica, ainda que a fonte não ofereça o caminho percorrido nesse processo, a ideia passou a ser perseguida e foi conquistada. Obtida em menos de um ano após o relatório apresentado, conforme Walfredo Rodrigues,<sup>33</sup> em 2 de julho de 1911 a

---

32 *Livro de Copiador de Ofício. op. cit.*

33 RODRIGUES, Walfredo. *Roteiro sentimental de uma cidade*. São Paulo: Brasiliense, p. 154, 1962.

escola mudava-se para o antigo Quartel do Corpo de Segurança, fato já mencionado no dia primeiro de janeiro de 1912, data em que um novo contato é feito com a Inspetoria da Marinha tecendo elogios àquele espaço. As principais vantagens apontadas foram de que o prédio se localizava “[...] no centro da cidade baixa, perto da Capitania do Porto, em local saudável, com água abundante e cristalina para lavagem de roupa e banho dos aprendizes”.<sup>34</sup> Os requisitos apresentados obedecem em parte aos princípios higiênicos destacados pelo projeto médico-pedagógico, afinal, conforme nos lembra Soares Júnior,<sup>35</sup> as crianças precisavam ser colocadas em boas condições para fazer nascer o desejo de possuir um corpo saudável e higiênico. Com isso, muito provavelmente uma série de atividades puderam ser retomadas, como a natação, que era suspensa nos meses endêmicos, assim como os demais exercícios náuticos, que requeriam o contato com embarcações e cujo manejo e cuidado deveriam ser características do estilo de vida dos homens do mar.

### Considerações finais

Ao fim deste exercício, apresentou-se em linhas gerais as condições sanitárias que permitiram grassar surtos epidêmicos na Escola de Aprendizes Marinheiros da Paraíba durante as primeiras décadas do século xx. Foi possível verificar que a instituição sofreu com inúmeros surtos patológicos no momento em que estava sediada no edifício construído em condições precárias na praia de Tambaú, local cuja insalubridade, distância e inadequações completas foram marcas registradas das numerosas denúncias do comando, que paulatinamente tomava partido pela substituição da sede.

---

34 *Livro de Copiador de Ofício. op. cit.*

35 SOARES JÚNIOR, Azemar dos Santos. *Physicamente vigorosos: medicalização escolar e modelação dos corpos na Paraíba (1913-1942). op. cit.*, p. 119.

As epidemias de impaludismo e varíola, além de endêmicas e frequentes, tornaram-se conhecidas por causarem enormes prejuízos. O quadro geral de aprendizes era comprometido com profundidade, uma vez que se davam incontáveis baixas à enfermaria, algo que ia na contramão do interesse de formar corpos sadios, vigorosos e úteis para compor futuramente as fileiras da armada brasileira. Ao que se sabe, a partir do momento em que os problemas eram identificados, o comando escolar se apoiava no detalhado regulamento para então cumprir sua função. Proteger a saúde e disciplina dos educandos se tornava justificava para que estratégias fossem acionadas, preocupadas em unir princípios positivo-evolucionistas difundidos nos meios militares e na influência médico-política que à época circulava fortemente nas escolas.

É possível perceber a doença em seu formato epidêmico nessa instituição como provocadora de uma desorganização do cotidiano escolar, exigindo maior atuação médica tanto no sentido de cuidar dos corpos adoecidos, como no estabelecimento de dispositivos disciplinares voltados à educação sanitária, a exemplo da adoção da quarentena e do isolamento dos enfermos, dos cuidados com a higiene do corpo e as orientações de como proceder para evitar o contágio. Portanto, se a doença funcionava como uma desorganização da vida no interior da instituição naval, também exigia sua reorganização, buscando no saber-poder médico as formas de controle e de promoção da vida, do fazer viver de uma biopolítica.

Salientamos ainda que a atuação do médico Walfredo Guedes Pereira foi fundamental para diagnosticar nos aprendizes marinheiros doenças que de vez em quando chegavam à instituição como um hóspede indesejado e grassava os corpos dos jovens em formação. Os casos mais comuns de surtos epidêmicos tratados pelo referido médico eram de impaludismo, varíola, febres, verminoses, dentre outras enfermidades. Ademais, participava ativamente das orientações para a educação da saúde, revistando os corpos tanto no ato

da matrícula como anualmente, no acompanhamento biomédico, anotando semestralmente as medidas do corpo, em tempos de peste cuidando das chagas que traziam ou adquiriam, e na avaliação final do curso, julgando se o aprendiz possuía robustez física para ingressar a Marinha, sediada na capital federal, à época a cidade do Rio de Janeiro.

O esculápio Walfredo Pereira também inspecionava as condições higiênicas dos prédios onde a escola habitou, além de orientar as atividades físicas que deveriam ser realizadas pelos corpos infantis, a exemplo da indicação da ginástica sueca. As escolas, no início do século xx, preocupavam-se além do lado pedagógico, com o corpo físico do aluno, e por isso passaram a conduzir com mais afincado as atividades esportivas, como a “gymnastica sueca”, que pode ser aprofundada em pesquisas futuras.

Portanto, temos plena ciência de que a discussão não se encerra aqui. A complexa e volumosa documentação evidencia uma série de caminhos que podem e devem levar a temas e problemas diversos. Logo, nosso principal interesse se configurou em lançar pistas e contribuições para que mais pesquisadores se interessem pela história da educação sanitária, de modo que novas, e de preferência robustas, investigações possam ser propostas, a fim de suprir as lacunas dessa tão interessante parcela da historiografia.

## CAPÍTULO VI

### **Doenças crônicas e suas histórias**

Biomedicina, saúde pública  
e a experiência do adoecimento

*Luiz Alves Araújo Neto*

#### **Introdução**

O campo da História da Saúde tem passado por transformações temáticas e metodológicas nos últimos anos, tanto devido a mudanças em seu perfil profissional quanto aos diálogos estabelecidos com outras disciplinas e pautas contemporâneas, a exemplo a relação entre saúde e Antropoceno.<sup>1</sup> De modo geral, as agendas de pesquisa da historiografia da saúde no Brasil, embora abarquem ampla variedade em seus objetos e abordagens, têm se concentrado nos estudos sobre doenças agudas transmissíveis,<sup>2</sup> com destaque para epidemias e endemias e seu papel na organização e desorganização do tecido social

---

1 Para um panorama sobre essas transformações no campo da História da Saúde, ver: ARAÚJO NETO, Luiz Alves Araújo Neto; BRITO, Carolina Arouca G. de; FREITAS, Ricardo Cabral (org.). *História da Saúde: diálogos para o século XXI*. São Paulo: Editora Hucitec, 2023.

2 Sobre um perfil da historiografia da saúde no país, ver: TEIXEIRA, Luiz Antonio; PIMENTA, Tânia Salgado; HOCHMAN, Gilberto. *História da saúde no Brasil*. São

no país. Esse perfil responde a percursos institucionais e sociais que orientam as pesquisas históricas nesse campo, e é marcante e inegável a centralidade das doenças agudas transmissíveis na trajetória da saúde no Brasil, desde seu impacto epidemiológico até suas potências na formulação de projetos e interpretações para o país.

Nos últimos anos, entretanto, um conjunto bastante heterogêneo e complexo de enfermidades tem recebido maior atenção da saúde pública e da sociedade civil, bem como do campo acadêmico: as doenças crônicas. Além do crescimento considerável na morbidade e mortalidade por esses agravos desde as décadas finais do século xx, a carga de sofrimento imposta por elas e os desafios aos serviços e sistemas de saúde colocam as doenças crônicas como uma pauta relevante à investigação das ciências humanas, particularmente da História. Um relatório publicado pela Organização Mundial da Saúde (oms) em 2019 indicou que no Brasil, 8 das 10 principais causas de morte foram doenças crônicas não transmissíveis (DCNT), com destaque para cardiopatias, cânceres, diabetes e o emergente mal de Alzheimer.<sup>3</sup> No âmbito da prática e da gestão do cuidado, as crônicas ocupam cada vez mais os orçamentos público, privado e familiar, devido à demanda por intervenções mais complexas e prolongadas (portanto, mais caras) e às preocupações com os fatores de risco para essas condições. Finalmente, na dimensão da experiência das pessoas doentes, destaca-se o impacto em conviver com doenças de lento desenvolvimento, e muitas vezes sem possibilidade de cura, em situações que interferem na vida individual e coletiva de enfermas, mesmo quando curados/sobreviventes.<sup>4</sup>

---

Paulo: Editora Hucitec, 2018 e os vários volumes da coletânea *Uma história brasileira das doenças*.

3 WHO. *World health statistics 2019: monitoring health for the SDGs, sustainable development goals*. Geneve: WHO, 2019.

4 BELL, Kirsten. The breast-cancer-ization of survivorship: implications for experiences of the disease. *Social Science & Medicine*, v. 110, p. 56-63, 2014.

Apesar disso, o lugar ocupado pelas crônicas na historiografia da saúde brasileira é bastante incipiente e pontual, principalmente se observadas as DCNTs. Na discussão estrutural e estruturante referente a esse grupo de enfermidades, a cronicidade e suas reverberações em todas as esferas da vida social é uma pauta pouco discutida por historiadoras e historiadores da saúde, e mesmo quando abordada, aparece referida a doenças específicas. Em âmbito internacional, é possível vislumbrar uma agenda para uma história das doenças crônicas, com alguns autores que se debruçam sobre os processos que levam à conceituação desse grupo de enfermidades,<sup>5</sup> a relação entre a emergência das crônicas e a patologização do envelhecimento<sup>6</sup> e as variações em termos de práticas e conhecimentos médicos.<sup>7</sup> Ainda assim, coube a antropólogos e sociólogos da saúde uma análise mais detida sobre o conceito de cronicidade e suas transformações em termos temporais, especiais e sociais.<sup>8</sup>

Neste capítulo, proponho uma reflexão preliminar sobre uma história das doenças crônicas e sugiro alguns eixos e questões para investigação, pensando especificamente o contexto brasileiro e suas contradições e tensões. Argumento que o estudo das crônicas oferece um horizonte com novas questões para a historiografia da saúde, além de possibilitar o retorno a temas já consolidados no campo com outras perspectivas. Dada a complexidade da tarefa proposta, darei ênfase a três dimensões dessa agenda historiográfica: a produção do

---

5 WEISZ, George. *Chronic Disease in the Twentieth Century: a history*. Baltimore: John Hopkins University Press, 2014.

6 ARMSTRONG, David. Chronic Illness: a revisionist account. *Sociology of Health and Illness*, v. 36, n. 1, p. 15-27, 2014.

7 TIMMERMANN, Carsten. Chronic Illness and disease history. In: JACKSON, Mark (ed.). *The Oxford Handbook of the History of Medicine*. Oxford: Oxford University Press, p. 393-410, 2011.

8 GRECO, Cinzia E. G.; GRABER, Nils. Anthropology of new chronicities: illness experiences under the promise of medical innovation as long-term treatment. *Anthropology & Medicine*, v. 29, n. 1, p. 1-13, 2022.

conhecimento biomédico, a organização e prática da saúde pública, e a experiência do adoecimento. Para tanto, um primeiro questionamento a ser abordado é: o que são doenças crônicas?

### **O que são doenças crônicas? Cronicidade e história**

Os conceitos médicos são mais do que compilações e traduções de conjuntos de conhecimentos produzidos pelas ciências biomédicas. Além disso, eles são resultados de elaborações em torno de linguagens, práticas e valores morais em vigência em cada tempo e lugar.<sup>9</sup> Dessa forma, o conceito de doença crônica possui histórias situadas e diversificadas, mas algumas convergências ganham destaque em perspectiva internacional: o ponto central para a definição do grupo é a noção de cronicidade, ou seja, de que uma patologia promove um adoecimento de longo prazo, marcado normalmente pela degeneração física e/ou mental da pessoa doente durante esse processo. A formulação do conceito de cronicidade esteve diretamente relacionada a transformações no pensamento médico europeu e estadunidense no século XIX, principalmente à emergência da noção de que doenças são entidades específicas causadas por agentes particulares e que possuem um curso próprio (a “história natural da doença”), em vez de uma manifestação de desequilíbrios sistêmicos do corpo humano.<sup>10</sup>

O desenvolvimento da anatomia patológica e da fisiologia, seguido pelo advento da microbiologia, demarcaram a noção de que as doenças possuíam causas específicas, capazes de serem

---

9 ARAÚJO NETO, Luiz Alves. Cancer prevention in Brazil: a socio-conceptual-moral history of medical concepts. *Contributions to the History of Concepts*, v. 16, n. 2, p. 1-19, 2022.

10 ROSENBERG, Charles. The tyranny of diagnosis: specific entities and individual experience. *The Milbank Quarterly*, v. 80, n. 2, p. 237-260, 2002.

descobertas pelo olhar clínico<sup>11</sup> ou pela investigação do laboratório.<sup>12</sup> Essa “revolução da especificidade”<sup>13</sup> redirecionou a atenção da medicina para as patologias, no esforço de traçar a linha entre o início e o fim do adoecimento, ou nos termos de Canguilhem, entre o normal e o patológico<sup>14</sup>, e compreender os mecanismos através dos quais as doenças funcionavam. Nesse espectro, a história natural das doenças (HND) tornou-se central para algumas áreas da medicina, sobretudo a patologia, e possibilitou o estudo do percurso seguido por algumas condições, desde os primeiros sinais ou sintomas até a morte. Embora fosse útil à compreensão de tumores e processos irritativos mais longos, a noção de história natural tinha limitações importantes em casos de enfermidades mais silenciosas, como as disfunções hormonais, e mais disruptivas, a exemplo do infarto do miocárdio.<sup>15</sup>

No começo do século xx, em parte devido à atuação dos seguros de saúde nos Estados Unidos, houve uma preocupação cada vez maior com doenças que atingiam pessoas adultas e as debilitavam para o trabalho. Em um relatório produzido a partir do *National Health Survey* (Inquérito Nacional de Saúde) de 1935, foi apontado o peso das “doenças degenerativas” na população estadunidense.<sup>16</sup> Em um período de recuperação da devastadora crise de 1929 e de presença forte do vocabulário e arcabouço teórico eugênico na medicina, a ideia de que certas doenças eram degenerativas não somente

---

11 FOUCAULT, Michel. *O nascimento da clínica*. Rio de Janeiro: Graal, 1994.

12 WORBOYS, Michael. Was there a bacteriological revolution in late nineteenth-century medicine? *Studies in History and Philosophy of Science*, v. 38, n. 1, p. 20-42, 2007.

13 ROSENBERG, Charles. The tyranny of diagnosis... *op. cit.*

14 CANGUILHEM, Georges. *O normal e o patológico*. Rio de Janeiro: Graal, 1995.

15 OPPENHEIMER, Gerald. Profiling risk: the emergence of coronary heart disease epidemiology in the United States (1947–70). *International Journal of Epidemiology*, 35, 2006.

16 WEISZ, George. *Chronic Disease in the Twentieth Century: a history*. *op. cit.*, p. 77-80.

do corpo, mas também da nação, mobilizou atores e instituições para pensar formas de prevenir e tratar essas enfermidades. A articulação entre Estado, seguros de saúde e filantropia tornou possível a realização de mapeamentos dessas doenças, com estudos de morbidade<sup>17</sup> e programas de rastreamento. Nesse período, a classificação “crônica” começou a ser utilizada de forma intercambiável com “degenerativa”, com variações entre contextos nacionais. No Brasil, foi mais comum a menção ao segundo termo para agrupar câncer, diabetes e cardiopatias, até pelo menos a década de 1970.

Outro elemento importante na definição da cronicidade na primeira metade do século xx foi sua associação ao envelhecimento.<sup>18</sup> Embora muitas condições crônicas fossem frequentes em pessoas adultas, foi comum a elaboração de associação dessas condições a pessoas velhas, ou pelo menos ao processo mais geral de envelhecimento populacional. Em países menos desenvolvidos, não se imaginava possível a ocorrência de crônicas, porque as pessoas não viveriam o bastante para lidar com elas.<sup>19</sup> Um contraponto a essa visão orientada pelo envelhecimento (que rebaixava as crônicas a problema secundário em vários países) foi o destaque dado ao

---

17 Um ponto importante na história das doenças crônicas diz respeito às formas de reconhecimento do seu impacto na população. Até meados do século xx, as estatísticas em saúde tinham como base o número de mortes por uma doença (a mortalidade) para inferir a quantidade de casos e outros dados epidemiológicos. Entretanto, para doenças cujo adoecimento é mais longo, o diagnóstico depende de mais variáveis, e muitas vezes o desfecho não é a morte, e sim o sofrimento. Os dados de mortalidade apresentavam grande subnotificação. Nesse sentido, o desenvolvimento de estudos que identifiquem os casos de doença (a morbidade) diretamente, em vez de inferir pela mortalidade, foram centrais ao reconhecimento social das crônicas.

18 ARMSTRONG, David. *Chronic illness: a revisionist account. op. cit.*

19 ARAÚJO NETO, Luiz Alves; TEIXEIRA, Luiz Antonio. De doença da civilização a problema de saúde pública: câncer, medicina e sociedade brasileira no século xx. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, v. 12, n. 1, p. 173-188, 2017.

sofrimento das pessoas acometidas por essas doenças, que sentiam dores constantes, ficavam debilitadas e incapacitadas para o trabalho,<sup>20</sup> além de demandarem acesso a medicamentos e cuidados médicos por um período mais longo.<sup>21</sup>

Assim, consolidou-se na segunda metade do século xx um conceito de doença crônica pautado em três elementos: a degeneração, o envelhecimento e o sofrimento. Cada condição se conectou a essa tríade de formas particulares e produziu representações sociais distintas. Também relevante a essa definição foi o conceito de risco, segundo o qual determinadas práticas, substâncias, ambientes e constituições corporais aumentam a probabilidade de uma pessoa adoecer. Um dos efeitos principais dessa noção foi o que Robert Aronowitz chama de “convergência entre a experiência do risco e da doença”,<sup>22</sup> ou seja, a compreensão de determinadas condições de risco como similares às doenças em si, demandando intervenções médicas e mobilizando significados culturais experimentados por pessoas doentes, a exemplo da recente pré-diabetes e da hipertensão arterial.

A definição das crônicas também interagiu de formas distintas em cada dimensão do processo saúde-doença. É relevante lançar questionamentos específicos para os aspectos que conformam as respostas sociais a esse conjunto de doenças. De partida, é importante investigar como as doenças crônicas coconstruíram aspectos e modelos da pesquisa biomédica no século xx, sobretudo após a Segunda Guerra Mundial.

---

20 SIVARAMAKRISHNA, Kavita. An irritable state: the contingent politics of science and suffering in anti-cancer campaigns in South India (1940–1960). *Biosocieties*, v. 14, p. 529-552, 2019.

21 FEUDTNER, Christian. *Bittersweet: diabetes, insulin, and the transformation of illness*. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 2005.

22 ARONOWITZ, Robert. The convergence experience of risk and disease. *Milbank Q*, 87(2), p. 417-42, 2009. ARONOWITZ, Robert. *Risky medicine: our quest to conquer fear and uncertainty*. Chicago: The University of Chicago Press, 2015.

## A biomedicina e as crônicas: plataformas de pesquisa e campos disciplinares

Ao longo do século xx, a pesquisa médica foi marcada pelo imperativo da inovação tecnológica e pela tendência de incorporação das novas tecnologias de prevenção, diagnóstico e tratamento de doenças à prática clínica. A afirmação do laboratório no início do século, mobilizada principalmente pela capacidade de identificação dos agentes etiológicos de enfermidades com alto impacto populacional, fez com que o estilo de pensamento<sup>23</sup> da microbiologia se tornasse referencial, inclusive para pensar condições que não se encaixavam claramente nos parâmetros de patologias transmissíveis, como ocorrido com o câncer.<sup>24</sup> Com o desenvolvimento dos antibióticos, principalmente da penicilina, houve maior aproximação entre pesquisa biomédica e prática clínica, ainda que marcada por diversos tensionamentos e contestações, sobretudo por parte dos médicos clínicos, que alegavam controle de sua prática por diretrizes orientadas pela pesquisa.<sup>25</sup>

Após a Segunda Guerra Mundial, o papel social da ciência e dos cientistas e o perfil da pesquisa biomédica passaram por algumas transformações importantes, em parte devido às preocupações com

---

23 Estilo de pensamento é uma matriz que orienta os enunciados, as práticas e os valores de grupos de pessoas em torno de uma área do saber. De acordo com Ludwik Fleck, cada indivíduo e grupo é portador e representante de um estilo de pensamento que o orienta em suas formulações sobre determinados fatos da vida natural e/ou social. Nos coletivos científicos, o estilo de pensamento é a estrutura a partir da qual cientistas trabalham no cotidiano e se comunicam entre si em torno de fatos científicos. Ver: FLECK, Ludwik. *Gênese e desenvolvimento de um fato científico*. Belo Horizonte: Fabrefactum, 2010.

24 ARAÚJO NETO, Luiz Alves. *Prevenção do câncer no Brasil: mudança conceitual e continuidade institucional no século xx*. 2019. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) – Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2019.

25 PORTER, Theodore. *Trust in numbers: the pursuit of objectivity in science and public life*. Nova Jersey: Princeton University Press, 1995.

os impactos sociais da tecnociência apresentados durante o conflito bélico, com destaque para a bomba atômica.<sup>26</sup> Por sua vez, médicos e formuladores de políticas de saúde depositavam grandes expectativas na capacidade dos produtos da biomedicina em erradicar doenças infecciosas e carenciais. Esse horizonte foi potencializado pela criação da Organização Mundial da Saúde, motor de uma série de campanhas e programas de erradicação nos anos 1950 e 1960, período caracterizado por um “otimismo sanitário”.<sup>27</sup>

Nesse entremeio, pesquisas sobre as crônicas também receberam maior atenção nos Estados Unidos, no Canadá e na Europa, com o desenvolvimento de novas drogas para tratamento de condições como a diabetes e a leucemia, e o mapeamento de agentes carcinogênicos e de fatores de risco para cardiopatias.<sup>28</sup> Esse percurso esteve diretamente ligado ao crescimento da indústria farmacêutica como ator relevante no campo da saúde, ao desenvolvimento de estudos multicêntricos no campo da biomedicina e ao surgimento de novos campos disciplinares/especialidades. Uma questão central a esse processo diz respeito ao debate sobre ética médica, oriundo dos estragos causados pela guerra e ampliados a partir de casos escandalosos envolvendo experimentos e medicamentos. Merece destaque o desastre da talidomida, droga comercializada nos anos 1950 e 1960 para o alívio das náuseas entre mulheres e que acabou associada a efeitos teratogênicos graves em uma geração de recém-nascidos, chamados de “bebês da talidomida”. Esse episódio foi fundamental

---

26 SHAPIN, Steven. *The scientific life: a moral history of a late modern vacation*. Chicago: University of Chicago Press, 2005.

27 HOCHMAN, Gilberto. “O Brasil não é só doença”: o programa de saúde pública de Juscelino Kubitschek. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, v. 16, suppl. 1, p. 313-331, 2009.

28 FEUDTNER, Christian. *Bittersweet... op. cit.*; KEATING, Peter; CAMBROSIO, Alberto. *Biomedical platforms: realigning the normal and the pathological in late-twentieth-century medicine*. Cambridge: The MIT Press, 2003.

para a discussão e criação de mecanismos de regulação da pesquisa e prática médica, reforçando uma tendência ao trabalho com ensaios clínicos randomizados, considerados mais objetivos e confiáveis.<sup>29</sup>

No âmbito da epidemiologia, as pesquisas sobre doenças crônicas também apresentaram aspectos específicos importantes e moduladores da disciplina. De partida, a ausência de um agente etiológico específico colocou em questionamento a tríade analítica da vigilância epidemiológica: a relação agente-ambiente-hospedeiro. Além disso, a cronicidade dessas enfermidades reforçou a importância da compreensão da história natural das doenças e da formulação de estratégias que lidassem com todas as fases desse processo. O elemento temporal ganhou destaque na epidemiologia das doenças crônicas, tanto na exposição aos fatores de risco quanto no caráter duradouro dos efeitos das doenças nos indivíduos, chamando atenção para sua morbidade.

Até meados do século xx, era prática comum a extrapolação da incidência de uma doença a partir de sua mortalidade, partindo da lógica de que as pessoas mortas por uma condição em um intervalo, normalmente haviam adoecido no mesmo período. Entretanto, para doenças com desenvolvimento lento e que em diversos casos não levam à morte, mas à incapacidade e degeneração, as estatísticas de mortalidade deixavam uma grande margem em relação ao número de casos. Amplos debates sobre métodos de investigação epidemiológica relativos às doenças crônicas impulsionaram o papel dos estudos de morbidade, que quantificavam os novos casos e os fatores associados a eles com inquéritos populacionais, coortes e estudos de caso-controle. Em termos de história da epidemiologia, merecem destaque os estudos de Framingham, uma coorte conduzida até hoje com a população de uma pequena cidade estadunidense que

---

29 BERG, Marc; TIMMERMANS, Stefan. *The Gold Standard: the challenge of evidence-based medicine*. Chicago: University of Chicago Press, 2003.

formulou a associação entre hipertensão, alimentação e acidentes cardiovasculares, e as pesquisas de Richard Doll e Austin Bradford Hill, associando o tabagismo ao câncer.

Os elementos apresentados até aqui colocam questões importantes para uma historiografia das doenças crônicas: como essas novas plataformas de pesquisa impactaram na compreensão social do processo saúde-doença? De quais formas a interação entre indústria farmacêutica e medicina modularam práticas de saúde, tanto em termos profissionais quanto no âmbito do cotidiano? Quais as implicações de quantificar o adoecimento através de sua morbidade, em vez de uma extrapolação da morbidade? Como o desenvolvimento da biomedicina estabeleceu interações entre a profissão médica, os centros de pesquisa e a organização da saúde pública? Quais as relações entre a pesquisa biomédica, a demarcação de novas doenças e seu caráter de visibilidade e invisibilidade?

Em termos de método, é importante sublinhar também que a história da pesquisa biomédica no século xx, sobretudo no campo das doenças crônicas, possui diferenças relevantes em relação ao observado para o século xix. O modelo de laboratório da microbiologia e da fisiologia foi cada vez mais reformulado para o centro de pesquisa biomolecular e genética do século xx, com o deslocamento da representação do microscópio para os computadores e bases de dados integradas. Além disso, a forma de produção e comunicação do conhecimento científico foi alterada, tanto por um processo de produção coletiva das evidências<sup>30</sup> quanto por uma nova dinâmica de publicação dos trabalhos em periódicos científicos. Embora lidemos com um mesmo objeto, a produção de conhecimento pela medicina, observamos diferenças fundamentais em termos epistêmicos e metodológicos.

---

30 CAMBROSIO, Alberto *et al.* Regulatory objectivity and the generation and management of evidence in medicine. *Social Science & Medicine*, v. 63, n. 1, p. 189-199, 2006.

## O cuidado crônico: transições, envelhecimento e os desafios da saúde pública

O cuidado crônico se tornou, ao longo do século xx, um dos objetos e temas de grande atenção do campo da saúde em âmbito internacional. Ganhou certo estatuto de elemento estruturante de redes hospitalares, sistemas de saúde, campos profissionais e práticas de atenção à saúde. De modo geral, a incorporação ou emergência das crônicas envolveu uma complexificação das estruturas de cuidado, tanto em termos tecnológicos quanto de demanda por atenção profissional mais prolongada e diversificada.<sup>31</sup> Esse processo ocorreu de modo transversal às mudanças demográficas e epidemiológicas em nível mundial, acompanhado de interpretações que associavam o aumento do impacto das crônicas a estágios de desenvolvimento das sociedades.

Diversas matrizes teóricas buscaram explicar o aumento da incidência das doenças crônicas, indicando nesse entremeio a importância da modulação das estruturas de cuidado à saúde a esses novos problemas de saúde pública. Destaca-se entre esses esforços explicativos a teoria da transição epidemiológica, um dos principais modelos interpretativos para a relação entre mudança demográfica e perfil de adoecimento de populações no campo da saúde. A transição foi teorizada pelo epidemiologista norte-americano Abdel Omran em 1971, no artigo *The epidemiologic transition: a theory of the epidemiology of population change*. O artigo de Omran, republicado em 2001 e 2005 em outros periódicos, tornou-se referência para os estudos epidemiológicos acerca da dinâmica populacional e formulou um enquadramento geral para debates sobre mortalidade e desenvolvimento socioeconômico.<sup>32</sup>

---

31 TIMMERMANN, Carsten. Chronic illness and disease history. *op. cit.*

32 OMRAN, Abdel. The epidemiologic transition: a theory of the epidemiology of population change. *The Milbank Memorial Fund Quarterly*, v. 49, n. 4, p. 509-538, 1971.

A teoria de Omran, gestada no ápice da Guerra Fria e profundamente marcada pelas teorias da modernização e do desenvolvimento,<sup>33</sup> formulou três estágios de mudança populacional através dos padrões de mortalidade: 1) a era das pestilências e da fome, 2) a era do retrocesso das pandemias, e 3) a era das doenças degenerativas e provocadas pelo homem.<sup>34</sup> O foco da teoria consistia em traçar modelos para a transição de uma fase a outra, tomando como caso exemplar a variação de mortalidade na Inglaterra durante a Era Vitoriana, no século XIX. Os três modelos propostos foram o clássico (ou ocidental, baseado na experiência inglesa), o acelerado (referente ao Japão) e o contemporâneo ou atrasado, no qual se encaixariam os países da América Latina.

O modelo de Omran foi bastante criticado e revisto pelo próprio autor, principalmente em dois pontos: por um lado, observou-se que o processo de transição apontado pelo autor é passível de contestação mesmo no seu cenário ideal, a Inglaterra do século XIX, pois houve traços mais enviesados de uma mudança epidemiológica no país.<sup>35</sup> Por outro lado, a ideia de que essa teoria caberia a diversos contextos foi fortemente confrontada por especialistas de países considerados atrasados pelo autor, com destaque para uma vasta produção latino-americana argumentando que essa teoria não daria conta das complexidades da mudança demográfica no subcontinente, bem como não levava em consideração os decisivos impactos do colonialismo nas condições de saúde da região.<sup>36</sup>

---

33 WEISZ, George; OLSZYNKO-GRYN, Jesse. The theory of epidemiologic transition: the origins of a citation classic. *Journal of History of Medicine and Allied Sciences*, v. 65, n. 3, p. 287-326, 2009.

34 OMRAN, Abdel. The epidemiologic transition. *op. cit.*

35 CONDRAU, Flurin; WORBOYS, Michael. Second opinions: epidemics and infections in nineteenth century Britain. *Social History of Medicine*, v. 20, n. 1, p. 147-158, 2007.

36 FRENK, Julio *et al.* La transición epidemiológica en América Latina. *Boletín de la Oficina Sanitaria Panamericana (OSP)*, 111(6), dic. 1991.

A despeito das críticas e revisões, a teoria da transição epidemiológica tornou-se ponto de partida para análises e proposições do campo da saúde em âmbito internacional e participou ativamente do desenho das estruturas de cuidado e das políticas de saúde. Com o indicativo de que as crônicas assumiam ou assumiriam centralidade no cenário epidemiológico dos países, as estruturas sanitárias deveriam se adequar ao envelhecimento populacional e às novas formas de adoecimento, com maiores investimentos na atenção ao câncer, às cardiopatias e a diabetes, entre outras DCNT. Entretanto, esse processo de adequação é marcado por contradições e tensionamentos. De início, entra em questão o alto custo do cuidado às doenças crônicas, com medicamentos, tecnologias e demandas por atenção profissional especializada que pressionam o orçamento de sistemas públicos e privados de saúde, mesmo em países ricos e bem estruturados no setor.<sup>37</sup>

Dessa forma, uma questão fundamental à historiografia das crônicas envolve a discussão sobre como a emergência dessas doenças e das demandas para seu cuidado colocam um tensionamento entre a saúde pública e a biomedicina. Em um cenário marcado pelo imperativo da inovação técnica e pela incorporação de instrumentos cada vez mais complexos à prática clínica, posições diferentes entre gestores dos sistemas de saúde e o campo médico e farmacêutico desenham impasses incontornáveis. É o caso, por exemplo, do acesso a medicamentos órfãos, drogas de altíssimo custo aplicadas a pessoas que sofrem de doenças raras. No Brasil, onde o acesso a remédios é parte do direito constitucional à saúde, existem tensões quanto à capacidade do Estado em adquirir esses medicamentos para portadores de condições raras: gestores apontam a limitação

---

37 STEIN, Felix; SRIDHAR, Devi. The financialisation of global health. *Wellcome Open Research*, v. 3, p. 17, 2018.

orçamentária, associações de pacientes e familiares mobilizam o direito à saúde e a responsabilidade moral do Estado, profissionais de saúde gerenciam questões éticas em sua prática e a indústria farmacêutica negocia seus interesses com os demais atores sociais envolvidos.<sup>38</sup> Nessa teia complexa, o sofrimento das pessoas doentes é agravado, levando muitas vezes à morte.

Nesse sentido, uma história do cuidado crônico também coloca em tela o papel da sociedade civil em suas diversas faces ao longo do tempo, da filantropia do começo do século xx – fundamental na criação de asilos e hospitais para doentes crônicos – ao *advocacy* e os movimentos de grupos de interesse visando à garantia de pautas focais. Como setores da sociedade externos às profissões de saúde e à gestão da saúde pública pautaram agendas, angariaram recursos e modularam concepções de cuidado para enfermidades tais quais o câncer, as condições raras e o HIV/aids? No caso do último, de que forma a transformação de uma doença aguda em crônica impactou as mobilizações pelo cuidado e a própria experiência do adoecimento?

Em paralelo a esses processos, os adoecimentos crônicos também impactam a espacialização da medicina, em um movimento síncrono de especialização das estruturas hospitalares e de ampliação das esferas de atuação dos campos médicos e da saúde muito além dos hospitais.<sup>39</sup> Em certa medida, as práticas de serviços de atenção primária, com mapeamento de determinantes sociais da saúde e acompanhamento das condições de vida de uma população em um determinado território, conectam-se diretamente a uma maior

---

38 ARAÚJO NETO, Luiz Alves; TEIXEIRA, Luiz Antonio. “Many of us are rare”: the right to health and the moral economy of rare diseases activism in Brazil. *Dynamis*, v. 42, n. 2, p. 423-447, 2023.

39 ARMSTRONG, David. The rise of surveillance medicine. *Sociology of Health & Illness*, v. 17, n. 3, p. 393-404, 1995.

preocupação com o risco e o adoecimento crônico, a exemplo da atenção a hipertensos e a diabéticos, além de ações de promoção da saúde visando a diminuição do risco de acidentes cardiovasculares, de doenças neurodegenerativas e de câncer. Somado a isso, o cuidado à pessoa idosa também é constituinte de uma rede de atenção que se expande em relação às intervenções sanitárias e profiláticas para o combate a enfermidades transmissíveis.

Outra dimensão importante do processo de organização do cuidado crônico envolve sua orientação em um conjunto de evidências epidemiológicas e biomédicas, o que a literatura tem chamado de medicina baseada em evidências (EBM) e saúde pública baseada em evidências.<sup>40</sup> Essa lógica de cuidado, embora formulada sob o argumento de produzir práticas racionalizadas e mais eficazes, também acaba por eclipsar as pessoas do processo, ampliando a demanda pela atuação de movimentos sociais e grupos de interesse para a colocação de agendas que estejam fora do escopo da biomedicina e da saúde pública.<sup>41</sup> No âmbito de uma historiografia das crônicas, a leitura crítica dessa lógica de cuidado enfatiza a importância dos estudos sobre as experiências do adoecimento, uma vertente de estudos tradicional no campo da história da saúde e das doenças.

### **A experiência do adoecimento crônico: visibilidade, sobrevivência, convivência e risco**

Dentre os temas sugeridos nesta breve discussão, a experiência do adoecimento ocupa um lugar particular no campo historiográfico nacional e internacional, e compõe uma agenda tradicional nos

---

40 ADAMS, Vincanne. Evidence-based global public health: subjects, profits, erasures. In: BIEHL, João; PETRYNA, Adriana (ed.). *When people come first: critical studies in global health*. New Jersey: Princeton University Press, 2013.

41 BIEHL, João; PETRYNA, Adriana. Peopleing global health. *Saúde e Sociedade*, v. 23, n. 2, p. 376-389, 2014.

estudos sobre as pessoas doentes e as doenças<sup>42</sup> onde temas relacionados à cronicidade têm sido discutidos, ainda que não mobilizando propriamente esse conceito. De modo geral, a abordagem da perspectiva do doente se coloca, metodologicamente, através do trabalho com depoimentos orais e escritos<sup>43</sup> ou por registros indiciários de suas vivências através de prontuários e outros documentos clínicos.<sup>44</sup> Entre os tópicos importantes da discussão realizada pela historiografia brasileira, destacam-se as reformulações na identidade das pessoas através da convivência com as doenças<sup>45</sup> e as representações sociais formuladas e articuladas para dar sentido ao adoecimento.<sup>46</sup>

Nesse sentido, uma historiografia das crônicas, como tenho abordado neste capítulo, contribuiria principalmente com problemas e temas relativos, sobretudo, às doenças não transmissíveis. Desde a segunda metade do século xx, com avanços gerais no processo de medicalização da sociedade, de urbanização e de industrialização, ocorreu uma ampliação da presença de DCNTs já reconhecidas socialmente, como câncer, diabetes e cardiopatias, além do reconhecimento de novas enfermidades e formas de sofrimento. Da mesma forma, o desenvolvimento da pesquisa genética e biomolecular e campos médicos como a medicina do trabalho e a geriatria

---

42 REVEL, Jacques; PETER, Pierre. O corpo doente e sua história. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. *História: novos objetos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1986; PORTER, Roy. The patient's view: doing history from below. *Theory and Society*, v. 14, n. 2, p. 175-198, 1985.

43 VIANNA, Eliza da Silva. *Aids por elas: experiências soropositivas de mulheres nos anos 1990*. 2018. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) – Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2018.

44 BERTOLLI FILHO, Cláudio. Prontuários médicos: fonte para o estudo da história social da medicina e da enfermidade. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, v. 3, n. 1, p. 173-180, 1996.

45 PORTO, Ângela. A vida inteira que podia ter sido e que não foi: trajetória de um poeta tísico. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, v. 6, n. 3, p. 523-550, 2000.

46 NASCIMENTO, Dilene *et al.* O indivíduo, a sociedade e a doença: contexto, representação social e alguns debates na história das doenças. *Khronos*, n. 6, p. 31-47, 2018.

permitiram mapear condições incapacitantes de diversas ordens, como as doenças funcionais e síndromes cromossômicas. Esse conjunto heterogêneo de adoecimentos coloca questões importantes para as análises das ciências humanas. Falarei brevemente sobre quatro delas: visibilidade, sobrevivência, convivência e risco.

A discussão sobre a visibilidade da experiência de pessoas enfermas é fundamental para qualquer adoecimento, mas ganha notoriedade em casos nos quais a própria doença é contestada socialmente. Como coloca Rosenberg, a compreensão das enfermidades como entidades específicas e partir de diferenciações etiológicas e patológicas traçou uma “tirania do diagnóstico”,<sup>47</sup> dinâmica através da qual a identificação de uma doença ao doente modula a experiência do adoecimento. No caso de condições funcionais, como a fibromialgia e a síndrome da fadiga crônica, as instabilidades nas definições e as dificuldades de realização de um diagnóstico diferencial colocam a visibilidade e a legitimidade do sofrimento das pessoas em xeque.<sup>48</sup> De argumentos que variam da dúvida quanto aos sintomas de uma crítica mais refinada a certa “supermedicalização”, os questionamentos eclipsam experiências que ocorrem a despeito das classificações biomédicas, ainda que dependam delas para ganhar aderência coletiva. Nesse ponto, investigar as histórias e vivências abre possibilidades para a compreensão desses esforços por visibilidade, o que pode ser articulado por grupos de portadores dessas doenças como instrumento político e jurídico.

Outro aspecto central nas experiências com as crônicas envolve a sobrevivência a episódios de maior agravo ou às próprias terapias, como no caso de pessoas que sofreram acidentes cardiovasculares

---

47 ROSENBERG, Charles. The tyranny of diagnosis: specific entities and individual experience. *Milbank Q*, 80(2), p. 237-60, 2002.

48 LÖWY, Ilana. *Long covid, chronic fatigue syndrome and women: the shadow of hysteria*. May 25, 2021. <http://somatosphere.net/2021/long-covid.html/>. Acesso em 17 jun. 2024.

e em tratamento para câncer. Nesse caso, sobreviver a uma doença crônica significa, na maioria dos casos, lidar com sequelas permanentes ou duradouras, como limitações motoras e disfunções, além dos signos do medo e do peso da própria categoria “sobrevivente”.<sup>49</sup> Como tem sido apontado pela literatura, a sobrevivência a adoecimentos crônicos acaba de alguma forma por compor a formulação dos indivíduos sobre sua própria identidade, tantos pelas potências quanto pelas limitações.<sup>50</sup> Por exemplo, mulheres submetidas ao tratamento para câncer de mama podem sofrer, entre outras, da perda das mamas e de alopecia (perda dos cabelos em virtude da quimioterapia), processos que impactam a percepção de si e as relações com outras pessoas.<sup>51</sup> Discutir a sobrevivência como um elemento histórico da experiência do adoecimento é fundamental ao debate sobre cronicidade, permitindo repensar as linhas tênues que dividem o normal do patológico a partir das perspectivas das pessoas doentes.

O tema da convivência possui sobreposições à visibilidade e à sobrevivência, certamente, mas é válido pensar alguns pontos particulares. Primeiramente, discutir como pessoas convivem com adoecimentos crônicos ressalta o caráter prolongado dessas doenças e sua participação na desorganização e reorganização da vida cotidiana. Além disso, conviver com certas doenças não envolve preocupações imediatas como o sofrimento ser visível ou sobreviver, e sim com certo grau de gerenciamento de diferentes dimensões da vida. É o caso das diabetes mellitus e insipidus, que demandam transformações consideráveis de rotina e interação constante com tecnologias biomédicas, tanto no consumo de medicamentos quanto na realização de testes constantes. O caso da diabetes também é

---

49 BELL, Kirsten. The breast-cancer-ization of survivorship. *op. cit.*

50 ARONOWITZ, Robert. The convergence experience of risk and disease. *op. cit.*

51 BARRADAS, Carlos; TEIXEIRA, Luiz; ARAÚJO NETO, Luiz Alves. Para além das classificações biomédicas: a experiência do câncer de mama no Brasil, 1990-2015. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, v. 29, n. 3, p. 625-643, 2022.

interessante por ser uma doença que pode envolver os outros dois elementos mencionados anteriormente: em casos críticos, a sobrevivência a processos causados pela diabetes torna-se parte relevante da experiência, bem como a visibilidade é uma questão para portadores da diabetes insipidus. Uma história da convivência com as crônicas é certamente um campo bastante interessante, com margem de aproximações à historiografia do cotidiano e reflexões sobre diferentes práticas culturais, como a alimentação e o consumo de medicamentos.

De forma similar, o risco é um componente da experiência do adoecimento crônico com sobreposições em relação a todos os demais mencionados anteriormente e é possível considerá-lo transversal em certo sentido. Entretanto, é relevante observar o lugar do risco como parte de um processo mais amplo de transformação social, denominado por Ulrich Beck de “sociedade de risco”.<sup>52</sup> Principalmente desde a segunda metade do século xx, as preocupações com os riscos, em seus diferentes significados, têm moldado diferentes campos da vida social, com destaque forte para o campo da saúde. Quanto às experiências do adoecimento, importa aqui destacar dois pontos: por um lado, viver com uma doença crônica em muitos casos implica um permanente estado de risco, seja pela possibilidade de um agravo crítico, como um infarto do miocárdio em pessoas com arteriosclerose, seja pelo medo quanto ao retorno da doença, a exemplo do que ocorre em vários casos de câncer. Por outro lado, o impacto do risco faz com que diversas situações sejam vividas como adoecimentos crônicos sem propriamente sê-los, a exemplo do sedentarismo e da pré-diabetes. Investigar essas experiências historicamente traz questionamentos sobre a capacidade de intervenção dos enunciados e práticas da medicina na vida das

---

52 BECK, Ulrich. *Risk society: towards a new modernity*. Nova York: SAGE Publications, 1992.

peças, bem como sobre as negociações das pessoas com os riscos aos quais estão expostas em suas rotinas.

Esses quatro elementos são indicativos de uma experiência do adoecimento crônico, principalmente no século xx, atravessada pelo desenvolvimento da biomedicina, pela medicalização e pela organização dos sistemas de saúde em vistas do cuidado crônico. Dialogando com um campo robusto de investigações sobre a história das pessoas doentes e com a antropologia da saúde, uma historiografia do adoecimento crônico traz contribuições para os debates contemporâneos acerca das experiências enfermas, além de ampliar escopos de análise no campo historiográfico.

### Considerações finais

A historiografia das doenças crônicas, embora consolidada em âmbito internacional e com algumas produções significativas no campo nacional, ainda apresenta um horizonte amplo para a investigação, principalmente em seus atravessamentos e aproximações a outras disciplinas, como a antropologia, a sociologia e a saúde coletiva. Em um cenário de mudança demográfica e epidemiológica, o apelo e a relevância social dessa agenda de pesquisa ampliam a demanda por trabalhos no âmbito das ciências humanas e sociais que deem conta da complexidade dessas doenças, indo na contramão de certa perspectiva reducionista pautada pela biomedicina que enaltece o papel das biotecnologias nas respostas às crônicas, eclipsando elementos sociais fundamentais.

As histórias das doenças crônicas também são indicativas de suas multiplicidades ontológicas, ou seja, de suas diferentes existências e definições, de acordo com os grupos sociais engajados.<sup>53</sup>

---

53 MOL, Annemarie. *The body multiple: ontology in medical practice*. London: Duke University Press, 2002.

A diabetes vivenciada pela pessoa doente é diferente daquela com a qual os pesquisadores lidam no laboratório, e por consequência, da que profissionais lidam na prática do cuidado. Essa multiplicidade também resulta em variações nas análises históricas, construindo diferentes passados que podem ser concorrentes, mas também podem colaborar para a formulação de práticas, conhecimentos e políticas atentas à complexidade dessas enfermidades. No campo da história da saúde, essa ampliação temática é bem-vinda e necessária para conectar as agendas do presente historiográfico ainda mais aos olhares do passado histórico.

CAPÍTULO VII

**Por uma história ambiental da *plantation* açucareira no Nordeste do Brasil**

*José Marcelo Marques Ferreira Filho*

Há quase um século, a *plantation* açucareira é objeto de reflexões nas mais variadas áreas do conhecimento. No entanto, qualquer história da economia e da sociedade açucareira não conta toda a história se não contar também a história da própria cana-de-açúcar, suas variedades genéticas, formas de adaptações ambientais, interações com outras espécies vegetais e animais, e como tudo isso influencia as sociedades humanas. A partir das produções dos campos das ciências biológicas, ambientais e humanas, este ensaio objetiva decompor a *plantation* açucareira e as interações ecológicas que nela se operavam para propor uma nova forma de pensar a história do Nordeste, antes mesmo de uma nova forma de fazê-la ou narrá-la. A *plantation* não era apenas a materialização de relações capitalistas de produção entre *senhores* e trabalhadores, mas fruto de uma longa e complexa história de interações ecológicas (harmônicas e desarmonicas) entre ambientes e sociedades (humanas e não humanas).

No Brasil, os historiadores foram capazes de cumprir uma missão quase impossível, ou seja, escrever a história do açúcar sem falar da cana. Essa tarefa aparentemente foi delegada aos agrônomos, botânicos e fitopatologistas, cientistas que na maioria das vezes estavam envolvidos numa visão puramente técnica (própria de suas áreas do conhecimento) e foram incapazes de questionar as implicações sociais de suas descobertas. Para os herdeiros de Clio, era como se o açúcar fosse magicamente produzido, ou para ser mais preciso, era como se ele fosse mágica e exclusivamente produzido por trabalhadores humanos para satisfazer as necessidades gustativas de consumidores também humanos no mercado externo. Nenhum historiador se preocupou em investigar as características do vegetal, suas variedades genéticas (cultivares), formas de adaptações ambientais (considerando variáveis climáticas, edáficas, hídricas), interações ecológicas com diversas outras espécies de vegetais e animais, e como tudo isso interfere/influencia as sociedades humanas, seu trabalho, alimentação, saúde, política, economia, etc. Para os cientistas, por outro lado, era como se a cana fosse magicamente introduzida no Brasil, ou para ser mais preciso, era como se ela fosse, por séculos, magicamente introduzida e produzida (cultivada) sem o emprego de centenas de milhares de trabalhadores forçados a prestar serviços em condições degradantes. Nenhum cientista se preocupou em questionar a quem interessava a monocultura da cana-de-açúcar ou as consequências econômicas, sociais e ambientais das manipulações genéticas que costumavam empreender no vegetal.

A partir de uma análise crítica do que hoje podemos chamar historiografia convencional, que por muito tempo negligenciou o mundo natural não humano como objeto de reflexão e variável importante para compreender a história, o objetivo central deste ensaio é propor uma nova forma de interpretar a *plantation*. Amparado numa análise que cruza referenciais das ciências biológicas, ambientais e humanas e firmemente empenhado em compreender processos,

dinâmicas e interações multiespécies, proponho uma radical virada ecológica nos estudos sobre a chamada história do açúcar no Brasil. Para ser o mais explícito possível, eu diria que minha intenção aqui é defender a ideia de que a arquitetura da *plantation* açucareira não era apenas a materialização das relações entre a classe capitalista economicamente dominante dos *senhores* e os trabalhadores expropriados (como a história social e econômica tradicional tendem a ver), senão fruto das interações entre esses dois grupos e diversas outras espécies de sujeitos não humanos (animais e vegetais) com os quais não podiam escapar das relações.



*Plantation* é uma palavra polissêmica. Normalmente os dicionários a definem como simplesmente uma grande propriedade agrícola dedicada ao plantio de alguma cultura em larga escala. Entre historiadores, antropólogos e geógrafos, o termo passou a significar também uma complexa organização econômica e social. Como observou Christine Dabat,<sup>1</sup> “autores brasileiros clássicos como Caio Prado Júnior, Gilberto Freyre, Alberto Passos Guimarães, Celso Furtado e Jacob Gorender, todos usavam a palavra ‘*plantação*’, como os franceses usam ‘*plantation*’ e os hispânicos ‘*plantación*’, para designar, dentre outras coisas, o mesmo tipo de organização da produção agrícola”. Por quase um século, vários intelectuais utilizaram diversos critérios para tentar definir a *plantation*: demanda de capital, mercados consumidores, burocracia, uso da terra e escala de produção, relações

---

1 DABAT, Christine Rufino. Sugar cane ‘plantations’ in Pernambuco: from ‘natural vocation’ to ethanol production. *Rethinking the Plantation: histories, anthropologies, and archeologies*. Review: Fernand Braudel Center, v. xxxiv, 1/2, p. 116, 2011.

de trabalho, etc.<sup>2</sup> A despeito destas múltiplas e criativas formas de abordar o tema, nenhum deles (incluindo os estudos mais recentes) considerou em pormenores, ao menos de maneira consciente, a dimensão ecológica das interações entre os sujeitos humanos e não humanos que dela participavam. Foi apenas recentemente que Donna Haraway e Anna Tsing tentaram pensar a *plantation* como um sistema multiespécie que impõe trabalho forçado a humanos e não humanos (plantas, animais e micróbios). Segundo as antropólogas, esse modelo de produção institui mecanismos sofisticados de disciplina de plantas, animais e pessoas, criando uma maneira epidêmica de reorganizar a vida das espécies no mundo. O exterminismo agudo é sua principal marca, pois as “*plantations* destroem sua própria base, exaurem solos, exaurem pessoas, exaurem plantas e animais e proliferam patógenos”.<sup>3</sup>

No Brasil, por décadas, a ecologia figurou no seio das humanidades de maneira muito superficial na literatura que se dispôs a investigar a história do açúcar. Nas obras clássicas de grandes intelectuais, como Gilberto Freyre, Josué de Castro e Manuel Correia de Andrade, por exemplo, essa noção aparece sempre como pano de fundo de uma história social antropocentrada. *Nordeste*, de Gilberto Freyre, primeiro livro publicado no Brasil a usar o termo ecologia, tentou discorrer sobre o que o autor chamou de “drama da monocultura”, encenado no palco da “mais ostensiva intrusão do homem no mecanismo da natureza”. Nas palavras do sociólogo do açúcar, “em estado de variedade, tudo se concilia e se compensa. Em estado de monocultura absoluta, tudo se desequilibra. [...] A história natural – como a social – do Nordeste da cana, nestes quatro séculos, é uma história de desequilíbrio, em grande parte causado pelo furor

---

2 GOLDTHORPE, C. C. A definition and typology of plantation agriculture. *Singapore Journal of Tropical Geography*, v. 8, n. 1, 1987.

3 MITMAN, Gregg. Reflections on the Plantationocene: a conversation with Donna Haraway and Anna Tsing. *EdgeEffects*, 18 June, 2019.

da monocultura”.<sup>4</sup> Apesar de seu ensaio ter proposto um estudo ecológico do Nordeste do Brasil, o Mestre de Apipucos admitiu, no prefácio à primeira edição, que seu centro de interesse era na verdade o homem, “fundador de lavoura e transplantador e criador de valores à sombra da agricultura, ou antes, da monocultura da cana”.<sup>5</sup> De fato, não seria incorreto dizer que *Nordeste* é um livro que centra muito mais forças sobre a cultura e as sociedades humanas do que sobre as interações ecológicas no mundo natural mais amplo e seus desdobramentos no espaço açucareiro. De fato, o que ele propõe é muito mais aquilo que poderíamos chamar de uma ecologia social ou ecologia cultural do açúcar.

Um decênio depois do lançamento de *Terres du sucre*<sup>6</sup> – obra que teria influenciado Fernand Braudel durante a escrita de *O Mediterrâneo e o mundo mediterrâneo na época de Felipe II* (1949), considerado por muitos o livro de história mais importante do século xx e um dos precursores da história ambiental – Josué de Castro publicou *Geografia da fome*. Para ele, a “monocultura intempestiva” introduzida pelos colonizadores nas terras do Nordeste “destruiu quase que inteiramente o revestimento vivo, vegetal e animais, subvertendo por completo o equilíbrio ecológico da paisagem”,<sup>7</sup> sacrificando todas as outras possibilidades ao plantio exclusivo da cana. Isso foi basicamente tudo o que o geógrafo escreveu sobre ecologia nesta célebre e importante obra. Já nos anos 1980, Manuel Correia de Andrade mencionou, também *en passant*, o “elevado custo ecológico” e o “forte impacto sobre o meio natural” provocados pelo

---

4 FREYRE, Gilberto. *Nordeste: aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do Nordeste do Brasil* [1936]. 7. ed. rev. São Paulo: Global, p. 80, 2004.

5 *Idem*, p. 37.

6 Título que recebeu *Nordeste* em sua tradução, pela Gallimard, para o francês em 2012.

7 CASTRO, Josué de. *Geografia da fome: o dilema brasileiro: pão ou aço* [1946]. Rio de Janeiro: Edições Antares, p. 115, 1984.

crescimento econômico do setor sucroenergético, destacando a necessidade urgente de “estudos a respeito do problema da degradação do meio ambiente e da poluição”, bem como de uma política ecológica que obrig[asse] as empresas a “respeitar as leis de proteção ao meio ambiente”.<sup>8</sup> Nesta literatura, e em tudo mais o que se produziu sobre o açúcar durante o século xx, aquilo que nós historiadores ambientais chamamos de mundo natural não humano (que envolve uma complexa rede de relações e interdependência entre sujeitos de diversas espécies animais e vegetais) foi de maneira geral reduzido a grandes e genéricas entidades como terras, propriedades, canaviais, matas, rios, etc.

Foi apenas no início deste século que um olhar mais ambiental foi lançado sobre a história do açúcar, quando o brasileiro Thomas Rogers publicou os primeiros estudos articulando trabalho e ambiente. Amparado em referenciais das ciências agrônômicas, Thomas tentou contextualizar o processo de profissionalização da agronomia na indústria açucareira durante os anos 1950/60, destacar o papel dos cientistas no desenvolvimento de novas variedades de cana e discutir seus impactos mais gerais no mundo do trabalho. Além disso, analisou os discursos literários, memorialísticos e acadêmicos da classe dominante e chegou à conclusão de que na mente de *senhores de engenho* e usineiros, os trabalhadores compunham o que denominou “*laboring landscapes*”.<sup>9</sup> Para a classe patronal, matas, rios, canaviais, bois e trabalhadores pertenciam à mesma “paisagem que trabalha”. Quase como uma vocação natural, todos esses elementos estariam predestinados, na visão das elites, a servir à *plantation*. Na narrativa construída por Thomas Rogers, trabalho e ambiente

---

8 ANDRADE, Manuel Correia de. Área do sistema canavieiro. Recife: Sudene, p. 81, 1988.

9 ROGERS, Thomas D. Geneticistas da gramínea doce em campos decadentes: variedades de cana-de-açúcar, agrônomos e plantadores na abordagem da modernização agrícola (1930-1964). *Clio - Revista de Pesquisa Histórica*, n. 26.2, 2008.

são inseparáveis, como o eram na vida e na mente de milhares de trabalhadores nos canaviais.<sup>10</sup> Ainda que essa sofisticada maneira de interpretar o Nordeste açucareiro tenha permitido que um novo debate fosse lançado, com a possibilidade de pensar a história social do trabalho em profunda conexão com o ambiente, Thomas se dedicou, sobretudo, ao campo das ideias, àquilo que a literatura vem chamando terceiro nível da história ambiental (*cognição*).<sup>11</sup> Em 2014, Diogo de Carvalho Cabral, em *Na presença da floresta: Mata Atlântica e história colonial*, se esforçou para tornar nítido o papel da cana-de-açúcar (uma “usina biológica de emergência”, em suas palavras) na dinâmica florestal da costa brasileira. Inspirado na obra de Warren Dean,<sup>12</sup> Diogo Cabral inseriu a biologia da gramínea doce nos estudos sobre a Mata Atlântica, inaugurando uma nova perspectiva na historiografia nacional. Ainda que não tenha se aprofundado nas dinâmicas e processos ecológicos da produção de açúcar propriamente, ele propôs uma leitura inovadora do processo de colonização, considerando a floresta como uma entidade complexa com a qual os europeus tiveram de “negociar”.

Minha proposta neste texto é descer até os níveis mais elementares (que podemos chamar de *ecologia e produção*) da experiência dos sujeitos humanos e não humanos sobre o espaço, aqueles da materialidade mais crua, onde todas as espécies vegetais e animais emergem como protagonistas e são encaradas como entes que se relacionam horizontalmente<sup>13</sup> naquilo que os ecólogos chamam de

---

10 ROGERS, Thomas D. *As feridas mais profundas: uma história do trabalho e do ambiente do açúcar no Nordeste do Brasil*. São Paulo: UNESP, 2017.

11 WORSTER, Donald. Para fazer história ambiental. *Estudos Históricos*, v. 4, n. 8, 1991.

12 DEAN, Warren. *A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

13 CABRAL, Diogo de Carvalho. Horizontality, negotiation, and emergence: toward a philosophy of environmental history. *HALAC – Historia Ambiental, Latinoamericana y Caribeña*, v. 11, n. 3, p. 234-258, 2021.

diversos níveis tróficos. Para tanto, é importante que fique claro que a ideia central aqui não é simplesmente ampliar o número de atores, descrever suas morfologias, habitats, ciclos de vida, comportamentos, formas de reprodução, etc., mas compreender suas interações no espaço ao longo do tempo.

### Colocando a cana na história do açúcar

A cana-de-açúcar é uma gramínea perene pertencente ao gênero *Saccharum*. Com caules robustos, fibrosos e ricos em sacarose – dissacarídeo composto por uma molécula de glicose e uma de frutose, principal ingrediente na fabricação de açúcar (carboidrato cristalizado comestível utilizado para adoçar alimentos sem alterar seus sabores) – ela é uma espécie vegetal foto e termossensível, o que significa que ela precisa de luz e temperatura ideais para se manter viva.<sup>14</sup> Capaz de se reproduzir tanto sexuada quanto assexuadamente, a cana tem seu ciclo fenológico normal composto por quatro estágios (brotação, perfilhamento, maturação e floração) sobre os quais incidem diversos fatores, como: genética da planta, textura e estrutura do solo, adubação, velocidade dos ventos, plantas daninhas competidoras, doenças, pragas, umidade, temperatura, intensidade luminosa, topografia, etc.

Em caso de reprodução vegetativa, interferem ainda a idade e a concentração de nutrientes nos chamados rebolos (fragmentos de colmo maduro), o tipo de tratamento que recebem antes de serem enterrados, o espaçamento entre eles, a quantidade de terra usada para cobri-los, etc. A fase da brotação, vinte a trinta dias após o plantio, é o momento em que o fragmento de colmo enterrado cria

---

14 MOZAMBANI, A. E. *et al.* História e morfologia da cana-de-açúcar. In: SEGATO, S. V. *et al.* *Atualização em produção de cana-de-açúcar*. Piracicaba: Cadernos Planalsucar, 2006.

raízes, tornando a planta apta a absorver água e nutrientes do solo. Em seguida, na etapa de perfilhamento, entre 90 e 120 dias após o plantio, a quase totalidade do sistema radicular da cana encontra-se nos primeiros 30 cm do solo. À medida que amadurecem, os colmos que conseguem sobreviver à forte competição da fase de perfilhamento continuam se desenvolvendo e passam a acumular cada vez mais sacarose em seus internódios. A floração e a produção de fruto, momento que marca a passagem do estado vegetativo para o reprodutivo, é a última etapa do ciclo de vida da cana e o único mecanismo natural que ela tem para garantir a adaptação e perpetuação da espécie.<sup>15</sup>

Toda planta precisa de nutrientes para seu crescimento e desenvolvimento. Com a cana não é diferente. Distúrbios nutricionais pela falta ou excesso de algum elemento químico podem se refletir na produtividade (proporção de fitomassa por unidade de área), qualidade (riqueza de sacarose por colmo) e longevidade da cana. Na verdade, “os micronutrientes desempenham funções vitais no metabolismo das plantas”.<sup>16</sup> O boro (B), por exemplo, pode acelerar ou retardar o desenvolvimento das raízes e interferir no transporte de açúcar, o cobre (Cu) aumenta a resistência a diversas doenças, o silício (Si) é capaz de produzir modificações anatômicas nos tecidos das folhas e formar células epidérmicas mais espessas que funcionam como uma barreira mecânica à invasão de fungos, dificultando o ataque de insetos sugadores e mastigadores.<sup>17</sup>

---

15 SEGATO, S. V.; MATTIUZ, C. F.; MOZAMBANI, A. E. Aspectos fenológicos da cana-de-açúcar. In: SEGATO, S. V. et al. *Atualização em produção de cana-de-açúcar*. op. cit.

16 VITTI, G. C.; QUEIROZ, F. E. C.; QUINTINO, T. A. Micronutrientes na cana-de-açúcar: mitos e realidades. *Anais 2º Simpósio de Tecnologia de Produção de cana-de-açúcar*. Piracicaba, SP, 2005.

17 WANGER, Dalcimar R. B. *Silício na produtividade e no controle da cigarrinha das raízes *Mahanarva finbriolata* em cana-de-açúcar*. 2007. Dissertação (Mestrado em Ciências Agrárias) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, p. 15, 2007.

Em todo esse processo atuam, através do que a Biologia chama de serviços ecossistêmicos, microrganismos benéficos (como fungos e bactérias) que colaboram na clivagem de nutrientes presentes no solo, no crescimento vegetal e na ampliação da resistência às principais doenças e pragas, semelhantemente ao que ocorre em nosso trato digestivo, colonizado por centenas de milhares de bactérias que nos ajudam a melhor absorver os nutrientes dos alimentos que consumimos e a metabolizar as sobras que em breve serão eliminadas junto às fezes. Ocorre que no caso da cana, espécies pioneiras e oportunistas se beneficiam da preparação do solo onde serão cultivadas as mudas e competem com elas, seja passivamente, através da disputa direta por recursos, como espaço, água, luz e nutrientes, seja ativamente, quando excretam substâncias para inibir que a cana utilize os recursos disputados na competição. As ervas daninhas, como são vulgarmente conhecidas, são extremamente agressivas, e depois de um curto período de convivência, rapidamente infestam o canavial, absorvendo comumente mais nutrientes do que precisam, por isso são também denominadas “plantas egoístas”. Solos com baixa capacidade de retenção hídrica são seus ambientes prediletos, pois rapidamente absorvem a água disponível na superfície, impedindo que desçam até áreas mais profundas, onde beneficiariam espécies com um sistema radicular mais desenvolvido. É a grande variabilidade genética, sobretudo, o que confere a essas espécies “invasoras” notável capacidade de reprodução. Altamente resistentes, algumas ervas daninhas são capazes de ficar dormentes por até 50 anos sem perder a viabilidade.<sup>18</sup> Além de competir com a cana por nutrientes, estas plantas pioneiras também podem ser hospedeiras de patógenos que causam diversas doenças na cana.

---

18 AZANIA, C. A. M.; AZANIA, A. A. P. M.; FURTADO, D. Biologia e manejo de plantas daninhas em cana-de-açúcar. In: SEGATO, S. V. *et al.* *Atualização em produção de cana-de-açúcar. op. cit.*



Trazida para o ocidente pelos árabes (*sugar followed the Koran*, como Sidney Mintz afirmou),<sup>19</sup> foi Colombo quem primeiro levou a cana para a América em sua segunda viagem, em 1493. Introduzida nas terras tupiniquins pelos portugueses no início do processo de colonização, no século XVI, a cana-de-açúcar se adaptou ao solo e clima do Brasil sem grandes dificuldades. Como nessa época a demanda por açúcar nos mercados europeus era regular e crescente, logo se tornou o maior motor demográfico da economia capitalista, deslocando para as Américas centenas de milhares de africanos para o trabalho forçado em regime de escravidão.

O modelo produtivo adotado pelos colonizadores foi, desde sempre, aquele a que designamos monocultura, agroecossistema que se baseia no cultivo de uma única espécie vegetal no mesmo tempo e no mesmo espaço. Altamente artificial e instável, pois perturba e subverte a lógica dos ambientes naturais onde múltiplas espécies coexistem em equilíbrio, a monocultura é uma aberração em termos ecológicos. Ela simplifica, em nome de interesses econômicos, ecossistemas complexos e dinâmicos. No entanto, exceto pelos inconvenientes inerentes a qualquer atividade agrícola, esse modelo não apresentou claros sinais de problemas até a segunda metade do século XIX. Durante esse período, a chamada cana crioula, ou da terra, compartilhou o espaço com grandes estratos de mata atlântica, aproveitando-se do equilíbrio ecológico que a proximidade da floresta apresentava, pois nesse contexto ela dispunha de um número maior de polinizadores e um número menor de pragas e patógenos, pela competição e abundância de “inimigos naturais” a que estavam sujeitas. Na verdade, até a introdução de novas cultivares (híbridos

---

19 MINTZ, Sidney W. *Sweetness and power*. New York: Viking Penguin, p. 25, 1985.

projetados para atender determinadas características agrícolas desejáveis) como a cana caiana, a instalação das usinas e do sistema ferroviário – que trouxeram consigo a aceleração do processo de desmatamento no final do XIX – a manutenção das matas nas proximidades dos canaviais era um imperativo à própria economia açucareira, pois sem lenha para as fornalhas, madeira para as engrenagens do engenho, para os carros de boi, caixotes de açúcar e embarcações que transportavam a produção pelos rios, etc., a economia açucareira entraria em colapso.

Durante todo o período colonial e parte do imperial a monocultura da cana não era tão *mono* quanto se supõe.<sup>20</sup> Na verdade, manchas vegetais da floresta tropical funcionavam como ilhas que favoreciam a movimentação de competidores e “inimigos naturais” daquelas espécies que se alimentavam da cana, regulando suas populações e evitando que se tornassem pragas, como ocorreu nesse mesmo período em diversas ilhas do Caribe que tão cedo devastaram suas matas e adotaram a monocultura plena.<sup>21</sup> Isso explica porque não encontramos, na documentação colonial, relatos de epidemias e pragas nos canaviais. Com base nos conhecimentos que a ciência ecológica tem hoje acumulado, podemos dizer sem exageros que a proximidade com as matas salvou os canaviais por quase quatrocentos anos. Em condições naturais, energia e nutrientes se deslocam de maneira equilibrada pelos diversos níveis de uma cadeia trófica.<sup>22</sup> Depois de converter radiação solar em energia química e concentrá-la

---

20 BARRETO, Cristiane Gomes. *Devastação e proteção da Mata Atlântica nordestina: formação da paisagem e políticas ambientais*. 2013. Tese (Doutorado pelo Centro de Desenvolvimento Sustentável) – Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

21 MULCAHY, Matthew; SCHWARTZ, Stuart. Nature's battalions: insects as agricultural pests in the Early Modern Caribbean. *William and Mary Quarterly*, 75: 3, 2018.

22 LOVATTO, P. B.; SCHIEDECK, G.; GARCIA, F. R. M. A interação co-evolutiva entre insetos e plantas como estratégia ao manejo agroecológico em agroecossistemas sustentáveis. *Interciencia*, 37(9), p. 657-663, 2012.

na forma de sacarose, a matéria orgânica vegetal da cana serve de alimento tanto para o homem quanto para outros animais fitófagos (sobretudo insetos). Estes, por sua vez, têm sua população regulada por diversos fatores<sup>23</sup> intrínsecos e inerentes à espécie, como taxa de reprodução, habilidade de migrar, capacidade de adaptação a novos habitats, etc., e extrínsecos, ecológicos, de natureza física (temperatura, umidade etc.) e de natureza biológica (competidores, parasitas e predadores). Os organismos que regulam a população das espécies que se alimentam da cana evitam que se tornem pragas e desempenham uma função vital na manutenção de um canavial e de sua saúde. São eles: pássaros, sapos, morcegos, aranhas, insetos, além de diversos fungos e bactérias.<sup>24</sup>

O intenso desmatamento do final do XIX subverteu completamente todo esse equilíbrio instável. Como as áreas antes ocupadas por matas foram devastadas para ceder lugar à monocultura canavieira, sistema simplificado com baixíssima diversidade biológica, a população de alguns animais mais adaptados (sobretudo insetos), antes controlada por competidores e “inimigos naturais” que se abrigavam nesses fragmentos verdes (como predadores e parasitoides que sobretudo na fase adulta dependem de ambientes com maior diversidade florística, pois se alimentam de néctares florais e outras substâncias açucaradas presentes em frutos e folhas), tornaram-se pragas. Estudos dos anos 1950 registraram, por exemplo, que a população média de besouros e *pão de galinha* (larvas do besouro *Ligyris*

---

23 MENEZES, E. L. Aguiar; MENEZES, E. B. Bases Ecológicas das Interações entre Insetos e Plantas no Manejo Ecológico de Pragas Agrícolas. In: AQUINO, A. M.; ASSIS, R. L. (ed.). *Agroecologia: princípios e técnicas para uma agricultura orgânica Sustentável*. Brasília, DF; Embrapa Informação Tecnológica, 2005.

24 A literatura tem demonstrado que o número de espécies listadas como pragas da cana cresce na mesma proporção que a área de monocultura plantada. Ver: STRONG JR, D. R.; MCCOY, E. D.; REY, J. R. Time and the number of herbivore species: the pests of sugarcane. *Ecology*, 5, p. 167-175, 1977.

*fossator* que corroíam as raízes e matavam a cana) em um terreno infestado era de 700 mil insetos por hectare. Mas o desmatamento não afetava apenas as populações de insetos. Sem áreas verdes que pudessem abrigar seus “inimigos naturais” (como gaviões, corujas, raposas, cobras, etc.), diversas espécies de ratos infestavam os canaviais, causando grandes prejuízos, pois encontravam ali fonte abundante de alimentos sem competidores. As fissuras provocadas pelas larvas, insetos e roedores nos tecidos da cana, sobretudo no colmo, favoreciam a penetração de fungos, bactérias e vírus, microrganismos patogênicos que por não evoluírem junto com as novas cultivares (mais suscetíveis e menos resistentes) provocavam diversas doenças e levavam a surtos epidêmicos em zonas agrícolas inteiras.

Mais de cem doenças já foram catalogadas em monoculturas de cana-de-açúcar em todo o mundo.<sup>25</sup> O vírus causador do mosaico, por exemplo, pode ser transmitido por mais de vinte espécies de pulgões, assim como plantas daninhas infectadas que se tornam hospedeiros alternativos.<sup>26</sup> Diversas bactérias também são capazes de sobreviver no solo por longos períodos. A *Xanthomonas albilineans* e a *Pseudomonas rubrilineans*, por exemplo, responsáveis pela escaldadura das folhas e estrias vermelhas, respectivamente, podem ser transmitidas por longas distâncias através dos ventos e das chuvas. Depois de contaminar um único facão no momento da colheita da cana, a bactéria *Leifsonia xyli*, subsp. *Xyli*, causadora do raquitismo da soqueira, é capaz de se espalhar por centenas de novas touceiras sadias que são cortadas na sequência. Muitos fungos também são altamente resistentes e podem permanecer latentes no ambiente ou no próprio tecido vegetal da cana até surgirem condições adequadas para seu desenvolvimento.

---

25 MACCHENORI, W.; MATSUOKA, S. Manejo das principais doenças da cana-de-açúcar. In: SEGATO, S. V. et al. *Atualização em produção de cana-de-açúcar*. op. cit.

26 *Idem*, p. 239.

Para ter uma ideia, acredita-se que o *Puccinia melanocephala* (responsável pela ferrugem, doença que provoca rompimento da epiderme das folhas, reduzindo a capacidade fotossintética da cana) tenha chegado ao Brasil através de correntes aéreas vindas do continente africano,<sup>27</sup> talvez as mesmas que respondem pelo transporte, por mais de 2,5 mil quilômetros de distância, da chamada poeira do Saara, que leva nutrientes até a Amazônia, compensando as perdas provocadas pelas intensas chuvas e inundações e assim ajudam na fertilização e crescimentos das plantas presentes na floresta equatorial. O *Colletotrichum falcatum*, fungo da podridão vermelha, que pode sobreviver por muitos anos no solo e em restos culturais, provoca danos internos que podem passar despercebidos sobretudo em estágios iniciais de desenvolvimento da cana. Essa doença pode levar a uma perda de até 70% da sacarose que deveria ser concentrada no colmo. Em 1957, um relatório da Comissão de combate às pragas da cana-de-açúcar revelou que no estado de Pernambuco, o maior produtor de açúcar do Nordeste nessa época, o rendimento cultural médio da cana era um dos mais baixos do mundo, pois até 80% das gemas apodreciam devido à qualidade da cana, preparo e fertilidade do solo, e sobretudo as pragas e doenças que destruíam suas reservas alimentícias e tecidos antes que elas crescessem, ou reduziam e atrasavam sua germinação.<sup>28</sup>

É importante dizer que tudo isso se tornava ainda mais grave devido ao fato, talvez irrelevante para a maioria dos meus colegas historiadores, de que em cultivos comerciais a floração não é desejável, pois durante esse processo a planta utiliza boa parte da energia que deveria ser armazenada na forma de sacarose nos entrenós próximos

---

27 *Idem.*

28 DANTAS, Bento. *Melhore a germinação e aumente a produção com o tratamento fungicida dos rebolos*. Recife: Comissão de Combate às Pragas da Cana de Açúcar, Publicação nº 4, 1957.

ao ápice reprodutivo. Isso provoca diminuição do volume de caldo, perda na porcentagem de açúcar e aumento de fibra e bagaço. Assim, ao longo do século xx, os produtores, por meio do que chamam “melhoramento genético” (na verdade um pioramento genético) passaram a interferir nos mecanismos reprodutivos da cana, projetando cultivares com menor potencial florífero e tornando-a incapaz de evoluir e se adaptar por si mesma.<sup>29</sup> O que tudo isso significa é que o canavial moderno é uma entidade altamente dependente, composta por indivíduos com material genético empobrecido. Ele é um ecossistema artificial simplificado, incapaz de criar mecanismos naturais de proteção da cana contra seus “inimigos”, pois a eliminação quase completa da biodiversidade inibe os serviços de regulação de pragas e doenças.<sup>30</sup> Como os biólogos têm demonstrado, “uma trama de relações tróficas mais complexas confere ao sistema um dinamismo intrínseco que garante a estabilidade funcional e impede a monopolização dos recursos por uma ou poucas espécies”.<sup>31</sup>

### Algumas implicações teóricas

A despeito do fato de que todas essas questões são fascinantes para qualquer pessoa minimamente curiosa, o mais importante aqui é compreender que em essência, a história da *plantation* foi ao mesmo tempo uma história da tentativa da classe economicamente dominante controlar a natureza (ou aquilo que entendia como “recursos naturais”, incluindo diversas espécies de vegetais, animais não

---

29 ARALDI, Rosilaine *et al.* Florescimento em cana-de-açúcar. *Ciência Rural*, v. 40, n. 3, 2010.

30 GLIESSMAN, S. R. *Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável*. Porto Alegre: Editorial UFRGS, 2000.

31 LOVATTO, P. B.; SCHIEDECK, G.; GARCIA, F. R. M. A interação co-evolutiva entre insetos e plantas como estratégia ao manejo agroecológico em agroecossistemas sustentáveis. *op. cit.*, p. 660.

humanos e até os trabalhadores) e seu notório fracasso. Na ânsia por criar ecossistemas artificiais, os produtores perdiam o controle sobre diversas variáveis. Isso permitia que emergisse desse processo diversas espécies animais e vegetais que passaram a compartilhar o protagonismo na sociedade açucareira, determinando muitas vezes os rumos da economia e os caminhos percorridos pela ciência. Ao longo de todo o século xx, diversas estações experimentais, comissões e grupos de estudos foram criados com o objetivo de gerar cultivares mais resistentes e tentar encontrar as soluções mais viáveis economicamente aos problemas da agroindústria. Ao longo de todo o século xx, autoridades dos diversos níveis federativos se uniram a empresários e cientistas para estudar a melhor forma de combater os “inimigos da cana”. Jornais de grande circulação noticiavam quase que semanalmente o apocalipse que se aproximava junto das pragas. Eles publicavam mais matérias sobre insetos, pragas e doenças da cana do que sobre as condições de trabalho e a vida miserável dos *moradores de engenho* no interior dessas unidades produtivas isoladas e afastadas de toda autoridade pública.<sup>32</sup> Ao longo de todo o século xx, centenas de milhares de trabalhadores rurais (incluindo crianças, idosos e gestantes) eram coagidos, por meio de ameaças, agressões físicas e até assassinatos para o exercício de novas atividades criadas a partir desses problemas ambientais: limpezas mais frequentes dos terrenos, instalação noturna de armadilhas para insetos e outras pragas, aplicação de inseticidas (na maioria das vezes sem treinamento adequado e equipamentos de proteção individual) e até a catação manual de insetos e larvas, etc. Manter o canavial a salvo de todos os seus “inimigos” era uma tarefa que demandava muito tempo e energia. Ou seja, a ecologia da cana afetava diretamente a

---

32 FERREIRA FILHO, José Marcelo M. *Arquitetura espacial da plantation açucareira no Nordeste do Brasil (Pernambuco, século xx)*. 2. ed. ampliada. Recife: Editora UFPE, 2022.

vida dos trabalhadores. Nesse contexto de pragas e doenças, cortar cana era apenas uma das dezenas de atividades que compunham o cotidiano de um canavieiro. Chamá-los simplesmente de “cortadores de cana” pode induzir a um erro conceitual grave para nós historiadores ambientais: de acreditar que a cana brotava sozinha e que seu trabalho seria apenas cortá-la.

Repensar a história do açúcar a partir de um enfoque ambiental, portanto, nos leva a perceber que a *plantation* não era apenas lutas de classes (ainda que também o fosse), ela não era simplesmente um espaço onde apenas humanos se relacionavam, senão a materialização de uma longa e complexa história de interações (harmônicas e desarmônicas) entre ambientes e sociedades (humanas e não humanas),<sup>33</sup> formando o que podemos chamar de complexo e sofisticado sistema de sistemas de encadeamentos recíprocos. Em qualquer ambiente, as populações de diversas espécies estão sujeitas a interagirem entre si e essas interações podem ocorrer quando os indivíduos da comunidade têm recursos ou condições em comum ou quando alguns são o recurso e a condição de outros. Essas relações geram sempre benefícios (positivos ou negativos) para aqueles que delas participam. Isso significa que em um contexto ecológico, nenhuma espécie existe isoladamente, mas faz “parte de um único sistema complexo e interdependente com outros organismos, de tal maneira que a dinâmica de todos é afetada mutuamente”.<sup>34</sup>

Assim que quando estamos diante de dinâmicas que envolvem *i*) a cana-de-açúcar como produtor, *ii*) os insetos fitófagos como consumidores primários, *iii*) os grupos humanos como seus competidores

---

33 Não faz mal lembrar aos meus colegas historiadores que a espécie humana não é a única que possui *eusocialidade*, isto é, um alto grau de organização social incluindo a capacidade de empreender cooperação no esforço reprodutivo e divisão e especialização do trabalho.

34 SILVA, G. *et al.* Interação tritrófica: aspectos gerais e suas implicações no manejo integrado de pragas. *Nucleus*, v. 9, n. 1, p. 43, 2012.

de primeira ordem e *iv*) os “inimigos naturais” (ainda que introduzidos pelos humanos) dos insetos como predadores imediatos, estamos diante de interações multitróficas complexas em que o comportamento de uma espécie afeta todo o sistema com desdobramentos quase impossíveis de serem calculados. Ademais, quando *i*) a atitude ecocida dos humanos promove a devastação de ecossistemas que levaram centenas de milhares de anos pra se constituir (através de um complexo processo de coevolução das espécies que lhes constitui), *ii*) quando eles substituem florestas inteiras por monoculturas, *iii*) quando criam novas cultivares de cana (acelerando artificialmente um processo evolutivo que deveria responder a pressões seletivas na longa duração) e *iv*) quando essas criações provocam o aumento desenfreado de populações de insetos que se tornam pragas, *v*) quando os humanos introduzem artificialmente competidores naturais para combatê-las, *vi*) quando essas mesmas pragas se tornam vetores de patógenos que provocam inúmeras doenças na espécie vegetal que eles mesmos introduziram e queriam fazer prosperar, *vii*) quando tudo isso afeta as relações sociais, a economia e até a política nacional... estamos diante de um problema complexo que exige teorias e respostas complexas que apenas a interdisciplinaridade (um dos pressupostos da história ambiental) pode dar conta.

Uma das lições que podemos extrair dessas reflexões é que, de um ponto de vista ambiental, os modelos explicativos de qualquer história (e a do açúcar não é diferente) não podem ser monocausais e refletir sistemas fechados, que lidam com o “ser”. A partir de uma visão dinâmica e integrativa, a *plantation* deve ser encarada como um sistema aberto que se constitui ao longo do seu próprio “tornar-se”. Nessa perspectiva, nenhum elemento desse sistema, nenhum sujeito humano ou não humano deve ser encarado como estado puro, substância ou essência, mas como processos e relações sempre inacabados. Como Diogo Cabral sugeriu, “chuvas torrenciais, tsunamis e

terremotos, tanto quanto massapés, serras gerais e angiospermas, não ‘mudam’ a história, *eles são história*”.<sup>35</sup> Antes de converter a natureza em instrumento para seus propósitos, os humanos submetem-se a uma dinâmica produtiva imanente ao próprio mundo natural. Tim Ingold levou esse raciocínio às últimas consequências quando defendeu que “o trabalho que os agricultores realizam em atividades como limpeza de campos, cercas, plantio, capina e assim por diante, ou cuidando de seu gado, não produz literalmente plantas e animais, mas antes estabelece as condições ambientais para seu crescimento e desenvolvimento”.<sup>36</sup> Cana-de-açúcar, insetos, bactérias e trabalhadores, portanto, são componentes dos ambientes uns dos outros, partícipes do mesmo mundo. Obviamente as intenções e estratégias humanas são constituídas no âmbito social das relações entre as pessoas (humanidade), distintos, portanto, do âmbito das relações ecológicas em que os seres humanos, como organismos biológicos (animalidade), se relacionam com outros organismos do mundo natural do qual fazem parte como sujeitos. O desafio do historiador ambiental é navegar através da interseção entre essas duas dimensões do mesmo mundo.

### **Algumas palavras finais: toda história é história ambiental**

Nenhuma sociedade humana sobrevive sem interagir com a parte não humana do mundo. A história (qualquer história) que não considera os elementos não humanos é quase sempre parcial e incompleta, pois como afirmou William Cronon, “a maior parte das atividades humanas tem consequências ambientais e as mudanças

---

35 CABRAL, Diogo de Carvalho. No mutirão da vida: pensando como um historiador ambiental. *Desenvolv. Meio Ambiente*, v. 31, p. 152, 2014.

36 INGOLD, Tim. On the Distinction between Evolution and History. *Social Evolution & History*. 1(1): 5-24, p. 19, 2002.

nos sistemas naturais quase inevitavelmente afetam os seres humanos”.<sup>37</sup> A ideia – comumente compartilhada pela maior parte dos historiadores que pensam ser capazes de compreender as sociedades humanas do passado sem conectá-las à materialidade, e aplicam aquilo que José Augusto Pádua<sup>38</sup> chamou de “enfoque flutuante” – de que o mundo natural não humano (e suas dinâmicas) é um simples pano de fundo para a história não é apenas incompleta, mas também equivocada. Como Claudia Leal<sup>39</sup> nos previne, “sem uma perspectiva ambiental não seremos capazes de ver a história em toda a sua complexidade”.

De fato, a história como disciplina já foi definida de muitas maneiras. Permitam-me a partir do que foi até aqui discutido propor mais uma. História é interações ecológicas intra e interespecíficas (harmônicas e desarmônicas), projetadas no espaço-tempo, percebidas, significadas e em última instância narradas por humanos.<sup>40</sup> Isso significa dizer que toda história é ambiental, esteja o pesquisador consciente ou não desse fato. Obviamente, definindo-a desta maneira, minha intenção aqui não é negar todas as outras formas de fazê-la e narrá-la, senão propor o desafio aos outros campos historiográficos de pensar seus objetos de pesquisa e considerar sempre as variáveis ambientais envolvidas. Certamente se surpreenderão ao descobrir, por exemplo, que é impossível fazer uma história

---

37 CRONON, William. The uses of environmental history. *Environmental History Review*, v. 17, n. 3, p. 13, Autumn, 1993.

38 PÁDUA, José Augusto. As bases teóricas da história ambiental. *Estud. Av.*, v. 23, n. 68, 2010.

39 LEAL, Claudia. Aguzar la mirada colectiva, el gran desafío de la historia ambiental latinoamericana. *Híst. Soc.* 36, p. 262, enero-junio de 2019.

40 FERREIRA FILHO, José Marcelo M. “Human–insect relations in Northeast Brazil’s twentieth-century sugar industry”. In: CABRAL, Diogo de Carvalho; VITAL, André Vasques; GASCÓN, Margarita. *More-than-human histories of Latin America and the Caribbean: decentering the human in environmental history*. London: University of London Press, 2024.

econômica da indústria têxtil sem considerar a matéria-prima dos tecidos por ela empregados (se de origem animal ou vegetal), pois como advertiu Richard Foltz, “qualquer história da economia da produção de lã não conta toda a história se não contar também a história das ovelhas. Pois ela também deve contar a história da água e das plantas que as ovelhas consomem, a terra que degradam, as doenças que adquirem e passam de outras espécies, e assim por diante”.<sup>41</sup>

Depois de expor toda a complexidade ambiental que envolve a aparentemente simples produção de açúcar (certamente para muitos, antes de ler esse texto, não parecia difícil a tarefa de plantar algumas mudas de cana, esperar alguns meses, cortá-las e espreme-las para retirar o suco que será cozido até virar cristais de açúcar), despercebida pela maior parte da historiografia convencional que abordou o tema por quase um século, minha intenção aqui foi pura e simplesmente propor o que agora deve parecer óbvio: colocar a cana na história do açúcar.

---

41 FOLTZ, Richard C. Does nature have historical agency? World history, environmental history, and how historians can help save the planet. *The History Teacher*, v. 37, n. 1, Special Feature Issue: Environmental History and National History Day 2003 Prize Essays, p. 11, 2003.

CAPÍTULO VIII

## Horto Florestal de Dois Irmãos

A cultura do eucalipto e a arborização da cidade do Recife entre as décadas de 1920 e 1930

*Patrícia Pinheiro de Melo*

*Raimundo Pereira Alencar Arrais*

Antes de se fixar em Pernambuco, precisamente no Recife, o austríaco Maximus Neumayer<sup>1</sup> passou por outros estados brasileiros. Desde pelo menos o final de 1913 ele se encontrava no Maranhão, fazendo palestras no Teatro São Luiz em torno de temas como a realidade europeia contemporânea, a Teosofia e suas impressões de viagens. Um jornal local anunciava a palestra de novembro como “Uma viagem através do mundo: Europa, Turquia, Egito, Jeruzalem, China, Japão, Índia e outros países”, ilustrada com “vistas” e “projeções luminosas”. Era apresentado como um distinto sábio, etnógrafo, geógrafo e economista, que inspirara o respeito da sociedade local. Ali, no Maranhão, ele anunciou sua intenção de escrever um livro sobre “o passado, o presente e o futuro dos Estados Unidos

---

1 Esse nome sofre variações de grafia nos testemunhos que pesquisamos. Em geral, os jornais do Recife grafam Neumeyer, mas na proposta encaminhada ao governo, ele próprio assina Neumayer.

do Brazil”, numa época em que se multiplicavam os diagnósticos dos intelectuais brasileiros sobre o país, aos quais se somavam as contribuições de estrangeiros.<sup>2</sup>

À medida que foi se transferindo de um lugar para outro, ao que tudo indica ele foi alterando seus projetos pessoais. Em abril de 1919, Neumayer se encontrava na capital do Rio Grande do Norte. Foi a partir da cidade de Natal que ele elaborou a proposta dirigida ao governo de Pernambuco, datada de 5 de abril do mesmo ano.

O austríaco procurava aproveitar o estímulo que o governo federal formalizara no decreto número 12.897, lançado em 6 de março de 1918 pelo presidente Wenceslau Brás. O decreto presidencial trazia no *caput* seu objetivo e sua justificativa. Buscava-se atender à

necessidade de intensificar a cultura de essencias florestaes e especialmente a cultura do eucalypto, com o fim não só de corrigir a devastação das florestas nacionaes, mas ainda de obter combustivel e madeira para construcções, para dormentes e para outras applicações industriaes...<sup>3</sup>

Este texto indaga, de modo preliminar, a respeito dos primeiros anos de existência do Horto, instalado no bairro de Dois Irmãos na capital de Pernambuco, associando sua existência a um imperativo inicial, o cultivo do eucalipto, realizado por iniciativa privada e concessão obtida do Estado, com o fito de difundir o uso da espécie no reflorestamento de áreas agrárias, bem como na arborização de praças, jardins e quintais. A experiência inicial, como veremos, foi marcada pelo voluntarismo da parte do proponente, Maximus Neumayer. Em pouco tempo, a Repartição de Obras Públicas desfaz o contrato com o proponente, o cultivo do eucalipto é interrompido

---

2 Dr. Maximus Neumayer. *Pacotilha*, São Luiz do Maranhão, 10 nov. 1913.

3 Decreto n. 12.897, de 6 de março de 1918. “Estabelece medidas no intuito de intensificar a cultura de essencias florestaes”. *Diário Oficial da União*, Seção 1, 8 mar. 1918, p. 3155.

no Horto e a espécie, exótica à natureza local, não terá a expressão que se esperava nas obras de ajardinamento, num período de vastos melhoramentos urbanos na capital pernambucana.

A presença do eucalipto, bem como a do ficus – *benjamim ou elasticus* – outra planta exótica, encontrará seu opositor mais sistemático entre os intelectuais que constituíam o movimento regionalista e tradicionalista (e a seu modo modernista). O argumento dos regionalistas, formulado por Gilberto Freyre, se apoia sobre um postulado histórico-antropológico segundo o qual a estrutura econômica, social e cultural que se materializou numa vasta região (às vezes designada genericamente de “Nordeste açucareiro”) proveio de uma matriz original, decorrente de um processo de miscigenação e de adaptação humana à realidade dos trópicos no início da Era Moderna.

Esse argumento circulou na década de 1920 pela imprensa, pelos livros e pelos debates travados no meio intelectual recifense, aparecendo, ainda que parcialmente, no espaço urbano na forma de “natureza urbanizada”, com as condições instituídas pelo Estado pós-30 e o lugar que ele confere a essa natureza para servir ao projeto nacional. Natureza urbanizada no sentido que lhe atribui Françoise Choay, ao reconstituir o modo como, na história do Ocidente europeu, essa natureza, modelada por profissionais e que atende a imperativos estéticos, filosóficos e científicos, foi se revestindo de diferentes formas e funções que devem ser apreendidas pelo estudioso a partir da compreensão das diferentes conjunturas sociais dos séculos XVIII e XIX.<sup>4</sup>

Assim, operando no interior daquele “terceiro nível” que Donald Worster identifica no domínio da história ambiental, o do “encontro mais intangível, puramente mental, em que as percepções,

---

4 CHOAY, Françoise. A natureza urbanizada, a invenção dos “espaços verdes”. Trad. Eveline B. Kavakama. *Projeto História*, 18: *Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História*, v. 18, p. 103-106, 1999.

ideologias, ética, leis e mitos tornaram-se parte de um diálogo de indivíduos e de grupos com a natureza”,<sup>5</sup> procuraremos demonstrar como no caso do Recife no período em exame, com a paisagem urbana valorizada mediante investimentos materiais na forma de jardins, as espécies vegetais se revestem de significados atribuídos por grupos sociais ou movimentos culturais.<sup>6</sup> Partindo do princípio de que o sentimento dirigido à natureza é “ao mesmo tempo a expressão espontânea de uma necessidade, física e espiritual, da pessoa, e um facto social”, como afirma Charbonneau,<sup>7</sup> consideraremos a mudança decisiva que se revelará no meio recifense em relação aos usos do eucalipto em comparação com outras espécies arbóreas. A natureza no interior do espaço urbano se manifestará, neste ensaio, não apenas na sua dimensão estética ou higiênica, que imperou até meados da década de 1920, mas também, a partir dos anos 30, como a afirmação de um projeto de nação.<sup>8</sup>

Há algum tempo se falava em eucalipto (*Myrtaceae*) no estado de Pernambuco. O *Jornal do Recife*, em 1884, publicava uma notícia segundo a qual “cada vez mais se propaga o cultivo dessa planta útil” e transcrevia notícia de jornal norte-americano tratando do uso da planta nos Estados Unidos com a finalidade de dessecar alagadiços, observando porém que o eucalipto não devia ser plantado junto de poços, porque suas raízes absorviam a água das proximidades.<sup>9</sup> Nessa época, o cultivo do eucalipto era difundido a partir de uma rede de cientistas, cultivadores, propagadores, agricultores e

---

5 WORSTER, Donald. Transformações da terra: para uma perspectiva agroecológica na história. *Ambiente & Sociedade*, v. 5, n. 2, p. 26-27, 2002.

6 SEGAWA, Hugo. *Ao amor do público: jardins no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel, p. 218, 1996.

7 CHARBONNEAU, Bernard. *O jardim da Babilônia*. Trad. José Carlos C. Marques. Porto: Afrontamento, p. 133, 1988.

8 PONTUAL, Virgínia. O urbanismo no Recife: entre ideias e representações. *Revista brasileira de estudos urbanos e regionais*, n. 2, p. 90-91, 1999.

9 *Jornal do Recife*, Recife, 5 jul. 1884. ed. 129.

intelectuais, a partir de manuais especialmente dedicados ao tema, que se tornaram leitura predominante sobre o assunto.<sup>10</sup>

Aos poucos, a imprensa do Recife ia apresentando notícias de caráter informativo sobre os vários aspectos do eucalipto. Numa delas, intitulada “Algumas plantas que dão óleo para a culinária, para a medicina e para as indústrias”, o leitor aprendia que o eucalipto era conhecido também como “árvore da febre” e “gomeiro azul”, era originária da Austrália e pertencia à família das *Myrtaceae*. Tratava-se de uma planta “utilíssima”, e “para muitos povos do globo”, vinha sendo um verdadeiro prêmio da providência, “evitando as moléstias palustres, fornecendo-lhes remédios poderosos para o tratamento das febres e madeiras preciosas para as construções navaes e civis, e um importante ramo do comércio de exportação de madeiras.” A planta apresentava um desenvolvimento rápido, alcançava proporções gigantes, tinha folhas longas e formava grandes copas. Nada melhor do que o eucalipto para ser cultivado em terrenos úmidos, ajudando a dessecar o solo e a purificar o ar.<sup>11</sup>

Essas razões recomendavam o cultivo do eucalipto em todo o país. Os ganhos que a planta prometia aos cofres do Estado eram elevadíssimos, como demonstraram os exemplos de São Paulo e Rio Grande do Sul, ainda mais considerando-se, na avaliação do jornal, o baixo valor com que cada muda seria fornecida pelo Horto ao governo de Pernambuco, segundo Neumayer. No Rio Grande do Sul, asseverava o jornal, o negócio havia se revelado tão atrativo

---

10 GARCÍA-PEREDA, Ignacio. Experts, study tours, arboretums and tree manuals: eucalyptus introduction in Portugal and its connections with Morocco and Spain In: *Entangled peripheries: new contributions to the history of Portugal and Morocco: essays in homage to Eva Maria von Kemnitz* [online]. Évora: Publicações do Cidehus, 2020.

11 No Horto Florestal. *Jornal Pequeno*, 3 de nov. 1919. ed. 251, nota em que Maximus Neumayer informa ter importado sementes de *Myrtaceae* da Califórnia, e O ‘Garden Party’ do Horto Florestal. *A Província*, 11 de fev. 1920. ed. 41.

que levava agricultores a abandonarem a lavoura do milho para se dedicarem ao cultivo do eucalipto.<sup>12</sup>

Numa época em que as transmissões telegráficas permitiam atender com certa rapidez à curiosidade dos leitores sobre os acontecimentos que ocorriam no mundo, das guerras às curas milagrosas, não havia textos suficientes nos jornais para contrabalançar o otimismo em torno dessa planta exótica, oriunda da Austrália e disseminada pela América do Norte. Nenhuma palavra se divulgava sobre eventuais inconvenientes do seu cultivo.<sup>13</sup>

O emprego do eucalipto era promissor na terapêutica de uma sociedade que ia conhecendo gradualmente a medicalização dos corpos, dominada pela saúde das coletividades, médicos, higienistas dedicados ao tratamento urbano, engenheiros e educadores figurando na linha de frente dessa luta. Proliferavam nos jornais os reclames publicitários sobre enfermidades que amedrontavam os indivíduos, difundiam-se os serviços médicos profissionais, expandiam-se as terapêuticas das mais diversas, exaltavam-se as qualidades de elixires, pomadas e pílulas. A pomada Eucaliptol, por exemplo, era encontrada na Farmácia Modelo, situada na rua Nova.<sup>14</sup> O eucalipto aparecia na fórmula do óleo aromatizante, desinfetante, cicatrizante para feridas, úlceras e enfermidades da garganta, entre outras. Era indicado também para “tosse, catarro e gripe”.<sup>15</sup> O eucalipto simplesmente podia ser utilizado, como estratégia da “medicina doméstica”, na forma de essência, no interior das residências, purificando o ar, matando os micróbios e evitando as doenças pulmonares.<sup>16</sup>

---

12 Seção Agrícola. Policultura. *Diario de Pernambuco*, Recife, 24 jan. 1903. ed. 19.

13 FARMER, Jared. *Trees in paradise: a California history*. New York: W. W. Norton, 2013.

14 Anuncio. *Diario de Pernambuco*, Recife, 30 ago 1916. ed. 271.

15 *Jornal do Recife*, Recife, 9 maio 1931. ed. 105; *Jornal do Recife*, Recife, 11 dez. 1932. ed. 276.

16 *Jornal Pequeno*, Recife, 10 mar. 1917. ed. 57.

Um padre brasileiro escreveu à Sociedade Mineira de Agricultores informando uma experiência exitosa que ele realizara com o uso de folhas de eucalipto para preservar o feijão do caruncho.<sup>17</sup>

Por outro lado, o apelo ao eucalipto chegava numa época em que certos produtores agrários e seus representantes traziam a público o problema da devastação das matas e a necessidade de sua recuperação, consequência da modernização introduzida na fase industrial do açúcar, quando “apesar da crise do mercado externo, o incentivo imperial e provincial para a construção de modernos engenhos e ferrovias que facilitassem o transporte de matéria-prima e dos produtos canavieiros deu novo fôlego ao setor açucareiro”. Como consequência dessa renovação técnica, grande parte da madeira das matas de Pernambuco “era utilizada para alimentar as caldeiras, que produziam o vapor necessário para a operação das indústrias, além das fornalhas dos banguês ainda existentes”. Outra parte “servia à construção das bitolas das linhas férreas e das fornos para a fermentação do caldo que produzia álcool e aguardente”.<sup>18</sup>

O deputado estadual Samuel Hardman, médico e proprietário de terras em Barreiros e Rio Formoso, advertia em 1903 contra o desmatamento que botara abaixo “nossas florestas seculares”, mas ele não chegava a condenar essa prática:

O fogo e o machado, átilas implacáveis, vão destruindo cegamente o precioso dote com que nos favoreceu a Providência. A plantação extensiva e esgotante vai exigindo novos terrenos e os nossos agricultores atiram-se às grandes derrubadas, que

---

17 J. C. publica carta de (Padre) Bento Luiz Gomes. As Folhas de Eucalyptos como Preservadores contra o Caruncho. *Revista de Pernambuco*. 10. ed. Recife, abril. 1925.

18 RODRIGUES, Gelze S. S. C.; ROSS, Jurandyr L. S. *A trajetória da cana-de-açúcar no Brasil: perspectivas geográfica, histórica e ambiental*. Uberlândia: EDUFU, p. 75, 2020.

têm como epílogo a carbonização e destruição completa de espécimes valiosíssimos da nossa flora incomparável.<sup>19</sup>

Hardman era partidário do repovoamento das florestas, como ocorria no que ele designava de “países civilizados”.<sup>20</sup> Em 29 de março de 1916, o projeto de lei número 60 foi apresentado na Câmara dos Deputados, propondo a criação do Serviço Florestal, com o objetivo de regular o corte de lenha e da madeira para uso geral, mediante o pagamento de imposto estadual pelo corte das árvores. A ideia era complementada pela sugestão de criação de um Horto Florestal para o desenvolvimento de um viveiro de mudas para arborização “criteriosa e estética”, visando o “embelezamento e refrigério da nova capital”.<sup>21</sup>

No ano seguinte, em mensagem dirigida à Assembleia Estadual, o governador Manoel Borba se mostrava convicto da necessidade de criação de um Horto Florestal, que diante da devastação das matas de madeira nobre, pudesse formar reservas de madeira, sugerindo que o Horto fosse estabelecido em alguma propriedade do Estado, como a de Dois Irmãos, e que estivesse subordinado à Escola de Agronomia, onde se selecionariam “as nossas melhores espécies”.<sup>22</sup> Até então, o Estado contava com uma “Escola Média de Agricultura”, situada em Socorro, um povoado de Jaboatão, próximo da estrada de ferro central de Pernambuco e distante 15 quilômetros do Recife.<sup>23</sup>

---

19 CARNEIRO, Raíssa Orestes. *Os “donos das florestas”*: código Florestal, debates políticos e direito de propriedade na discussão sobre a conservação das matas em Pernambuco (1889-1911). 2015. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, p. 140, 2015.

20 *Idem*, p. 143.

21 Nota Oficial. *Jornal Pequeno*, Recife, 29 mar. 1916. ed. 73.

22 *Mensagens do Governador Manoel Borba*, 6 mar. 917, Pernambuco, p. 22. In: Documentos da Biblioteca Nacional. [http://memoria.bn.br/pdf/720461/per720461\\_1919\\_00001.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/720461/per720461_1919_00001.pdf). Acesso em 17 jun. 2024.

23 GALVÃO, Sebastião de Vasconcelos. *Dicionário corográfico, histórico e estatístico de Pernambuco*. 2. ed. V. 4, Recife: CEPE, p. 129, 2006.

No último ano do seu governo, em 1917, Manoel Borba promoveu o Congresso de Prefeitos, realizado no Recife. Dois itens desse programa revelam como o plantio de árvores avultava como a solução para combater problemas associados, naquela época, ao mesmo tempo aos processos produtivos e à aglomeração urbana. De fato, um dos itens do programa do Congresso era “Medidas a adoptar contra a devastação das mattas e reflorestação; formação de Hortos florestais”, seguido de outro: “Medidas geraes de Hygiene e saneamento das cidades”.<sup>24</sup>

Em 1925, na *Revista de Pernambuco*, que dava publicidade às realizações do governador Sérgio Loreto (1922-1926), um artigo sem autoria identificada apontava os proprietários agrícolas como autores da “criminosa guerra” dirigida contra a riqueza florestal do Estado. O artigo fixava o início do processo de devastação na Primeira Grande Guerra, quando “a maioria das fabricas, usinas e estradas de ferro queimavam, junto com a lenha, grande quantidade de carvão de pedra”. Em decorrência, os proprietários se voltaram para as matas virgens, que segundo o articulista até então vinham sendo defendidas “com avareza indefinível”. A guerra e a devastação dela decorrente para satisfazer à fome de combustível foram acompanhadas da perda da atitude de “reverência pelas matas virgens”. O articulista acrescenta: “Houve época em que”, fossem ou não em busca de madeira para construção, “os engenhos valiam pela extensão de suas matas”.<sup>25</sup>

Como se vê, a proposta formulada por Maximus Neumayer parecia chegar em boa hora. As atenções se dirigiam para uma planta de

---

24 *Relatório dos Presidentes dos Estados Brasileiros*, documento referente a Pernambuco, 1917. Acesso em 12 ago. 2019: <http://memoria.bn.br/DocReader/720461/1716>. Acesso em 17 jun. 2024.

25 *As Nossas Mattas*. *Revista de Pernambuco*, ano 1, n. 12, Recife, jun. 1925. <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=212962&pagfis=700>. Acesso em 17 jun. 2024.

emprego amplo, capaz de satisfazer às duas ordens de necessidades imperiosas: enfrentar os problemas que ameaçavam o futuro da produção agrícola, combatendo as práticas tradicionais de cultivo, e ao mesmo tempo, nas áreas urbanas, fazer uso da recomposição da flora como parte das intervenções voltadas para prover sombras e ar puro. Além disso, o eucalipto seria bem-vindo no Recife, uma cidade cujo solo se caracterizava por intensa presença de pântanos, braços de rios e mangues, e já nos anos vinte proliferando neles as moradias dos pobres, na forma de mocambos.

Ademais, o eucalipto oferecia uma vantagem diretamente associada ao sistema produtivo, atendendo ao espírito de imediatismo que presidia a relação humana com o meio natural, correspondendo no plano mais geral a esse traço do pensamento ocidental antropocêntrico, em que “A ciência, a tecnologia e a educação daí surgidas não têm mais que o grosseiro sentido de garantir a reprodução ampliada e a ‘engorda para o abate’ constante e crescente do mundo das coisas.”<sup>26</sup> Em outras palavras, o reflorestamento não tinha como finalidade substituir a variedade de espécies consumidas pelas fornalhas das usinas, das estradas de ferro e do carvão vegetal, mas recobrir o solo com uma matéria-prima que pudesse ser reposta no menor prazo possível, para possibilitar a continuidade da extração e o consumo das madeiras. Estamos diante, portanto, de uma intenção de reflorestamento unicamente utilitária. A volúpia dos mercados, ao exigir que a natureza se reproduzisse “segundo o ritmo das máquinas” empurrando-a para o colapso, levou alguns observadores a se preocuparem com o futuro dos negócios, forçando uma reflexão sobre o desenvolvimento de soluções ‘racionais’, que permitissem o prolongamento da exploração daquilo que

---

26 ARAÚJO, Frederico Guilherme. *Saber sobre os homens, saber sobre as coisas: história e tempo, geografia e espaço, ecologia e natureza*. Rio de Janeiro: DP&A, p. 289, 2003.

consideravam um ‘recurso’, e evitasse a extinção total das árvores provedoras de madeira. O caso de Rio Claro, São Paulo, em 1909, revela isso: atendendo ao clamor público, a Estrada de Ferro Paulista contratou um engenheiro agrônomo para reflorestar e garantir o suprimento necessário à companhia. Os estudos do engenheiro o levaram a indicar o eucalipto como a espécie mais adequada àquelas necessidades.<sup>27</sup>

Com o Horto, Neumayer podia vender mudas ao governo, a agricultores e a moradores, e ainda prometia ao público um grande parque de recreio. A proposta, dirigida ao Secretário Geral do Estado de Pernambuco, apoiava-se sobre as irresistíveis vantagens sanitárias, econômicas e estéticas advindas do cultivo daquela espécie vegetal, que de certo modo já estavam circulando entre leitores de jornais e agricultores.

Na proposta apresentada ao governo, em 5 de abril de 1919, Maximus Neumayer se obrigava a instalar um horto florestal em forma de parque com plantas de eucaliptos em terreno cedido pelo Estado, localizado no arrabalde de Dois Irmãos. Na proposta que endereçou ao governo, Maximus Neumayer se comprometia tanto a criar sementeiras e viveiros de Eucaliptos para o plantio do horto, quanto a cultivar espécies adaptáveis a quaisquer terrenos, fossem secos ou úmidos, para quaisquer fins que fossem necessários, zelando das plantas até que completassem a idade de 18 meses, quando não necessitariam mais de cuidados.

Para tanto, o interessado prometia arcar com todas as despesas necessárias ao plantio e à conservação do cultivo, fazendo constar na proposta a exigência de habitar nos domínios do Horto a fim de garantir, segundo ele, a “direção técnica e a organização dos serviços”. Além dos 2 anos de residência iniciais, o governo deveria consentir

---

27 DEAN, Warren. *A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, p. 251, 2004.

que o contratante residisse por 2 anos mais sem remuneração do Estado, além daqueles relativos ao tempo decorrido para organização e entrega do horto, somando um total de 4 anos de permanência no terreno. Além dessa contrapartida do governo, Neumayer esperava que o Estado se comprometesse a lhe pagar mil réis por pé de Eucalipto, quando a plantação atingisse a idade de 18 meses, como previa, segundo ele, o Decreto Federal número 12.897.

A proposta também estabelecia que o Estado lhe pagasse 500 réis por cada uma das mudas a serem transplantadas, caso viesse requisitá-las. Quanto ao pagamento dos serviços de plantio e conservação, o Estado deveria adiantar 50% do valor do número de eucaliptos plantados no horto trimestralmente e os 50% restantes seriam pagos no ato da entrega, ou seja, ao final de 18 meses. A proposta de Neumayer estabelecia ainda que todas as despesas com as benfeitorias do parque seriam por conta do governo, e a sua manutenção ao cargo do proponente.

Contudo, no dia 8 o proponente enviou um aditivo à sua proposta original, de 5 de abril, contendo mais quatro cláusulas. Além disso, nesse aditivo ele modificava a cláusula referente ao tempo de moradia, estipulando que em vez de 4 anos, ele iria residir por 10 anos no horto. A justificativa para a inclusão de mais 6 anos de permanência no terreno do horto era a instalação de uma fazenda-modelo para a criação de gado, que deveria fornecer leite à cidade, “com todos os aperfeiçoamentos modernos e fiscalização respectiva”. Esse item, a criação da fazenda-modelo, que não constava na proposta original, parecia associado diretamente à necessidade de prolongar o tempo de habitação no horto.

O segundo e o terceiro pontos do aditamento explicitavam que as distâncias entre os pés de eucalipto plantados seriam aquelas indicadas no Decreto Federal de número 12.897 de 6 de março de 1918, e nos espaços livres entre as árvores o proponente poderia aproveitar para investir na cultura de outras plantas. Por fim, Neumayer

declarava a obrigação de aceitar qualquer incumbência do governo para plantar florestas em qualquer ponto do Estado.

As etapas percorridas pela proposta de Neumayer no interior da Repartição de Obras Públicas revelam uma série de hesitações e cautelas de funcionários, deixando antever os riscos que certos itens do contrato podiam resultar para o patrimônio público, a começar com a pergunta sobre quem era Maximus Neumayer, que credenciais profissionais e morais ele apresentava como garantia para firmar contrato com o governo de Pernambuco. A primeira manifestação desfavorável ao documento de Neumayer foi uma nota interna precedente do Chefe da Seção Administrativa da Diretoria da Indústria, Viação e Obras Públicas de Pernambuco, datada do dia 19 de abril. Ele afirmava que o requerimento/proposta de Neumayer não estava “revestido das formalidades legais” requeridas e que o proponente não apresentava “documento algum comprobatório de sua idoneidade técnica e financeira”. Por essa razão, o chefe se pronunciou pela impossibilidade de responder cabalmente à consulta que lhe foi dirigida e passou o processo adiante.

Mesmo assim, no final das contas, fica claro que Neumayer contou com a boa vontade da burocracia, porque no mesmo dia, 19 de abril de 1919, a empresa de Viação e Obras Públicas registrou algumas ponderações sobre a proposta no sentido de ajustá-la aos interesses do Estado. O documento foi assinado por Miguel B. Silva, um funcionário da repartição que na ocasião estava respondendo pelo Diretor da empresa.<sup>28</sup>

---

28 Há incerteza quanto à identidade do Diretor do órgão neste período exato. Poderia ser o engenheiro Otávio Brígido Arantes, que em abril de 1919 assinava como Chefe da Subseção de Rios e Terras, ou o engenheiro Marcionílio Lídio Bezerra de Menezes, que ocupou o cargo entre 1919 e 1920. Cf. Retrospecto cronológico da Repartição de Obras Públicas (1602 a 1974), Catálogo do Departamento de Arquivos Permanentes/Documentos Manuscritos do Arquivo Público Estadual de Pernambuco Jordão Emereciano (APEJE).

Com base no Decreto número 12.897, Miguel B. Silva observa que o valor oferecido pelo governo federal era de 150 réis por árvore com a idade de 18 meses, de modo que o valor de 1.000 réis oferecido por Neumayer se mostrava visivelmente elevado e demasiado oneroso para os cofres do Estado. Miguel Silva propõe então que se firme o negócio com base no valor de 400 réis por cada planta, desde que o número de pés adquiridos não pesasse no orçamento do Estado.

O funcionário não se manifesta francamente favorável à contratação do serviço de eucaliptos a partir daquele caminho, ou seja, dispensando a concorrência pública. Circulava no interior da burocracia, como se vê, compreensões distintas sobre as formas de contratar os serviços do Estado, mas a ideia de abrir licitação para os eucaliptos acabou ignorada.

A intenção que Neumayer alimentava, habitar o próprio Horto pelo tempo de dez anos, foi frustrada por esse mesmo parecer. Sendo a propriedade de Dois Irmãos já servida de bonde elétrico, argumenta Miguel Silva, o proponente poderia morar na cidade e realizar seu deslocamento diário para o Horto. De fato, àquela altura, o transporte de trem, a maxambomba, já estava sendo substituída pelos bondes elétricos em toda a cidade, aproveitando a mesma linha, uma delas passando por Apipucos e se estendendo até Dois Irmãos, com a estação final distando cerca de 100 metros da entrada do Horto.<sup>29</sup> A fotografia abaixo, extraída da *Revista de Pernambuco* de agosto de 1925, celebra o aspecto pitoresco dos arrabaldes do Recife e apresenta a linha do bonde, no trecho que ia do Entroncamento até Dois Irmãos:<sup>30</sup>

---

29 Lúcia M. de S. C. Veras. *De APÉ-PUC a APIPUCOS: numa encruzilhada, a construção e permanência de um lugar urbano*. Recife: Bagaço, 1999, p. 153-177.

30 *Revista de Pernambuco*, Recife, ago. 1925, ano 11, n. 14.

## OS ARRABALDES DO RECIFE

Bello trecho da Avenida Ruy Barbosa, na linha de Dois Irmãos, visto do Entroncamento. Veem-se lindas palmeiras imperiaes e densa arborisação das chcaras adjacentes.



Figura 2. Os arrabaldes do Recife

Fonte: *Revista de Pernambuco*, Recife, ago. 1925, ano II, n. 14.

Por fim, o parecer julgava de bom alvitre que antes da assinatura do contrato, as instâncias competentes solicitassem provas de idoneidade técnica e financeira do Dr. Maximus Neumayer, como havia proposto também o Diretor da Seção Administrativa. Se essa medida foi adotada, ela não está nos papéis que formam o processo relativo ao Horto de Dois Irmãos.<sup>31</sup>

Apesar das ressalvas e ponderações feitas pelos funcionários da instituição, o diretor da Seção de Águas da Divisão de Saneamento de Pernambuco, Urbano Borba, concluíu ser “conveniente a aceitação da

---

31 Maximus Neumayer. *Exposição sobre a formação de um Horto Florestal*, datilografado, 1919\* – conjunto de documentos presentes na caixa 31 (F) do Registro de Regulamentos das Obras Públicas, ano de 1919. No Dossiê constam: 1. Exposição para o Horto, 2. Minuta de Contrato, 3. Aditamento do dia 8 de abril à Exposição enviada no dia 5 de abril de 1919, 4. Parecer e bilhete (manuscrito) do Chefe da Subseção de Rios e Terras, 5. Parecer da Diretoria da Indústria, Viação e Obras Públicas, 6. Parecer favorável à proposta, assinado por Urbano de Andrade Borba, Engenheiro e então Diretor de Viação e Obras Públicas, anexo o Decreto n. 12897 de 1918. Arquivo Público Estadual de Pernambuco Jordão Emerenciano. \*Cópias de documentos gentilmente cedidas pela historiadora Bruna Fernandes Teixeira Cavalcanti, em julho de 2022.

proposta”, tendo em vista todas as “vantagens da cultura do Eucalipto para o Estado”, não somente do ponto de vista da higiene, do clima e do saneamento, como também do ponto de vista econômico, através da exploração da madeira. Diante da consideração de tantas vantagens que o eucalipto podia trazer para os interesses de Pernambuco, em 12 de maio de 1919, o diretor não só acatou a proposta, como declarou que o governo entregaria ao proponente todo o terreno da propriedade Dois Irmãos, exceto a parte necessária “para a garantia das fontes de abastecimento de água” da cidade, para que nele fossem instalados o Horto e a fazenda-modelo. Tornou sem efeito os arrendamentos que até então existiam na forma de pequenos lotes.

A Neumayer o governo não cobraria arrendamento, mas o proponente devia assumir alguns compromissos além daqueles que já constavam na proposta inicial: receber os alunos acompanhados dos seus professores em aulas práticas, em visitas ao horto e tomar sob sua responsabilidade o fornecimento do capim ao Estado, tarefa até então desempenhada por um antigo arrendatário de parcela do terreno de Dois Irmãos. O proponente também se obrigava a manter dez animais pertencentes ao Estado e a serviço da Usina Dois Irmãos, e não teria nenhuma ingerência sobre os trabalhadores dessa Usina, nem estava autorizado a sublocar terras. O governo fiscalizaria as atividades do proponente e estipularia multas para o caso de não cumprimento do contrato.<sup>32</sup>

Assim, a partir da proposta apresentada originalmente por Neumayer, foi assinado o contrato redigido pelo governo do Estado em 19 de julho de 1919,<sup>33</sup> que como visto, manteve algumas cláusulas, modificando ou acrescentando outras. O Parque do Horto foi

---

32 *Idem*.

33 O Horto Florestal de Dois Irmãos: a rendosíssima cultura do eucalypto, dez mil contos por ano, um parque de diversões, único no gênero. *A Província*, Recife, 27 out. 1919. ed. 292.

inaugurado com grande pompa, banda de música, presenças ilustres e lanches finos para os convidados, já no dia 4 de agosto de 1919.

Era o último ano do governo de Manoel Borba (18 de dezembro de 1915 - 18 de dezembro de 1919) e o jornal *A Província*, em atrito com o governo,<sup>34</sup> foi o periódico que dedicou mais atenção naquele ano ao empreendimento do Horto: ao “Dr. Maximus Neumayer, à cuja tenacidade e inteligência se deve esse empreendimento de relevante futuro”. Segundo o periódico, Maximus antevia um futuro próspero, pois levaria plantações para o sertão como uma das medidas orientadas para o problema das secas nas zonas áridas e contribuiria para o ajardinamento das cidades, onde muitas praças não dispunham de sombra, uma vez que o eucalipto era ideal para esse fim, contando o diretor com as variedades adequadas cultivadas no Horto. Diga-se de passagem, que em decreto de julho de 1919, menos de um mês antes da inauguração do Horto, o regulamento da Inspeção Federal de Obras Contra as Secas (IFOCs) tratava da “Cultura das essências florestaes e plantas em terras de açudes públicos” e estabelecia entre suas metas a criação nos açudes públicos, “sem sacrifício do cultivo de cereais, viveiros de plantas florestaes, forrageiras e frutíferas, indígenas ou exóticas, distinguindo nas essências florestaes as espécies do gênero eucalypto que mais resistirem à inclemencia do meio...”.<sup>35</sup>

A *Província* apresentava Neumayer com prodigalidade de adjetivos. Ele ia “transformando sáfaros terrenos alagadiços e cobertos de espinhos inextrincáveis em magníficos campus culturaes [*sic*]” para o

---

34 NASCIMENTO, Luiz do. *História da imprensa de Pernambuco (1821-1954)*. V. 2. Recife: Imprensa Universitária, p. 225-226, 1966.

35 Decreto n. 13.687, de 9 de julho de 1919, Artigo 11. Legislação Informatizada - Decreto n. 13.687, de 9 de julho de 1919. Inspeção Federal de Obras Contra as Secas (IFOCs). Publicação Original. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-13687-9-julho-1919-516701-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 17 jun. 2024.

“cultivo científico do eucaliptus”. Numa área de 7 mil hectares eram plantados milhares de pés de eucalipto, e mudas já haviam sido distribuídas para uma extensa lista de usineiros, senhores de engenho e agricultores em geral. O jornal indagava: “Quem desconhece hoje as vantagens da cultura do Eucaliptos?”.

O eucalipto era o que havia de mais adequado para drenar terrenos, com o fim de torná-los “planos e higienizados”<sup>36</sup> e Neumayer se dizia pronto para arborizar ruas e praças do Recife. Na conversa com o jornalista, reservava-se um pequeno sigilo de negócio de quem tentava conquistar aquele mercado urbano, afirmando que dispunha de 15 espécies de eucaliptos, destinados a distintos tipos de solos, e ainda espécies especiais para arborização das ruas “sobre as quaes guardo segredo para evitar rivalidades, podemos somente adiantar que as folhas dessas árvores nunca se despregam”.<sup>37</sup>

As ambições de Neumayer eram grandes, pois ele já estava procurando introduzir o eucalipto na urbanização da Paraíba.<sup>38</sup> O diretor do Horto informava que estaria fornecendo permanentemente aos interessados “qualquer qualidade e variedade de pés de eucaliptos, prontos para serem plantados em terrenos pantanosos, úmidos, planos, ‘ladeirosos’ ou montanhosos, arenosos, secos, terrenos de massapê, de beira-mar, terrenos pedregosos ou sertanejos, etc”.<sup>39</sup>

Dois meses depois da inauguração do Horto, *A Província* observava que o lugar era “quase exclusivamente dedicado ao cultivo do eucalipto”. O jornal difundia a opinião de Maximus: o cultivo do eucalipto era só vantagem para o governo, a muda saía num preço mais baixo do que para os governos de São Paulo e Rio Grande do

---

36 O Horto Florestal de Dois Irmãos. *A Província*, Recife, 27 out. 1919. ed. 292.

37 *Idem*.

38 Maximus Neumayer. *A Arborização de Eucalipto. A União*. Parahyba do Norte, 7 fev. 1920.

39 *Diário de Pernambuco*, Recife, 4 jan. 1920. Cf. também *Diário de Pernambuco*, Recife, 20 mar. 1920 e *Diário de Pernambuco*, Recife, 16 nov. 1920.

Sul, sem contar os benefícios já enunciados, de suas qualidades para a marcenaria, para a fabricação de dormentes para as estradas de ferro, sem deixar de mencionar que seu carvão apresentava alto poder de combustão. O Horto, acrescente-se, dispunha de espécies distintas para cada tipo de solo.<sup>40</sup>

Em outubro, o Horto recebeu a visita d'A *Província* e o diretor acompanhou o representante do jornal a uma vista completa do local. O jornalista expôs então, mais uma vez, as promessas do eucalipto para o Estado, e segundo suas informações em três meses de atuação o Horto já dispunha de duas sementeiras prontas, uma com 300 mil pés, e outra destinada a particulares, com 200 mil pés fornecidos a preços mais baixos, para reflorestar quintais.<sup>41</sup>

O diretor reservava uma surpresa para anunciar ao público. É que em maio do ano seguinte, 1920, o Horto entregaria um novo parque de diversões: “único no genero na America do Sul”, uma alameda exalando ar puro, uma via de cinco quilômetros para ser percorrida por automóveis, quiosques chineses, ground de futebol, tênis, patinação, críquete, beisebol, trapézios e outros brinquedos. O diretor ainda pedia mais colaboração do governo para completar o cenário, realizando melhoramentos: a paisagem seria ainda mais atrativa se, “de frente ao Horto, na mata frondosa que circunda os mananciais de dois irmãos”, o governo aproveitasse “o encantador aspecto de poesia que oferece esse bosque, mandando fazer uma estrada em espiral a que a natureza emprestaria o melhor dos realces.” O Horto que Neumayer oferecia à imaginação dos leitores correspondia a ideais estéticos presentes no urbanismo da época, ou seja, a paisagem dos panoramas pitorescos combinados com as perspectivas monumentais que a ação humana modelava a partir da vegetação, alguma coisa

---

40 O Horto Florestal de Dois Irmãos. *A Província. op. cit.*

41 *Idem.*

do jardim salubre que posteriormente andou em voga no Recife, no tempo das reformas urbanas de Sérgio Loreto.<sup>42</sup>

Em 25 de janeiro de 1920, o *Jornal do Recife* estampou em suas páginas uma imagem fotográfica onde se vê uma avenida ladeada por eucaliptos ainda em estágio inicial de crescimento na qual posta-se um homem vestido em trajes de montaria, que supomos ser o próprio Maximus Neumayer. Abaixo da imagem, um pequeno texto que sumariza a obra transformadora operada no ambiente, mencionando um “belo campo de demonstração florestal” sobre o qual não fornecia nenhuma outra informação, e o “Horto” propriamente dito, pronto para prosseguir no fornecimento de mudas: O Clichê acima representa a entrada principal do Horto Florestal, em Dois Irmãos, dirigido pelo dr. Maximus Neumayer. Vê-se esplêndida avenida plantada de eucaliptos, nos terrenos, que apenas cinco meses atrás jaziam abandonados, encharcados de brejos, lodaças, lama e poças infectadas de miasmas perigosos, truncados de espinheiros e abrolhos e que actualmente se encontram planos e higienizados, transformados num bello campo de demonstração florestal e agrícola e num Horto, onde já estão plantados 58 mil pés de diversas variedades de eucaliptos e onde existem grandes viveiros das referidas plantas, para prosseguimento da sua plantação e para o fornecimento aos interessados.<sup>43</sup>

Entretanto, mesmo com esse número elevado de mudas que Neumayer anunciava continuamente na imprensa local, sua plantação de eucalipto não foi capaz de satisfazer as exigências contratuais com o Estado. Essa foi uma das razões para o governo rescindir o contrato com ele em 7 de abril de 1920.

---

42 SILVA, Aline de Figueirôa. *Jardins do Recife: uma história do paisagismo no Brasil (1872-1937)*. 2. ed. Recife: CEPE, 2010, todo o capítulo “O jardim salubre (1922-1926)”.

43 *Diário de Pernambuco*, Recife, 11 abr. 1920. ed. 96.

## HORTO FLORESTAL DE DOIS IRMÃOS



Figura 3. Horto Florestal de Dois Irmãos

Fonte: *Jornal do Recife*, 25 jan. 1920, ed. 24.

Foi o próprio jornal *A Província* que estampou a notícia, transcrevendo o documento oficial em que José Rufino Bezerra Cavalcanti, no seu curto governo (24 de dezembro de 1919 a 28 de outubro de 1920), rescindia o contrato com Neumayer, atendendo ao parecer emitido pelo diretor da Repartição de Indústria, Viação e Obras Públicas e ao mesmo tempo diretor da Repartição de Saneamento, relativo ao “serviço de plantação de eucaliptos e criação de animais de raça no Horto Florestal...”. As razões foram as seguintes: o proponente “infringiu a cláusula IV do contrato, uma vez que dentro dos seis meses de sua assinatura não plantou os 25.000 pés de eucaliptos, mínimo estabelecido na aludida cláusula...”. O proponente infringiu também a cláusula XIII, decorrente da cláusula IV, onde se diz que após nove meses, diante da entrega dos 25 mil pés de

eucaliptos plantados, Maximus deveria requerer o seu pagamento, o que não fez. Infringiu igualmente a cláusula X, onde consta que deveria ter procedido à criação de animais de raça, o que também não foi cumprido.

Além disso, despontam duas acusações apresentadas de modo lacônico, pesando contra o diretor do Horto: Maximus “com a jurisdição que tem sobre toda a propriedade de Dois Irmãos, não só tem concorrido para a derrubada de árvores contra as ordens do governo, como também tem dado entrada a pessoas estranhas para os mananciais ali existentes contra ordens e dispositivos regulamentares [...] resolve rescindir o contrato baseado na cláusula XIX...”<sup>44</sup>

A proposta vinha a calhar para o governo, porque a Repartição de Obras Públicas incumbia sua subseção de Rios e Terras de realizar a demarcação e regularização dos arrendamentos nos terrenos do Estado, obedecendo ainda que tardiamente às ordens do governador, datadas de 1918. As duas acusações dirigidas ao diretor do Horto representam provavelmente a superfície de histórias complexas relativas à estrutura fundiária da área, incluindo terrenos em questão jurídica, conflitos entre herdeiros e relações de trabalho vigentes num arrabalde atrativo como Dois Irmãos, com suas fontes de água e recursos vegetais, que ofereciam espaço para cultivos diversos e madeira para várias aplicações. Não iremos, no entanto, tratar dessa história de conflitos fundiários escondidos sob a “paisagem pitoresca” no entorno do Horto de Dois Irmãos.

É sabido que no início do século xx Dois Irmãos era um pequeno povoado, pertencente à freguesia de Poço da Panela, distante 100 metros da estação terminal da linha férrea principal Recife/Centro/Várzea/Dois Irmãos. Ali estava instalada a Companhia do Beberibe,

---

44 Horto Florestal de Dois Irmãos. Foi rescindido o contracto do governo com o Dr. Maximus Neumayer. *A Província*, Recife, 7 abr. 1920. ed. 94.

concessionária do abastecimento de água da cidade do Recife,<sup>45</sup> na rua Dois Irmãos, antiga Estrada do Engenho, com uma praça onde ficava a antiga fábrica, dali se tinha acesso por linha de bondes elétricos ao povoado de Pedra Mole. Na direção oposta ficava o riacho do Prata.<sup>46</sup>

O certo é que até pelo menos 1916, às vésperas da assinatura do contrato do Horto, o patrimônio fundiário do Estado vivia em abandono e quando o governo começou o trabalho de demarcação, com a formação da subseção de Águas e Rios, teve de suspender o trabalho de demarcação na área de Dois Irmãos, em razão de questões com herdeiros confinantes. O governo procurou ocupar a área com a instalação do Instituto Vacinogênico, subordinado à Diretoria de Higiene do Estado. Quase quinze anos depois da apresentação da proposta de Neumayer, um jornal da cidade apontava a necessidade do Estado “reaver os terrenos alugados a particulares que, por sua vez, mediante maior quantia, os sublocam a outros”, acrescentando: “Acontece ainda, que esses meeiros devastam tudo que encontram, inclusive matas”.<sup>47</sup>

O contrato foi dissolvido e publicado na imprensa local, mas Neumayer não dizia uma palavra sobre o assunto. É como se nada tivesse ocorrido. Aparentemente, Maximus Neumayer reagiu à dissolução do contrato recorrendo não à justiça, mas à publicidade na imprensa. Quatro dias depois de rescindido o contrato, no dia 11 de abril, era estampada uma fotografia, não mais n’A *Província*, mas no *Diário de Pernambuco*, com o título “Avenida dos Eucaliptos no Horto dos Dois Irmãos”. A imagem fotográfica retratava a entrada do Horto, ladeada pelas duas alas de eucaliptos vicejantes, que já

---

45 GALVÃO, Sebastião de Vasconcelos. *Dicionário corográfico, histórico e estatístico de Pernambuco. op cit.*, p. 215.

46 COSTA, F. A. Pereira da. *Arredores do Recife*. 2. ed. Recife: Editora Massangana, p. 87, 2001.

47 *Jornal do Recife*, 6 ago. 1933. ed. 176.

recebera o qualificativo de “avenida”, e deveria ser calçada para ser percorrida pelos automóveis, conforme o plano original anunciado pelo diretor nos jornais. Cerca de um mês depois do encerramento do contrato, através de anúncio pago no Jornal *A Província*, lá estava ele novamente convidando a imprensa a visitar o lugar e a expressar sua “opinião isenta” sobre o seu desenvolvimento e sua utilidade para a sociedade pernambucana.<sup>48</sup>

Ignoramos as circunstâncias específicas em que se deu a saída de Neumayer do Horto, mas o fato é que por alguma razão o fato envolveu a presença da força policial no local. Em sua defesa não encontramos nenhuma manifestação. Tudo indica que apenas um artigo do historiador Oliveira Lima, que à época se encontrava no Recife, o defendeu, e isso de modo um tanto ocasional, sem apresentar argumentos precisos. O autor de *Pernambuco, seu desenvolvimento histórico* descreveu em algumas linhas um episódio presenciado por ele cerca de quatro meses antes:

Ha dias cheguei até o extremo da linha de subúrbios dos Dous Irmãos e mostraram-me á distancia um Horto florestal ocupado, ao que me disseram, por força publica. Perguntei naturalmente se se tinha ali cometido algum crime? Responderam-me que não: que o proprietário, um austríaco, tinha feito um contrato com o governo do Estado para fornecimento de eucalyptos...

O longo artigo do prestigioso diplomata, que tratava de inúmeros temas de seu repertório de homem culto e cosmopolita, finalmente chegava ao tema central: as garantias constitucionais dos indivíduos. Foi a partir daí que ele mencionou em algumas linhas o caso do ex-diretor do Horto: “Os eucalyptos, sentindo-se garantidos com a proteção oficial, entraram a crescer, mas, como crescidos, seria necessário paga-los, zás! Dá-se por nullo o contrato e põe-se fóra

---

48 *A Província*, Recife, 3 mai. 1920. ed 119.

do Horto o cidadão que os plantou e que teve a ingenuidade de acreditar na palavra do Estado”.<sup>49</sup> Se Neumayer foi efetivamente, como sugere Oliveira Lima, esbulhado de seu direito por um ato arbitrário e supostamente fraudulento do governo, o historiador não oferecia nenhuma demonstração disso. Em nossas buscas também não encontramos nenhuma defesa da parte de Neumayer. Pelo menos nos jornais locais, a que havia tanto recorrido em busca de publicidade, ele não se pronunciou e ninguém se pronunciou em sua defesa.

Passou o Horto para a direção de Alexandre Albuquerque, que prosseguiu na campanha de difusão do eucalipto. O comendador José Mário de Andrade, provedor da Santa Casa de Misericórdia, incumbiu-o de plantar eucaliptos em todos os estabelecimentos mantidos pela instituição, prosseguindo na obra de “arborização higiênica”<sup>50</sup> e esses estabelecimentos eram numerosos.

Mas Neumayer ia conduzindo seus negócios particulares do eucalipto. Nos primeiros dois anos em que foi retirado da direção do Horto, seus empreendimentos pareciam ir de vento em popa. Tanto que em 16 de agosto de 1920 seu negócio, a Empresa Florestal de Pernambuco, recrutava 80 famílias para serem localizadas como lavradores em seus hortos florestais e 300 trabalhadores para as plantações de eucaliptos em formação de novas matas nas regiões de Floresta dos Leões (atual Carpina), Una, Moreno, Cabo, Tabatinga.<sup>51</sup> Seu prestígio nas esferas federais, tanto quanto o prestígio da espécie vegetal que ele difundia, se confiarmos num jornal que vinha lhe sendo especialmente simpático, *A Província*, parecia consolidado, pois o jornal pernambucano transcrevera nota da imprensa do Rio

---

49 Garantias. *Diário de Pernambuco*, Recife, 05 set. 1920. ed. 243.

50 A EucaliptoCultura. *Jornal do Recife*, Recife, 20 jan. 1921; Em 1913, José Mário de Andrade aparece no Almanach de Pernambuco ocupando este cargo. *Almanach de Pernambuco*. Recife: Imprensa Industrial, ano xv, 1913, p. 163.

51 Trabalhadores. *A Província*, Recife, 16 ago. 1920. ed. 224.

de Janeiro informando que o ministro da Viação mandara publicar o relatório de Maximus sobre a cultura de eucalipto.<sup>52</sup>

No ano de 1923, seu prestígio ainda permitia registrá-lo ao lado de personalidades públicas conceituadas como o Dr. Amaury de Medeiros, então “chefe dos serviços sanitários do Estado”, que após visitar o Horto Florestal de Jaboatão, dirigiu-se à “residência particular do dr. Maximus Neumayer, onde se fez servir bolinhos e café”, com direito a discurso e buquê de flores ofertados ao digníssimo médico sanitarista.<sup>53</sup>

Em novembro de 1924, Neumayer continuava cultivando eucaliptos em Jaboatão. Sabemos isso pelo *Jornal Pequeno*. Mas, à diferença do empreendedor que aparecia nos jornais quando era diretor do Horto, na imprensa pernambucana seu nome estava associado tanto ao eucalipto quanto a outro gênero de atividade bastante distinta: a prática de cura dos corpos. A *Província*, que atribuíra ao diretor Maximus Neumayer o epônimo, entre outros, de “operoso agrônomo”<sup>54</sup> depois de 1925, cessou de tratar dele. Em contrapartida, o *Jornal Pequeno* e o *Diário de Pernambuco* passam a atacá-lo sem descanso. Em suas páginas a imagem do decaído diretor do Horto se degenera rapidamente em mistificador, um charlatão explorador da boa fé dos ingênuos. Na informação do dia 10 de novembro de 1924, por exemplo, o *Jornal Pequeno* aludia à chegada do ex-diretor do horto, que “revolucionou a capital bahiana” com suas “curas”, que chegaram a despertar a reação da classe médica daquela capital.<sup>55</sup>

Daí em diante se sucederam referências galhofeiras às novas atividades do antigo diretor do Horto. Para o *Jornal Pequeno*, Neumayer agora era o homem “que cura com o dedo”.<sup>56</sup> Em outubro de 1924,

---

52 Relatório do Sr. Maximus Neumayer. *A Província*, Recife, 29 set. 1923. ed. 227.

53 *Jornal do Recife*, Recife, 8 de nov. 1923. ed. 261.

54 *A Província*, Recife, 13 nov. 1919. ed. 309.

55 Dr. Maximus Neumayer. *Jornal Pequeno*, Recife, 10 nov. 1924. ed. 257.

56 *Jornal Pequeno*, Recife, 10 nov. 1924; *Jornal Pequeno*, Recife, 15 dez. 1924. ed. 285.

o *Diario de Pernambuco* comentava de modo jocoso as “antenas físicas” que ele utilizara na Bahia, informando que “Os passos do dr. Bota-Mão fracassaram em 4 doentes, no hospital”.<sup>57</sup> Um pouco depois, o mesmo jornal se referia a ele como “um conhecido velhinho que aqui tem sido acusado de umas certas histórias de eucaliptos”, que tem se dedicado agora a “curas psichoterapicas”, despertando a suspeita das autoridades médicas. O jornal não o perdia de vista.

Essa perseguição incansável às práticas de Neumayer estava perfeitamente conforme a mentalidade da época, num ambiente onde os profissionais da Medicina, no intuito de constituírem um campo profissional marcado pela racionalidade das práticas médicas, empreendiam um combate cerrado contra o curandeirismo e as práticas populares de cura, operando uma rigorosa oposição semântica entre “médico” e “charlatão”.<sup>58</sup>

No início de 1925, no Rio de Janeiro, Neumayer deveria proferir uma palestra e em seguida partiria para São Paulo, onde iria lançar um livro pelo Círculo Exotérico da Comunhão do Pensamento.<sup>59</sup> Anteriormente, no Maranhão, Neumayer “segundo dizem” já havia realizado “curas magnéticas”.<sup>60</sup> A última notícia que os jornais forneceram sobre ele antes de o deixarem em paz ocorreu em abril de 1931, quando numa pequena nota, o *Jornal Pequeno* informava

---

57 As curas do Sr. Niemayer na Bahia. *Diario de Pernambuco*, Recife, 25 out. 1924. ed. 26.

58 COUCEIRO, Sylvia Costa. “Médicos e charlatães”: conflitos e convivências em torno do “poder de cura” no Recife dos anos 1920. *Clio - Revista de Pesquisa Histórica*, v. 2, n. 24, p. 22-23, 2007.

59 Foi localizado na página virtual do *Mercado Livre* um livro de autoria de Maximus Neumeyer (e não Neumayer): *Grandeza da Psychotherapia (uma chave para uma vida longa e feliz): prodígios da cura Phychoterapica*, publicado em 1925, porém no Rio de Janeiro e não em São Paulo.

60 *Diario de Pernambuco*, Recife, 31 jan. 1925; *Diario de Pernambuco*, Recife, 29 abr. 1925. ed. 26; *Diario de Pernambuco*, 01 ago. 1925. ed. 176; Cf. também: *A sciencia e o espiritismo. Jornal do Recife*, Recife, 19 mai. 1927. ed. 114; *Jornal do Recife*, Recife, 15 mar. 1929. ed. 62.

que Maximus Neumayer e esposa estavam entre os passageiros que procediam do Velho Mundo, fazendo escala no Recife, com destino ao Rio de Janeiro.<sup>61</sup>

Não encontramos notícias de fatos concretos que justificassem a indisposição geral contra Neumayer no Recife logo depois que ele deixou o Horto. Todavia, parece que ele deixou negócios pendentes no Recife. Um indivíduo publicou nas *'solicitadas'* por dias seguidos um breve e discreto chamado, à moda da época: "DR. MAXIMUS NEUMAYER. Precisa-se falar com este Dr., no escriptorio mercantil desta folha."<sup>62</sup> Como o mencionado não atendera ao chamado, no final do mês o tom mudava e a publicação passava a ostensiva e ameaçadora:

DR. MAXIMUS NEUMAYER

Convido-o a vir entender-se commigo, no escriptorio desta folha, afim de lhe fazer chegar a memoria o que contractou e faz-se agora de esquecido. O que o senhor disse, ficou escripto. Caso não cumpra o que combinou e tem o dever de cumprir, continuarei chamando-o por este jornal e dizendo mais alguma cousa, se preciso.

Eu não sou desfibrado.

Ass. Pedro de Barros<sup>63</sup>

Quanto ao Estado e à municipalidade, ambos tinham suas razões para conservar o controle sobre a área de Dois Irmãos. A capital experimentava considerável crescimento populacional naqueles últimos quarenta anos, como a mancha de ocupação urbana demonstrava. Formava-se uma pobreza desguarnecida de bens materiais, ocupando as áreas dos mangues abundantes na cidade e agravando os problemas de salubridade urbana. Nesse quadro se compreende a ação enérgica do médico Amaury de Medeiros, secretariando Sérgio

---

61 *Jornal Pequeno*, Recife, 22 abr. 1931. ed. 91.

62 *Jornal do Recife*, Recife, 5 ago. 1922. ed. 178.

63 Publicações Solicitadas. *Jornal do Recife*, Recife, 22 ago. 1922. ed. 192.

Loreto durante seu governo (1922-1926). Amaury de Medeiros organizou o serviço médico e deu prosseguimento de modo sistemático e incansável às obras contra tuberculose, de combate à malária, peste bubônica, febre amarela e varíola. Dirigiu ainda um vasto programa de saneamento do meio e combate a endemias e epidemias. Nas obras de abertura da avenida Beira Mar, em Boa Viagem, ele insistiu na necessidade de estudos hidrográficos ao par das obras de engenharia sanitária.<sup>64</sup>

Dentre as obras urbanas realizadas no governo Sérgio Loreto estava a abertura do parque do Derby e o início da edificação do novo Palácio da Justiça. O serviço de abastecimento de água, em face das transformações urbanas pelas quais o Recife passava, sofreu importantes ajustes na gestão Sérgio Loreto, que ampliou as antigas instalações do Gurjaú, originalmente projetadas por Saturnino Brito.

A perspectiva do governo Sérgio Loreto era de que a barragem do Gurjaú, até então com capacidade para 657 mil metros cúbicos de volume, chegasse a comportar 1 milhão de metros cúbicos com o emprego de adutoras. A linha adutora instalada pela nova administração constituía-se de uma tubulação com maior capacidade de vazão que as preexistentes, 750mm de diâmetro e 21,170 km de extensão, partindo do Gurjaú até o reservatório de Prazeres, passando pelo novo bairro de Boa Viagem. A primeira remessa de tubos chegou em julho de 1924, para “garantir um serviço perfeito sem a expectativa sombria de uma interrupção demorada no suprimento de água em casos de acidente nas linhas de adução”. A nova linha adutora com base no Gurjaú abastecia o moderno reservatório localizado em Prazeres, cuja tubulação encontrava a bomba de reforço em Afogados, formando dali dois grandes troncos de aductos, um pela rua Imperial que se ligava à rede antiga e aos novos ramais e outro pela Estrada dos Remédios, alimentando a rede Magdalena-Torre e

---

64 OLIVEIRA, Valdemar de. *No tempo de Amaury*. Recife: CEPE, p. 37-45, 1975.

outras localidades.<sup>65</sup> A explicação dessas necessidades era fornecida pela *Revista de Pernambuco* naquele número de 1924:

O aumento da densidade da população, a criação de novas indústrias e melhoramentos gerais da cidade provocou o acréscimo do consumo d'água até então elevado em 10 mil metros cúbicos diários, e hoje alcançando uma média diária de 22 mil metros cúbicos em tendência a subir.

Essa necessidade era intensificada com “abertura de novas ruas, avenidas e a formação de Parques”, que se traduzia em tubos de distribuição que passavam pelas vias públicas. A área de Dois Irmãos também recebia uma parte desses investimentos: “Em Dois Irmãos tem sido melhorada não só a Usina, como também as casas de operários que foram acrescidas de instalações sanitárias”.<sup>66</sup>

Essa situação levava à necessidade de se conservar o Açude Dois Irmãos como reserva aquífera. Por essa razão, depois da rescisão do contrato com Neumayer, o então governador, José Bezerra afirmou, em relatório, que deveriam ser mantidos em boa conservação a “Usina dois Irmãos, bem como o açude do Prata e galerias filtrantes adjacentes”, com a finalidade de “atender aos casos de acidentes no serviço de Gurjahú”.<sup>67</sup>

A ideia de criação de um horto não foi detalhada, mas já fora esboçada pelo menos num de seus princípios: devia, segundo orientação de Manoel Borba em 1917, ser administrado pela prefeitura do Recife e subordinado à Escola de Agronomia. Em 1920, o governador José Bezerra fechara a Escola, mas criara um curso de agronomia anexo à Escola de Engenharia de Pernambuco, mantendo a Engenharia

---

65 *Revista de Pernambuco*, 18 out. 1924, anno 1, n. 4.

66 *Idem*.

67 Relatório do Governador de Pernambuco, Exm. Sr. Dr. Sérgio T. Lins de B. Loreto, ao Congresso Legislativo de Pernambuco, em 6 mar. 1923, p. 35 e 44. In: Relatórios dos Presidentes dos Estados Brasileiros (PE) 1809 a 1930. ed. 01-Memória/documentos da Biblioteca Nacional [on-line].

Agronômica entre seus cursos.<sup>68</sup> Agora, depois do encerramento do contrato com Neumayer, no relatório de 1923, Sérgio Loreto indicava que a Escola deveria ser instalada no “Vasto e ubérrimo terreno que o Estado possui em Dois Irmãos”.<sup>69</sup> Promovia-se a presença decisiva dos órgãos públicos em Dois Irmãos, sem que o cultivo de eucalipto entrasse no cálculo dos administradores. O certo é que no período em que Antônio de Góis esteve na prefeitura (1922 a 1925), Sérgio Loreto no governo do Estado e Amaury de Medeiros no Departamento de Saúde e Assistência, o Horto permaneceu sob a esfera municipal com a denominação de “Horto Municipal Dois Irmãos”, destinado justamente a suprir, com suas plantas, a arborização da cidade.

Os prefeitos do Recife no período em exame, Manoel Antônio de Moraes Rego (1915-1919) e Eduardo Lima Castro (1920-1922) colocaram em prática consideráveis programas de calçamento do Recife, ajardinamento e arborização.<sup>70</sup> Com o falecimento do governador José Bezerra, o coronel Lima Castro, à espera de suceder ao seu copartidário, candidatou-se à sua sucessão em 1922 contra o *borbismo*, mas a crise política que se instalara só foi resolvida por meio do nome conciliador do juiz Sérgio Loreto, que governou entre 1922 e 1926.

Alguns meses após ter deixado o governo da municipalidade, Lima Castro elaborou um relatório destinado ao Conselho Municipal, dando conta do esforço que desprendera nas obras de arborização

---

68 BELLO, Ruy. *Subsídios para a história da educação em Pernambuco*. Recife: Secretaria de Educação e cultura/ Departamento de Cultura, p. 132, 1978.

69 Relatório do Governador de Pernambuco, Exm. Sr. Dr. Sérgio T. Lins de B. Loreto, ao Congresso Legislativo de Pernambuco, em 6 de março de 1923. *op. cit.*, p. 44. A Escola de Engenharia foi um dos patrocinadores do *Livro do Nordeste*. Cf. FREYRE, Gilberto *et al.* *Livro do Nordeste*. Versão fac-similar. Recife: Arquivo Público Estadual, p. XI, 1979.

70 DINIZ, Fernando; SARAIVA, Kate. “Dos subúrbios coloridos aos horizontes molhados”: a expansão urbana do Recife nos anos 1920. *Urbana: Revista eletrônica do Centro Interdisciplinar de Estudos sobre a Cidade*. Campinas, SP, v. 12, 2020. Acesso em 25 abril 2023.

da capital. No dia primeiro de agosto de 1923, tratando do governo que se encerrara no ano anterior, o jornal anti-borbista *A Província*, o mesmo que dera tanta publicidade às obras do ex-diretor do Horto, publicou antigo relatório de Lima Castro, datado de 15 de fevereiro de 1922. Convertemos numa tabela os dados desse relatório estampados pelo jornal:

Tabela 1. Relação de árvores plantadas em locais públicos no Recife, gestão do prefeito Eduardo Lima Castro (1920-1922)

<b>Planta</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Local</b>
Oitizeiro	35	Praça do Mercado de São José
Oitizeiro	4	Praça da Faculdade de Direito
Sibipirunas	6	Praça da Faculdade de Direito
Pinheiro	2	Praça da Faculdade de Direito
Oitizeiro	3	Praça Marquês de Olinda
Crótons	25	Praça Joaquim Nabuco
Pinheiro	1	Praça Joaquim Nabuco
Pinheiro	5	Praça Maciel Pinheiro
Crótons	11	Praça Maciel Pinheiro
Fícus Benjamin	35	Praça do Hospício
Sibipirunas	13	Praça do Hospício
Palmeiras	11	Praça do Hospício
Crótons	11	Praça do Hospício
Fícus Benjamin	3	Praça da Soledade
Pinheiro	1	Praça da Soledade
Oitizeiro	4	Praça da Soledade
Sibipirunas	7	Praça da Soledade

Planta	Quantidade	Local
Pinheiro	1	Praça da Soledade
Pinheiro	8	Jardins da Faculdade de Direito
Palmeiras	4	Jardins da Faculdade de Direito
Crótons	34	Jardins da Faculdade de Direito
Oitizeiro	38	Rua da Casa de Detenção
Fícus Benjamin	26	Rua Antônio Carneiro <sup>71</sup>
Gameleira	1	Rua Antônio Carneiro
Oitizeiro	2	Avenida Rio Branco
Eucalipto	25	Vila Popular

Fonte: montada pelos autores a partir dos dados da nota publicada pelo Jornal *A Província*, de 1 ago. 1923, que reproduz a mensagem trimestral do então prefeito Eduardo Lima Castro ao Conselho Municipal em 15 de fevereiro de 1922.

Os dados da tabela informam que a arborização da cidade durante sua gestão se concentrou sobre os bairros centrais da cidade, especificamente os bairros do Recife, Santo Antônio, São José e Boa Vista, à exceção da Vila Popular, situada em Afogados, onde foram plantados os 25 pés de eucalipto. Sistematizados na tabela seguinte, esses dados nos permitem observar o predomínio, nos bairros da cidade do Recife, de Oitizeiros, Crótons, Fícus benjamim e Sibipirunas.

Conforme o prefeito, na exposição de fevereiro de 1922 publicada no jornal *A Província*, o Horto já instalado em Dois Irmãos dispunha naquela data de 9.952 plantas, 716 delas já semeadas em diversos pontos da cidade, prometendo na ocasião que na estação chuvosa

<sup>71</sup> A Rua Antônio Carneiro era o nome da atual Rua Velha, segundo o Roteiro do Recife de 1948. GUIA SIC: roteiro da cidade do Recife. Recife: s/l, 1948, p. 13.

Tabela 2. Relação de árvores plantadas em locais públicos no Recife, gestão do prefeito Eduardo Lima Castro (1920-1922)

<b>Total de plantas por Espécie</b>	Oitizeiro	86
	Crótons	81
	Ficus Benjamin	64
	Sibipirunas	26
	Eucalipto	25
	Pinheiros	18
	Palmeiras	15
	Gameleira	1
	<b>Total de árvores plantadas</b>	<b>311</b>

Fonte: montada pelos autores a partir dos dados da nota publicada pelo Jornal *A Província*, de 1 ago. 1923, que reproduz a mensagem trimestral do então prefeito Eduardo Lima Castro ao Conselho Municipal em 15 de fevereiro de 1922.

seguinte, a prefeitura perseguiria o trabalho de plantação de mais árvores nas áreas recentemente calçadas. Nos jardins da Faculdade de Direito e no Parque 13 de maio, essas obras já estavam em andamento, apesar da “falta de amor da população pelos jardins e plantas”, que se traduzia em atitudes destrutivas desses bens públicos. Em diversas publicações, *A Província* recordava sempre que o Horto Municipal de Dois Irmãos havia sido criado na gestão do Coronel Lima Castro.

Mas o registro mais importante para o interesse deste capítulo é a publicação do dia primeiro de agosto de 1923, n’*A Província*, de uma nota oficial em que o novo prefeito, Antônio de Góis, informava que Dois Irmãos, sem o Horto Florestal, então extinto, “não podia atender, por suas proporções, às necessidades” de arborização da cidade. Por isso a prefeitura “resolveu dar maior desenvolvimento ao Horto já iniciado na interina gestão anterior que se vai habilitando

com a aquisição aqui e na capital do país de plantas que ainda assim não atendem às exigências da arborização da cidade”.<sup>72</sup>

Em contrapartida, a matéria reproduz a *mensagem* de Eduardo Lima Castro ao Conselho Municipal em 15 de fevereiro de 1922, onde ele defende suas obras na prefeitura e lista as árvores plantadas na cidade com dados coletados e reproduzidos do Relatório da Diretoria de Obras Públicas Municipais do ano de sua gestão, 1922, a partir do que elaboramos as tabelas aqui apresentadas. A nota do jornal apresenta três listas, em duas das quais são indicadas as espécies existentes no Horto de Dois Irmãos e na residência do Comendador Baltar. Uma terceira lista discrimina as árvores plantadas nas diferentes ruas e praças.

Até então, para satisfazer a demanda urbana, a municipalidade dependera da contribuição do comendador José Ferreira Baltar, comerciante e acionista de destaque, amante das artes, a quem a cidade devia parte de sua arborização, com as mudas oriundas do viveiro que cultivava em sua residência. Baltar dispunha de mais de 600 pés de Ficus benjamim prontos para serem transplantados. Bastava a prefeitura levar as latas vazias e um pouco de esterco:<sup>73</sup>

Afora os melhoramentos e remodelações feitas nos jardins públicos, foi criado o Horto Municipal de Dois Irmãos, destinado a suprir a cidade de árvores e plantas indispensáveis, porquanto nem sempre o poder público poderá contar com iniciativa e benemerência de um particular como o comendador Baltar, a quem a cidade do Recife deve praticamente toda a sua arborização, sendo sua casa o viveiro onde tem se abastecido de árvores as administrações anteriores. Agora mesmo que já dispomos de um Horto com 9.523 plantas, o sr. Comendador Baltar tem em sua residência mais de 600 pés de Ficus benjamim

---

72 Nota Oficial, *A Província*, 1 ago. 1923.

73 *Idem*.

prontos a serem transplantados. Para isso a prefeitura forneceu apenas latas vazias e um pouco de esterco.<sup>74</sup>

Entretanto, de acordo com o jornal *A Província*, ao final de sua administração, o coronel Lima Castro deixara o Horto com mais de 6 mil mudas, novas e maduras. Nesse conjunto predominavam numericamente, a Casuarina (1590 exemplares), a *Orea libisbonea*-palmeira (1500), o *Ficus benjamim* (1314), o *Oiti* (1000), o *Acazio laevigata* (260), *Cypressas legan* (120), e ainda o *Ipê* (96), entre muitas outras. Nesse conjunto, a presença do eucalipto era modesta, representada por um total de 190 mudas formadas por duas espécies da Mirtácea.<sup>75</sup>

A *Província* publicava ainda que devido aos problemas orçamentários do governo Lima Castro, a sua Prefeitura foi acusada de ter endividado o município para realizar o projeto do calçamento, quando os trabalhos no Horto foram penalizados e entraram em declínio. Lima Castro se defendia das acusações de responsabilidade por esse declínio e de endividar a prefeitura. O Jornal *A Província* apresentava uma posição de equilíbrio, do tipo “dai a César o que é de César”:

Se isso tudo desapareceu depois que o Cel. Lima Castro deixou a gestão do município, não lhe cabe a culpa. Quem quer que leia as diversas exposições do ex-prefeito se inteirará do carinho com que ele cuidou de resolver o problema da arborização da cidade, e só louvores merece o atual prefeito pelo que está fazendo neste sentido, mas é preciso que se faça justiça a um sem desmerecer do que se deve ao outro.<sup>76</sup>

No final de 1924, por exemplo, a *Revista de Pernambuco* afirmava que até então, o Recife não possuía algo que pudesse chamar

---

74 *Idem.*

75 *Idem.*

76 A campanha infamante contra o coronel lima castro, *A Província*, 4 jun. 1922; Nota Oficial, *A Província*, 01 ago. 1923.

apropriadamente de “parque”. Todavia, o “encorajante surto de vida nova e de progresso contínuo” no governo de Sérgio Loreto fazia surgir, “como por encanto, dia após dia, os delineamentos de novos parques”, concorrendo para tanto a colaboração entre as administrações de Sérgio Loreto e de Antônio de Góis.<sup>77</sup> Dentre as praças do Recife, algumas foram obra da prefeitura de Antônio de Góis, como a Praça da República, a praça do Comércio, a praça de Paissandu, a praça Sérgio Loreto, Parque Amorim e Encruzilhada, entre outras, somando-se a isso o parque do Derby (obra de grande vulto, construída a partir de uma campina, com aterro, abertura de canal, avenida e bosque) e a praça Oswaldo Cruz, realizações de Sérgio Loreto. Outras praças foram ainda construídas pelo prefeito anterior, Lima Castro, como a praça de Cinco Pontas (arborizada por Antônio de Góis) ou reformada por ele, como a praça do Hospício.

Dois Irmãos era apreciado como um lugar bonito e aprazível. O açude atraía grupos que promoviam ali piqueniques, danças e atividades carnavalescas, continuando a figurar como “um dos mais pitorescos arrabaldes da capital”.<sup>78</sup> Servia também como bom motivo de pintura, como na tela “Açude Dois Irmãos”, que o pintor Augusto Hantz expunha no Recife, em outubro de 1924.<sup>79</sup>

Porém as notícias colhidas na imprensa sugerem que o Horto se encontrava em situação de completo abandono. O *Jornal do Recife* revelava a força que as intrigas políticas exerciam sobre o destino das espécies arbóreas, apontando a situação crítica dos anos posteriores ao período Lima Castro: “Estão destruindo o Horto Florestal de Dois Irmãos. O que restará, íntegro, nas repartições públicas, quando cessarem os efeitos do ciclone administrativo que, há mais de três

---

77 Recife e seus parques. *Revista de Pernambuco*, Recife, dez. 1924.

78 *A Província*, Recife, 9 abr. 1920; *A Província*, Recife, 20 dez. 1925; Dragões de Momo. *A Província*, Recife, 5 set. 1923.

79 *A Província*, Recife, 16 out. 1924.

anos, varre, tala, destrói, desorganiza os serviços públicos oficiais do Estado?”. O Horto foi reduzido à “sede de uma granja de vender leite e criar competentes vacas produtoras”. No local, todavia os visitantes ainda podiam reparar, diga-se de passagem, um resultado da obra de Neumayer, um nome que caíra no esquecimento público, aquele “soberbo eucaliptal, constituído de milhares de exemplares que perfumam e semeiam a região”.<sup>80</sup>

O então diretor do Horto, no ano de 1926, informava o *Jornal do Recife*, mandara queimar a plantação de eucaliptos, e a madeira, em grossos volumes, ia alimentando as caldeiras da Repartição de Águas, tudo feito de modo dissimulado:

Na parte que dá para a rua nada se nota. Parece tudo correr normalmente. A devastação se pratica no seio do eucaliptal, onde várias clareiras já se veem.

No intuito de mascarar a derrubada, nos disseram se ter manifestado uma doença nas árvores, ameaçando o conjunto, impondo, portanto, o sacrifício das afetadas [...] meio de impedir a propagação do mal.

Isso são palavras vazias de verdade.<sup>81</sup>

Mas o fato é que em janeiro do mesmo ano de 1926, o *Diário de Pernambuco* estampou o artigo *Estudos e opiniões: a arborização de Recife*, em que alertava ao prefeito para o fato de que para levar a arborização da cidade a sério seria preciso enfrentar as pragas que atacavam as árvores por falta de um serviço de defesa vegetal. Os parasitas representavam grande perigo para jardins, parques e pomares. O artigo acusava a prefeitura de transportar, de um lugar para o outro, árvores infestadas, que iam contaminando tudo por onde

---

80 *Jornal do Recife*, Recife, 14 set. 1926.

81 *Idem*.

passavam. O artigo apresentava uma lista de insetos parasitas, indicava uma mistura com querosene para a sua profilaxia e informava que os insetos eram originários da Austrália e foram identificados pela primeira vez no Recife entre 1911 e 1914. A praga, depois de iniciada, não podia ser detida.

Diante disso, a *Novius cardinale*, vulgarmente conhecida como *joaninha*, predador natural do parasita, deveria ser introduzida. Para debelar a terrível praga, o jornal recomendava que a Prefeitura reformasse o Horto, melhorando-o para que servisse ao seu propósito e que o entregasse a um técnico. Por fim, que encarasse seriamente o problema da praga, assegurando o serviço de arborização da cidade.<sup>82</sup> Essas palavras assinalam o fim do período ambicioso e breve da história do cultivo do eucalipto no Recife da Primeira República, e como veremos, o fim de sua utilização nas obras urbanas da capital.

Depois de 1930, a reorganização administrativa introduzida pela nova ordem política subordina o Horto, agora chamado Horto Florestal de Dois Irmãos, ao Serviço de Fruticultura e Silvicultura. Em 1935, o interventor Carlos de Lima Cavalcanti fundou o Instituto de Pesquisas Agronômicas, levantando sua sede em Dois Irmãos. Segundo Luiz Delgado,

Os trabalhos do Instituto visavam a dar base científica ao desenvolvimento de nossa agricultura, representando o primeiro passo de uma orientação inteiramente nova que outra administração suprimiu alegando ser excessiva para os nossos recursos a pesquisa feita com semelhante rigor.<sup>83</sup>

---

82 Estudos e opiniões: a arborização de recife, *Diário de Pernambuco*, 1 jan. 1926. ed. 01.

83 DELGADO, Luiz. Necrológio de Carlos de Lima Cavalcanti. *Estudos Universitários*, Recife: Imprensa Universitária UFPE, p. 213. Cf. também MOURA, Romero Marinho de. Uma homenagem ao Instituto de Pesquisas Agronômicas (IPA). *Anais da Academia Pernambucana de Ciência Agrônômica*, Recife, v. 2, p. 24-31, 2005.

A publicação a seguir dá conta de algumas das atividades do órgão, como o cultivo de mudas de frutíferas, mamoeiros, mangueiras, coqueiros, e a realização de enxertos:



Figura 4. Relatório da Secretaria de agricultura, indústria e comércio ao governador (1936-1937)  
Fonte: Imprensa Oficial, Recife, 1937. Arquivo Público Estadual de Pernambuco Jordão Emerenciano.

A seleção das espécies arbóreas a serem utilizadas nas obras públicas deveria passar pelo crivo da autoridade de um órgão especializado, a Associação dos Agrônomos do Nordeste, e seguir outra orientação: em 1931 o prefeito nomeou uma comissão que, em consulta àquele órgão, afirmou a necessidade de se imprimir um “caráter regional” às obras de arborização da cidade.<sup>84</sup>

Distanciando-se da sedução do exotismo e do cosmopolitismo, bem como dos postulados do *salubrismo* que até então haviam inspirado a construção dos jardins, a orientação seria aplicada numa

84 *Diário de Pernambuco*, Recife, 7 fev. 1931.

vertente nova de intervenção profissional nos jardins do Recife, quando em meados de 1934, a convite do interventor Carlos Lima Cavalcanti, chega à cidade Roberto Burle Marx para assumir a chefia do Setor de Parques e Jardins da Diretoria de Arquitetura e Construção. Ele promoveu a reforma dos jardins públicos do Recife, harmonizando os valores artísticos e o conhecimento botânico. Burle Marx observou que no Recife, as ruas preenchidas “quase que exclusivamente com fícus benjamim”, além de resolverem mal os problemas da arborização urbana, deixavam “uma impressão de pobreza de nossa flora”. Considerando-se “a variedade imensa de plantas que nos oferecem nossas matas magníficas [...] urge que se comece, desde já, a semear, nos nossos parques e jardins, a alma brasileira”.<sup>85</sup> Burle Marx fará uso pioneiro da flora nativa, iniciando o movimento moderno no paisagismo e produzindo o “jardim brasileiro”.<sup>86</sup>

Entretantes, a presença do eucalipto em Dois Irmãos continuava esmaecendo. Em meados de 1932, o Horto convidava o público a adquirir mudas de árvores frutíferas, além de plantas de lenha e estacas de amoreira, sem se mencionar o eucalipto. O Horto continua a oferecer mudas a baixo preço aos agricultores, encarregando-se do transporte e das orientações para cultivo. Mas as espécies oferecidas eram mangueiras, abacateiros, sapotizeiros, jambeiros, jaqueiras, videiras, figueiras, ubaias, dendezeiros e jambeiros, entre outras frutíferas. Entre as essências florestais: pausd’arcos, mirindibas, amendoeiras, angico vermelho, jacaré, jucá, pau ferro, piraíbas, camasarís, oiticicas e muitas mais.<sup>87</sup>

---

85 Citado por SILVA, Joelmir Marques da. Jardins de Roberto Burle Marx em um sítio histórico: uma perfeita integração do antigo com o moderno. 1920, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, 2016. <https://doi.org/10.52913/19e20.Xl1.05>. Acesso em 5 mai. 2023.

86 SILVA, Aline de Figueirôa. *O projeto paisagístico dos jardins públicos do Recife de 1872 a 1937*. 2007. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, p. 4, 52, 2007.

87 *Jornal do Recife*, Recife, 15 jun. 1932.

Uma matéria no *Diário de Pernambuco* de 1936 afirmava que Dois Irmãos deveria desempenhar um papel específico dentro da paisagem urbana, constituindo-se num “bonito parque com as árvores da terra: não figueiras benjamins, não eucaliptos, mas tudo o que nossa flora tem de opulento e de belo e sobretudo as nossas palmeiras”.<sup>88</sup>

Essas palavras, sem autoria identificada, podiam ter sido escritas tanto por Anibal Fernandes como por Gilberto Freyre, dois intelectuais ligados ao velho jornal. Durante seu período de formação nos Estados Unidos, nos numerosos artigos que escreveu para o *Diário de Pernambuco*, Gilberto Freyre dedicou atenção constante às cidades norte-americanas, especialmente nos seus aspectos urbanísticos, arquitetônicos e paisagísticos. Frequentemente, o autor estabelecia exercícios comparativos entre as cidades que visitava e o Recife. Em artigo de 1923, se por um lado é “Nova York toda salpicada do verde de parques”, o Recife é “uma cidade sem parques”, dando “a quem chega a impressão de uma cidade sem árvores”. O crescimento da cidade tornava o quadro mais grave, porque nos arrabaldes, que como sabemos resultaram do parcelamento dos antigos engenhos, também iam desaparecendo as áreas verdes. O Recife passava a ser uma cidade sem parques e sem nem mesmo sítios.<sup>89</sup>

Escrevia Freyre: “No Recife, sacrificou-se tanta gameleira, tanta árvore boa e amiga”, e dirigia-se aos governantes. Antônio de Góis ele considerava um “grande amigo das árvores”.<sup>90</sup> O emprego da noção de “amigo” aplicada para designar um tipo de relação que um indivíduo estabelece com os elementos naturais não deve ser atribuída unicamente a um recurso para dar coloquialidade à expressão

---

88 *Diário de Pernambuco*, Recife, 18 nov. 1936.

89 FREYRE, Gilberto. *Tempos de aprendiz*. São Paulo. IBRASA/MEC. 2 vol., 1979; FREYRE, Gilberto. *Tempo morto e outros tempos*. Rio de Janeiro: J. Olympio, p. 223; 356, 1975.

90 FREYRE, Gilberto. *Tempo morto e outros tempos*. *op. cit.*, p. 223; 356; 348; 350-351; 355-356.

do autor. Antes de tudo, esse “amigo” introduz uma abordagem da relação entre o indivíduo e o meio vegetal a partir de uma mediação formada por um complexo de afetos, sensações de aconchego e estabilidade, uma ordem que se instala na memória e permite a conservação da tradição dos indivíduos e dos grupos.

Essa noção de amizade figura como um tipo de relação que se confronta com as forças que emanam do mundo moderno e do Capital, que passa a regular a relação dos seres humanos entre si e dos seres humanos com o meio natural. Distintamente do que se verifica na ordem da modernidade, o modo de lidar com a paisagem e com a natureza propugnado por Freyre não se reduz a uma representação circunscrita à estética, encerrada no domínio da imagem. Estamos diante de outra relação com o visível:

O visível conta algo, uma história, ele é a manifestação de uma realidade da qual ele é, por assim dizer, a superfície. A paisagem é um signo, ou um conjunto de signos, que se trata então de aprender a decifrar, a deciptar, num esforço de interpretação que é um esforço de conhecimento, e que vai, portanto, além da fruição e da emoção.<sup>91</sup>

Essa relação se diferencia também da atitude de veneração, um tanto retórica, que impregnou o nacionalismo brasileiro do início do século xx, associado ao higienismo e à educação física.

Freyre transfere para a representação das árvores uma mesma ordem de fenômenos que presidiram a formação da sociedade brasileira originada dos trópicos, acomodando forças contrárias, produzindo sínteses, novas formas sociais, tipos humanos e sensibilidades novas a partir da colonização portuguesa nos trópicos, tendo como base o cultivo da cana-de-açúcar com o trabalho escravo, fixando

---

91 BESSE, Jean-Marc. *Ver a terra: seis ensaios sobre a paisagem e a geografia*. Trad. Vladimir Bartalini. São Paulo: Perspectiva, p. 63-64, 2006.

como centro do poder a casa grande e o patriarca, dominando homens, mulheres, terras, água, animais.<sup>92</sup>

Esse modo de conceber a relação entre os homens e a natureza regional apareceu largamente na obra dos regionalistas, antes e depois de Gilberto Freyre. Um romancista pernambucano profícuo que cativou muitos leitores, Mário Sette – para nos limitarmos a sua presença num instrumento de difusão das obras de Sérgio Loreto – publicou na Revista de Pernambuco, em meados dos anos 20, uma crônica que apresenta esse mesmo elemento, a amizade, regendo a relação entre os homens e a vegetação local, num enredo ingênuo em que o indivíduo, levado pelas ambições, deixa o mundo rural em busca da cidade, e mais tarde retorna e é recebido por uma velha mangueira carregada de frutos. A moral da história está na amizade e na gratidão da árvore, em permanente disponibilidade para servir ao homem. A natureza regional é assim: amiga, acostumada a servir sem nada pedir. Todavia, não se deve esquecer que a amizade postulada pelos regionalistas não tem de ser simétrica, porque a bem da verdade, ela se assenta sobre uma formação social fundada na escravidão.<sup>93</sup>

Longe de restringir-se ao mundo dos afetos íntimos, a noção de “amigo” serve de dispositivo para denunciar os males produzidos pela mudança da ordem tradicionalmente vigente entre indivíduos com o meio. A devastação das matas era uma dessas mudanças. A situação se agravava, como Freyre insistiu em várias ocasiões, com a modernização da fase industrial da produção açucareira, ou seja, com a instalação das usinas. A usina, ou em outros termos, o capitalismo na etapa fabril da produção açucareira, promovera o

---

92 FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 24. ed. São Paulo: Círculo do Livro, 1986, prefácio à primeira edição.

93 SETTE, Mário. As mangueiras. *Revista de Pernambuco*. Recife, abr. 1925.

afastamento entre o agricultor (o proprietário) e a terra, rompeu uma relação que anteriormente se distinguiu pelo seu caráter “lírico”, pelo lirismo “da relação do homem com a terra, os animais, a água...” e colocou no seu lugar a figura do usineiro, capitalista, absenteísta, habitando os centros urbanos, interessado unicamente nos lucros da usina.<sup>94</sup> Nas primeiras décadas do século xx, a devastação das matas chegara a tal ponto que, escreve o autor, colocava a sociedade numa encruzilhada: “ou se restabelece o equilíbrio entre a gente e a natureza, ou o homem se degrada aos últimos extremos”.<sup>95</sup>

Em muitos casos, aponta Freyre, a devastação foi respondida com a disseminação de eucaliptos, uma espécie exógena. Assim como havia um homem original dos trópicos, resultado da miscigenação bem sucedida, havia plantas originais, que incluíam aquelas que haviam resultado de transplantações bem sucedidas, como a cana-de-açúcar, planta colonizadora, ou as mangueiras. Prosseguindo as analogias, poderíamos afirmar que assim como o usineiro, o eucalipto era um ser estranho ao meio agrário pernambucano.

Recorrendo a estudos de especialistas contemporâneos, Freyre apresenta suas impressões negativas sobre essas espécies pouco conhecidas e cultivadas sem o conhecimento técnico requerido, disseminadas nos parques e nas ruas “numa generalização contra toda a harmonia da natureza regional”. Era o caso do *Ficus benjamina* asiático, do cacto mexicano, do eucalipto australiano, da acácia de Honolulu, mediante o desconhecimento, a aplicação sem estudo prévio, sem análise dos ecologistas, com o perigo de “desequilibrar relações”, de “perturbar o próprio homem na sua economia e nas fontes mais puras de subsistência”. Pergunta-se o autor: “Qual a

---

94 FREYRE, Gilberto. *Nordeste: aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do Nordeste do Brasil* [1937]. 4. ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, p. 51; 183, 1967.

95 FREYRE, Gilberto. Júlio Bello, agricultor sentimental. In: *Gilberto Freyre: perfil de Euclides e outros perfis* [1937]. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, p. 181-190, 1987.

vantagem do Ficus? A de crescer depressa. A do eucalipto? A de crescer depressa e a de chupar a água dos pântanos, saneando-os e acabando com o mosquito das águas paradas”.<sup>96</sup>

Por essa razão, Freyre deve ter se regozijado com a notícia transmitida no relatório do ano de 1937 do secretário da Agricultura, Indústria e Comércio ao governador, de uma extensa lista de espécies à disposição dos interessados no Horto, enxertos e mudas para arborização e reflorestamento: havia sapotizeiros, barriguda, cajueiro, ficus benjamim, angico, ubaia, jambo do pará, oiti, pau ferro, sucupura, tuia, e no meio da enumeração contava o “eucalipto com 22 variedades”, prováveis remanescentes daquele plantio original da época de Neumayer.<sup>97</sup> As mudas de eucalipto que ainda restavam, oferecidas gratuitamente aos plantadores, cresciam no Horto no esquecimento, uma vez que a se crer no *Diário de Pernambuco*, “com certeza, dificultaram tanto o processo da distribuição, que ninguém quis”.<sup>98</sup>

O gesto que encerrou o período de vida do Horto Florestal de Dois Irmãos veio com a medida de Agamenon Magalhães, sucessor de Carlos de Lima Cavalcanti, quando, em setembro de 1939, deu início à organização do Jardim Zoo-Botânico no Horto de Dois Irmãos. A partir de agora, as espécies originadas da flora e da fauna brasileira seriam “cuidadosamente estudad[a]s e expostas à apreciação do público”.<sup>99</sup> Além disso, o Instituto de Agronomia deveria incluir no programa desse Jardim “o intenso plantio de árvores florestais, o registro das explorações silvícolas e o levantamento do cadastro florestal nos terrenos”.

---

96 FREYRE, Gilberto. *Nordeste... op. cit.*

97 Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio. Relatório apresentado pelo Secretário de Agricultura, Indústria e comércio, Dr. Lauro Bezerra Monttenegro, ao exmo. Governador do estado, referente ao período de abril de 1936 a abril de 1937, p. 12.

98 *Diário de Pernambuco*, Recife, 2 set. 1938.

99 *Idem.*



Figura 5. Arborização do Recife (1939). Oitizeiros com poda, Praça da Soledade

Fonte: Acevo pessoal de Luiz Carvalho Mendonça (cf. 4 Fotos [...], 2023).

Estamos diante de uma completa mudança de orientação na relação do Estado com o solo, a flora e a fauna que ele abrigava, estatuída na Constituição de 1934. Os espaços naturais, na forma de parques, jardins e hortos, são subsumidos na noção de “patrimônio”. As medidas preconizadas, como levantamento, catalogação e regularização das terras públicas, aplicação do saber científico no exame dos espécimes, atribui aos engenheiros um papel decisivo nessas tarefas, e por fim introduz a natureza brasileira na educação nacional das crianças e dos jovens. Desponta aí um modo distinto de tratamento do “mundo natural”: deixa-se de lado a obsessão com a salubridade, deixa-se de valorizar a imagem de exotismo e pitoresco para dar lugar à natureza como objeto do conhecimento sistemático, quando passa para “a proteção e abrigo do preceito que a considerava um monumento e, enquanto tal, parte do patrimônio nacional”.<sup>100</sup>

---

100 SILVA, Zélia Lopes da. As percepções das elites brasileiras dos anos de 1930 sobre a Natureza: das projeções simbólicas às normas para o seu uso. *In:*

No Recife de avenidas, jardins e parques, efetivos ou desejados, delineado pelas administrações modernizantes da década de 1920, a natureza domesticada deveria ser concebida como um campo de disputas entre projetos de nação e de organização política.<sup>101</sup> A breve história do eucalipto no Recife e do abandono dessa espécie “estranheira” nos anos 20 ilustra o princípio que adotamos neste trabalho de que a história das plantas está entranhada na história humana, e particularmente na história urbana.

---

ARRUDA, Gilmar (org.). *Natureza, fronteiras e territórios: imagens e narrativas*. Londrina: Eduel, p. 180-182, 2005.

101 PONTUAL, Virgínia. O urbanismo no Recife: entre ideias e representações. *Revista brasileira de estudos urbanos e regionais*, n. 2, p. 90-91, 1999.

CAPÍTULO IX

## **Tomando a medida do trabalho**

Racionalização rural no Brasil do século xx<sup>1</sup>

*Thomas D. Rogers*

Os trabalhadores rurais da cana-de-açúcar no Nordeste do Brasil negociaram com os plantadores (*planters*), em 1963, com a finalidade de estabelecer diretrizes para a medição das tarefas nas atividades agrícolas, produzindo um documento a que chamaram de Tabela de Tarefas. Este artigo situa a Tabela em um contexto histórico, colocando-a em um processo longo de racionalização agrícola que gerou disputas por flexibilidade, controle e liberdade no trabalho. A Tabela surgiu em um momento destas batalhas, e uma vez que conflitos como estes sobre produtividade, eficiência e controle são comuns tanto no trabalho industrial como agrícola, a análise da Tabela oferece uma visão de uma ampla luta entre trabalhadores e empregadores sobre as condições e regulamentação do trabalho. Para uma região de centenas de milhares de canavieiros, a Tabela de Tarefas refletiu e facilitou a transformação das relações trabalhistas, as visões do ambiente de trabalho e a consciência do trabalhador.

---

1 Tradução de Kerolayne Correia de Oliveira e Christine Rufino Dabat.

Joaquim Manuel dos Santos começou a trabalhar nos canaviais de Pernambuco em 1936, quando tinha catorze anos de idade. Ainda quando criança, ouviu dizer que algumas pessoas nas cidades ganhavam bons salários trabalhando apenas oito horas por dia, mas ele sabia que os trabalhadores agrícolas estavam submetidos a longos dias nos campos sem ganhar quase nada. Assim que viu uma oportunidade de melhorar essas condições, ele a agarrou. Quando o governo federal legalizou a organização sindical dos trabalhadores rurais, ampliada em 1963, ele filiou-se a um sindicato, mantendo-se assim até sua aposentadoria e servindo como dirigente entre os anos de 1976 e 2000. Em uma série de entrevistas realizadas em 2003, Joaquim dos Santos falou sobre as transformações das conjunturas e direitos dos trabalhadores ao longo do século xx. Citando marcos do progresso nas condições de trabalho, ele enfatizou um acordo que os trabalhadores negociaram com os proprietários das plantações e das usinas, negociado poucos meses depois que os sindicatos ganharam estatuto legal. As partes produziram a Tabela de Tarefas do Campo (mais frequentemente chamada de Tabela de Tarefas): um pequeno documento que descrevia diretrizes para atribuições de Tarefas, assim como quanta cana-de-açúcar um trabalhador deveria cortar em um dia para ganhar seu pagamento. Os sindicatos ofereciam apoio e solidariedade aos trabalhadores, disse Joaquim dos Santos, mas a Tabela oferecia um baluarte a cada dia para protegê-los de cabos e gerentes excessivamente zelosos. “Quem não trabalhar pela Tabela”, disse ele, “o fumo entra”.<sup>2</sup>

A elaboração da Tabela marcou um capítulo na grande história do desenvolvimento capitalista e da racionalização da produção nesta área do Nordeste do Brasil. A dinâmica laboral depende destas mudanças, e um episódio como a criação da Tabela de Tarefas

---

2 Joaquim Manuel dos Santos (pseudônimo), entrevistas com o autor, gravações, Vicência, Pernambuco, 21 e 27 mar. 2003.

ilumina a natureza das relações entre trabalhadores e empregadores, e entre ambos os grupos e o Estado. Este artigo coloca este momento da história do trabalho de Pernambuco em um contexto abrangente, dando um passo para trás a fim de apreciar o amplo significado da Tabela. Ela impôs regras ao processo de trabalho da cana-de-açúcar, serviu como instrumento crucial para a atribuição de Tarefas trabalhistas e para a mediação das relações de trabalho. Ao lado de instituições criadas quase na mesma época, como as Juntas de Conciliação e Julgamento na Zona da Mata, a Tabela refletiu e facilitou a transformação das relações trabalhistas, das visões do ambiente de trabalho e da consciência do trabalhador na zona canavieira. A análise da Tabela também fornece uma janela para uma batalha específica em uma luta muito maior entre trabalhadores e empregadores sobre as condições e regulamentação do trabalho. Ela foi uma inovação em diferentes escalas da história: foi simultaneamente um marco na racionalização secular e conflitiva das medidas do trabalho agrícola e uma ferramenta de negociação de conflitos a curto prazo, embora ainda profundamente enraizado, entre trabalhadores e plantadores. A primeira seção do artigo traça a história desse processo de racionalização no Nordeste brasileiro. A segunda descreve a criação da Tabela de Tarefas em seu contexto imediato e suas implicações para os trabalhadores. A terceira documenta a sobrevivência da Tabela, mesmo no contexto da repressão estatal ao trabalho. A última oferece um estudo de caso da aplicação da Tabela por juízes da Justiça do Trabalho em uma disputa trabalhista.

### **A evolução da medição no trabalho com a cana-de-açúcar**

Assim como na maioria das outras áreas rurais ao redor do mundo, o trabalho agrícola em Pernambuco era um assunto hiper local com notável variabilidade de padrões e expectativas em toda a região. Ao redor da zona canavieira, plantadores individuais organizavam a

produção e direcionavam seus trabalhadores de acordo com normas e padrões variáveis. Essas peculiaridades regionais persistiram no século xx, apesar do fato de o açúcar ter sido produzido em grande escala e exportado para destinos distantes por centenas de anos. As exportações de açúcar do Nordeste brasileiro para Lisboa começaram na primeira metade do século xvi, e a lavoura de cana continuou ininterrupta durante a independência brasileira e o período imperial, resistindo ao longo dos séculos à forte concorrência de produtores antilhanos e plantadores de beterraba europeus, para não mencionar os produtores de cana-de-açúcar em outras partes do Brasil. Em seu localismo, a indústria açucareira pernambucana não se diferenciou da maioria de seus concorrentes. As economias pré-capitalistas e agrárias dependiam predominantemente de unidades locais e sistemas de medição idiossincráticos, muitas vezes ligados à anatomia humana como um antebraço, uma mão, um polegar.<sup>3</sup> Para medição de áreas terrestres, a maioria das partes do mundo ao longo do século xix tendeu a optar por uma de duas abordagens, medindo quer pelo tempo de trabalho, quer pela quantidade de sementes necessárias para a plantação. Assim, um agricultor pode referir-se a dois dias de colheita de trigo, ou dizer que plantou dois alqueires de terra, se isso for a quantidade de sementes que tenha utilizado.<sup>4</sup>

Em Pernambuco, a maioria dos produtores de cana-de-açúcar media a terra de acordo com uma unidade chamada de tarefa, uma medida relacionada ao trabalho, embora neste caso fosse a do engenho e não a do cortador de cana. A tarefa era uma estimativa de área de cana em pé que satisfaria uma usina para um único dia de moagem. Um jesuíta profundamente observador, que escreveu um manual para novos proprietários de plantações no decênio de 1690,

---

3 SCOTT, James C. *Seeing like a state: how certain schemes to improve the human condition have failed*. New Haven: Yale University Press, p. 22-25, 1998.

4 KULA, Witold. *Measures and men*. Princeton: Princeton University Press, p. 29, 1986.

aconselhava: “Plantar uma tarefa de canas é o mesmo que plantar um espaço de trinta braças de terra”.<sup>5</sup> Nós chegaremos às braças em breve, mas o gesto do jesuíta em direção à regularização da tarefa falhou frente às preferências locais. Dois séculos e meio depois, um geógrafo viajando pelo Nordeste açucareiro encontrou pouca concordância no tamanho de uma tarefa. Affonso Várzea escreveu em *Geografia do Açúcar* que os plantadores lhe deram cifras para a unidade que variavam de 3.000 a 4.400 metros quadrados.<sup>6</sup> Apesar da sua variabilidade, a tarefa persistiu até 1950 como uma unidade para expressar áreas de terra. Em função do valor de um dia de trabalho na usina, a tarefa tinha uma relação oblíqua com o trabalho, mas em meados do século xx passou a ser usada em um sentido diferente, mais como medição direta das atribuições de trabalho. As práticas agrícolas prestavam-se a medições sobrepostas e indistintas de trabalho e de espaço ou volume (como nas quantidades de grãos ou frutas colhidas).

Os habituais sistemas de medição locais foram tecidos em relações sociais e moldaram a experiência de vida, sua perturbação implicou uma grave agitação nas comunidades. Quando o governo imperial do Brasil tentou impor o sistema métrico, em 1874 e 1875, surgiram revoltas no Nordeste, incluindo Pernambuco. A população rural queimou registros fiscais e populacionais, protestou contra o recrutamento militar e expressou violentamente a sua frustração com uma época de depressão econômica. A revolta ficou conhecida como a *Revolta do Quebra-quilos*, um nome que enfatizava o gatilho da raiva popular. Ao longo de um ano e meio de violência esporádica, que se espalhou por quatro províncias, multidões

---

5 ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas*. São Paulo: Edusp, p. 109, 2008.

6 VÁRZEA, Affonso. *Geografia do açúcar no leste do Brasil*. Rio de Janeiro: Jota Lucena S.A., p. 261-63, 1943.

destruíram repetidamente pesos e medidas nos mercados das cidades. Agricultores de subsistência, trabalhadores agrícolas e habitantes de pequenas cidades temiam a fraude às mãos das novas medidas desconhecidas. Perceberam uma relação perversa entre esta imposição e a potencial tributação de um governo distante e pouco amistoso. Quiseram proteger o controle local sobre os seus próprios assuntos. Pior ainda, o governo imperial cobrava impostos das cidades sobre os próprios utensílios de medição, uma vez que custava dinheiro fabricar os pesos e caixas precisamente calibrados (estes últimos para as medições de volume). Assim, as multidões rurais atacavam as manifestações concretas de mudança, quebrando ou furtando os novos pesos nos mercados das cidades.<sup>7</sup>

Os espasmos da oposição à regularização falam de ansiedades associadas à modernização e daquilo a que Max Weber chamou racionalização, a eliminação gradual da especificidade local por normas nacionais (e mesmo supranacionais, no caso do sistema métrico ou sistema “francês”), que facilitavam a operação dos mercados e o funcionamento do Estado.<sup>8</sup> Estas transições acompanham geralmente a modernização agrícola, significando a adoção de técnicas mais eficientes (tais como o abandono do pousio em favor do uso rotineiro de fertilizantes) e a integração sistemática em circuitos de mercado mais amplos. As mudanças na produção agrícola e industrial frequentemente ocorriam juntas. De fato, a revolução industrial desenvolveu-se em conjunto com a revolução agrícola, as duas dependiam e alimentavam-se mutuamente.<sup>9</sup> É evidente que os modos de trabalho rural e industrial teriam muito em comum. No seu estudo

---

7 MAIOR, Armando Souto. *Quebra-quilos: lutas sociais no outono do império*. São Paulo: Editora Nacional, p. 16; 92-169, 1978.

8 WEBER, Max. *The protestant ethic and the spirit of capitalism*. Mineola: Dover Publications, 2003; KULA, Witold. *Measures and men. op. cit.*, p. 24-28.

9 MAZOYER, Marcel; ROUDAR, Laurence. *A history of world agriculture: from the neolithic age to the current crisis*. New York: Monthly Review Press, p. 338-346, 352, 2006.

clássico da emergência da “disciplina do tempo” moderna, E. P. Thompson preocupa-se principalmente com a forma como a proliferação de relógios e de tarefas de trabalho cronometradas afetava os comerciantes, artesãos e os primeiros trabalhadores industriais. Mas ele também observou que “os cercamentos e o melhoramento agrícola estavam ambos, em certo sentido, lidando com o manejo eficiente do tempo da força de trabalho”.<sup>10</sup> Os trabalhadores agrícolas também tiveram que disputar com os grandes proprietários de terras, quanto à exploração laboral de formas novas.

As experiências dos trabalhadores se desenrolaram no limite sangrento da fronteira entre medidas de trabalho e medidas de espaço e peso. Mesmo quando os trabalhadores não recebiam a mudança com resistência violenta, eles podiam influenciar o processo de introdução e regulação de novas unidades. O antropólogo Sidney Mintz aprendeu isso em Porto Rico, nos anos de 1940, quando Don Taso, figura central da sua etnografia clássica *Worker in the cane*, descreveu com detalhes o trabalho de semear a cana. Este trabalho consiste em cavar buracos para colocar pequenos pedaços de cana-de-açúcar, que acabam por se transformar em um campo de cana nova, em crescimento. Os trabalhadores tinham geralmente grandes áreas para completar em um dia. Instruídos a utilizar uma vara de medir para manter uma distância precisa entre cada buraco, os trabalhadores mediam obedientemente quando o cabo estava por perto, mas na sua ausência atiravam a vara para o lado e mediam os buracos pelos seus passos. “Isso era estranho e também usar a medida tomava tempo”, disse Don Taso. Ele e os seus colegas preferiam medir intuitivamente.<sup>11</sup> Taso apontava aqui uma área de conflito constante entre

---

10 THOMPSON, E. P. Time, work-discipline, and industrial capitalism. *Past & Present*, v. 38, n. 1, p. 78, 1967.

11 MINTZ, Sidney. *Worker in the cane: a Puerto Rican life history*. New Haven: Yale University Press, p. 136, 1960.

trabalhadores e administradores, que é a questão da eficiência e do tempo. O fato é que os dois grupos têm frequentemente posições e prioridades muito diferentes.

No Brasil, desde a abolição da escravatura em 1888, os trabalhadores da cana-de-açúcar viviam geralmente nas plantações, e os seus salários eram complementados por um acordo de arrendamento que lhes permitia o acesso à terra para cultivar um sítio. Administradores e cabos conduziam turmas de trabalho numa base *ad hoc*, e os trabalhadores recebiam remunerações diárias. (Na verdade, os trabalhadores operavam com base na promessa fictícia de remunerações diárias, pois frequentemente sofriam pela falta de pagamento regular). No segundo quartel do século xx, a administração moveu-se lentamente em direção às Tarefas espaciais pagas de acordo com unidades de área concluídas, e menos trabalhadores receberam salários baseados puramente em seu trabalho de um determinado número de horas durante o dia. A conta surgiu neste contexto: uma unidade destinada a aproximar um dia de trabalho. Os cabos mediam as contas com longas varas de madeira ou ferro que carregavam consigo enquanto cavalgavam pelos campos, como feitores de escravos antes deles. Chamadas de *varas*, esses instrumentos com ganchos na ponta passaram a servir como ferramentas designadas para medir outra antiga unidade com uma longa história, a *braça* (de braço). A braça acabou se estabilizando em 2,2 metros e se tornou a unidade padrão para medir contas.<sup>12</sup> A conta

---

12 PALMEIRA, Moacir. As consequências da mobilização camponesa: conflitos rurais no nordeste brasileiro desde 1964. In: AGUIAR, Neuma (ed.). *The structure of Brazilian development*. New Brunswick: Routledge, p. 82, 1979. A vara, de fato, está tão linguisticamente embutida como forma de medida (ainda que bastante recente segundo o Dicionário Houaiss) que além de significar vara, bastão, cana ou polo, na verdade pode ser usada para significar simplesmente um sistema de medição. Antônio Houaiss. *Dicionário Houaiss*. Rio de Janeiro: Instituto Antônio Houaiss, 2001, p. 2829.

começou a se espalhar nos decênios de 1920 e 1930, e em meados dos anos 1940 era empregada por plantadores em toda a região canavieira. Sua proliferação acompanhou uma grande mudança na produção, à medida que as usinas de grande capacidade se espalhavam e engoliam plantações menores. A maior capacidade dessas usinas, por sua vez, impulsionou a produção de açúcar. As áreas das contas flutuavam de acordo com a natureza do trabalho exigido, e a remuneração dependia do salário estabelecido em determinado local ou propriedade.

Este novo sistema de trabalho de campo surgiu no contexto de uma escala e ritmo crescentes de produção de açúcar nos decênios de 1940 e 1950. Entre 1948 e 1962, as plantações de cana expandiram sua área em quase dois terços para alimentar as novas usinas. A expansão foi abastecida por pesquisas apoiadas pelo Estado, a adoção de novas variedades de cana e o aumento do uso de fertilizantes.<sup>13</sup> Os plantadores argumentaram que precisavam modernizar seus processos e introduzir eficiência em sua força de trabalho. A *conta* acabou sendo um passo intermediário nessa direção. Ainda vinculava o pagamento à noção de uma jornada genérica de trabalho, mas os fazendeiros gradualmente alteraram sua abordagem, atribuindo cada vez mais tarefas, de forma que o ritmo pudesse ser aumentado, regulando medidas ou taxas de pagamento ajustadas com base na produção. Essa mudança levou alguns fazendeiros a utilizarem uma medida maior, destinada a ocupar um trabalhador por mais de um dia: a tarefa.<sup>14</sup> Com o advento da Tabela de Tarefas – um novo uso do termo, distinto da ideia mais antiga de um dia de trabalho de

---

13 AUGUSTO, Antônio B.; DANTAS, Bento; DANTAS Junqueira. *A cana-de-açúcar no Brasil: cultura e adubação de cana-de-açúcar*. São Paulo: Instituto Brasileiro de Potassa, p. 38, 1964.

14 DIÉGUES JÚNIOR, Manuel. *População e açúcar no Nordeste do Brasil*. Rio de Janeiro: Comissão Nacional de Alimentação, p. 128, 1954. Diégues Júnior lembrou ainda que a conta era conhecida em algumas regiões do Nordeste como “ticuca”.

moagem – um dia de trabalho raramente equivalia à conclusão de um determinado *quantum* espacial de trabalho. Os trabalhadores não conseguiam terminar uma tarefa em um dia, portanto ficavam presos a um determinado local por mais tempo e seu dia de pagamento era atrasado.

Os trabalhadores do eito também se viram cativos das medidas ditadas pelos cabos que tinham incentivos para ultrapassar os limites do tamanho das tarefas. Os trabalhadores da zona canavieira ainda se lembram da atribuição punitiva de tarefas do decênio de 1950. Um trabalhador, chamado Severino José da Silva, disse em uma entrevista de 2003: “A tarefa chamava-se quadra e era devidamente medida do tamanho que o patrão quisesse... 12 com 13, 15 com 15”. Severino da Silva começou a cortar cana em 1947, aos nove anos de idade, e lembrava que quanto mais cana um trabalhador cortava, mais o capataz exigia.<sup>15</sup> Mudando o esquema de pagamento do tempo para o espaço, eliminando o pagamento diário e introduzindo a remuneração por tarefa, os plantadores racionalizaram o processo de trabalho, introduzindo estruturas de incentivos e tentando garantir níveis mais altos de produtividade. Embora possa ter sido mais “racional”, o sistema claramente se desviou a favor dos patrões, que poderiam reduzir os valores dos pagamentos ou eliminá-los totalmente, de acordo com uma decisão altamente subjetiva (e não desinteressada) sobre se o trabalho era ou não “bem feito”.<sup>16</sup> Segundo a antropóloga Lygia Sigaud, depois que um trabalhador completava

---

SIGAUD, Lygia. A percepção do salário entre trabalhadores rurais no Nordeste do Brasil. *Actes du XLIIe Congrès International des Américanistes*, v. 1, n. 1, p. 321, 1976.

15 Severino José da Silva, entrevista com o autor, gravação em fita, Vicência, 1 abr. de 2004.

16 Em seu estudo sobre trabalhadores de usinas, José Sérgio Leite Lopes também ouviu muitos depoimentos de trabalhadores rurais sobre a manipulação do tamanho das tarefas e da remuneração. LOPES, José Sérgio Leite. *O vapor do Diabo: o trabalho dos operários do açúcar*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p. 165, 1976.

uma tarefa, o fiscal da plantação (um degrau acima do cabo) avaliava o trabalho realizado, quase sempre reduzindo o salário do trabalhador por causa de um suposto trabalho mal feito.<sup>17</sup>

Uma forma de descrever a proliferação de tarefas medidas no campo, seja por meio de contas, tarefas, ou qualquer outra variante, é pelo surgimento do trabalho por peça na zona canavieira. Tal desenvolvimento não é digno de nota para uma (agro) indústria em expansão, como era o setor sucroalcooleiro na época. O trabalho por peça rural recebeu muito menos atenção entre sociólogos e historiadores do que seu equivalente em ambientes industriais, embora os estudos de sistemas salariais em geral, e particularmente o crescimento e negociação de tarifagem por peça sejam surpreendentemente escassos.<sup>18</sup> A Inglaterra da era da Revolução Industrial provavelmente testemunhou o primeiro surgimento generalizado do trabalho por peça, a menos que consideremos certos tipos de organização do trabalho escravo.<sup>19</sup> O historiador britânico Richard Price escreveu que a aceleração dos projetos de construção com a industrialização trouxe as primeiras tentativas de impor o trabalho por peça nas profissões de construção civil. Construtores e pedreiros, em particular, repetidamente montaram greves contra a prática ao longo dos decênios na metade do século XIX. Price relata a luta dos ferroviários em 1837 contra um capataz “tirânico”, cuja “predileção pelo trabalho por peça era notório; por alguns, foi até mesmo creditado por inventar o sistema”. Ele utilizava o que se tornaria um método clássico, incitando

---

17 SIGAUD, Lygia. The idealization of the past in a plantation area: the Northeast of Brazil. *Ideology and Social Change in Latin America*, v. 1: Emergence of Worker Consciousness. New York: June Nash and Juan Corradi, p. 181, 1975; SIGAUD, Lygia. A percepção do salário. *op. cit.*, p. 318-20.

18 JAFFE, James A. *The struggle for market power: Industrial Relations in the British Coal Industry, 1800-1840*. Cambridge: Cambridge University Press, p. 1, 1991.

19 WRIGHT, Gavin. Slavery and American agricultural history. *Agricultural History Society*, v. 77, n. 4, p. 531, outono de 2003.

um trabalhador forte em direção a um objetivo específico, e em seguida definindo seu desempenho como o padrão a ser alcançado por todos.<sup>20</sup> Essa técnica, chamada de “perseguição” (*chasing*), era essencialmente a mesma que Severino da Silva descreveu quando mencionou os exigentes capatazes da sua juventude.

Plantadores e defensores da agricultura de cana-de-açúcar encontraram frustrações durante a introdução do trabalho por peça, assim como seus pares na indústria tiveram que ajustar o processo quando mudaram sua gestão do trabalho. Em meados dos anos 1940, um agrônomo afirmou que os trabalhadores poderiam ganhar mais em menos tempo do que antes, completando várias contas em um dia. Mas em vez de “melhorar a si mesmos” trabalhando duro e acumulando dinheiro, ele disse que eles trabalhavam menos. O esquema de remuneração comparativamente novo criou “oportunidades para a preguiça”, argumentou, e uma falsa escassez de mão de obra.<sup>21</sup> Sua análise soa estranhamente como os argumentos dos reformadores liberais que buscam atrair populações “atrasadas” para a sociedade moderna, liberal e capitalista, seja em sociedades industrializadas ou colônias caribenhas após a abolição da escravidão. Esses casos de fato reforçaram-se mutuamente e exibiram padrões comuns. Thomas Holt argumenta que os britânicos usaram “o processo secular de ‘libertação’ de sua própria força de trabalho rural” como modelo para moldar uma população dócil e trabalhadora de ex-escravizados nas colônias. Não surpreendentemente, parte da abordagem incluiu a mudança gradual dos trabalhadores do salário diário para o trabalho por tarefa.<sup>22</sup> A sequência de mudanças que os trabalhadores rurais de

---

20 PRICE, Richard. *Masters, unions and men: work control in building and the rise of labour, 1830-1914*. Cambridge: Cambridge University Press, p. 37-38, 1980.

21 MELO, Mário Lacerda de. Problemas agrícolas e industriais do açúcar em Pernambuco. *Brasil Açucareiro*, v. 28, p. 51, 1946.

22 HOLT, Thomas C. *The problem of freedom: race, labor, and politics in Jamaica and Britain, 1832-1938*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, p. 41, 126, 1992.

Pernambuco experimentaram entre a abolição e meados do século xx possuía paralelos diretos em outros lugares.

### **Uma proposta para controlar o ambiente de trabalho: a Tabela de Tarefas**

Os canavieiros pernambucanos, como seus pares na Jamaica um século antes, irritavam-se com as dificuldades das novas formas de gestão do trabalho nos campos. Eles também reagiram com raiva às modificações dos arranjos de arrendamento dos plantadores, outro eco das experiências pós-abolição no Caribe e processos semelhantes em outras partes da América Latina. Abrir ou restringir o acesso a sítios foi uma prática comum a muitas dessas experiências. Um levantamento de 1961 da região canavieira de Pernambuco, realizado por um instituto de pesquisa, descobriu que bem mais da metade dos trabalhadores rurais ainda tinha acesso à terra para produção de subsistência. Mas os números estavam em claro declínio, e em média as famílias da região produziam apenas 10% de seus alimentos. Sete anos depois, bem menos tiveram acesso à terra, e apenas a metade dos que o fizeram foram capazes de usá-la.<sup>23</sup> A expansão dos canaviais deslocou os trabalhadores, uma vez que a lavoura tanto ocupava a terra quanto exigia mais mão de obra para cultivo e colheita, negando-lhes o tempo de cultivar os sítios.<sup>24</sup> Já nos anos

---

23 MACIEL, Telmo Frederico do Rêgo. *Nível de vida do trabalhador rural da Zona da Mata - 1961*. Recife: Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, p. 36-38, 1964; FETAPE. *Levantamento socioeconômico dos trabalhadores rurais*. Recife: Fetape, Contag, Sorpe, p. 47, 1968.

24 CABRAL, Pedro Eugênio Toledo. O processo de proletarização do trabalhador canavieiro de Pernambuco. *Revista Pernambucana de Desenvolvimento*, v. 11, p. 170-71, 1984/1986. A erosão da propriedade e as mudanças nas normas de acesso à terra e casas nas plantações foram bem documentadas e estudadas. Para um exemplo específico de trabalhadores resistindo a uma nova cobrança por moradia em 1954, ver relatório de 14 de setembro de 1954 da Delegacia de Polícia do

1940, as autoridades federais viam, nas mudanças enfrentadas pelos trabalhadores da cana-de-açúcar, uma clara ameaça à paz rural e se preocupavam com um “êxodo” de trabalhadores do campo para a cidade. Uma lei federal de 1941, chamada Estatuto da Lavoura Canavieira (ELC), exigia que os trabalhadores residentes em uma plantação por mais de um ano tivessem acesso a terras próximas de suas casas e de tamanho grande o suficiente para fornecer alimentos às suas famílias. Mas na prática poucos fazendeiros obedeceram a essa prescrição.<sup>25</sup>

Assim como a disseminação da tarefa pode ser abstraída como o surgimento do trabalho por peça e um aspecto da racionalização agrícola, podemos descrever a combinação do trabalho por peça e a erosão das normas que orientavam as relações paternalistas entre senhores de terra e trabalhadores em torno do arrendamento tradicional, bem como a proletarização da força de trabalho canavieira. Isso não ocorreu rapidamente, e de fato pode-se debater se alguma vez chegou a ser implementado. Mas gerou efeitos claros nos decênios de 1950 e 1960.<sup>26</sup> Os canavieiros de Pernambuco seguiram aproximadamente esse padrão, embora seus esforços iniciais de organização tenham tomado outras formas. Os trabalhadores industriais no Brasil ganharam reconhecimento legal para os sindicatos a partir dos anos 1930, mas os trabalhadores rurais foram negados de tal sanção e proteção do Estado, embora a legislação trabalhista

---

Município de Amaraji ao Coronel Secretário da Segurança Pública, na SSP 793: Indústria Luis Dubeux S/A (Usina União e Indústria e Refinaria Bomfim), Arquivo Público do Estado de Pernambuco.

25 SOBRINHO, Alexandre Barbosa Lima. *Problemas econômicos e sociais da lavoura canavieira*. Rio de Janeiro: Zelio Valverde, 1943; BASTOS, Elide Rugai. *As Ligas Camponesas*. Petrópolis: Vozes, p. 58, 1984.

26 O historiador britânico James Jaffe sugere que os sindicatos muitas vezes surgiram para desafiar a implementação de sistemas de pagamento por peça. JAFFE, James A. *The struggle for market power*. *op. cit.*

fosse ambígua sobre o assunto. A organização formal na zona canavieira começou em sua periferia, entre pequenos proprietários e agricultores. A partir de 1955, grupos desses municípios fronteiriços formaram organizações denominadas Ligas Camponesas e se reuniram sob a liderança de um advogado chamado Francisco Julião. Ao mesmo tempo, ativistas políticos de esquerda da capital do estado de Pernambuco, Recife, construíram uma coalizão eleitoral para apoiar candidatos locais e estaduais de esquerda. Eles fizeram campanha ativa entre os membros da Liga e também alcançaram os trabalhadores da cana, elegendo com sucesso seus candidatos ao governo do Estado e à prefeitura de Recife em 1958 e 1962.<sup>27</sup>

No início do decênio de 1960, um movimento de sindicalização rural associou-se às Ligas Camponesas. Finalmente, os trabalhadores rurais de todo o país ganharam o reconhecimento legal dos sindicatos, com a aprovação do Estatuto do Trabalhador Rural (ETR), promulgado em março de 1963. O que a mudança na legislação trabalhista fizera para os trabalhadores urbanos nos anos 1930 o ETR fez para os trabalhadores rurais, implicando no estabelecimento de uma estrutura estatal para reconhecer e apoiar um único sindicato em determinada categoria e território. Essa abordagem corporativista do trabalho organizado conecta os sindicatos diretamente ao Estado por meio do Ministério do Trabalho com figuras intermediárias, como delegados regionais do trabalho, cuja presença reforça a estreita ligação entre a burocracia estatal e as organizações de trabalhadores. O apoio do Estado aos trabalhadores passa pelos sindicatos, incluindo serviços sociais e benefícios como pensões.<sup>28</sup> A ação do Estado em

---

27 SOARES, José Arlindo. *A frente do Recife e o governo do Arraes: nacionalismo em crise (1955-196)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

28 FRENCH, John D. *The Brazilian workers' ABC: class conflict and alliances in modern São Paulo*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, p. 35-36, 1992; WELCH, Cliff. *A semente foi plantada: as raízes paulistas do movimento sindical camponês no Brasil (1924-1968)*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

relação aos sindicatos variou conforme o tipo de regime no poder, mas sua presença sempre foi forte.

Exatamente ao mesmo tempo em que o ETR foi aprovado, Pernambuco viveu um mês particularmente tumultuado, com o movimento de sindicalização se acelerando em resposta à nova legislação. Miguel Arraes, o governador eleito em 1962 pela coalizão socialista, encorajou os trabalhadores. Eles começaram a fazer greves em pequena escala para pressionar por melhores salários e melhores condições. No final do mês, os novos sindicatos enviaram representantes a Recife para se reunir com proprietários de plantações e usineiros. Arraes mediava enquanto os trabalhadores e patrões discutiam as práticas de pagamento nos canaviais, lidando com questões fundamentais, como a lista de Tarefas que compunham a moderna agricultura de cana e como mensurar as atribuições para cada serviço. Enraizada nessas especificidades, a discussão entre trabalhadores e empregadores foi agitada por questões de flexibilidade, controle, eficiência, produtividade e proteção contra exploração.<sup>29</sup>

Antes que as discussões fossem concluídas, uma greve dos trabalhadores do campo na usina de Roçadinho forneceu um exemplo do descontentamento dos trabalhadores com os esquemas de pagamento baseado em tarefas. O governador de 1958 a 1962 era dono da Usina Roçadinho, então o principal jornal diário do Recife deu proeminente cobertura à greve. O repórter em cena claramente não simpatizava com os trabalhadores e fez a curiosa afirmação de que “a alegação para dar pretexto à greve era reivindicar menor salário”. O trabalho em Roçadinho era baseado em tarefas medidas em braças. Os cabos atribuíam tarefas de 625 braças quadradas, explicou o repórter, pagas à taxa de 2.000 cruzeiros. Uma vez que o trabalhador podia completar uma tarefa em dois ou três dias, calculou o repórter,

---

29 Usineiros e Trabalhadores Debatem Uniformização de Tarefas no Campo. *Diário de Pernambuco*, 29-30 jun. 1963, p. 03.

deveria ganhar de 600 a 700 cruzeiros por dia. Mas a demanda central dos grevistas era um retorno aos pagamentos com base na conta (que o repórter descreveu erroneamente como mais ou menos dez metros quadrados, dependendo do terreno<sup>30</sup>). Geralmente, os trabalhadores que completavam as contas ganhavam 500 cruzeiros por dia. “Vê-se, pelos números”, concluiu o autor, “que os grevistas ‘reivindicavam’ a baixa dos seus salários de 700 e até 800 cruzeiros para 500 por dia”.<sup>31</sup>

O sarcasmo do repórter indica que ele não entendeu completamente os objetivos dos trabalhadores. Primeiro, suas estimativas de salários por tarefa podem ter superestimado a transparência do sistema. Embora os trabalhadores de Roçadinho possam ter tido a oportunidade de ganhar os salários que ele calculou, na prática eles provavelmente não tiveram. As tarefas eram muito vagas e facilmente manipuladas por cabos que inflavam suas medidas ou se recusavam a aprovar o trabalho realizado pelos trabalhadores. Em segundo lugar, os trabalhadores provavelmente priorizaram o controle de seu ritmo de trabalho sobre o potencial de remunerações mais altas: eles poderiam obter o controle com mais facilidade realizando trabalhos medidos para conclusão em um único dia. Trabalhar por conta teria maximizado sua flexibilidade e suas opções, abrindo espaço para equilibrar o trabalho assalariado com a agricultura de subsistência, por exemplo. Eles provavelmente valorizavam essa medida de controle sobre a distribuição de seu trabalho mais do que valorizavam os aumentos de remunerações marginais.<sup>32</sup> Holt

---

30 É extremamente provável que a contagem tenha sido realmente medida em braças. Mas, como observado acima, “contar” tradicionalmente era usado como sinônimo de “medida” de qualquer tipo.

31 Polícia de Catende ausentou-se, mas camponeses ordeiros frustraram as agitações em ‘Roçadinho’. *Diário de Pernambuco*, 12 jul. 1963, p. 03.

32 Uma coleção de análises perspicazes de David Montgomery sobre essas questões no início do século xx nos EUA é MONTGOMERY, David. *Workers’*

fornece uma teoria semelhante para trabalhadores rurais ex-escravizados na Jamaica, que esperavam complementar seu roçado com trabalho assalariado ocasional nas plantações. De acordo com sua análise, eles valorizavam a autonomia acima de tudo.<sup>33</sup> Da mesma forma, um sociólogo que estudava fábricas de tijolos em Oaxaca, no México, no início dos anos 1980, descobriu que os trabalhadores podiam escolher entre salários diários, que os obrigavam a trabalhar todos os dias da semana, ou salários por peça, que podiam ganhar trabalhando sempre que desejassem. Um trabalhador lhe disse: “Gosto mais do salário por peça porque não se é obrigado a trabalhar continuamente. Amanhã, se você quiser trabalhar, você o faz; se você não quer trabalhar, não precisa”.<sup>34</sup>

A greve do Roçadinho e a pressão geral pelo controle forneceram o contexto para as negociações mediadas por Arraes. Tanto trabalhadores quanto plantadores queriam controlar o tempo de trabalho e como ele seria medido. Eventualmente, os grupos chegaram a um acordo que ficou conhecido como o “Acordo do Campo”.<sup>35</sup> Eles expressaram os princípios de sua negociação em um documento: a Tabela de Tarefas. Esse conjunto unificado de regras estipulava normas e expectativas para cada trabalho no cultivo da cana-de-açúcar.<sup>36</sup> A Tabela de Tarefas delineava, por exemplo, a quantidade de

---

*control in America: studies in the history of work, technology, and labor struggles.* Cambridge: Cambridge University Press, 1983. Especialmente relevantes são os capítulos 1-3.

33 HOLT, Thomas C. *The problem of freedom. op. cit.*, p. 148.

34 COOK, Scott. *Peasant capitalist industry: piecework and enterprise in southern Mexican brickyards.* Lanham: University Press of America, p. 126, 1984. O trabalhador reconheceu francamente que os preços das peças encorajavam a concorrência com outros trabalhadores.

35 BEZERRA, Gregório. *Memórias (1946-1969).* Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, p. 178, 1980; ANDRADE, Manuel Correia de. Área do sistema canavieiro. Estudos Regionais n. 18. Recife: Sudene/PSU/SRE, p. 224, 1988.

36 O *Diário* imprimiu o acordo final que consta de um arquivo da polícia secreta sobre a federação sindical rural: “Proposta Conjunta das Tabelas das Tarefas do

terra que um trabalhador deveria limpar ou capinar em determinado dia de trabalho, especificando diferentes quantidades a depender do tipo de terreno com o qual o trabalhador lidava. Cada plantação tinha que colocar abertamente à vista a Tabela de Tarefas, e os cabos eram obrigados a medir as tarefas de acordo com suas prescrições. Nos anos seguintes, os sindicatos dos trabalhadores rurais exigiram zelosamente o cumprimento da Tabela de Tarefas, mesmo enfrentando ampla resistência dos plantadores que esperavam espremer mais produção de seus empregados.

A Tabela de Tarefas estabeleceu algumas regras básicas nas primeiras várias cláusulas das suas escassas oito páginas. A medida universal para o trabalho com a cana no estado era a braça de 2,2 metros, uma conta era equivalente a dez braças quadradas e um dia de trabalho deveria durar oito horas. Seguiam-se normas para vinte Tarefas diferentes, desde a limpeza da terra até a colheita – toda a série de trabalhos necessários para preparar o campo, plantar e cuidar da cana, colhê-la e levá-la à usina. Para cada um, a quantidade de trabalho necessária durante uma jornada de oito horas foi estabelecida. Muitos deles foram medidos em contas, embora a colheita fosse medida por feixes de 20 canas cortadas. Oito “regras especiais” seguiam as diretrizes de trabalho, incluindo contingências para desacordos entre trabalhador e supervisor (por exemplo, a cana ser “boa para cortar” ou “fraca”). Nesses casos, o trabalhador deveria simplesmente prestar oito horas de trabalho em troca do salário-mínimo (embora a supervisão de um cabo, descontente após uma discussão, pareça ter suas desvantagens). Finalmente, onze feriados foram especificados para reconhecimento pelos plantadores.<sup>37</sup>

---

Campo”, nos Documentos de Segurança Social e Política SSP 28688: Federação dos Trabalhadores Rurais de Pernambuco (APEJE).

37 “Proposta conjunta...”. SSP 28688: Federação de Trabalhadores Rurais de Pernambuco (APEJE).

A Tabela complementou as novas proteções trazidas pelo Estatuto do Trabalhador Rural (ETR). De muitas maneiras, ele simplesmente estendeu às áreas rurais o mesmo conjunto de proteções que os trabalhadores urbanos já desfrutavam há muito tempo e que Getúlio Vargas concretizou com a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) de 1943.<sup>38</sup> A tentativa de Vargas de incluir os trabalhadores rurais com uma lei adicional em 1944 foi ineficaz, e assim, por mais vinte anos, os trabalhadores permaneceram sob o estrito controle dos empregadores rurais. O ETR exigia que os empregadores fornecessem carteiras de trabalho aos trabalhadores, um modo de documentar a relação de trabalho que ajudava a tornar os trabalhadores canavieiros visíveis para o Estado. Com um vínculo empregatício legal e documentado, os trabalhadores recebiam direitos a benefícios, filiação sindical e serviços sociais. Eles também tinham acesso às Juntas de Conciliação e Julgamento (JCs), ao Tribunal Regional do Trabalho (TRT da 6ª Região), e no topo do judiciário do trabalho, ao Tribunal Superior do Trabalho (TST).<sup>39</sup> Esses tribunais desempenharam papéis cruciais no novo sistema de relações trabalhistas, tornando-se fóruns privilegiados para o conflito entre trabalhadores e empregadores, com normas próprias e uma linguagem que ambas as partes acabaram aprendendo a usar estrategicamente.

Os trabalhadores se apropriaram rapidamente destes novos direitos e instituições, mas a Tabela de Tarefas deu-lhes uma ferramenta concreta para que se protegessem no campo. Levava um peso simbólico enquanto medida ganha diretamente dos empregadores e tinha consequências sobre as relações entre trabalhadores e seus patrões quase tão significativas quanto aquelas produzidas pelo ETR.

---

38 WELCH, Cliff. *A semente foi plantada. op. cit.*

39 *Idem*, p. 215; MAYBURY-LEWIS, Biorn. *The politics of the possible: the Brazilian rural workers' trade union movement, 1964-1985*. Philadelphia: Temple University Press, p. 39, 1994.

O lendário líder comunista Gregório Bezerra, responsável pela sindicalização de grande percentagem dos canavieiros da região, chamou a Tabela de Tarefas de mais importante conquista desta época turbulenta, à igualdade com o ETR e a sindicalização em grande escala.<sup>40</sup> Sua paixão pela Tabela de Tarefas lembra os esforços imensos dos portuários de Santos, no estado de São Paulo, para conseguir controlar o ritmo, a organização e a maneira de medir seu trabalho. Fernando Teixeira da Silva analisa o orgulho destes trabalhadores em ser “operários sem patrões”, na medida em que estabeleceram suas próprias formas de contratação dentro do sindicato e incorporaram na estrutura sindical a participação dos capatazes. Eles enfrentaram uma tarefa difícil, particularmente numa atividade caracterizada por demandas esporádicas de mão de obra, mas em 1956 conseguiram o direito de nomear os encarregados de dentro do sindicato.<sup>41</sup> Os canavieiros lutaram pelo mesmo princípio de exercer controle, entendendo que mesmo com os benefícios e as proteções do ETR, eles estavam expostos ao capricho dos proprietários nos engenhos. Eles precisavam de um mecanismo que regulasse normas e expectativas, algo para impedir os objetivos dos senhores de engenho de mudar constantemente e controlar a tendência inexorável do salário por tarefa no sentido de exigência crescente da produtividade do trabalhador. Ao fornecer os meios deste controle, algo com o apoio do Estado, a Tabela contribuiu para uma mudança nas dinâmicas de poder nos engenhos.

---

40 BEZERRA, Gregório. *Memórias. op. cit.*, p. 178.

41 SILVA, Fernando Teixeira da. Valentia e cultura do trabalho na estiva de Santos. In: BATALHA, Claudio H. M. (org.). *Culturas de classe: identidade e diversidade na formação do operariado*. São Paulo: Unicamp, p. 208-234, 2004. Outro exemplo da luta a respeito deste princípio vem dos maçons britânicos que resistiam às tentativas dos empregadores de regulamentar as relações trabalhistas com o argumento que a luta se reduzia a saber se “nós devemos ser tratados como animais de carga ou... seres morais e intelectuais”. PRICE, Richard. *Masters, unions and men... op. cit.*, p. 37-38.

Sob certos aspectos, a Tabela de Tarefas não tinha nada de notável. Ela simplesmente estabelecia cada tarefa com normas de produção em um dia de trabalho. Também aceitava claramente a norma existente de trabalho por peça. Neste sentido, ela se situa em paralelo com as concessões que os trabalhadores britânicos dos séculos 18 e 19 aceitaram em relação ao crescimento da disciplina relacionada ao tempo, tais como Thompson as descreve. Ele faz a crônica da resistência direta que os trabalhadores opuseram inicialmente, frente ao ataque lançado contra as tradições laborais das pessoas. Mas numa segunda etapa, “na medida que a nova disciplina por tempo era imposta, os trabalhadores começaram a lutar, não contra o tempo, mas a seu propósito”.<sup>42</sup> No mesmo sentido, os canavieiros de Pernambuco lutaram para que houvesse padronização das tarefas, em vez de descartá-la.<sup>43</sup> Não dispomos de fontes para saber qual era a opinião dos trabalhadores de Roçadinho a respeito da Tabela de Tarefas, mas provavelmente eles a aprovavam. As normas estabeleciam tarefas pela diária, não maiores, garantindo a liberdade dos trabalhadores de organizar sua semana como preferiam dentro das obrigações mais amplas implicadas pela condição de morador.

Gregório Bezerra valorizava a Tabela pela proteção que oferecia aos trabalhadores contra um tratamento arbitrário no eito, mas ela comportava outras implicações. Claramente, ela representava uma

---

42 THOMPSON, E. P. Time, work-discipline, and industrial capitalism. *op. cit.*, p. 85.

43 Eu cito Thompson, mas não quero sugerir que a revolução industrial inglesa estabeleceu um modelo para a trajetória das relações de trabalho alhures no mundo. A observação me parece importante porque descreve muito adequadamente o caso de Pernambuco. Mas reconheço que caminhos referentes a localização e contexto diferem. Dipesh Chakrabarty critica, com razão, Thompson por declarar que o capitalismo trará inevitavelmente esta disciplina do tempo para o mundo em desenvolvimento. Naturalmente, o capitalismo opera dentro da história e não cria sua própria inexorável temporalidade. CHAKRABARTY, Dipesh. *Provincializing Europe: postcolonial thought and historical difference*. New Jersey: Princeton University Press, p. 48, 2000.

nova etapa do conflito a respeito do tempo de trabalho e sua mensuração, outra fase numa luta que havia testemunhado a transição anterior de pagamento por tempo para pagamento por tarefa. Mas ao delinear a quantidade de trabalho pela diária, a Tabela deixa aparecer sua sensibilidade às variações do terreno e suas condições. Ela também significava a adoção de uma nova perspectiva quanto ao ambiente de trabalho. No caso da roçagem, por exemplo, distingue a vegetação difícil, média e fraca, estipulando normas que variam de meia conta até uma conta e meia, de acordo com a categoria. Podemos analisar isto numa nova perspectiva, pelo menos de duas maneiras: Primeiro, a Tabela de Tarefas mudou entendimentos e realidades vividas de espaço e poder. Os engenhos eram o reino da autoridade quase inquestionada do proprietário, mas a Tabela de Tarefas, um instrumento de mediação entre trabalhadores e patrões, representava a introdução de um poder rival dentro deste espaço.<sup>44</sup> Em segundo lugar, a Tabela estabelecia uma nova perspectiva em relação aos canaviais e comportava uma nuance de sensibilidade muito mais agroambiental do que a visão do fornecedor de cana tradicional, guiado pelo simples imperativo de juntar e controlar a força de trabalho.

Um exemplo muito simples da perspectiva da Tabela está na categoria do corte da cana, um trabalho árduo que serve de metonímia ao trabalho nos canaviais em geral – quando um trabalhador diz “corto cana,” ela ou ele quer geralmente dizer que trabalha no eito, em geral. Nas estipulações quanto ao corte da cana, a Tabela inclui categorias de cana boa, média e fraca, com a precisão que

---

44 Para minha descrição da visão da classe dominante sobre a paisagem da *plantation*, ver: ROGERS, Thomas D. *Laboring landscapes: the environmental, racial, and class worldview of the Brazilian Northeast's sugar elite, 1880s–1930s*. *Luso-Brazilian Review*, 46, p. 22–53, 2009 e ROGERS, Thomas D. *Imaginários paisagísticos em conflito na Zona da Mata pernambucana*. *Cadernos de História UFPE*, v. 6, n. 6, 2009.

“por cana boa de cortar, entende-se cana fina em terreno limpo”.<sup>45</sup> Um trabalhador entrevistado em 2003 precisou pensar um minuto antes de descrever “cana boa,” uma frase que usava repetidamente. Parecia-lhe uma categoria intuitivamente óbvia. Finalmente, ele disse que cana “boa significa grossa e bem unida e bem forte. Ela é boa em área... se plantar esse ano, ela dá boa”.<sup>46</sup> Este contraste entre a definição da Tabela e aquela do trabalhador mostra que a própria ideia de “cana boa de cortar” é inerentemente subjetiva, e que os próprios canaviais são infinitamente variáveis. As normas da Tabela de Tarefas não podem precisamente capturar esta dupla variação. Em certo sentido, qualquer processo nos mundos humano e natural contém uma grande variabilidade, independente de quão simples pareça. Mas a Tabela tentou capturar e levar em consideração a variabilidade tanto das preferências do trabalhador quanto das condições ambientais, e é importante registrar esta perspectiva e reconhecer que diverge das normas anteriores. Esta modificação produziu também mudanças de comportamento.

Enquanto a definição da boa cana era subjetiva e variável, não era nem arbitrária nem sem importância. Nos anos que seguiram a promulgação do ETR, os proprietários dos engenhos procuraram vários meios de cortar o custo da mão de obra. Trabalhadores eram contratados sem assinar as carteiras de trabalho, evitando assim a supervisão do Estado e descartando os benefícios que eles deveriam ter recebido. Durante estes primeiros anos que seguiram o ETR, os proprietários podem ter antecipado o apoio do Estado para esta tática em razão do fato de que os militares tomaram o poder em 1964, eventos que serão tratados adiante. Os proprietários puniam os trabalhadores contratados formalmente ao ofertar tarefas mais

---

45 “Proposta Conjunta das Tabelas das Tarefas do Campo”. *op. cit.*

46 Ronivaldo Nascimento, entrevista com o autor, gravada no Engenho Humaitá, Palmares, 25 jan. 2003.

desejáveis aos que eram ‘clandestinos’, ou seja, sem carteira assinada. Uma queixa que um presidente de sindicato mandou ao Delegado Regional do Trabalho em 1966 fornece detalhes desta abordagem nas terras da usina Tiúma. Os cabos enviavam os trabalhadores ‘clandestinos’ para cortar “cana boa”, enquanto os trabalhadores de carteira assinada eram mandados para partes do canavial repletas de ervas daninhas. O administrador de campo da usina justificou a prática, segundo o sindicalista, pelo fato de que a produtividade do trabalho diminuía após a adoção da Tabela.<sup>47</sup> Os trabalhadores aderiram firmemente à Tabela, internalizando suas regras e prescrições. Os canavieiros Ronivaldo Santos e Severino da Silva mencionam com frequência nas entrevistas as medidas diversas das tarefas, reiterando-as de memória: x área de terra para limpar com solo duro, y quando certo tipo de planta daninha persistente estava presente e assim por diante.<sup>48</sup>

Visando sintetizar e representar, a Tabela parece com um tipo de “instrumento simplificador” do poder do Estado que James Scott descreve em *Seeing like a state*, seu estudo de ideologias modernistas de ponta e os esquemas de controle elaborados pelos Estados autoritários do século xx. Ele argumenta que os Estados procuram melhorar a “legibilidade” de sociedades ao montar mecanismos – tais como censos e cadastro – para clarear a visão dos tecnocratas a respeito da ordem natural e social. Scott começa seu livro com uma breve história da engenharia florestal científica moderna na Alemanha, um exemplo que não envolve a interação entre Estado e sociedade. Mas ele quer descrever a tentativa do Estado de ordenar e controlar o ambiente por meio de parcelas de floresta delimitadas de

---

47 Carta de Agábito Francisco Santos (07 mar. 1966) ao Delegado Regional do Trabalho. SSP 1606: Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Lourenço da Mata (APEJE).

48 Joaquim Manuel dos Santos e Severino José da Silva, entrevistas. *op. cit.*

forma racional num padrão de grade, com o propósito de demonstrar a conexão entre a ânsia por controle do ambiente e a abordagem dos Estados modernistas frente a suas sociedades. Para as pessoas, os Estados utilizavam o censo e registros em vez de mapas planos da floresta, mas as técnicas de base eram as mesmas. Esquemas para controlar o meio ambiente reaparecem nos argumentos de Scott ao longo do livro. Em ambos os casos, “natural” e humano, Scott argumenta que os instrumentos que os Estados desenvolvem visando a monitorar e controlar de fato mudam a realidade que descrevem. As florestas alemãs, de diversas essências de madeira dura, tornaram-se fileiras de uma só espécie. Os sujeitos sociais foram aos poucos moldados numa forma satisfatória para a visão do Estado.<sup>49</sup>

A Tabela de Tarefas criou uma nova realidade, uma abstração da diversidade ambiental e do processo de trabalho real que ocorria nos canaviais. Embora sua forma corresponda ao modelo descrito por Scott, ela não ocorreu como ferramenta do Estado para vigiar e medir, mas nasceu num momento de poder dos trabalhadores, através de um processo de negociação com os proprietários.<sup>50</sup> Foi pensada não para controlar os trabalhadores, mas seus empregadores, ou para limitar a quantidade de trabalho exigida.<sup>51</sup> Os canavieiros

---

49 SCOTT, James C. *Seeing like a state. op. cit.*, p. 11-25.

50 Num diálogo com as ideias de Scott, Michael Ervin argumenta que as populações dominadas realmente desejam alguns dos produtos que provêm destas ferramentas Scottianas de quantificação e mensuração. No caso específico do Estado mexicano pós-revolução, ele descreve a qualidade de faca de dois gumes de estatísticas e mapas, que poderiam tanto ajudar quando limitar os grupos populares. ERVIN, Michael A. Statistics, maps, and legibility: negotiating nationalism in post-revolutionary Mexico. *The Americas*, v. 66, n. 2, p. 156, 2009.

51 Os maçons britânicos do século XIX que Richard Price estudou procuravam arranjos com os empregadores, de forma a limitar seu trabalho. Suas soluções iam de “declarações relativamente simples a respeito de horários e salários até exegeses complexas e detalhadas que regiam detalhadamente as condições nas quais o trabalho era efetuado”. Em todos os casos, os acordos continham restrições

consideraram a medida do trabalho como uma forma de controlar os meios ou métodos de medida, repelindo as tentativas do patronato de medir o trabalho como forma de aumentar suas exigências. Vemos um paralelo desta abordagem com o sistema que trabalhadores estabeleceram nas Índias ocidentais britânicas no setor açucareiro nos anos 1940 onde passou a dominar um “sistema complicado de definição das tarefas”. Um economista, à época, afirmou que estas regras “desafiavam o entendimento das pessoas não familiarizadas”, mas os trabalhadores utilizavam o sistema para melhorar seus ganhos e os sindicatos lutaram assiduamente para o proteger.<sup>52</sup> Os sindicatos em Pernambuco não conseguiram um sistema tão favorável, mas foram capazes de exercer alguma medida de controle sobre seu local de trabalho através da Tabela.<sup>53</sup> Os trabalhadores não eram os únicos a reconhecer o apelo de um instrumento de regulação. O regime militar também achou a Tabela útil e estendeu sua abrangência no setor açucareiro.<sup>54</sup>

### A Tabela de Tarefas sobrevive a tumultos no campo político

O tumulto de 1963 atingiu o cume em novembro quando os sindicatos de trabalhadores rurais fizeram a maior e melhor organizada greve na história do movimento social rural no Brasil. As usinas

---

a respeito do trabalho por peça. PRICE, Richard. *Masters, unions and men*. *op. cit.*, p. 90.

52 ROTTENBERG, Simon. Negotiated wage payments in British West Indian agriculture. *Journal of Farm Economics*, v 33, n. 3, p. 403, 1951.

53 Ver MONTGOMERY, David. *Workers' control in America: studies in the history of work, technology, and labor struggles*. *op. cit.*

54 Scott nota a fragilidade de instrumentos simplificadores frente à complexidade da realidade. Até mesmo Estados autoritários apoiavam-se neles, escreve, pois enfraqueciam os projetos destes Estados ao ignorar a bagunça do dinamismo social e ambiental. SCOTT, James C. *Seeing like a state*. *op. cit.*, p. 77, 80, 82, 89, 95, 262.

do estado pararam, enquanto 200.000 canavieiros paralisaram as atividades. A greve concluiu-se com um acordo coletivo que dava aos trabalhadores um aumento de salário de 85%. Os sindicatos também pediram a inclusão da Tabela na convenção, enfatizando o fato de que todos os empregadores da cana deviam obedecer a suas estipulações.<sup>55</sup> Épica, a greve ocorreu num contexto de agudo conflito político na escala nacional. O presidente João Goulart prometeu que ele procederia a reformas estruturais importantes, inclusive uma reforma agrária que prometia atingir a estrutura fundiária tradicionalmente concentrada. Os militares brasileiros objetaram aos planos de Goulart e à ameaça que eles representavam para a ordem política. O Nordeste também pesava nas suas mentes. Eles viam na agitação das Ligas Camponesas e rápida sindicalização dos canavieiros, seguida pela greve, o potencial por uma revolução radical.<sup>56</sup> As tensões culminaram nos primeiros meses de 1964, e em abril os militares derrubaram Goulart e tomaram o poder.

Com a ascensão dos militares e a prisão dos líderes como Francisco Julião e Gregório Bezerra, os proprietários de canaviais viram uma oportunidade de desfazer o Acordo do Campo e insistiram na reformulação da Tabela. Eles argumentavam que ela era injusta com eles e que foram “obrigados a respeitá-la pelos comunistas”. Em resposta, a ditadura operou sua primeira investida no detalhe das relações de trabalho na zona canavieira. Seu método indicava que eles teriam uma posição intervencionista na região

---

55 “Parou Totalmente Atividade dos Trabalhadores da Cana”. *Diário de Pernambuco*, 20 nov. 1963, p. 3; BEZERRA, Gregório. *Memórias. op. cit.*, p. 175-179; PAGE, Joseph A. *A Revolução que nunca houve: Nordeste do Brasil (1955-1964)*. Rio de Janeiro: Record, p. 166-169, 1972.

56 O *New York Times* contribuiu para o ambiente político com os títulos dos artigos. Por exemplo: Tad Szulc. Northeast Brazil poverty breeds threat of a revolt. *New York Times*, 31 out. 1960; Tad Szulc. Marxists are organizing peasants in Brazil. *New York Times*, 1 nov. 1960.

a respeito da principal indústria. Representantes recém-indicados pelos militares no Ministério do Trabalho, no governo do estado e no exército, e “técnicos qualificados” foram convidados a pesquisar as normas de trabalho na região e formular uma nova Tabela.<sup>57</sup> Esta abordagem minuciosa e pesadamente burocratizada deu o tom do estilo de trabalho do Estado militar tanto nas questões de relações de trabalho quanto de planificação agrícola.

A ditadura estruturou uma supervisão sistemática da indústria com a criação, em 1965, do Grupo de Trabalho Interministerial do Açúcar (GTIA) que associava a Sudene, o Ministério da Agricultura, o IAA, o Conselho de Desenvolvimento de Pernambuco, a Fetape, a Secretaria estadual da Agricultura e entidades de produtores. Os governos civis dos anos 1950 e 1960 embarcaram também em uma aventura planificadora extensa. Por exemplo, a Sudene, estabelecida em 1959, representava uma experiência enorme na eficácia da planificação. Mas os militares abraçaram o planejamento estrutural com ainda mais fervor. Eles continuariam a desenvolver planos de maior alcance, inclusive um Programa de Racionalização da agroindústria açucareira e um programa nacional para a melhoria da cana-de-açúcar em 1971 (PLANALSUCAR), o Programa de Apoio à agroindústria açucareira, em 1973, e o PROÁLCOOL em 1975.<sup>58</sup> Cada um destes programas recebeu orçamentos gigantescos e exigia instalações e pessoal no campo, nos diversos estados produtores de açúcar. A burocratização do setor do açúcar durante a ditadura estendeu-se

---

57 “Porque os Trabalhadores Rurais não Acreditam em Tabelas”. Panfleto de 28 de outubro de 1968. SSP 1352: Contag (APEJE).

58 ANDRECE, Manuel Correia de. Área do Sistema Canavieiro. *op. cit.*, p. 390-391. DANTAS, Bento; SILVA, Lúcio dos Santos e. *Subsídios para o Programa de Desenvolvimento Sustentável da Zona da Mata*. Recife: Promata, p. 72, 1995; ANDRADE, Manuel Correia de. *Modernização e pobreza: a expansão da agroindústria canavieira e seu impacto ecológico e social*. São Paulo: Unesp, p. 42; 173, 1994.

em múltiplas direções e seu tratamento da Tabela de Tarefas foi um pequeno exemplo desta abordagem.<sup>59</sup>

A equipe formada para escrever a nova Tabela não respondeu às expectativas dos produtores de açúcar. Em vez de suprimir o documento, como eles esperavam, a comissão militar acrescentou prescrições ainda mais detalhadas. Quando a Tabela de Tarefas foi estabelecida, ela forneceu aos trabalhadores um elemento de controle sobre seu trabalho, e estava explicitamente apoiada pelo poder do Estado, na medida em que Arraes havia, por assim dizer, operado como parteira no seu nascimento. Este fato, junto com a forma que adotou, tornou-a um elemento que combinava com a abordagem tecnocrática do regime militar. A comissão militar adotou o quadro da versão anterior e acrescentou novos níveis de nuance e complexidade. Por exemplo, a Tabela anterior deixava as normas de limpa a “entendimento” entre o trabalhador e o cabo, mas a “Tabela da Revolução” (como ficou conhecida) destrinchou seis tipos de terreno a serem limpos, cada um com tamanho de tarefa calibrada especificamente.<sup>60</sup>

O simples fato de que a ditadura mantivesse a Tabela de Tarefas e lhe desse a legitimação da recalibragem indica o espaço deixado aberto após o golpe para atividades dos trabalhadores. Os sindicatos também permaneceram, e embora sua participação tenha afundado quando os militares prenderam organizadores importantes na época do golpe, eles retornaram aos níveis de participação

---

59 Scott argumenta que a temporalidade operativa de regimes altamente modernistas é o futuro. Portanto, a planificação torna-se um processo científico dotado de grande prestígio e importância. SCOTT, James C. *Seeing like a state. op. cit.*, p. 95-96.

60 “Contrato Coletivo de Trabalho na Lavoura Canavieira de Pernambuco”. SSP 28688: Federação dos Trabalhadores Rurais de Pernambuco (APEJE).

anteriores por volta de 1967 e 1968.<sup>61</sup> Considerando a fiscalização estreita do Estado sobre os sindicatos, o golpe ameaçou seriamente a defesa dos trabalhadores. Houve até algumas greves após o golpe: no Cabo, os canavieiros conduziram várias delas entre 1965 e 1968 para pedir o cumprimento da Tabela e pagamento de salários atrasados.<sup>62</sup> Os trabalhadores lutaram contra o descumprimento generalizado da Tabela por parte dos empregadores. Mas era melhor ter pelo menos uma arma legal para seus enfrentamentos cotidianos nos canaviais do que não ter nada. Francisco Julião percebeu esta dimensão quando reconheceu que a lei trabalhista “não funciona e nunca funcionou plenamente”, mas enfatizou que os assalariados rurais deviam conduzir seu movimento dentro dos limites das leis, pois comportavam “uma promessa de libertação”.<sup>63</sup> Essencialmente, essa promessa existia dentro dos limites das instituições do Estado. A Tabela de Tarefas, as Juntas de Conciliação e Julgamento e a supervisão do Ministério do Trabalho sobre os sindicatos, tudo isso existia

---

61 FETAPE. *Levantamento socioeconômico*. p. 19. Muitos estudiosos concordam que após um período de dura repressão, o governo militar permitiu deliberadamente ao movimento sindical funcionar. Ver as versões deste argumento em: PEREIRA, Anthony. *The end of the peasantry: the rural labor movement in Northeast Brazil* (1961-1988). Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 1997; MAYBURY-LEWIS, Biorn. *The politics of the possible... op. cit.* e HOUTZAGER, Peter. State and unions in the transformation of the Brazilian countryside (1964-1979). *Latin American Research Review*, v. 33, n. 2, p. 106-108, 1998.

62 KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. Movimentos Sociais no Campo. *Debates*, v. 9, p. 19-46, 1986; “DRT Considera Ilegal Greve do Cabo e Adverte que Decretará Intervenção”. *Diário da Noite*, 17 set. 1968. O sindicato de trabalhadores rurais do Cabo sentiu-se forte o suficiente para organizar uma greve por conta de sua relação com Pe. Melo, um sacerdote envolvido no movimento rural que cultivara uma relação com o regime militar. Ver: MELO, Camila Maria de Araújo. *Entre dois senhores: o patrão e a fome – as greves dos trabalhadores rurais no município do Cabo de Santo Agostinho-PE*. 2018. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2018.

63 Citado em FRENCH, John. *Afogados em leis: a CLT e a cultura política dos trabalhadores brasileiros*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001.

havia menos de um ano quando os militares tomaram o poder. Sob o novo regime, esses instrumentos e instituições chegaram a exercer efeitos sobre os que estavam implicados na sua implementação.<sup>64</sup> No caso dos trabalhadores, os efeitos transformadores dessas instituições incluíam uma sensibilidade acrescida das cargas comuns e mecanismos compartilhados para resistir.

Os trabalhadores preferiam a Tabela de Tarefas revisada pelo processo elaborado pelo novo regime, a “Tabela da Revolução”. As tarefas eram estabelecidas próximas aos níveis que foram fixados na Tabela original de 1963, e o documento listava disposições protetoras, tais como a presença de delegados sindicais em cada engenho e a exigência que os empregadores assinassem a carteira de trabalho. No entanto, pouco tempo depois da implementação da Tabela de Tarefas, os proprietários exigiram uma outra reformulação. Atolados numa crise causada pela perda de partes de mercado e pela baixa produtividade industrial, os proprietários declaravam que os trabalhadores poderiam terminar as tarefas em um expediente e que os custos da força de trabalho eram muito maiores do que aquela de seus competidores do Sul.<sup>65</sup> Rapidamente o GTIA recomendou que as tarefas fossem modificadas no intuito de “estimular um aumento da produtividade”. O grupo sugeriu o uso de incentivos – prêmios e aumentos para os trabalhadores produtivos – bem como de penalidades por subprodução. Em novembro de 1965 um comitê foi formado para investigar as diversas questões que lidavam com a indústria

---

64 SCOTT, James C. *Seeing like a state. op. cit.*, p. 87.

65 A parte de mercado do Nordeste estava diminuindo ao mesmo tempo que o governo federal empreendia um “Plano de Expansão da Indústria Açucareira Nacional”. ANDRADE, Manuel Correia de. *Modernização e pobreza. op. cit.*, p. 173; DANTAS, Bento. *A agroindústria canavieira de Pernambuco: as raízes históricas dos seus problemas, sua situação atual e suas perspectivas*. Recife: Geran, p. 36-38, 1971; DANTAS, Bento; SILVA, Lúcio dos Santos e. *Subsídios para o Programa de Desenvolvimento Sustentável da Zona da Mata. op. cit.*, p. 17.

canavieira, e os proprietários conseguiram forçar a adoção de uma nova Tabela de Tarefas que determinava tarefas maiores.<sup>66</sup>

Desde as greves ousadas do sindicato do Cabo até a reescritura dos limites das tarefas, durante um decênio e meio de intransigência dos proprietários, os trabalhadores lutaram pela aplicação da Tabela. Eles enfrentavam tarefas de tamanho excessivo, a atribuição de tarefas desejáveis a trabalhadores ‘clandestinos’ que não tinham carteira assinada (uma forma de desencorajar os trabalhadores a procurar contratos na forma da lei), comissionários regionais do Ministério do Trabalho ineficientes, relutantes em punir os proprietários e outros desafios.<sup>67</sup> O presidente da Federação dos sindicatos de trabalhadores rurais se queixava em 1966 que os proprietários estavam “transformado a modalidade do trabalho por tarefa como forma de fugir a obrigação de pagar o salário mínimo.” Os empregadores determinavam tarefas grandes demais para que o trabalhador as concluísse sem a “ajuda de algum membro da família”. O presidente dos sindicatos acusava os produtores rurais de não ter o senso empresarial de investir nos seus trabalhadores, e em vez disso utilizar técnicas de gestão “condenadas há mais de 30 anos”.<sup>68</sup> Este comentário enfatiza a concepção dos trabalhadores a respeito do papel da Tabela na batalha histórica por melhores condições e tratamento, e talvez se insira numa estratégia retórica de se situar como representante do progresso e da modernidade, enquanto os proprietários fincavam o pé no atraso e na resistência à mudança.

---

66 Recomendações para a política açucareira do Nordeste. *Brasil Açucareiro*, v. 65, p. 12-13, 1965; Comissão para o Trabalho. *Brasil Açucareiro*, v. 66, p. 14, 1965.

67 Carta do presidente do STR Agápio Francisco Santos ao Delegado Regional do Trabalho. 7 de março de 1966. SSP 1606: Sindicato de Trabalhadores Rurais de São Lourenço da Mata (APEJE).

68 “Exmo. Sr. Ministro do Trabalho e da Previdência Social”. 4 nov. 1966. SSP 31,496: Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Pernambuco (VI) (APEJE).

Dois anos depois, o presidente da Federação permanecia exasperado e fez circular um documento intitulado “Porque os trabalhadores rurais não acreditam em Tabelas”. As páginas retomavam a história dos acordos desde o estabelecimento da primeira, em 1963, até a situação de descumprimento que ele constatava naquele momento. A crítica respondeu às queixas dos proprietários a respeito de alguns trabalhadores que terminavam suas tarefas em menos de 8 horas, o que eles sempre usavam como argumento para aumentar o tamanho das tarefas. A Federação afirmava que os proprietários não entendiam a exaustão exigida dos trabalhadores que procuravam terminar as tarefas em menos tempo e listava as razões pelas quais realizavam tal esforço: para plantar suas próprias culturas de subsistência, para ter tempo de ganhar algo extra, para ajudar e passar tempo com suas famílias.<sup>69</sup> No ano em que o documento apareceu, apenas 15% dos trabalhadores na Mata Sul, dominada pelas usinas, ganhava a quantidade prescrita pela diária (de acordo com outro relatório do Movimento Sindical).<sup>70</sup> O governo orientou os proprietários a obedecer à Tabela, mas queixas revelaram no ano seguinte a contínua negligência por parte dos produtores.<sup>71</sup> Um sindicato mandou uma carta, em 1969, para a Polícia Federal (sem dúvida com pouco resultado), queixando-se que um proprietário chamado Antonio Fernando Sampaio não obedecia à Tabela de Tarefas na sua propriedade. A carta continha uma descrição sucinta da “Tabela da Revolução”, enfatizando que fora promovida pelo Delegado Regional do Trabalho.<sup>72</sup> Quando os trabalhadores pediram os benefícios que

---

69 *Idem.*

70 FETAPE. *Levantamento socioeconômico... op. cit.*, p. 44.

71 Carta à Polícia Federal do STR de São Lourenço da Mata. 26 de novembro de 1969. SSP 1606: Sindicato de Trabalhadores Rurais de São Lourenço da Mata (APEJE).

72 Carta do STR de São Lourenço da Mata, ao Departamento de Polícia Federal. 26 de novembro de 1969. SSP 1606. *op. cit.*

lhes eram devidos, os proprietários habitualmente respondiam que eles deveriam “caçar seus direitos” nos tribunais.<sup>73</sup> Em alguns casos, isso foi benéfico.

### A Tabela de Tarefas na Junta de Conciliação e Julgamento

O ETR incluía muitas regras que os proprietários tinham inclinação a não obedecer, desde férias remuneradas até o décimo terceiro salário, pago no fim do ano. Desde que o ETR foi promulgado e de forma acelerada após o golpe, os empregadores terminaram relações de trabalho oficiais com um crescente número de trabalhadores. Os dirigentes sindicais se queixavam do fato de que as usinas empregavam trabalhadores e se recusavam a assinar a carteira, a ponta de um iceberg. O Tribunal Regional do Trabalho, nos seus arquivos sobre uma JCJ no coração mais produtivo da região canavieira, contém 3.600 rescisões de contrato, apenas para o ano de 1965. Este número de trabalhadores deve representar uma percentagem importante do total dos canavieiros do município. A maior parte dos processos contém a digital do trabalhador, marcando o fato que reconheciam o fim do contrato. Muitos permaneceram em branco, mostrando que o trabalhador não compareceu na JCJ para aceitar ou questionar a rescisão.<sup>74</sup>

A maior parte destes trabalhadores demitidos continuou a trabalhar nos engenhos, mas sem carteira assinada, portanto eram obrigados a concluir acordos de curta duração com os proprietários ou gatos – intermediários entre trabalhadores e proprietários. Os intermediários contratavam os trabalhadores por dia e vendiam o trabalho

---

73 SIGAUD, Lygia. *Os clandestinos e os direitos: estudo sobre trabalhadores da cana-de-açúcar de Pernambuco*. São Paulo: Duas Cidades, p. 90, 97, 1979.

74 Junta de Conciliação e Julgamento (JCJ) de Palmares 1965–1966. Arquivo do Tribunal Regional do Trabalho (TRT).

de um grupo ao proprietário.<sup>75</sup> Ao contratar estes grupos independentes de trabalhadores, os proprietários podiam se livrar não só de suas responsabilidades em relação aos moradores de engenho, mas também com os cabos. Os intermediários se apropriavam de parte do pagamento estabelecido pelo proprietário ou da usina e distribuía o restante entre seus trabalhadores, causando curto circuito no sistema de benefícios estabelecido pelo Estado. Esta modalidade de grupo de trabalhadores contratados apareceu desde os anos 1930, mas sua presença aumentou na medida em que o papel do Estado cresceu nas relações de trabalho, e se tornou habitual nos anos 1970. Um documento de 1972 produzido pela Fetape argumenta que o trabalho temporário excede o permanente por ampla margem.<sup>76</sup>

Da mesma forma que esta modalidade de trabalho por contrato cresceu no Brasil, o mundo inteiro conheceu um crescimento importante das relações de trabalho não-tradicionais ou “informais”, nos anos 1970, o que é conhecido como “flexibilização” da força de trabalho.<sup>77</sup> A estratégia mais ampla era implementada por outras táticas, dependendo do contexto ou da indústria. Em São Paulo, no setor da indústria automotiva, nos anos 1970, por exemplo, os sindicatos acusavam as grandes empresas de dispensar e empregar sistematicamente os trabalhadores como uma maneira de diminuir os salários. Esta prática provavelmente também contribuiu para desencorajar a emergência da tendência à organização entre

---

75 Termo de Reclamação 86/63, JcJ de Nazaré da Mata. Um exemplo de acordo entre empreiteiro encontra-se detalhado num testemunho no tribunal. 160 ILWCH, 85, 2014.

76 “Relatório No 01/76, Recife, 9 fevereiro de 1976”. SSP 31,496: Fetape VII (APEJE). O presidente da Fetape, Euclides Almeida do Nascimento, deu números para o país como um todo. Nesta escala, os trabalhadores temporários eram mais numerosos que os trabalhadores permanentes, numa proporção de 6.800.000 a 1.200.000.

77 KALLEBERG, Arne L. Nonstandard employment relations: part-time, temporary and contract work. *Annual Review of Sociology*, v. 26, p. 341-365, 2000.

os trabalhadores.<sup>78</sup> O termo utilizado para designar os canavieiros sem carteira assinada em Pernambuco revela a predominância da visão de Estado. Trabalhadores sem carteira assinada foram denominados “clandestinos”, na medida em que não gozavam de uma relação de trabalho legal com um empregador e se encontravam, por consequência, “escondidos” da lei trabalhista. O termo implica também alguma forma de ilegalidade ou extra legalidade. Esta conotação tinha ressonância peculiar, numa época em que a repressão da ditadura forçava pessoas a viver na clandestinidade.

Na metade dos anos 1970, a questão dos clandestinos apareceu repetidamente nas JCs, e examinar estes processos providencia outra janela na relevância e no papel da Tabela de Tarefas, desta vez no campo da implementação da lei trabalhista. Um destes casos diz respeito à família de Conceição, que em 1971 se mudou para o engenho Boa Vista, no município de Nazaré da Mata, quando o pai e esposo José foi admitido como morador de engenho.<sup>79</sup> Cinco anos depois, José entrou na JC de Nazaré da Mata contra seu empregador por não providenciar os benefícios, ganhou o processo e recebeu salários atrasados. No ano seguinte, em março de 1977, a esposa de José, Severina, e suas quatro filhas entraram na justiça contra o engenho Boa Vista. Severina testemunhou que o empregador tomara

---

78 HUMPHREY, John. *Capitalist control and workers' struggle in the Brazilian auto industry*. New Jersey: Princeton University Press, p. 87, 1982.

79 Chamei a atenção para a importância das implicações deste caso em outro lugar: ROGERS, Thomas D. *As feridas mais profundas: uma história do trabalho e do ambiente do açúcar no nordeste do Brasil*. São Paulo: Editora Unesp, p. 249-250, 2017; ROGERS, Thomas D.; DABAT, Christine. “A peculiarity of labor in this region”: workers' voices in the labor court archive at the Federal University of Pernambuco. *Latin American Research Review*, v. 47, Special Issue, p. 163-178, 2012. Embora ofereça um exemplo particularmente claro da aplicação da Tabela de Tarefas, minha colega Dabat e eu pesquisamos casos semelhantes em Nazaré da Mata e em outros municípios. Além desses, em nosso artigo observamos muitos outros estudos usando os casos.

medidas de retaliação contra seu empregado “íngrato” ao a impedir, assim como suas filhas, de trabalhar. As mulheres afirmaram que foram exoneradas, e assim o empregador lhes devia benefícios atrasados, assim como a indenização devida a empregados que foram exonerados sem aviso prévio. O advogado do engenho Boa Vista chamou o caso de “uma aventura sem precedentes”, explicando que Severina e suas filhas ajudavam José no seu trabalho e aumentavam sua produção, mas que isto não constituía uma relação de trabalho entre as mulheres e o engenho. Elas não tinham carteira assinada pelo engenho e nunca receberam pagamento diretamente do cabo ou proprietário, fato que reconheceram.<sup>80</sup>

As mulheres da família de Conceição ocupavam papéis cada vez mais comuns na região canavieira. Em 1968, pelo menos 15% dos canavieiros não possuíam carteiras assinadas e esta proporção aumentou na mesma medida das exonerações acima referidas.<sup>81</sup> Mas este caso também ressaltava a situação específica das mulheres. Joaquim dos Santos cresceu no município onde a família de Conceição morava e declarou que sua mãe não trabalhava no eito. “Nesta região da Mata Norte, a mulher não trabalhava”, declarou. “Trabalha no trabalho familiar, cuidando dos filhos e do roçado”.<sup>82</sup> Do ponto de vista formal, não houve muita mudança entre a infância de Joaquim e os anos 1960. Um relatório da Fetape de 1968 afirma que apenas 8% das mulheres trabalhavam e ganhavam salário referenciado em documento na Mata Norte. Na Mata Sul, há uma maior tradição de mulheres trabalhando, e de acordo com o relato, um quarto das mulheres possuía carteira assinada. Mas a maioria das canavieiras trabalhavam junto a seu pai ou marido,

---

80 17 de março de 1977. Ouvindo em: Processo 49/77: Severina Rosa da Conceição e outras (4) vs. Engenho Boa Vista (BA), JcJ de Nazaré da Mata, A-TRT.

81 FETAPE. *Levantamento socioeconômico... op. cit.*, p. 19.

82 Joaquim Manuel dos Santos, entrevista.

sem receber compensação direta.<sup>83</sup> Este trabalho compartilhado era comum, como o sugere um relatório do presidente da Fetape de 1966, quando se queixa que membros da família de trabalhadores precisam se envolver para a conclusão das tarefas.<sup>84</sup> A situação significava que Severina e suas filhas eram “clandestinas”, duplamente escondidas do Estado. Não só elas não possuíam carteira de trabalho, mas também não recebiam salários diretamente, na medida em que o total era pago a José.

O advogado do engenho Boa Vista provavelmente deveria ter parado sua arguição após mencionar que não havia relação de trabalho com as mulheres da família de Conceição, chamando testemunhos para confirmar o fato. Mas ele continuou, como declara, “para argumentar”. Se as mulheres tivessem carteiras de trabalho assinadas, apontou, então o engenho não deve tê-las dispensadas na medida em que continuam morando neles. Ao mencionar isso, o advogado misturou a lógica patronal junto aos moradores com a lógica da lei trabalhista. Morar no engenho foi tradicionalmente sinônimo de uma relação de trabalho (mesmo informal) com o empregador. O proprietário da plantação não deve ter demitido as mulheres, pois elas continuam morando na sua terra, continuou o advogado, no entanto não possuíam carteira assinada. Desta feita, não eram empregadas legalmente, portanto devem ser proibidas de trabalhar nos canaviais. A lógica misturada de um sistema de relações de trabalho herdado e de outro emergente prendeu Severina e suas filhas numa armadilha. A morada havia antigamente significado emprego, mas de acordo com o ETR, emprego deve ser acompanhado de contrato. As mulheres viviam na plantação, e portanto não foram demitidas, mas também não tinham contratos, e portanto

---

83 FETAPE. *Levantamento socioeconômico... op. cit.*, p. 58.

84 “Exmo. Sr. Ministro do Trabalho e da Previdência Social”. 4 nov. 1966. SSP 31,496: Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Pernambuco (VI) (APEJE).

não podiam trabalhar. Os juízes locais concordaram e recusaram a queixa das mulheres um mês após elas terem feito.

Sob o conselho do advogado do sindicato, as mulheres entraram com um recurso e ganharam a causa numa audiência no TRT. (Trabalhadores que sofreram tratamento similar, mas não tinham acesso a um advogado de sindicato tinham pouca chance de continuar com o processo sem este apoio). O caso foi reaberto em maio, com os juízes focados nos detalhes dos modos habituais de trabalho de José. No seu testemunho na JCJ, o proprietário do engenho Boa Vista se referira às tarefas diárias de José no plural, embora todas as testemunhas do engenho declarassem que José efetuava apenas uma tarefa por dia. Eles também reconheceram que a esposa de José e suas filhas regularmente trabalhavam com ele. Os juízes do TRT decidiram que a questão da relação de trabalho das mulheres com o engenho Boa Vista dizia respeito a quanto trabalho era creditado habitualmente a José, o receptor legal do salário. Se seu recibo de salário mostrava mais de uma tarefa por dia, mas ele só recebia um salário, os juízes argumentaram, isto indicava que o empregador cometia fraude, porque as tarefas eram medidas por um dia inteiro de trabalho. Essencialmente, a compreensão dos juízes se baseava numa aplicação muito literal da Tabela de Tarefas. Embora todo mundo soubesse de quanta variabilidade existia na prática, a Tabela de Tarefas estabelecia que qualquer tarefa equivalia a uma diária de oito horas. Portanto, efetuar mais de uma tarefa em oito horas implicava na presença de vários trabalhadores, e portanto de vários empregados.<sup>85</sup>

A simplificação da Tabela de Tarefas quanto à cultura da cana ao constituir uma grade de tarefas não podia refletir todas as condições e situações. No entanto, os juízes do TRT neste caso a utilizaram como instrumento para cortar as informalidades exploradoras do

---

85 Julgamento do TRT, 13 de julho no TRT. Processo 567/77, A-TRT.

trabalho na zona canavieira (talvez confrontando a exploração rotineira que consistia na atribuição de tarefas grandes demais para serem efetuadas num dia). Pela cuidadosa análise de testemunhos contraditórios, os juízes decidiram que José completava regularmente mais de uma tarefa por dia. Eles se apoiaram na sua decisão final de julho de 1977, principalmente na admissão inadvertida deste fato pelo próprio patrão. A produção de José, disseram os juízes, era nitidamente possível pela ajuda de outros – neste caso, os membros de sua família. Eles passaram então a determinar a regularidade deste serviço de auxiliares. Na base das observações dos testemunhos, eles julgaram que três de suas filhas forneceram trabalho para o engenho numa base suficientemente consistente para as classificar como empregadas. Portanto, a recusa do proprietário de lhes conceder trabalho devia ser entendida como demissão sem aviso prévio, e ordenaram o pagamento de restituição.<sup>86</sup>

Na sua declaração à audiência do TRT, o advogado do engenho Boa Vista não disputava que Severina e suas filhas trabalharam com José. Ele descreveu o uso costumeiro do trabalho da família para aumentar a produção dos homens como simplesmente “uma peculiaridade do trabalho na zona canavieira”.<sup>87</sup> Mas precisamente estes tipos de “peculiaridades”, além das relações personalizadas às quais o advogado se referira na sua declaração na JCJ, entravam em conflito com um regime de regulação trabalhista baseado em carteiras de trabalho oficiais, benefícios regulamentados pelo Estado e um sistema de serviço social elaborado sobre registros claros do trabalho efetuado. O Estado não podia “ver” trabalho realizado por mulheres como apoio aos membros masculinos da família e remunerado pelo pagamento feito aos homens. A sentença do TRT em julho constitui um pequeno passo no sentido de expandir a visão do Estado na medida em que

---

86 *Idem.*

87 26 de abril de 1977. Audiência no TRT. Processo 567/77.

incorporou mais três trabalhadores no âmbito da regra. A Tabela de Tarefas facilitou o processo, ao constituir um instrumento para medir as quantidades de trabalho efetuadas e render sentenças na base de relações empregado-empregador.

Muitos trabalhadores nunca iniciaram processos nas JCs e muitos daqueles que o fizeram não receberam sentenças tão favoráveis quanto as filhas de Severina. Mas ao longo dos anos 1970 mulheres trabalharam cada vez mais por seus próprios pagamentos, embora raramente tivessem carteira assinada. Como foi mencionado, a Fetape encontrou diferenças regionais no emprego oficial de mulheres nos anos 1960. Uma comparação dos processos em duas JCs, uma da Mata Norte e outra da Mata Sul, em 1977, mostra a mesma divergência, com as mulheres representando 13% dos casos no Norte, mas quase a metade no Sul.<sup>88</sup> Este padrão reflete uma diferença no ritmo do desenvolvimento agrícola, mas em ambos os casos o envolvimento das mulheres no trabalho estava crescendo. Entrevistas realizadas em 2003 confirmaram o envolvimento crescente das mulheres nos sindicatos nos anos 1970 e 1980.<sup>89</sup> Esta formalização crescente funcionava acoplada às condições que permitiram a emergência e relevância contínua da Tabela de Tarefas possível.

## Conclusão

Dr. Gerson Bastos, um agrônomo, especializado na cana-de-açúcar na Universidade Federal Rural de Pernambuco, menciona que as mudanças que aconteceram na região açucareira durante os anos

---

88 ROGERS, Thomas D. Making class consciousness under a repressive state: rural unions in 1970s Brazil. Artigo para "Class analysis and the politics of the people: investigations in a post-colonial mode". *Conferência na Universidade de Emory*. 2013.

89 Irací. Entrevista com o autor. Gravação. Vicência, 7 e 27 mar. 2003. Irací era secretária do STR de Vicência, uma posição de representante eleito.

1970 eram como um “holofote apontado para a área rural”.<sup>90</sup> A presença do Estado aumentou consideravelmente, já que o regime militar – guiando a expansão industrial, tentando fiscalizar o ambiente agrícola e reestabelecendo regras para negociações com os trabalhadores – focava a intervenção do Estado numa região que permanecera por muito tempo na sombra das relações paternalistas e dominação individual. Os militares revolucionaram a agricultura de exportação e arrojaram o controle das relações de trabalho. Este processo e os instrumentos e instituições que o facilitaram, incluindo as JCs, sindicatos de trabalhadores rurais e a Tabela de Tarefas, trouxeram resultados inabituais. Embora o Estado introduzisse uma nova dinâmica de poder numa área com tradições bem estabelecidas, ele não suplantou simplesmente a dominação dos empregadores. Um estudioso argumentou que o Estado “buscava recuperar certas bandeiras de luta pelas quais a classe dominada rural lutou no período anterior ao golpe... transformando-as à sua linguagem e remetendo-as aos trabalhadores de forma paternalística”.<sup>91</sup> Isto é parcialmente verdadeiro. Certamente os trabalhadores olhavam para o Estado através dos seus sindicatos, para conseguir a aposentadoria e assistência médica em vez de procurar os empregadores para assistência. Mas ao conformar-se ao grupo organizado e regulamentado descrito na lei, e utilizando os espaços que o Estado lhes garantia, os trabalhadores começaram a se reconhecer como um grupo com interesses em comum ou uma classe.

A consciência dos trabalhadores teve um papel enfático na organização de uma greve regional em 1979 – a primeira por mais de um decênio – que resultou num aumento de salário, no reconhecimento de delegados sindicais por engenho e na priorização renovada da

---

90 Gerson Quirino Bastos. Entrevista com o autor. Notas manuscritas. Recife, 25 de março de 2003.

91 KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. *Movimentos Sociais no Campo*. *op. cit.*, p. 21.

Tabela de Tarefas. Na preparação da greve, os trabalhadores seguiam à risca a lei repressiva do Estado, suas competências e experiência aprimoradas por anos nas JCJs. Eles levavam consigo as lembranças do Acordo que produzira a Tabela de Tarefas na mesa de negociações com os produtores, e conseguiram termos de contratos novos e generosos. Esta sequência de eventos surpreendeu o governo, mas ao aumentar a legibilidade dos trabalhadores através de instituições como as JCJs, o Estado não apenas melhorou sua capacidade de fiscalizar e controlar, como também permitiu manter um sentido de queixas e preocupações compartilhadas. O mundo fechado e subjogado dos engenhos foi aberto pela Tabela de Tarefas, os sindicatos e as JCJs, até mesmo quando manobrados por um Estado repressivo, ofereciam aos trabalhadores um espaço marginal de mobilização.<sup>92</sup> A Tabela de Tarefas – ainda um produto de negociação entre proprietários, trabalhadores e o Estado – permanece um instrumento crucial para os trabalhadores se protegerem nos canaviais. “Se você não tiver uma Tabela de Tarefas”, disse Joaquim dos Santos na sua entrevista de 2003, “você ia sofrer com fulano”.<sup>93</sup>

---

92 Este é um argumento de MAYBURY-LEWIS, Biorn. *The politics of the possible*. *op. cit.*

93 Joaquim Manuel dos Santos. Entrevista com o autor. Gravação. Murupé, 27 mar. 2003.

## Referências

4 FOTOS e um pouco da história da fábrica da Fratelli Vita no Recife. Revista Algomais, Recife, 24 de março de 2023. Disponível em: <https://revista.algomais.com/4-fotos-de-um-pouco-da-historia-da-fratelli-vita-no-recife/>. Acesso em: 27 nov. 2024.

ADAMS, Vincanne. Evidence-based global public health: subjects, profits, erasures. In: BIEHL, João; PETRYNA, Adriana (ed.). *When people come first: critical studies in global health*. New Jersey: Princeton University Press, 2013.

ALADREN, Gabriel. *Sem respeitar fé nem tratados: escravidão e Guerra na formação histórica da fronteira sul do Brasil (Rio Grande de São Pedro, c. 1777-1835)*. 2012. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012.

ALMEIDA, Manoel Antônio de. *Memórias de um sargento de milícias*. Porto Alegre: L&PM, 1997.

ANDRADE, Manuel Correia de. Área do sistema canavieiro. Estudos Regionais n. 18. Recife: Sudene/PSU/SRE, 1988.

ANDRADE, Manuel Correia de. Área do sistema canavieiro. Recife: Sudene, 1988.

ANDRADE, Manuel Correia de. *Modernização e pobreza: a expansão da agroindústria canavieira e seu impacto ecológico e social*. São Paulo: Unesp, 1994.

ANDRADE, Manuel Correia de. *Movimentos nativistas em Pernambuco: Setembrizada e Novembrada*. Recife: Editora UFPE, 1998.

ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas*. São Paulo: Edusp, 2008.

ARALDI, Rosilaine *et al.* Florescimento em cana-de-açúcar. *Ciência Rural*, v. 40, n. 3, 2010.

ARAÚJO NETO, Luiz Alves Araújo Neto; BRITO, Carolina Arouca G. de; FREITAS, Ricardo Cabral (org.). *História da Saúde: diálogos para o século XXI*. São Paulo: Editora Hucitec, 2023.

ARAÚJO NETO, Luiz Alves. Cancer prevention in Brazil: a socio-conceptual-moral history of medical concepts. *Contributions to the History of Concepts*, v. 16, n. 2, 2022.

ARAÚJO NETO, Luiz Alves; TEIXEIRA, Luiz Antonio. “Many of us are rare”: the right to health and the moral economy of rare diseases activism in Brazil. *Dynamis*, v. 42, n. 2, 2023.

ARAÚJO, Frederico Guilherme. *Saber sobre os homens, saber sobre as coisas: história e tempo, geografia e espaço, ecologia e natureza*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

ARAÚJO, Rafael Nóbrega. Educação pela saúde: os discursos higiênicos no combate a endemia da sífilis na imprensa paraibana na primeira metade do vigésimo século. In: SOARES JÚNIOR, Azemar dos Santos; ANDRADE, Vivian Galdino (org.). *A escrita do sensível: experiência, história cultural e práticas educativas*. João Pessoa: Ideia, 2019.

ARAÚJO, Thiago L. de. *Escravidão, fronteira e liberdade: políticas de domínio, trabalho e luta em um contexto produtivo agropecuário (vila de Cruz Alta, província do Rio Grande do Sul, 1834- 1884)*. 2008. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

ARMITAGE, John. *História do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1981.

ARMSTRONG, David. Chronic Illness: a revisionist account. *Sociology of Health and Illness*, v. 36, n. 1, 2014.

ARMSTRONG, David. The rise of surveillance medicine. *Sociology of Health & Illness*, v. 17, n. 3, 1995.

ARONOWITZ, Robert. *Risky medicine: our quest to conquer fear and uncertainty*. Chicago: The University of Chicago Press, 2015.

ARONOWITZ, Robert. The convergence experience of risk and disease. *Milbank Q*, 87(2), 2009.

ARRAIS, Raimundo. *O pântano e o riacho: a formação do espaço público no Recife do século XIX*. São Paulo: Humanitas; FFLCH; USP, 2004.

AUGUSTO, Antônio B.; DANTAS, Bento; DANTAS Junqueira. *A cana-de-açúcar no Brasil: cultura e adubação de cana-de-açúcar*. São Paulo: Instituto Brasileiro de Potassa, 1964.

AVELAR, Alexandre de Sá. A biografia como escrita da história: possibilidades, limites e tensões. *Dimensões*, v. 24, 2010.

BARBOSA, Maria do Socorro Ferraz. *Liberais e liberais: guerras civis em Pernambuco no século XIX*. Recife: Editora UFPE, 1996.

BARRADAS, Carlos; TEIXEIRA, Luiz; ARAÚJO NETO, Luiz Alves. Para além das classificações biomédicas: a experiência do câncer de mama no Brasil, 1990-2015. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, v. 29, n. 3, 2022.

BARRETO, Cristiane Gomes. *Devastação e proteção da Mata Atlântica nordestina: formação da paisagem e políticas ambientais*. 2013. Tese (Doutorado pelo Centro de Desenvolvimento Sustentável) – Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

BASILE, Marcello. *O laboratório da nação: a era regencial (1831-1840)*. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (org.). *O Brasil Imperial (1831 – 1870)*. V. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

BASTOS, Elide Rugai. *As Ligas Camponesas*. Petrópolis: Vozes, 1984.

BECK, Ulrich. *Risk society: towards a new modernity*. Nova York: SAGE Publications, 1992.

BELL, Kirsten. The breast-cancer-ization of survivorship: implications for experiences of the disease. *Social Science & Medicine*, v. 110, 2014.

BELLO, Ruy. *Subsídios para a história da educação em Pernambuco*. Recife: Secretaria de Educação e cultura/ Departamento de Cultura, 1978.

BERG, Marc; TIMMERMANS, Stefan. *The Gold Standard: the challenge of evidence-based medicine*. Chicago: University of Chicago Press, 2003.

BERNARDES, Antônio de Mendonça. *O patriotismo constitucional: Pernambuco, 1820-1822*, 2001. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

BERTOLLI FILHO, Cláudio. Prontuários médicos: fonte para o estudo da história social da medicina e da enfermidade. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, v. 3, n. 1, 1996.

BESSE, Jean-Marc. *Ver a terra: seis ensaios sobre a paisagem e a geografia*. Trad. Vladimir Bartalini. São Paulo: Perspectiva, 2006.

BEZERRA, Gregório. *Memórias (1946-1969)*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1980.

BICALLHO, Maria Fernanda; FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima (org.). *O antigo regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

BIEHL, João; PETRYNA, Adriana. Peopleing global health. *Saúde e Sociedade*, v. 23, n. 2, 2014.

BLUTEAU, Raphael. *Vocabulario portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico...* Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1728.

BUENO, Jerônimo Carvalho. *História da medicina em Goiás*. Goiânia: Edição do autor, 1979.

CABRAL, Diogo de Carvalho. Horizontality, negotiation, and emergence: toward a philosophy of environmental history. *HALAC – Historia Ambiental, Latinoamericana y Caribeña*, v. II, n. 3, 2021.

CABRAL, Diogo de Carvalho. No mutirão da vida: pensando como um historiador ambiental. *Desenvolv. Meio Ambiente*, v. 31, 2014.

CABRAL, Pedro Eugênio Toledo. O processo de proletarização do trabalhador canavieiro de Pernambuco. *Revista Pernambucana de Desenvolvimento*, v. II, 1984/1986.

CAMARGO, Erney Plessmann. Malária, maleita, paludismo. *Ciência e cultura*, v. 55, n. 1, 2003.

CAMBROSIO, Alberto *et al.* Regulatory objectivity and the generation and management of evidence in medicine. *Social Science & Medicine*, v. 63, n. 1, 2006.

CANGUILHEM, Georges. *O normal e o patológico*. Rio de Janeiro: Graal, 1995.

CARNEIRO, Raíssa Orestes. *Os “donos das florestas”*: código Florestal, debates políticos e direito de propriedade na discussão sobre

a conservação das matas em Pernambuco (1889-1911). 2015. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015.

CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CASTRO, Josué de. *Geografia da fome: o dilema brasileiro: pão ou aço* [1946]. Rio de Janeiro: Edições Antares, 1984.

CAVALCANTI JUNIOR, Manoel Nunes. “O egoísmo, a degradante vingança e o espírito de partido”: a história do predomínio liberal ao movimento regressista (Pernambuco, 1834-1837). 2015. Tese (doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015.

CÉSAR, Guilhermino. *O Conde de Piratini e a Estância da Música: administração de um latifúndio rio-grandense em 1832*. Porto Alegre: EST; Caxias do Sul: IEL, 1978.

CHAKRABARTY, Dipesh. *Provincializing Europe: postcolonial thought and historical difference*. New Jersey: Princeton University Press, 2000.

CHARBONNEAU, Bernard. *O jardim da Babilônia*. Trad. José Carlos C. Marques. Porto: Afrontamento, 1988.

CHAVES, Antônio José Gonçalves. *Memórias ecônomo-políticas sobre a administração pública do Brasil*. Porto Alegre: Cia. União de Seguros Gerais, 1978.

CHOAY, Françoise. A natureza urbanizada, a invenção dos “espaços verdes”. Trad. Eveline B. Kavakama. *Projeto História*, 18: *Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História*, v. 18, p, 1999.

COELHO, Edmundo Campos. *As profissões imperiais: a medicina, engenharia e advocacia no Rio de Janeiro 1822-1930*. Rio de Janeiro e São Paulo: Editora Record, 1999.

CONDRAU, Flurin; WORBOYS, Michael. Second opinions: epidemics and infections in nineteenth century Britain. *Social History of Medicine*, v. 20, n. 1, 2007.

COOK, Scott. *Peasant capitalist industry: piecework and enterprise in southern Mexican brickyards*. Lanham: University Press of America, 1984.

CORANDINI, Odaci Luiz. A formação da elite médica, a Academia Nacional de Medicina e a França como centro de importação. *Estudos*, n. 35, 2005.

COSER, Ivo. *Visconde do Uruguai: centralização e federalismo no Brasil (1823–1866)*. Belo Horizonte/Rio de Janeiro: Editora UFMG/Luperj, 2009.

COSER, Ivo. *Visconde do Uruguai: centralização e federalismo no Brasil (1823–1866)*. Belo Horizonte/Rio de Janeiro: Editora UFMG/Luperj, 2009.

COSTA, F. A. Pereira da. *Arredores do Recife*. 2. ed. Recife: Editora Massangana, 2001.

COSTA, Lara A. Tavares. *Pela moral e os bons costumes: um asylo para órfãs desvalidas (Cidade de Goiás 1808-1958)*. 2017. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2017.

COTTA, Francis Albert. *Breve história da Polícia Militar de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Fino traço, 2014.

COUCEIRO, Sylvia Costa. “Médicos e charlatães”: conflitos e convívios em torno do “poder de cura” no Recife dos anos 1920. *Clio - Revista de Pesquisa Histórica*, v. 2, n. 24, 2007.

CRONON, William. The uses of environmental history. *Environmental History Review*, v. 17, n. 3, p, Autumn, 1993.

DABAT, Christine Rufino. Sugar cane ‘plantations’ in Pernambuco: from ‘natural vocation’ to ethanol production. *Rethinking the Plantation: histories, anthropologies, and archeologies*. Review: Fernand Braudel Center, v. XXXIV, 1/2, 2011.

DANTAS, Bento. *A agroindústria canavieira de Pernambuco: as raízes históricas dos seus problemas, sua situação atual e suas perspectivas*. Recife: Geran, 1971.

DANTAS, Bento. *Melhore a germinação e aumente a produção com o tratamento fungicida dos rebolos*. Recife: Comissão de Combate às Pragas da Cana de Açúcar, Publicação nº 4, 1957.

DANTAS, Bento; SILVA, Lúcio dos Santos e. *Subsídios para o Programa de Desenvolvimento Sustentável da Zona da Mata*. Recife: Promata, 1995.

DANTAS, Rodrigo Aragão. A trajetória de médicos e barbeiros no Rio de Janeiro da segunda metade do século XIX. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, v. 22, n. 3, 2015.

DEAN, Warren. *A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

DELGADO, Luiz. Necrológio de Carlos de Lima Cavalcanti. *Estudos Universitários*, Recife: Imprensa Universitária UFPE.

DIÉGUES JÚNIOR, Manuel. *População e açúcar no Nordeste do Brasil*. Rio de Janeiro: Comissão Nacional de Alimentação, 1954.

DINIZ, Fernando; SARAIVA, Kate. “Dos subúrbios coloridos aos horizontes molhados”: a expansão urbana do Recife nos anos 1920. *Urbana: Revista eletrônica do Centro Interdisciplinar de Estudos sobre a Cidade*. Campinas, SP, v. 12, 2020.

DOLHNIKOFF, Miriam. *O pacto imperial: origens do federalismo no Brasil*. São Paulo: Globo, 2005. OLIVEIRA, Kelly Eleutério Machado. *A Assembleia Provincial de Minas Gerais e a formação do Estado Nacional Brasileiro, 1835-1845*. 2018. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Ouro Preto Mariana, 2018.

DOLINSK, João Pedro. Saúde e cotidiano na Companhia de Menores Aprendizes Marinheiros de Paranaguá na segunda metade do século XIX. *Revista de História Social*, n. 24, 2013.

EDLER, Flavio Coelho. *Boticas & Pharmacias: uma história ilustrada da farmácia no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Casa da Palavra, 2006.

EDLER, Flávio. *As reformas do ensino médico e a profissionalização da medicina na corte do Rio de Janeiro, 1854-1884*. 1992. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1992.

ENGEMANN, Carlos. *De laços e de nós*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2008.

ERVIN, Michael A. Statistics, maps, and legibility: negotiating nationalism in post-revolutionary Mexico. *The Americas*, v. 66, n. 2, 2009.

FAORO, Raimundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 9. ed. São Paulo: Globo, v. 1, 1991.

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 9. ed. São Paulo: Globo, v. 1, 1991.

FARINATTI, Luís A. *Confins meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na fronteira sul do Brasil (1825-1865)*. Santa Maria: Ed. UFSM, 2010.

FARINATTI, Luís A. Escravos do pastoreio: pecuária e escravidão na fronteira meridional do Brasil (Alegrete, 1831-1850). *Revista Ciência & Ambiente*, v. 1, 2006.

FARMER, Jared. *Trees in paradise: a California history*. New York: W. Norton, 2013.

FERNANDES, Renata Silva. A organização dos governos das províncias do Império do Brasil: o Conselho da Presidência e o Conselho Geral de Província (1823-1834). *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História: conhecimento histórico e diálogo social*. Natal, 2013.

FERREIRA FILHO, José Marcelo M. "Human-insect relations in Northeast Brazil's twentieth-century sugar industry". In: CABRAL, Diogo de Carvalho; VITAL, André Vasques; GASCÓN, Margarita. *More-than-human histories of Latin America and the Caribbean: decentering the human in environmental history*. London: University of London Press, 2024.

FERREIRA FILHO, José Marcelo M. *Arquitetura espacial da plantação açucareira no Nordeste do Brasil (Pernambuco, século XX)*. 2. ed. ampliada. Recife: Editora UFPE, 2022.

FERREIRA, Aurélio Buarque de HOLANDA. *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. 2. ed. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1986.

FERREIRA, Luiz Otávio. João Vicente Torres Homem: descrição da carreira médica no século XIX. *Physis - Revista de Saúde Coletiva*, v. 4, n. 1, 1994.

FETAPE. *Levantamento socioeconômico dos trabalhadores rurais*. Recife: Fetape, Contag, Sorpe, 1968.

FEUDTNER, Christian. *Bittersweet: diabetes, insulin, and the transformation of illness*. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 2005.

FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

FLORENTINO, Manolo; GÓES, José R. *A paz nas senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico* (Rio de Janeiro c.1790 – c.1850). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

FOLTZ, Richard C. Does nature have historical agency? World history, environmental history, and how historians can help save the planet. *The History Teacher*, v. 37, n. 1, Special Feature Issue: Environmental History and National History Day 2003 Prize Essays, 2003.

FONTELLA, Leandro G. *Sobre as ruínas dos Sete Povos: estrutura produtiva, escravidão e distintos modos de trabalho no Espaço Oriental Missioneiro* (Vila de São Borja, Rio Grande de São Pedro, 1828-1858). 2013. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. Rio de Janeiro: Forense, 2014.

FOUCAULT, Michel. *O nascimento da clínica*. Rio de Janeiro: Graal, 1994.

FOUCAULT, Michel. *Segurança, território, população: Curso no Collège de France* (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 2018.

FRENCH, John D. *The Brazilian workers' ABC: class conflict and alliances in modern São Paulo*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 1992.

FRENCH, John. *Afogados em leis: a CLT e a cultura política dos trabalhadores brasileiros*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001.

FRENK, Julio *et al.* La transición epidemiológica en América Latina. *Boletín de la Oficina Sanitaria Panamericana* (OSP), III(6), dic. 1991.

FREYRE, Gilberto *et al.* *Livro do Nordeste*. Versão fac-similar. Recife: Arquivo Público Estadual, 1979.

FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 24. ed. São Paulo: Círculo do Livro, 1986, prefácio à primeira edição.

FREYRE, Gilberto. Júlio Bello, agricultor sentimental. *In: Gilberto Freyre: perfil de Euclides e outros perfis* [1937]. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 1987.

FREYRE, Gilberto. *Nordeste: aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do Nordeste do Brasil* [1936]. 7. ed. rev. São Paulo: Global, 2004.

FREYRE, Gilberto. *Tempo morto e outros tempos*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1975.

FREYRE, Gilberto. *Tempos de aprendiz*. São Paulo. IBRASA/MEC. 2 vol., 1979.

GALVÃO, Sebastião de Vasconcelos. *Dicionário corográfico, histórico e estatístico de Pernambuco*. 2. ed. V. 4, Recife: CEPE, 2006

GAMBI, Thiago Fontelas. Centralização política e desenvolvimento financeiro no Brasil império (1853-66). *Varia História*, Belo Horizonte, v. 28, n. 48, jul/dez 2012.

GARCÍA-PEREDA, Ignacio. Experts, study tours, arboretums and tree manuals: eucalyptus introduction in Portugal and its connections with Morocco and Spain *In: Entangled peripheries: new contributions to the history of Portugal and Morocco: essays in homage to Eva Maria von Kemnitz* [online]. Évora: Publicações do Cidehus, 2020.

GLIESSMAN, S. R. *Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável*. Porto Alegre: Editorial UFRGS, 2000.

GOLDTHORPE, C. C. A definition and typology of plantation agriculture. *Singapore Journal of Tropical Geography*, v. 8, n. 1, 1987.

GOUVÊA, Maria de Fátima. A política provincial na formação da monarquia constitucional brasileira. *Almanack braziliense*. São Paulo: USP, n. 7, maio 2008.

GOUVÊA, Maria de Fátima. *O Império da Província: Rio de Janeiro (1822-1899)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

GOUVEIA, Bruno Márcio. *Escritos e práticas na trajetória do médico Octávio de Freitas no Recife*. 2017. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2017.

GRECO, Cinzia E. G.; GRABER, Nils. Anthropology of new chronicities: illness experiences under the promise of medical innovation as long-term treatment. *Anthropology & Medicine*, v. 29, n. 1, 2022.

GUEDES, Roberto. Autonomia escrava e (des)governo senhorial na cidade do Rio de Janeiro da primeira metade do século XIX. In: FLORENTINO, Manolo (org.). *Tráfico, cativo e liberdade*: Rio de Janeiro, séculos XVII-XIX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

HESPANHA, António Manuel; SUBTIL, José Manuel. Corporativismo e Estado de polícia como modelos de governo das sociedades euro-americanas do Antigo Regime. In: FRAGOSO, João Fragoso; GOUVÊA, Maria de Fátima (org.). *O Brasil colonial, 1443-1580*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 1, 2014.

HOCHMAN, Gilberto. “O Brasil não é só doença”: o programa de saúde pública de Juscelino Kubitschek. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, v. 16, suppl. 1, 2009.

HOCHMAN, Gilberto; Cristina Fonseca. O que há de novo? Política de saúde pública e previdência, 1937-1945. In: PANDOLFI, Dulce (org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

HOLLOWAY, Thomas H. *Polícia no Rio de Janeiro: repressão e resistência numa cidade do século XIX*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997.

HOLT, Thomas C. *The problem of freedom: race, labor, and politics in Jamaica and Britain, 1832-1938*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1992.

HOUTZAGER, Peter. State and unions in the transformation of the Brazilian countryside (1964-1979). *Latin American Research Review*, v. 33, n. 2, 1998.

HUMPHREY, John. *Capitalist control and workers' struggle in the Brazilian auto industry*. New Jersey: Princeton University Press, 1982.

IGLESIAS, Francisco. *Política econômica do governo provincial mineiro (1835 - 1889)*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro (INL), 1958.

INGOLD, Tim. On the Distinction between Evolution and History. *Social Evolution & History*. 1(1): 5-24, 2002.

JAFFE, James A. *The struggle for market power: Industrial Relations in the British Coal Industry, 1800-1840*. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.

KALLEBERG, Arne L. Nonstandard employment relations: part-time, temporary and contract work. *Annual Review of Sociology*, v. 26, 2000.

KEATING, Peter; CAMBROSIO, Alberto. *Biomedical platforms: realigning the normal and the pathological in late-twentieth-century medicine*. Cambridge: The MIT Press, 2003.

KOSTER, Henry. *Viagens ao Nordeste do Brasil*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco/Editora Massangana, v. 1, 2002.

KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. Movimentos Sociais no Campo. *Debates*, v. 9, 1986.

KULA, Witold. *Measures and men*. Princeton: Princeton University Press, 1986.

LEAL, Claudia. Aguzar la mirada colectiva, el gran desafío de la historia ambiental latinoamericana. *Hist. Soc.* 36, enero-junio de 2019.

LEVI, Giovanni. *A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte no século xvii*. Tradução de Cynthia Marques de Oliveira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

LEVI, Giovanni. Sobre a micro-história. In: BURKE, Peter (org.). *A Escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

LOPES, José Sérgio Leite. *O vapor do Diabo: o trabalho dos operários do açúcar*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

LORIGA, Sabina. A biografia como problema. In: REVEL, Jacques (org.). *Jogos de escala: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998.

LOVATTO, P. B.; SCHIEDECK, G.; GARCIA, F. R. M. A interação co-evolutiva entre insetos e plantas como estratégia ao manejo agroecológico em agroecossistemas sustentáveis. *Interciencia*, 37(9), 2012.

LÖWY, Ilana. *Long covid, chronic fatigue syndrome and women: the shadow of hysteria*. May 25, 2021.

MACHADO, Maria Helena. *Os médicos no Brasil: um retrato da realidade*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1997.

MACIEL, Telmo Frederico do Rêgo. *Nível de vida do trabalhador rural da Zona da Mata - 1961*. Recife: Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 1964;

MAGALHÃES, Sônia Maria de. Batalha contra o charlatanismo: institucionalização da medicina científica na província de Goiás. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, v. 18, n. 4, 2011.

MAIA, Clarissa Nunes. *Policiaados: controle e disciplina das classes populares na cidade do Recife, 1865-1915*. 2001. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2001.

MAIOR, Armando Souto. *Quebra-quilos: lutas sociais no outono do império*. São Paulo: Editora Nacional, 1978.

MALERBA, Jurandir (org.). *A História escrita: teoria e história da historiografia*. São Paulo: Ed. Contexto, 2006.

MARQUESE de Bivar Rafael; PARRON, Tâmis. Revolta Escrava e política da escravidão: Brasil e Cuba, 1791-1825. *Revista de Índias*, v. LXXI, n. 251, 2011.

MARQUESE, Rafael de B. *Feitores do corpo, missionários da mente: senhores, letrados e o controle dos escravos nas Américas (1660-1860)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

MARQUESE, Rafael. Paternalismo e governo dos escravos nas sociedades escravistas oitocentistas: Brasil, Cuba e Estados Unidos. In: FLORENTINO, Manolo; MACHADO, Cacilda (org.). *Ensaio sobre escravidão*. Belo Horizonte: Editora da Universidade Federal de Minas Gerais, 2003.

MARTINS, Henrique. *Listas dos doutores e bacharéis que têm obtido o respectivo grau na Faculdade de Direito de Recife*. Desde a sua fundação em Olinda, no ano de 1928, até o ano de 1931. 2. ed. Recife: Typografia do Diário da Manhã, 1931.

MATHEUS, Marcelo S. *Fronteiras da liberdade: escravidão, hierarquia social e alforria no extremo sul do Império do Brasil*. São Leopoldo: Oikos/Unisinus, 2012.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo saquarema: a formação do Estado Imperial*. 2. ed. São Paulo: Ed. HUCITEC, 1990.

MATTOSO, Kátia. *Bahia no século XIX: uma província no Império*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

MAYBURY-LEWIS, Biorn. *The politics of the possible: the Brazilian rural workers' trade union movement, 1964-1985*. Philadelphia: Temple University Press, 1994.

MAZOYER, Marcel; ROUDAR, Laurence. *A history of world agriculture: from the neolithic age to the current crisis*. New York: Monthly Review Press, 2006.

MELLO, Evaldo Cabral de. *A outra independência: o federalismo Pernambuco de 1817 a 1824*. São Paulo: Editora 34, 2004.

MELO, Camila Maria de Araújo. *Entre dois senhores: o patrão e a fome – as greves dos trabalhadores rurais no município do Cabo de Santo Agostinho-PE*. 2018. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2018.

MELO, Mário Lacerda de. Problemas agrícolas e industriais do açúcar em Pernambuco. *Brasil Açucareiro*, v. 28, 1946.

MENEZES, E. L. Aguiar; MENEZES, E. B. Bases Ecológicas das Interações entre Insetos e Plantas no Manejo Ecológico de Pragas Agrícolas. In: AQUINO, A. M.; ASSIS, R. L. (ed.). *Agroecologia: princípios e técnicas para uma agricultura orgânica Sustentável*. Brasília, DF; Embrapa Informação Tecnológica, 2005.

MINTZ, Sidney W. *Sweetness and power*. New York: Viking Penguin, 1985.

MINTZ, Sidney. *Worker in the cane: a Puerto Rican life history*. New Haven: Yale University Press, 1960.

MIRANDA, Márcia E. *A estalagem e o império: crise do Antigo Regime, fiscalidade e fronteira na Província de São Pedro (1808-1831)*. São Paulo: Editora Hucitec, 2009.

MITMAN, Gregg. Reflections on the Plantationocene: a conversation with Donna Haraway and Anna Tsing. *EdgeEffects*, 18 June, 2019.

MOL, Annemarie. *The body multiple: ontology in medical practice*. London: Duke University Press, 2002.

MONET, Jean-Claude. *Polícias e sociedades na Europa*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

MONQUELAT, A. F. *Charqueadores, saladeristas y esclavistas*. Pelotas: UFPel, 2010.

MONSMA, Karl. Repensando a escolha racional e a teoria da agência: fazendeiros de gado e capatazes no século XIX. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 15, n. 43, 2000.

MONTGOMERY, David. *Workers' control in America: studies in the history of work, technology, and labor struggles*. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.

MORAES, Maria Augusta de Sant'Anna. *Dos primeiros tempos da saúde pública em Goiás à Faculdade de Medicina*. Goiânia: Editora Canone, 2012.

MOREIRA, Ildeu de Castro; MASSARANI, Luísa. Aspectos históricos da divulgação científica no Brasil. In: MASSARANI, Luísa *et al.* (org.). *Ciência e público: caminhos da divulgação científica no Brasil*. Rio de Janeiro: Casa da Ciência - Centro Cultural de Ciência e Tecnologia da UFRJ, 2002.

MOREL, Marco. *A Revolução do Haiti e o Brasil escravista: o que não deve ser dito*. Jundiá: Paco Editorial, 2017.

MOREL, Marco. Os primeiros passos da palavra impressa. In: MARTINS, Ana Luiza *et al.* (org.). *História da imprensa no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2015.

MOURA, Romero Marinho de. Uma homenagem ao Instituto de Pesquisas Agronômicas (IPA). *Anais da Academia Pernambucana de Ciência Agronômica*, Recife, v. 2, 2005.

MOZAMBANI, A. E. *et al.* História e morfologia da cana-de-açúcar. In: SEGATO, S. V. *et al.* *Atualização em produção de cana-de-açúcar*. Piracicaba: Cadernos Planalsucar, 2006.

MUGGE, Miqueias. *Senhores da Guerra: elites militares no sul do Império do Brasil (Comandantes Superiores da Guarda Nacional, 1845-1873)*. 2016. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

MULCAHY, Matthew; SCHWARTZ, Stuart. Nature's battalions: insects as agricultural pests in the Early Modern Caribbean. *William and Mary Quarterly*, 75: 3, 2018.

NABUCO, Joaquim. *Um estadista do Império*. 5. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, v. I, 1997.

NABUCO, Joaquim. *Um estadista do Império*. São Paulo, 1ª ed. Instituto e Progresso editorial, v. I, 1949.

NASCIMENTO, Dilene *et al.* O indivíduo, a sociedade e a doença: contexto, representação social e alguns debates na história das doenças. *Khronos*, n. 6, 2018.

NASCIMENTO, Luiz do. *História da imprensa de Pernambuco (1821-1954)*. v. 2. Recife: Imprensa Universitária, 1966.

NEVES, Margarida de Souza. *As vitrines do progresso*. Rio de Janeiro: PUC, 1986.

OLIVEIRA TORRE, Camilo de. *A democracia coroada*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1958.

OLIVEIRA, Valdemar de. *No tempo de Amaury*. Recife: CEPE, 1975.

OMRAN, Abdel. The epidemiologic transition: a theory of the epidemiology of population change. *The Milbank Memorial Fund Quarterly*, v. 49, n. 4, 1971.

OPPENHEIMER, Gerald. Profiling risk: the emergence of coronary heart disease epidemiology in the United States (1947-70). *International Journal of Epidemiology*, 35, 2006.

OSÓRIO, Helen. Escravos da fronteira: trabalho e produção no Rio Grande do Sul, 1765-1825. San Martín de los Andes: *Anales de las XIX Jornadas de Historia Económica. Asociación Argentina de Historia Económica*. CD-ROM, 2004.

OSÓRIO, Helen. *O império português no sul da fronteira: estancieiros, lavradores e comerciantes*. Porto Alegre: UFRGS, 2007.

PÁDUA, José Augusto. As bases teóricas da história ambiental. *Estud. Av.*, v. 23, n. 68, 2010.

PAGE, Joseph A. *A Revolução que nunca houve: Nordeste do Brasil (1955-1964)*. Rio de Janeiro: Record, 1972.

PAIVA, Maria Arair Pinto. *A elite política do Ceará provincial*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1979.

PALMEIRA, Moacir. As consequências da mobilização camponesa: conflitos rurais no nordeste brasileiro desde 1964. In: AGUIAR, Neuma (ed.). *The structure of Brazilian development*. New Brunswick: Routledge, 1979.

PANIAGUA, Edson. *A construção da ordem fronteira: grupos de poder e estratégias eleitorais na campanha sul-rio-grandense (1852-1867)*. 2012. Tese (Doutorado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2012.

PEREIRA NETO, André de Faria. *Ser médico no Brasil: o presente no passado*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2001.

PEREIRA, Anthony. *The end of the peasantry: the rural labor movement in Northeast Brazil (1961-1988)*. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 1997.

PETITJEAN, Patrick. Ciências, impérios, relações científicas franco-brasileiras. In: HAMBURGUER, Amélia Império *et al.* (org.). *As ciências nas relações Brasil-França (1850-1950)*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo/ Fapesp, 1996.

PINTO, Natália Garcia. *A bênção compadre: experiências de parentesco, escravidão e liberdade em Pelotas (1830-1850)*. 2012. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2012.

PONTUAL, Virgínia. O urbanismo no Recife: entre ideias e representações. *Revista brasileira de estudos urbanos e regionais*, n. 2, 1999.

PONTUAL, Virgínia. O urbanismo no Recife: entre ideias e representações. *Revista brasileira de estudos urbanos e regionais*, n. 2, 1999.

PORTER, Roy. The patient's view: doing history from below. *Theory and Society*, v. 14, n. 2, 1985.

PORTER, Theodore. *Trust in numbers: the pursuit of objectivity in science and public life*. Nova Jersey: Princeton University Press, 1995.

PORTO, Ângela. A vida inteira que podia ter sido e que não foi: trajetória de um poeta tísico. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, v. 6, n. 3, 2000.

PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. 22. ed. São Paulo: Brasiliense, 1992.

PRICE, Richard. *Masters, unions and men: work control in building and the rise of labour, 1830-1914*. Cambridge: Cambridge University Press, 1980.

REINER, Robert. *A política da polícia*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

REIS, João José; SILVA, Eduardo. *Negociação e conflito*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

REVEL, Jacques; PETER, Pierre. O corpo doente e sua história. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. *História: novos objetos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1986.

REVEL, Judith. *Foucault: conceitos essenciais*. São Carlos: Claraluz, 2005.

REZENDE, Irene Nogueira de. Literatura, história e farmácia: um diálogo possível. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 3, 2015.

RODRIGUES, Gelze S. S. C.; ROSS, Jurandyr L. S. *A trajetória da cana-de-açúcar no Brasil: perspectivas geográfica, histórica e ambiental*. Uberlândia: EDUFU, 2020.

RODRIGUES, Walfredo. *Roteiro sentimental de uma cidade*. São Paulo: Brasiliense, 1962.

ROGERS, Thomas D. *As feridas mais profundas: uma história do trabalho e do ambiente do açúcar no Nordeste do Brasil*. São Paulo: UNESP, 2017.

ROGERS, Thomas D. *As feridas mais profundas: uma história do trabalho e do ambiente do açúcar no nordeste do Brasil*. São Paulo: Editora Unesp, 2017.

ROGERS, Thomas D. Geneticistas da gramínea doce em campos decedentes: variedades de cana-de-açúcar, agrônomos e plantadores na abordagem da modernização agrícola (1930-1964). *Clio - Revista de Pesquisa Histórica*, n. 26.2, 2008.

ROGERS, Thomas D. Imaginários paisagísticos em conflito na Zona da Mata pernambucana. *Cadernos de História UFPE*, v. 6, n. 6, 2009.

ROGERS, Thomas D. Laboring landscapes: the environmental, racial, and class worldview of the Brazilian Northeast's sugar elite, 1880s-1930s. *Luso-Brazilian Review*, 46, 2009.

ROGERS, Thomas D. Making class consciousness under a repressive state: rural unions in 1970s Brazil. Artigo para "Class analysis and the politics of the people: investigations in a post-colonial mode". *Conferência na Universidade de Emory*. 2013.

ROGERS, Thomas D.; DABAT, Christine. "A peculiarity of labor in this region": workers' voices in the labor court archive at the Federal University of Pernambuco. *Latin American Research Review*, v. 47, Special Issue, 2012.

ROSAS, Suzana Cavani. Executivo versus Legislativo: o conflito parlamentar entre o Gabinete Rodrigues Torres e seu partido em 1853. *Revista de História da USP*. São Paulo, n. 180, 2021.

ROSENBERG, Charles. The tyranny of diagnosis: specific entities and individual experience. *The Milbank Quarterly*, v. 80, n. 2, 2002.

ROSENBERG, Charles. The tyranny of diagnosis: specific entities and individual experience. *Milbank Q*, 80(2), 2002.

ROTTENBERG, Simon. Negotiated wage payments in British West Indian agriculture. *Journal of Farm Economics*, v 33, n. 3, 1951.

SÁ, Dominichi Miranda de. *A ciência como profissão: médicos, bacharéis e cientistas no Brasil (1895-1935)*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem ao Rio Grande do Sul*. Brasília: Senado Federal, 2002.

SCHATZMAYR, Hermann G. A varíola, uma antiga inimiga. *Caderno de Saúde Pública*, nov-dez 2001.

SCHWARCZ, Lilia M. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SCOTT, James C. *Seeing like a state: how certain schemes to improve the human condition have failed*. New Haven: Yale University Press, 1998.

SEGAL, Miyraí Araújo. *Espaço de autonomia e negociação: a atuação dos deputados provinciais paraibanos no cenário político Imperial (1855-1875)*. 2010. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2010.

SEGAWA, Hugo. *Ao amor do público: jardins no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel, 1996.

SENNET, Richard. *O declínio do homem público*. Rio de Janeiro: Record, 2014.

SETTE, Mário. As mangueiras. *Revista de Pernambuco*. Recife, abr. 1925.

SHAPIN, Steven. *The scientific life: a moral history of a late modern vacation*. Chicago: University of Chicago Press, 2005.

SIGAUD, Lygia. A percepção do salário entre trabalhadores rurais no Nordeste do Brasil. *Actes du XLIIe Congrès International des Américanistes*, v. 1, n. 1, 1976.

SIGAUD, Lygia. *Os clandestinos e os direitos: estudo sobre trabalhadores da cana-de-açúcar de Pernambuco*. São Paulo: Duas Cidades, 1979.

SIGAUD, Lygia. The idealization of the past in a plantation area: the Northeast of Brazil. *Ideology and Social Change in Latin America*, v. 1: Emergence of Worker Consciousness. New York: June Nash and Juan Corradi, 1975.

SILVA, Aline de Figueirôa. *Jardins do Recife: uma história do paisagismo no Brasil (1872-1937)*. 2. ed. Recife: CEPE, 2010.

SILVA, Aline de Figueirôa. *O projeto paisagístico dos jardins públicos do Recife de 1872 a 1937*. 2007. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007.

SILVA, Fernando Teixeira da. Valentia e cultura do trabalho na estiva de Santos. In: BATALHA, Claudio H. M. (org.). *Culturas de classe: identidade e diversidade na formação do operariado*. São Paulo: Unicamp, 2004.

SILVA, G. et al. Interação tritrófica: aspectos gerais e suas implicações no manejo integrado de pragas. *Nucleus*, v. 9, n. 1, 2012.

SILVA, Joelmir Marques da. Jardins de Roberto Burle Marx em um sítio histórico: uma perfeita integração do antigo com o moderno. 1920, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, 2016.

SILVA, José Bonifácio de Andrada e. Representando à Assembleia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil sobre a escravidão. In: *Obra política de José Bonifácio*. Brasília: Senado Federal, 1973.

SILVA, Wellington Barbosa da. A Guarda Cívica do Recife: a utopia de uma força policial guiada pela cortesia nas décadas finais do Brasil império (1876-1889). *Saeculum – Revista de História*. João Pessoa, n. 33, 2015.

SILVA, Wellington Barbosa da. Sob o império da necessidade: Guarda Nacional e policiamento no Recife oitocentista (1830-1850). *Clio - Revista de Pesquisa Histórica*, n. 28-2, 2010.

SILVA, Wellington Barbosa da; NASCIMENTO, Anderson Linaldo de Lima. “Eis o que é a polícia aqui”: a Guarda Local de Pernambuco (1874-1878). In: CESAR, Tiago da Silva; SILVA, Wellington Barbosa da; ALBUQUERQUE NETO, Flávio de Sá (org.). *Crime, justiça e sistemas punitivos*. Porto Alegre: Editora Fi, 2021.

SILVA, Wuendissy Fortunato da. *Artes de curar em confronto? Disputas, ofícios e práticas de cura na Paraíba imperial (1870-1880)*. 2020. Dissertação (mestrado em História) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2020.

SILVA, Zélia Lopes da. As percepções das elites brasileiras dos anos de 1930 sobre a Natureza: das projeções simbólicas às normas para o seu uso. In: ARRUDA, Gilmar (org.). *Natureza, fronteiras e territórios: imagens e narrativas*. Londrina: Eduel, 2005.

SIVARAMAKRISHNA, Kavita. An irritable state: the contingent politics of science and suffering in anti-cancer campaigns in South India (1940–1960). *Biosocieties*, v. 14, 2019.

SLEMIAN, Andréa. *Sob o império das leis: constituição e unidade nacional na formação do Brasil (1822-1834)*. 2006. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

SLENES, Robert. *Na senzala uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava (Brasil. Sudeste, século XIX)*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

SOARES JÚNIOR, Azemar dos Santos. *Physicamente vigorosos: medicalização escolar e modelação dos corpos na Paraíba (1913-1942)*. São Paulo: e-Manuscrito, 2019.

SOARES, José Arlindo. *A frente do Recife e o governo do Arraes: nacionalismo em crise (1955-196)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

SOBRINHO, Alexandre Barbosa Lima. *Problemas econômicos e sociais da lavoura canavieira*. Rio de Janeiro: Zelio Valverde, 1943.

SOUZA, Paulino José Soares de. *Estudos práticos sobre a administração das províncias no Brasil*. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, Livreiro Editor, t. II, 1865.

STEIN, Felix; SRIDHAR, Devi. The financialisation of global health. *Wellcome Open Research*, v. 3, 2018.

STRONG JR, D. R.; MCCOY, E. D.; REY, J. R. Time and the number of herbivore species: the pests of sugarcane. *Ecology*, 5, 1977.

TEIXEIRA, Luiz Antonio; PIMENTA, Tânia Salgado; HOCHMAN, Gilberto. *História da saúde no Brasil*. São Paulo: Editora Hucitec, 2018.

THOMPSON, E. P. Time, work-discipline, and industrial capitalism. *Past & Present*, v. 38, n. 1, 1967.

TIMMERMANN, Carsten. Chronic Illness and disease history. In: JACKSON, Mark (ed.). *The Oxford Handbook of the History of Medicine*. Oxford: Oxford University Press, 2011.

VARGAS, Jonas M. *Os barões do charque e suas fortunas: um estudo sobre as elites regionais brasileiras a partir de uma análise dos charqueadores de Pelotas (Rio Grande do Sul, século XIX)*. São Leopoldo: OIKOS, 2016.

VARGAS, Jonas M. *Pelas margens do Atlântico: um estudo sobre elites locais e regionais no Brasil a partir das famílias proprietárias de Charqueadas em Pelotas (século XIX)*. 2013. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

VARGAS, Jonas Moreira. *Entre a paróquia e a Corte: os mediadores e as estratégias familiares da elite política do Rio Grande do Sul (1850-1889)*. Santa Maria: Ed. da USM, 2010.

VÁRZEA, Affonso. *Geografia do açúcar no leste do Brasil*. Rio de Janeiro: Jota Lucena S.A., 1943.

VELOSO, Verônica Pimenta. *Farmácia na Corte Imperial (1851-1887): práticas e saberes*. Tese (doutorado em História das Ciências da Saúde) – Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2007.

VIANNA, Eliza da Silva. *Aids por elas: experiências soropositivas de mulheres nos anos 1990*. 2018. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) – Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2018.

VIDE, Sebastião Monteiro da. *Constituições Primeiras do Arcebispo da Bahi*. Livro I, título 2 (II), Brasília: Senado Federal, 2007.

VITTI, G. C.; QUEIROZ, F. E. C.; QUINTINO, T. A. Micronutrientes na cana-de-açúcar: mitos e realidades. *Anais 2º Simpósio de Tecnologia de Produção de cana-de-açúcar*. Piracicaba, SP, 2005.

WANGER, Dalcimar R. B. *Silício na produtividade e no controle da cigarrinha das raízes Mahanarva finbriolata em cana-de-açúcar*. 2007. Dissertação (Mestrado em Ciências Agrárias) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2007.

WEBER, Max. *The protestant ethic and the spirit of capitalism*. Mineola: Dover Publications, 2003.

WEISZ, George. *Chronic Disease in the Twentieth Century: a history*. Baltimore: John Hopkins University Press, 2014.

WEISZ, George; OLSZYNSKO-GRYN, Jesse. The theory of epidemiologic transition: the origins of a citation classic. *Journal of History of Medicine and Allied Sciences*, v. 65, n. 3, 2009.

WELCH, Cliff. *A semente foi plantada: as raízes paulistas do movimento sindical camponês no Brasil (1924-1968)*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

WHO. *World health statistics 2019: monitoring health for the SDGs, sustainable development goals*. Geneve: WHO, 2019.

WORBOYS, Michael. Was there a bacteriological revolution in late nineteenth-century medicine? *Studies in History and Philosophy of Science*, v. 38, n. 1, 2007.

WORSTER, Donald. Para fazer história ambiental. *Estudos Históricos*, v. 4, n. 8, 1991.

WORSTER, Donald. Transformações da terra: para uma perspectiva agroecológica na história. *Ambiente & Sociedade*, v. 5, n. 2, 2002.

WRIGHT, Gavin. Slavery and American agricultural history. *Agricultural History Society*, v. 77, n. 4, outono de 2003.

ZARTH, Paulo. *História Agrária do Planalto Gaúcho*. Ijuí: Editora da UNIJUÍ, 1997.

## Sobre as autoras e os autores

AZEMAR DOS SANTOS SOARES JÚNIOR é professor do Departamento de Práticas Educacionais e Currículo (DPEC) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da UFRN e do Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Doutor em Educação. Líder do Observatório das Heterotopias.

CHRISLAINE THUANY VIEIRA FERREIRA é graduada em Pedagogia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Atualmente é mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da UFRN, onde desenvolve uma pesquisa intitulada “‘Inspeccionando a saúde do corpo’: a educação sanitária na Escola de Aprendizes Marinheiros da Paraíba (1907-1933)”, financiada pelo CNPq. Pesquisadora do Observatório das Heterotopias.

CLÁUDIA FREITAS DE OLIVEIRA é professora do Departamento de História da Universidade Federal do Ceará (UFC), do Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Ensino de História – Profhistória (UFC), do Programa de Pós-Graduação em História Social (UFC) e do Programa de Pós-Graduação em História (UFPE). Vice-coordenadora do Profhistória (UFC). Líder do Grupo de Estudo e Pesquisa: História, Loucura e Saúde Mental (Diretório de Pesquisa – CNPq) e membro do Grupo de Estudo e Pesquisa: Poder e relações sociais no Norte e Nordeste (Diretório de Pesquisa – CNPq). Áreas de atuação e pesquisa: História da Loucura; História da Saúde e das Doenças; História do Brasil Oitocentista.

JONAS MOREIRA VARGAS é doutor em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), atualmente é Professor do Departamento de História da Universidade Federal de Pelotas (UFPEl). É autor de *Os barões do charque e suas fortunas: as elites regionais a partir de um estudo das famílias charqueadoras de Pelotas, século XIX* (2016), fruto de sua tese de doutorado, premiada com Menção Honrosa no Concurso de Teses promovido pela Associação Nacional de História, em 2014. Atualmente pesquisa as elites mercantis e políticas da fronteira entre o Brasil e o Uruguai, assim como a história da escravidão e do tráfico transatlântico na mesma região.

JOSÉ MARCELO M. FERREIRA FILHO é professor do Departamento de História da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Suas áreas de interesse são História Ambiental e História Social do Trabalho. É particularmente interessado nas interações ecológicas multitróficas entre humanos, animais (especialmente insetos) e plantas, e atualmente está trabalhando em um projeto de pesquisa sobre a história ambiental do açúcar no Nordeste do Brasil. Em 2020 publicou o livro *Arquitetura espacial da plantation açucareira no Nordeste do Brasil (Pernambuco, século XX)*, pela Editora UFPE.

LEICY FRANCISCA DA SILVA é doutora em História e docente do Instituto Acadêmico de Educação e Licenciaturas da Universidade Estadual de Goiás (IAEL-UEG), atua no Programa de Pós-graduação em História (PPGHIS-UEG). Desenvolve pesquisas em História do Brasil enfatizando a história da saúde e doenças, trajetórias de médicos e história da ciência.

LUIZ ALVES ARAÚJO NETO é historiador, Doutor em História das Ciências e da Saúde. Pesquisador do Observatório História e Saúde da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ), bolsa PDR-10) e professor do Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde (COC) da Fiocruz. Têm interesse nos seguintes temas de pesquisa: doenças crônicas não comunicáveis (câncer e doenças raras); história da epidemiologia; saúde e desigualdade; relação entre biomedicina e saúde pública.

LUIZ FELIPE SOARES DE LIMA é graduado em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Atualmente é aluno do mestrado no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE), da UFRN, onde desenvolve pesquisa intitulada *“Rezo que concedaes assim a vontade dos menores a um serviço a Pátria”*: alistamento e formação de marujos na Escola de Aprendizizes Marinheiros da Paraíba (1897-1912). Pesquisador do Observatório das Heterotopias.

PATRÍCIA PINHEIRO DE MELO é doutora em História pela UFPE, Professora Associada do Departamento de História da UFPE. Coordena o Núcleo de Estudos e Debates sobre a América Latina (Nedal) do Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH) da UFPE. Interesses de pesquisa e ensino: História da América, com concentração em História Ambiental, História Indígena e Decolonialidade na produção intelectual latino-americana.

RAIMUNDO ALENCAR ARRAIS é doutor em História Social pela Universidade de São Paulo (USP) e Professor Titular do Curso de Graduação e do Programa de Pós-Graduação em História da UFRN. Concentra suas pesquisas no domínio da História Urbana, História Intelectual e História Ambiental. Publicou, entre outros, *O pântano e o riacho: a formação do espaço público no Recife do século XIX* (São Paulo: Humanitas; FFLCH; USP, 2004).

SUZANA CAVANI ROSAS é professora do Departamento e da Pós-Graduação em História da UFPE e doutora em História pela mesma universidade. Pesquisa e ensina nas áreas de história política e social do Brasil Império. Possui diversos artigos publicados em revistas especializadas, capítulos e organização de livros, principalmente, sobre as temáticas da escravidão e da política no Oitocentos. É autora do livro *A ponte de ouro. Praieiros, guabirus e a conciliação imperial (1849-1857)*, pela Editora UFPE, em 2016.

THOMAS D. ROGERS é professor do Departamento de História da Emory University. Sua área de interesse é, sobretudo, aquela que investiga as influências mútuas entre sociedades e ambientes. Sobre o Brasil, já publicou diversos artigos e livros, incluindo *As feridas mais profundas: uma história do trabalho e do ambiente do açúcar no Nordeste do Brasil* (2017) e *Agriculture's Energy: Development and Hunger During Brazil's Ethanol Boom* (2022).

WELLINGTON BARBOSA DA SILVA é professor do Departamento de História da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). Sua área de interesse é a História Social, com foco nos seguintes temas: instituições policiais, cotidiano e controle social, escravidão, cadeias e criminalidade no Brasil Império. Atualmente, está trabalhando em um projeto de história comparada entre as polícias de Pernambuco e da Paraíba, no contexto da Guerra do Paraguai.

*Título* Relações de poder, sociedades e ambientes:  
discursos e práticas no Brasil Império e na República  
*Organização* José Marcelo Marques Ferreira Filho  
Suzana Cavani Rosas  
Cláudia Freitas de Oliveira

*Formato* Ebook (PDF)  
*Tipografia* Scala Pro (texto) e Scala Sans Pro (títulos)  
*Desenvolvimento* Editora UFPE



Rua Acadêmico Hélio Ramos, 20 | Várzea, Recife-PE  
CEP: 50740-530 | Fone: (81) 2126.8397  
E-mail: [editora@ufpe.br](mailto:editora@ufpe.br) | Site: [editora.ufpe.br](http://editora.ufpe.br)



O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001